rossio 10

estudos de Lisboa

fevereiro 2024



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

gabinete estudos olisiponenses

Diretor
Jorge Ramos de Carvalho
Coordenação Editorial
Anabela Valente, Hélia Silva
Conselho Editorial
Ana Cristina Leite
Anabela Valente
Delminda Rijo
Elisabete Gama
José Manuel Garcia
Manuel Fialho
Miguel Gomes

Editor convidado
Carlos Neto

Projeto Gráfico
João Rodrigues
Secretariado Executivo
Vanda Souto
Fotografias da capa e separadores
João Rodrigues
(recolha fotográfica realizada em Lisboa)

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Carlos Moedas
Vereador da Cultura
Diogo Moura
Diretor Municipal de Cultura
Laurentina Pereira
Diretor do Departamento de Património Cultural
Jorge Ramos de Carvalho

Separadores neste número
Lisboa vista das suas passadeiras (vulgo "zebras").
Projecto fotográfico. Fot. *João Rodrigues.* 2024

CADERNO
Carlos Neto
Frederico Lopes
Rita Cordovil
João Paulo Bessa
Miguel Nery
Ana Quitério

INTERVENÇÕES NA CIDADE
Hugo da Nóbrega Cardoso
João Pedro Monteiro
Rafael Lucas Pereira

VARIA
Inês Matoso
Raquel Medina Cabeças
Diogo Lemos
Ana Nevado
Paula André
Riccardo Cocchi
Silvia Pereira
Teresa Bettencourt da Câmara
Ricardo Mendes Correia
Rosália Guerreiro
Filipe J. S. Brandão

rossio 10
estudos de lisboa
fevereiro 2024

Publicação
Gabinete de Estudos Olisiponenses
Departamento de Património Cultural
Direção Municipal de Cultura
ISSN 2183-1327

rossio
estudos de Lisboa

O conteúdo dos artigos é da responsabilidade dos autores



EDITORIAL

Jorge Ramos de Carvalho

Director do Departamento de Património Cultural
Câmara Municipal de Lisboa



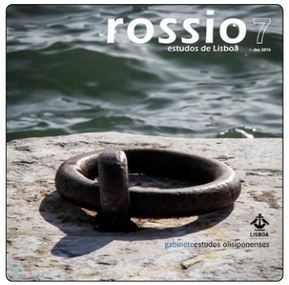


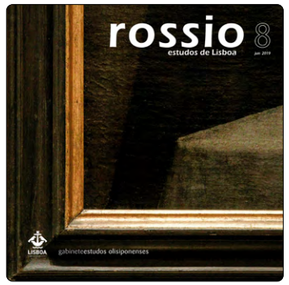


















Em 2012, desafiámos o Professor José-Augusto França (1922-2021) para ser o editor convidado de uma revista digital. Para aqueles que não tiveram o privilégio de conviver com ele, é importante destacar que o Professor não possuía telemóvel e não utilizava computador. Ele continuava a trabalhar fielmente na sua antiga máquina de escrever, mas a ideia de colaborar numa revista digital encheu-o de entusiasmo.

O número 1 da revista "Rossio: Estudos de Lisboa" foi lançado na antiga sala do Arquivo nos Paços do Concelho de Lisboa em maio de 2013. Como o Professor França escreveu na apresentação – *em que se achou bem começar pelo princípio. Que ao princípio, em História, está a informação* –, o tema escolhido foi "uma bibliografia critica de Lisboa".

Nos anos seguintes, trabalharam-se os estudos de Lisboa de vários ângulos: do espaço público (nº2, com Antoni Remesar como editor convidado), à arqueologia urbana (nº3, com Carlos Fabião), à renovação e revitalização urbana (nº4, com Pedro Costa), utopias, visões e estratégias para Lisboa (nº5, com João Seixas), à reabilitação urbana (nº6, com João Appleton), aos Descobrimentos (nº7, com José Manuel Garcia), à Arte em Lisboa (nº8, com Hugo Crespo) e sobre o Ambiente (nº9, com Margarida Correia Marques). A estes Cadernos juntaram-se mais de 50 artigos sobre temas dispersos sobre arte, arquitetura e urbanismo, sempre com Lisboa como objeto destes estudos, numa secção da revista que baptizámos *varia*.

O presente número, último desta série, publicado após várias vicissitudes e atrasos, a que o COVID-19 e os descaminhos que este provocou não são alheios, dedica o *Caderno* às crianças e ao pouco tempo que estas têm para brincar na rua e para desenvolverem as suas atividades motoras.

Desafiámos o Prof. Carlos Neto para nos apresentar um tema que lhe é muito caro: o desenvolvimento infantil e a forma como o desenho urbanístico das cidades está a condicionar a forma como as crianças brincam e vivem a cidade. A ele juntaram-se um conjunto de investigadores que têm trabalhado no tema (Frederico Lopes, Rita Cordovil, Miguel Nery, Ana Quitério), a que se juntou ainda o arquiteto João Paulo Bessa.

Porque as crianças são o nosso futuro, e uma cidade que não lhes dá espaço para brincar é uma cidade sem amanhã.

No *varia*, são apresentados nove trabalhos muito diferentes: a "Bica dos Olhos" na Rua da Boavista da Inês Matoso; o "Pátio das Comédias" e a evolução de um modelo teatral da Raquel Cabeças; os esponsais da princesa D. Maria Bárbara de Bragança do Diogo Lemos; da Ana Nevado e da Paula André, o estudo das memórias da zona oriental de Lisboa; do Riccardo Cocchi, a voz do Fado; da Silvia Pereira e da Marluci Menezes, os azulejos da Fábrica de Cerâmica Constância; a Teresa Bettencourt da Câmara analisa o espaço público de Lisboa, e, por fim, o Ricardo Correia, a Rosália Guerreiro e o Filipe Brandão analisam a localização dos Airbnb em Lisboa.

Nas *Intervenções na Cidade*, mostramos o trabalho que está a ser feito em Lisboa ao cruzar a arte urbana com os espaços desportivos, num artigo de Hugo da Nóbrega Cardoso, João Pedro Monteiro e Rafael Lucas Pereira.

Por fim, um agradecimento a todos os que colaboraram neste número e nos restantes 9 números da "Rossio". Ao longo destes 12 anos, mais de 173 autores disponibilizaram graciosamente o seu tempo e trabalho para ajudar a divulgar a nossa cidade. A todos, um muito obrigado.

rossio
estudos de Lisboa



índice



ÍNDICE

CADERNO

Carlos Neto

Uma Cidade para as Crianças é também uma Cidade para Todos

Uma cidade para as crianças brincarem é uma cidade para todos. O brincar é uma ferramenta poderosa e um assunto muito sério. Nas últimas décadas, assiste-se a uma decadência nas oportunidades de espaço e tempo para as crianças brincarem de forma livre, com muitas consequências para a saúde física, mental, emocional e social. Neste artigo são referenciados alguns dos constrangimentos que impedem as crianças de brincarem e serem ativas na família, na escola e no espaço público. Será necessário pensar na qualidade de vida de todos os cidadãos, através do desenvolvimento de um novo modelo e estratégia de renovação da cidade, através de novas políticas públicas, que permitam mais autonomia de mobilidade, confronto com o risco, relação com a natureza, e devolução do espaço público mais confortável, inclusivo e participativo.

sedentarismo infantil, brincar na cidade, constrangimentos ao brincar, brincar na rua, políticas públicas

Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade de Lisboa (UL)

22

Frederico Lopes

As Crianças ainda sabem brincar e andar pela cidade: a fingir que a rua era nossa amiga…

O presente artigo pretende convidar o leitor a uma reflexão crítica sobre a relação do espaço urbano com criança através de uma das características mais dominantes e significativas da infância, o brincar. O "Brincar" é um processo intrinsecamente motivado, pessoalmente dirigido e livremente escolhido pela criança; é o seu principal modo de participação na vida quotidiana; é parte integrante da mobilidade ativa da criança pela cidade; e atua enquanto um mecanismo de contenção privilegiado de criação de prazer e de autoproteção, e de promoção de um estado de "estar-bem". Mais de dois anos passados após o surto pandémico causado pela COVID-19 e decorrentes períodos alargados de confinamento, isolamento e de exclusão do usufruto do espaço público, com um impacto particularmente gravoso no bem-estar e saúde das crianças e jovens, torna-se ainda mais fundamental procurar respostas para a transformação das cidades em lugares mais amigos das crianças. O brincar das crianças como aqui descrito é um ponto fulcral deste imperativo esforço.

criança, brincar, mobilidade, espaço público, cidade

Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE)
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa

34

Rita Cordovil

Onde, quando e como se brinca na cidade?

A vida das crianças nas sociedades modernas é marcada por um forte envolvimento tecnológico e níveis elevados de sedentarismo que têm implicações negativas na sua competência motora e saúde. Neste artigo, são analisadas algumas mudanças que têm ocorrido nas últimas décadas relativas ao tempo, espaço, e permissão que as crianças têm para brincar e serem ativas. É realçada a importância de criar oportunidades para que as crianças brinquem na cidade de forma segura, mas livre, sem supervisão excessiva, permitindo-lhes experimentar desafios graduais ajustados ao seu nível de desempenho, que são fundamentais para a sua autonomia e desenvolvimento.

criança, brincar, espaços de jogo e recreio, independência de mobilidade, supervisão parental

Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade de Lisboa (UL)

52

ÍNDICE CADERNO (CONT)

João Paulo Bessa

Transformar a cidade numa oportunidade para as crianças

A transformação dos conceitos da *cidade moderna* na *cidade das pessoas* exige que a cidade seja inclusiva, determinando o direito de acessibilidade a todo e qualquer cidadão o que passa pelo desenvolvimento fino de um sistema sustentado de transportes públicos que irá permitir a criação de mais *ruas* e menos *estradas* que irão proporcionar às crianças espaços de brincadeiras que lhes permitirão a descoberta do seu corpo e dos seus limites. Mas a pretendida transformação da cidade capturada pelo automóvel para uma cidade das pessoas, não se realiza num ápice. Tão pouco a aposta na bicicleta será a solução absoluta. Para permitir a atividade física de crianças e dos seus avós são cada vez mais necessárias praças desenhadas e pouco estruturadas no sentido clássico do termo mas com pisos e assentos confortáveis, sombreadas, com obstáculos divertidos que ultrapassem o mero sentido da estética contemplativa e estejam localizadas à distância próxima da habitação — chega-se a pé e volta-se a pé —, possibilitando a vigilância coletiva dos *olhos da rua* da vizinhança e que permitam a diversidade do movimento e da brincadeira, procurando assim eliminar a Iliteracia Física que marca atualmente as nossas crianças.

brincar, Crianças, Convivência urbana, Atratividade, Comodidade, Conforto, Segurança, Vigilância vicinal, Andar a pé,

Arquiteto

64

Miguel Nery[1], Carlos Neto[2]

Significação do movimento. A importância do jogo, brincar e desporto no desenvolvimento infantil

O brincar e o jogo são elementos fundamentais no desenvolvimento infantil. O conhecimento do mundo e a apropriação das qualidades do mesmo dá-se através do corpo, do movimento e do imaginário. O aumento progressivo do reportório motor das crianças reflecte a construção interna de um aparelho psíquico mais unificado e coeso. Na actualidade, existe uma intolerância crescente relativamente ao movimento das crianças que começa frequentemente em casa, quando os padrões de relação dos pais relativamente aos filhos são rígidos e/ou fóbicos, estende-se à escola com ritmos pouco flexíveis e invadida desde cedo pela obsessão da performance, e também aos espaços urbanos onde o jogo de rua e brincadeira livre diminuíram drasticamente nas últimas décadas. Os modelos de vida predominantes nas sociedades Ocidentais levaram a uma diminuição do espaço de jogo livre o do brincar. A cultura tem um peso grande no tipo de psicopatologia dominante e formas de expressão do sofrimento que, durante a infância, se dão frequentemente pelo aumento (agitação) ou pela diminuição (inibição) do movimento. O desporto tem como base o movimento e o jogo. É uma actividade com um enorme potencial de promoção da saúde e de significação do movimento. Este trabalho consiste numa reflexão sobre a importância do jogo, do brincar e do desporto no desenvolvimento infantil. Aborda a clivagem entre corpo somático e a mente, alguns desafios actuais no desenvolvimento infantil, e os conceitos de saúde e a doença mental.

corporeidade, movimento, jogo e brincar, desporto, psicossomática

[1] Universidade Europeia
[2] Faculdade de Motriciade Humana

74

Ana Quitério

Ser criança na cidade! A importância da segurança e da arquitetura da cidade

O presente artigo retrata a vida quotidiana de uma família que vivem na área de Lisboa e que vão passar um dia de sábado num parque, junto da área de residência. No decorrer do artigo são ilustrados alguns dos processos educativos e de aprendizagem que estão na base do desenvolvimento de estilos de vida ativos e saudáveis. De forma breve, é explicado o processo de desenvolvimento da competência motora, sendo enunciados fatores de risco associados ao sedentarismo, bastante prevalente nas crianças da cidade, ao mesmo tempo que se explicam muitos dos benefícios de se cultivar uma educação que privilegia o contacto com a natureza e a atividade física como fatores indispensáveis para um desenvolvimento saudável, a nível individual e familiar. O brincar é realçado como comportamento vital para o equilíbrio e saúde das crianças, onde a exploração livre do movimento na relação com o ambiente e possibilidades de ação que este oferece, nomeadamente em situações de risco, são ilustrados como aspetos fundamentais na educação das crianças e na estruturação equilibrada dos seus domínios de relação consigo próprias, com os outros e com o ambiente que a envolve.

crianças, brincar, cidade, atividade física, família

Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade de Lisboa (UL)

84



ÍNDICE

VARIA

Inês Matoso

Bica dos Olhos à Rua da Boavista: singularidade e memória

A Bica dos Olhos, século XVI, é objecto de estudo dada a sua existência ser marcada por características únicas. Era propósito de romaria, antes do nascer do Sol, ao longo de séculos, dadas as propriedades curativas da sua água para doenças oftalmológicas, numa constante procura de confirmação das manifestas especificidades terapêuticas. Situado à Rua da Boavista, pertence ao vasto espólio deste género de edificações, que no decorrer dos séculos e, com a edificação do Aqueduto das Águas Livres, levaram à expansão da área abastecida, integraram a mundana existência da cidade e do espaço público envolvente. Os elementos arquitectónicos testemunham a sua história e antevêem a popularidade que gozava nesta franja ribeirinha marcadamente comercial, movimentada e concorrida pela população de Lisboa.

Chafarizes, Abastecimento de água, Arquitectura da água, Bica dos Olhos, Lisboa

Lic. FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Gabinete de Estudos Olisiponenses, DMC/ DPC/ Câmara Municipal de Lisboa. Instituto Português de Heráldica.

118

Raquel Medina Cabeças

Os Pátios das Comédias lisboetas: a evolução de um modelo teatral

Apresenta-se uma contribuição para o estudo dos Pátios de Comédias lisboetas, com particular relevo para o Pátio das Arcas, o primeiro teatro público permanente da cidade. Sobre o Pátio das Arcas interessou conhecer os fundadores e o rasto que deixaram no meio teatral de Lisboa, onde a influência castelhana é evidente e demonstra que os *Os Espanhóis dominaram no palco antes de dominarem na política*. Este pátio situava-se na Rua das Arcas, vizinho do Pátio da Betesga, na rua do mesmo nome, do Poço do Borratém, no Palácio dos Condes de Monsanto que ficava atrás do Hospital de Todos os Santos, atribuindo ao Rossio uma envolvente de carácter teatral. Estabelecem-se quatro distintas fases de construção, partilhando propostas de plantas arquitectónicas e desenhos tridimensionais, divergentes dos até agora apresentados, num contributo para a história da cidade de Lisboa e do teatro em Portugal.

Pátio de Comédias, esfera social, espaço público, arquitectura efémera, cidade de Lisboa

IHA FCSH NOVA - Investigadora integrada Instituto de História de Arte da UN / CICH/UAL - Investigadora do Centro de Investigação em Ciências Históricas, Linha de Investigação: Urbanismo e Monumentos Públicos

132

SUGESTÕES DE LEITURA

Com vista a uma leitura mais aprofundada sobre o tema, apresentam-se várias publicações, nacionais e estrangeiras, que ajudam a refletir sobre perspetivas do desenvolvimento de crianças em diferentes sociedades e ao longo da vida.
São doze propostas da Ana Quitério, do Carlos Neto e do Frederico Lopes, de trabalhos já com alguns anos, mas que se mantêm como leituras fundamentais para a compreensão do brincar e dos direitos inalienáveis da criança, até livros atuais que mostram como brincar e a atividade física têm assumido uma importância crescente no desenvolvimento das crianças.

Diogo Lemos

A celebração dos esponsais da princesa D. Maria Bárbara de Bragança: cerimonial e equipamento litúrgico de assento na Basílica Patriarcal

Como hoje em dia ainda acontece, as cerimónias das famílias reais revelam-se alvo de atenção um pouco por todo o mundo. No século XVIII, e neste caso em concreto, com o projeto de D. João V para reafirmar o País como monarquia católica de primeira grandeza em curso, a celebração dos esponsais referentes à união da princesa D. Maria Bárbara com o então príncipe herdeiro Fernando de Espanha (1728), representado pelo Marquês de los Balbases, revelava-se um assunto da ordem do dia. A cerimónia, ocorrida no interior da desaparecida Basílica Patriarcal Joanina, ao representar a aliança entre Portugal e uma das principais potências católicas romanas da Idade Moderna era, por isso, mais do que uma trivialidade festiva: era o reflexo de uma conjuntura protocolar e ritual extremamente cuidada e baseada na liturgia católica romana que, dos livros litúrgicos ao mobiliário e equipamentos do templo, reproduzia os preceitos da Santa Sé. (...)
O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer a complexidade cerimonial ocorrida num dos mais importantes templos construídos no reinado joanino. No mesmo sentido, o foco na compreensão de um conjunto variado de mobiliário de assento utilizado neste contexto, reveste-se de especial importância por revelar contributos inéditos relativos a objetos artísticos de considerável destaque no panorama olisiponense, como a sede gestatória conservada no Museu da Sé Patriarcal de Lisboa.

Basílica Patriarcal; Cerimonial; D. João V; Santa Sé; Equipamento litúrgico

Investigador no Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) - Universidade de Coimbra.

148

INTERVENÇÕES NA CIDADE

Hugo da Nóbrega Cardoso
João Pedro Monteiro
Rafael Lucas Pereira

A integração de desportos urbanos nos espaços públicos pode, de fato, desempenhar um papel significativo na transformação social das cidades. A iniciativa de introduzir arte urbana em campos de jogos em Lisboa, em 2019, marcou um momento importante, catalisando um movimento que foi bem recebido tanto pelos líderes políticos quanto pela população em geral. Isso serviu como um ponto de partida inspirador para a criação de novos espaços semelhantes.

A crescente demanda da população por áreas ao ar livre onde possam praticar desporto individualmente

comunidade mais vibrante e engajada.

102



ÍNDICE

VARIA (CONT)

Ana Nevado
Paula André

O Lugar como Arquitetura e o Território como Paisagem. Uma leitura arqueológica das memórias da zona ribeirinha oriental de Lisboa.Basílica Patriarcal

166

Riccardo Cocchi

A voz do fado que ecoa desde a vala comum

180

ÍNDICE *VARIA* (CONT)

Silvia Pereira
Marluci Menezes

O fazer azulejos na Fábrica Cerâmica Constância

190

Teresa Bettencourt da Câmara

A relevância das viagens ao estrangeiro dos pioneiros da Arquitetura Paisagista na conceção do espaço público de Lisboa

208

Ricardo Mendes Correia
Rosália Guerreiro
Filipe J. S. Brandão

Quais são as zonas de Lisboa com altas densidades de anúncios Airbnb?

222





TABLE of CONTENTS ENG

DOSSIER

Carlos Neto

A City for Children is also a City for Everyone

A city for children to play is a city for everyone. Play is a powerful tool and a very serious matter. In recent decades, there has been a decline in space and time opportunities for children to play freely, with many consequences for their physical, mental, emotional and social health. This article references some of the constraints that prevent children from playing and being active in the family, at school and in public spaces. It will be necessary to think about the quality of life of all citizens, through the development of a new model and strategy for renewing the city, through new public policies, which allow more autonomy of mobility, confrontation with risk, relationship with nature, and return of a more comfortable, inclusive and participatory public space.

Childhood sedentary lifestyle; play in the city; constraints of play; play outside; public policy.

Faculty of Human Kinetics / University of Lisbon

22

Frederico Lopes

The children still know how to play and walk through the city: what if the street was our friend...

This article intends to invite the reader into a critical reflection on the relationship of urban space with children through one of the most dominant and significant features of childhood, playing. "Play" is as an intrinsically motivated process, personally directed and freely chosen by the child; it is his/her main form of participating in daily life; it is an integral part of the child's active mobility throughout the city; and it acts as a privileged holding mechanism for creating pleasure and self-protection, and promoting a "being-well" state. Over two years after the covid-19 outbreak and due to extended periods of confinement, isolation and exclusion from the enjoyment of public space, with a particularly serious impact on the well-being and health of children and young people, it becomes even more essential to seek answers for the transformation of cities into more child-like places. Children's play as approached in here it is a pivotal point of this imperative endeavour.

child, play, mobility, public space, city

Center for Environmental and Sustainability Research (CENSE) Faculty of Sciences and Technology, NOVA University of Lisbon

34

Rita Cordovil

Where, when and how do we play in the city?

Children's lives in modern societies are marked by a strong technological involvement, and high levels of sedentary lifestyles, which have negative implications in their motor competence and health. In this article, we will analyze some of the changes that have occurred in the last decades regarding the time, space, and permission that children have to play and be active. We highlight the importance of creating opportunities for children to play safely in the city, but freely, without excessive supervision, allowing them to experience gradual challenges adjusted to their level of performance, which are fundamental for their autonomy and development.

child; play; playgrounds; independent mobility; parental supervision

Faculty of Human Kinetics / University of Lisbon

52

João Paulo Bessa

Turning the city into an opportunity for children

The transformation of the concepts of the *modern city* into the *people's city* requires the city to be inclusive, determining the right of accessibility to each and every citizen which involves the fine development of a sustained public transport system that will allow the creation of more *streets* and fewer *roads* that will provide children with play spaces that will allow them to discover their body and its limits. But the intended transformation of the city captured by the car into a city of the people, does not take place at a glance. Nor will focussing on the bike be the absolute solution. To allow the physical activity of children and their grandparents, squares are increasingly needed designed and poorly structured in the classic sense of the term but with comfortable, shaded floors and seats, with fun obstacles that go beyond the mere sense of contemplative aesthetics and are located at a distance close to the house - you arrive on foot and turn on foot -, enabling collective surveillance of the *eyes of the street* of the neighbourhood and that allow the diversity of movement and play, thus seeking to eliminate the Physical Illiteracy that currently marks our children.

Play, Children, Urban Coexistence, Attractiveness, Convenience, Comfort, Safety, Neighbors'Surveillance, Walking,

Architect

64

Miguel Nery

Meaning of movement. The importance of play and sport in child development

Play has an important role in child development. The acknowledgment of the qualities and features of the world is made through the body, movement, and imagination. The progressive increase of motor repertoire in children reflects a more unified and solid self. Nowadays, there is a considerable generalized intolerance about the movement of children. It starts at home when parents establish rigid and/or phobic attachments with their children, can be also observed at school which is more and more based on rigid learning rhythms and obsessive ideas about student´s performance, and finally in urban areas where free and outdoor play have considerably decreased during the last decades. The current lifestyles in Western societies resulted in a decrease in play among children. The culture influences the dominant types of psychopathology and the ways to express suffer which, during childhood, are closely related with the increasing (turmoil) of decreasing (inhibition) of body movement. Sports are underpinned by movement and play. They are a powerful tool in health promotion and an excellent way to assign meaning to the movement. This work is an essay about the importance of play and sports in child development. It addresses the splitting between somatic body and mind, some actual challenges in child development, and the concepts of mental health and psychopathology.

Corporeity; movement; play; sports; psychosomatic.

Faculty of Social Sciences and Technology European University

74

Ana Quitério

Being a child in the city! The importance of security and city architecture

This article presents the daily life of a fictitious family (Mother, Father and two children – Madalena and Pedro) who live in the Lisbon area and who spend a Saturday day in a park, close to their area of residence. Throughout the article, some of the educational and learning processes that underlie the development of active and healthy lifestyles, as well as taking individual responsibility for well-being, are illustrated. Briefly, the process of developing motor competence is explained, through the learning of fundamental motor skills in the fundamental motor phase of child development. Risk factors associated with a sedentary lifestyle, which is quite prevalent among city children, are listed, while at the same time many of the (multilateral) benefits of cultivating an education that favours the contact with nature and physical activity as indispensable factors for an healthy development at an individual and family level, are explained. Playing is highlighted as a vital behaviour for children's balance and health, where the free exploration of movement in relation to the environment and the possibilities for action it offers, particularly in risky situations, are illustrated as fundamental aspects in children's education and in the balanced structuring of their relationship domains with themselves, with others and with the environment that surrounds them. All these processes are framed in the city, in urban areas, highlighting the issues inherent to safety, independence of mobility and the importance of city architecture as fundamental elements for the happiness and healthy development of children.

children, play, independente mobility, city, physical activity, family.

Faculty of Human Kinetics / University of Lisbon

84

TABLE CONTENTS

ENG



VARIA

Inês Matoso

Bica dos Olhos in Rua da Boavista: singularity and memory.

Bica dos Olhos, 16th century, is the object of study as its existence is marked by unique characteristics. It was the purpose of pilgrimage, before sunrise, for centuries, due to the curative properties of its water for eye diseases, in a constant search for confirmation of the manifest therapeutic specificities. Located at Rua da Boavista, it belongs to the vast set of this type of monuments, which over the centuries and, with the construction of the Águas Livres Aqueduct, led to the expansion of the supplied area, integrated the mundane existence of the city and the surrounding public space. The architectural elements testify to its history and foretell the popularity it enjoyed on this markedly commercial, busy and popular riverside fringe by the population of Lisbon.

Fountains. Water supply. Water architecture. Bica dos Olhos. Lisbon.

Degree in History from FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Gabinete de Estudos Olisiponen, DMC/ DPC/ Lisbon City Council. Portuguese Institute of Heraldry.

118

Raquel Medina Cabeças

The Courtyards of Lisbon Comedies: the evolution of a theatrical model

It presents a contribution to the study of the Lisbon Comedy Courtyards, with particular emphasis on the Pátio das Arcas, the first permanent public theater of the city. About the Courtyard of the Arks interested to know the founders and the the scan they left in the theatrical environment of Lisbon, where the Castilian influence is evident and demonstrates that the Spaniards dominated on stage before dominating in politics. This courtyard was located in Rua das Arcas, next to Pátio da Betesga, in the street of the same name, poço do Borratém, in the Palace of the Condes of Monsanto that was behind the Hospital of All Saints, attributing to Rossio an engaging of theatrical character. Four distinct phases of construction are established, sharing proposals for architectural plans and three-dimensional designs, different from those presented so far, in a contribution to the history of the city of Lisbon and the theater in Portugal.

Comedy Courtyard, social sphere, public space, ephemeral architecture, city of Lisbon.

Integrated researcher at the Institute of Art History of Nova University / CICH/UAL - Researcher at the Research Center for Historical Sciences, Research Line: Urbanism and Public Monuments.

132

SUGGESTED READINGS

In order to dive deeper into the subject, various national and foreign publications are presented, aiding in reflecting on perspectives of child development in different societies and throughout life. These twelve proposals are from Ana Quitério, Carlos Neto, and Frederico Lopes, encompassing works from several years ago that still remain essential readings for understanding play and the inalienable rights of the child. Additionally, there are contemporary books illustrating how play and physical activity have assumed an increasing importance in the development of children.

96

VARIA (CONT)

Diogo Lemos

The betrothal of princess Maria Bárbara de Bragança: ceremonial and liturgical equipment in the patriarchal basilica

As is still the case today, the ceremonies of royal families in the early modern period garnered attention worldwide. In the 18th century, and in this specific case, with the project of John V (1689-1750) to reaffirm the country as a leading Catholic monarchy underway, the celebration of the betrothal of Princess Maria Bárbara (1711-1758) with the prince Fernando of Spain (1713-1759), represented by the Marquess of Los Balbases (1696-1757), was a topical issue. The ceremony, conducted inside the now-destroyed Patriarchal Basilica, embodied the alliance between Portugal and one of the most important Roman Catholic monarchies of the Early Modern Age. As such, it was more than a mere festive triviality: it reflected a meticulously planned ceremonial and ritual context, rooted in Roman Catholic liturgy that, from liturgical books to furniture and equipment used, mirrored the precepts of the Holy See. At the temple, the various types of furniture employed acted as operative tools in distinguishing between laypeople and clergy, serving as an extension of the image of the participants. This article aims to shed light on the ceremonial complexity that took place in one of the most important temples built during the reign of John V. Plus, the focus on understanding the diverse range of seating furniture used in the celebration reveals new contributions concerning artistic objects of significant prominence, such as the sedia gestatoria preserved in the Patriarchal Cathedral Museum of Lisbon.

John V's patriarchal basilica; Betrothal of Princess Maria Bárbara; Holy See; Liturgical equipment

Researcher at Center for The History of Society and Culture (CHSC) - University of Coimbra

148

PROJECTS IN THE CITY

Hugo da Nóbrega Cardoso
João Pedro Monteiro
Rafael Lucas Pereira

The integration of urban sports in public spaces can indeed play a significant role in the social transformation of cities. The initiative to introduce urban art in playing fields in Lisbon in 2019 marked an important moment, catalyzing a movement that was well received both by political leaders and the general population. This served as an inspiring starting point for the creation of new similar spaces.

The growing demand from the population for outdoor areas where they can engage in sports individually or in groups has drawn the attention of policymakers to the importance of intervening in the urban environment. This not only involves revitalizing existing playing fields and facilities but also constructing new venues, allowing public spaces to maximize their potential as places for socializing and physical activity.

These initiatives not only promote a healthy lifestyle but also contribute to the development of a more vibrant and engaged community.

102



TABLE CONTENTS ENG

VARIA (CONT)

Ana Nevado
Paula André

The Place as Architecture and the Territory as Landscape. An archaeological reading of the memories of the Eastern Waterfront Area of Lisbon.

The unique and historical Eastern waterfront area of Lisbon (EWAL) requires critical and archaeological readings of its heritage and of the Ars memorativa (Marot 2006). From an 'anti-monument' and 'non-place' approach (Augé, 2004, pp. 75-76), we propose to re-elaborate the history of the city (A. Rossi), through the maintenance of the landscape and the collective memory (Gomes, 2013, p. 25).

Place, EWAL, Urban Regeneration, Memory, Heritage.

Ana Nevado holds a Ph.D. in Architecture of Contemporary Metropolitan Territories and a master's degree in Architecture from ISCTE - University Institute of Lisbon (IUL). She works as an Architect/Senior Technician in Local Public Administration and is an Integrated Researcher at the Center for Studies on Socioeconomic Change and Territory - DINÂMIA'CET-IUL

Paula André holds a Ph.D. in Architecture from ISCTE-IUL and a master's degree in Art History from FCSH-UNL. She is a Professor in the Department of Architecture and Urbanism at ISCTE-IUL. Additionally, she is a collaborating researcher at the Center for Art History and Artistic Research at the University of Évora - CHAIA-EU. She is also a member of the Association of Historians of Architecture and Urbanism (AhAU)

166

Riccardo Cocchi

The voice of fado that echoes from the mass grave

In the wide and plural imagery of the Fado, Maria Severa Onofriana has emerged as a representative icon of this musical genre. This happened mainly due to the famous fictional representation that this mythical-historical figure gained with the novel *A Severa* of Júlio Dantas – from which a theatrical play by the same author was criated – and then, based on that last work, the homonym movie filmed by Leitão de Barros. One year after the ducentenary of her birth, this article pretends to recall, by showing some new evidences, under a new perspective, the figure of Severa.

Severa, Fado, Biography; Marginality; Lisbon.

Graduated in Modern Languages and Literatures in 2014 from the University of Turin (Department of Humanities Studies). Currently pursuing a master's degree in Multidisciplinary Portuguese Studies at the Open University of Lisbon.

180



TABLE of CONTENTS *VARIA* (CONT)

Silvia Pereira
Marluci Menezes

Making tiles at the Constância Ceramics Factory

Some landmarks from Lisbon's Fábrica Cerâmica Constância production are revisited in this article. In special, attention is devoted to the ancient azulejo production process and the modernization that occurred in during the 1960´s. Information regarding ancient production methods and their necessary change, it is obtained through an oral testimony in the form of interview performed to the factory's last manager, Dom Francisco de Almeida.

Azulejo (Tile), Fábrica Cerâmica Constância, Memories, Factory Production, Art

Sílvia Pereira
Chemical Engineer, Postgraduate in Chemistry Applied to Cultural Heritage, Ph.D. in Chemistry, Postdoctoral Researcher at LNEC and HERCULES Laboratory

Marluci Menezes§
Geographer, Ph.D. in Anthropology, Researcher at LNEC since 1991.

190

Teresa Bettencourt da Câmara

The relevance of the trips abroad of the pioneers of Landscape Architecture in the design of Lisbon public space

Reports of the first generation of landscape architects' trips abroad were carried out on work missions. They are detailed, well documented photographically, revealing direct contact with other realities and critical opinion about what they visited and what they heard. We have identified references for the development of their innovative projects, which are part of a new image of the city of Lisbon, according to the best practices of international modernity.

Landscape Architecture, travel, congress, modernism, Lisbon

Graduated in Landscape Architecture from the Higher Institute of Agronomy and Ph.D. in Landscape Architecture and Urban Ecology from the Faculty of Sciences, University of Porto

208

Ricardo Mendes Correia
Rosália Guerreiro
Filipe J. S. Brandão

Density of Airbnb listings – A spatial analysis of peer-to-peer accommodation.

The use of spatial and temporal analysis to estimate the distribution and density of Airbnb's accommodation listings across urban areas. Since location data of Airbnb accommodation listings is public, it is possible to use data-driven computational tools to identify its distribution. This research aims to map the distribution of the Airbnb ht-index by estimating the density of events in an urban area. The results demonstrate that this is an approach that can be used not only in research, but also in urban planning, taxation or to analyze the results of certain policies or plans.

Airbnb; ht-index; density; Spatial analysis

Ricardo Mendes Correia
Researcher at CRIA-IUL, Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

Rosália Guerreiro
Researcher at Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

Filipe J. S. Brandão
Contactos: Ricardo.Mendes.Correia@iscte-iul.pt; Tel.: +351 217 903 000

222





caderno

Uma Cidade para as Crianças é também uma Cidade para Todos

Carlos Neto

Introdução

A identificação de indicadores que permitam justificar a existência de cidades com reduzida autonomia de mobilidade das crianças, não está ainda totalmente bem determinada, devido à existência de múltiplos factores influentes (biológicos e ambientais), mas supõe-se que esteja a assumir níveis preocupantes nas sociedades economicamente mais desenvolvidas nos níveis desejados de bem-estar físico, mental, emocional e social. No entanto, apesar de se verificar muito boas experiências de transformação das condições de oportunidades de espaço urbano em muitas cidades do mundo inteiro pensando no direito ao brincar livre, tempo de lazer e ser ativo ao longo da vida dos cidadãos, é um facto inquestionável que as oportunidades de jogo e actividade física têm vindo a degradar-se de forma considerável nas últimas décadas, aumentando substancialmente o sedentarismo em todas as idades e contextos de vida.

O nosso objectivo centra-se na identificação de um conjunto de indicadores que suportam por um lado, o facto do aumento de inactividade lúdica e física na criança da sociedade moderna, e por outro lado, a necessidade de criar estratégias visando aumentar o nível da sua independência de mobilidade, mais jogo de atividade física, maior confronto com o risco, mais contato com a natureza e criação de políticas públicas que permitam dar voz e participação às crianças e adultos no planeamento urbano no seu contexto e quotidiano de vida. A diversidade e diferenças existentes nas populações infantojuvenis, implicam um olhar e uma intervenção concertada, coletiva, democrática e trabalho em rede entre as famílias, as escolas e as políticas públicas implementadas pelas comunidades locais, regionais e nacionais. Num momento de grande transição ecológica (alterações climáticas), digital (novos dispositivos digitais e inteligência artificial) e educacional (emergência de novos paradigmas pedagógicos), aliados a uma situação incerta, imprevisível e desconhecida quanto ao futuro da humanidade, é aconselhável uma reflexão urgente de transformação dos estilos de vida das populações, com prioridade para os primeiros níveis de desenvolvimento na infância e adolescência.

A evidência científica e pedagógica tem vindo a demonstrar que corpos ativos geram cérebros ativos através de sentimentos e emoções, através de atividades formais e informais na escola, na família e na comunidade, apresentando muitos benefícios no desenvolvimento de competências pessoais e também em aprendizagens escolares: capacidade de concentração e de atenção, autoestima e autoconfiança, maior capacidade de decisão, controlo e regulação emocional, empatia, trabalho cooperativo e compreensão da realidade complexa do organismo, do espaço físico/objetos e perspetiva ecológica do mundo natural. O brincar e ser ativo é uma ferramenta ancestral fundamental no desenvolvimento humano. Brincar é insubstituível em todos os animais e principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento. Não é um comportamento secundário, inútil ou dispensável, mas uma manifestação fundamental de expressão, crescimento, sobrevivência, adaptação e educação humana. É uma linguagem universal e um remédio para todos os males (Neto, 2020).

Os relatórios da Organização Mundial de Saúde (OMS), têm vindo a alertar para um aumento exponencial de sedentarismo em todas as idades, géneros, raças, continentes e culturas, com consequências nocivas a curto, médio e longo prazo para a saúde física e mental da população mundial.



A necessidade das crianças explorarem e descobrirem os benefícios do contato com a natureza na aquisição de uma educação ecológica ao longo da vida



Crianças a pintar um mural MURO 2016. José Vicente, 2016. AML, GAU_20160501_026_JVicente

Constrangimentos e o Uso do Tempo e Espaço para se Ser Criança em Casa, na Escola e na Rua

As crianças e jovens necessitam de desenvolver competências que promovam experiências em lidar com problemas complexos; saber resolver problemas e confronto com novas tomadas de decisão; ter pensamento crítico, trabalhar em grupo e saber comunicar. O brincar, o jogo e o desporto são atividades que podem potencializar o desenvolvimento destas competências, considerando-se uma "boa droga" e um excelente antidepressivo no desenvolvimento humano e na maior parte das vezes esquecidas nos diversos contextos de vida, principalmente escolar, (onde as crianças passam a maior parte do seu tempo quotidiano), considerando a existência de um modelo de ensino e aprendizagem centrado numa escolarização excessiva visando os conteúdos curriculares considerados socialmente úteis. Uma relação mais próxima com a natureza, colocar o corpo em situações de maior nível de risco e desenvolver atividades lúdicas e desportivas em grupo é um grande desafio para a saúde pública dos cidadãos do século XXI. Na infância e juventude é urgente encontrar estratégias de ação para melhorar o seu reportório motor, lúdico, artístico e desportivo. Está em causa os limites biológicos da nossa existência e sobrevivência corporal e social. Nas primeiras idades e níveis de escolaridade, o processo educativo deve ser o mais possível variado, através de experiências motoras diversificadas, de modo a assegurar a formação de competências físicas, percetivo/motoras e sociais (desenvolver uma cultura motora geral). Interessa existir tempo e espaço para brincar, jogar e ter aventuras desafiantes e de busca de prazer no meio escolar, familiar e comunitário. Posteriormente as crianças e jovens podem realizar atividades mais especializadas de acordo com as suas caraterísticas pessoais.

O efeito do impacto da COVID nas crianças e jovens deixou várias consequências que ainda hoje se podem observar. Na nossa experiência pedagógica e de investigação no trabalho com crianças, principalmente até à puberdade podem-se constatar um aumento de comportamentos sedentários (iliteracia motora), excesso de peso e em alguns casos o aparecimento de obesidade, regressão de muitas habilidades motoras e energias vitais descontroladas (agitação motora) (1); aparecimento de comportamentos de solidão e falta de autoestima, provocados pela diminuição de tempo e espaço para brincadeiras ativas entre as

A importância das aquisições motoras e lúdicas das crianças em espaços e equipamentos adequados ao desafio do risco físico, motor mental, emocional e social.



crianças, abandono de situações de confronto com o risco (dinâmicas desafiantes do corpo) em diversos contextos, principalmente com a natureza e abruta perda de direitos e restrições de contato físico e relacionamento social (2); instalação de uma pandemia do medo na cultura corporal e mental e consequente aparecimento de comportamentos de ansiedade, angústia e inquietação emocional (3); falta de socialização, por não poderem estar com os amigos, tendo sido separadas, afastadas, longe de quem se gosta.

A urgência de um novo "design" de espaços de jogo mais humanizados e naturalizados para crianças, nos espaços públicos e espaços escolares exteriores (recreios)



Interessará restaurar o corpo através da utilização preferencial de espaços exteriores (recreios escolares), aumentar o contato e exploração da natureza, oportunidades de espaço e tempo para brincar e ser ativo de forma livre, aumentar as atividades lúdicas, artísticas e desportivas no currículo escolar, mais tempo de reflexão e escuta interior, aumentar o tempo de socialização, diluir e espantar os medos. Na verdade, na escola aprende-se com o corpo todo. O corpo não fica à porta da escola e só entra o cérebro. Neste sentido, interessa suavizar e atenuar a fobia da recuperação das aprendizagens escolares, diminuir o tempo sentado (desconstruir a sala de aula na sua visão tradicional), aumentar o trabalho colaborativo, cooperativo, participativo e democrático, não escravizar as crianças com avaliações patológicas (híper-escolarização), criando um modelo dinâmico de viver as aprendizagens escolares de forma inteligente, selecionar temas, projetos e conteúdos multidisciplinares (trabalhar juntos em um novo paradigma escolar), promover o pensamento crítico e resolução de problemas, desenvolver a curiosidade, entusiasmo, comunicação e capacidade de adaptação e criativa e ponderar o consenso e equilíbrio dos novos dispositivos digitais de uso educativo e definir regras com os alunos no seu uso lúdico nos espaços exteriores das escolas. Não podemos ter no futuro "Escolas Silenciosas" em que o corpo fica escravizado aos écrans, aumentando ainda mais o sedentarismo. A melhor estratégia será seduzir as crianças e jovens com espaços exteriores escolares interessantes e desafiantes (humanizados e naturalizados) que façam parte do projeto educativo, como forma de desconstruir a "sala de aula" e progredir para uma escola lá fora (em comunidade) que seja dinâmica e se prolongue para a comunidade para tornar os alunos exploradores, pesquisadores, artistas, etc., interessados na busca do conhecimento de si, dos objetos e dos outros e do mundo que os rodeia. Necessitamos de uma Educação que promova um desenvolvimento humano e tenha consciência ecológica sobre as transformações que estão a acontecer sobre a sustentabilidade do planeta.
É suposto admitir que várias restrições existentes no mundo moderno têm vindo a criar situações de maior risco no desenvolvimento motor e social das crianças. A redução de oportunidades e tempo de jogo na infância e adolescência têm consequências inevitáveis no aumento de sedentarismo e as patologias associadas como o aumento de obesidade, stress e doenças cardiovasculares. Um

empobrecimento do reportório motor e dificuldades de adaptação a novas situações, são provavelmente o resultado de uma diminuição de estimulação ocasional (experiências informais em actividade física e relacionamento social). Salvo raras excepções as crianças são por natureza saudáveis. Nas crianças não é clara a relação entre actividade física e saúde. A associação entre má qualidade alimentar (comer mais) + brincando menos (sedentarismo) = obesidade, está a criar uma epidemia generalizada com grandes consequências a médio e longo prazo para a saúde pública. Admite-se que de uma forma geral 40 a 45% de crianças e adolescentes sejam sedentários ou insuficientemente activos nas sociedades mais desenvolvidas. O relativo baixo custo energético dispendido pelas crianças nas actividades de vida quotidiana (casa, escola e rua) implica um olhar mais atento no desenvolvimento de estratégias de investigação e de políticas públicas de modo a ultrapassar este problema complexo da vida moderna. A relação entre vida activa e desenvolvimento urbano exige uma concepção arrojada e corajosa de cruzamento de conhecimentos e formas de acção. É necessária uma visão de desenvolvimento sustentável no âmbito das "culturas de infância", no sentido de assegurar um combate ao progressivo "analfabetismo motor" e promover experiências de jogo e movimento a fim de assegurar "estilos de vida saudáveis ao longo da vida. Está em causa uma diminuição trágica de estimulação lúdica e motora em situações informais nas culturas de infância nos nossos dias. A inactividade física e a falta de contacto com amigos e relação com a natureza, aumentaram significativamente, colocando em perigo a estruturação do jogo e da motricidade infantil (coordenação motora, capacidade percetiva/decisional e de resistência ao esforço) exigíveis num mundo moderno cheio de novos desafios e incerteza. Hoje a vida na cidade é desesperadamente adulta e racional. Esta violência simbólica marca definitivamente os percursos de vida na infância em termos de construção de imaginários, fantasia e aprendizagem social. É absolutamente importante que as crianças tenham uma infância feliz. Não uma infância inventada pelos adultos. Importa criar contextos de participação das crianças de acordo com as suas motivações e necessidades próprias desta etapa da evolução humana. A adaptação ao espaço físico, espaço electrónico, espaço de aventura e espaço de amigos, são elementos fundamentais no desenvolvimento ao longo da vida (life span).

É comum a ideia de grande oferta de oportunidades de prática de actividade física, lúdica e motora na promoção do desenvolvimento da criança. Não cremos que as crianças tenham actualmente uma motricidade mais estruturada ou um desenvolvimento motor mais equilibrado. Apesar de mais ofertas de prática desportiva ou tempos livres organizados por agências públicas e privadas, apenas uma pequena maioria de crianças e jovens desfrutam essa realidade (principalmente das classes sociais médias ou altas).
É necessário compreender o conceito de adaptação biológica e social e identificar os constrangimentos que as crianças estão sujeitas na sua vida quotidiana (Neto & Marques, 2004):

1) aumento do *envolvimento electrónico,* em que o efeito das novas tecnologias (culturas de écran), evoluíram significativamente nas últimas décadas. O tempo passado a ver televisão e vídeo, utilizar telemóveis, jogar jogos electrónicos, utilizar o computador, etc., envolvem uma grande parte da vida diária de crianças e jovens. Trata-se de um bombardeamento sensorial e percetivo excessivo, que não permite que as crianças possam ter a cesso a outras experiências de brincar livre e serem ativas em vários contextos do mundo natural. A exposição diária das crianças a uma frequência elevada de écrans (novos dispositivos digitais lúdicos, publicidade televisiva, e existência de televisão no quarto, tem levado alguns investigadores a admitirem uma associação forte de risco no aumento de obesidade infantil (Pediatrics, 2002);

2) desaparecimento progressivo da *"cultura de jogo de rua",* colocando as experiências espontâneas de vida das "culturas de Infância" em vias de extinção. As ruas desapareceram como local de jogo livre. O brincar no exterior tem sido rapidamente substituído por comportamentos sedentários dentro de casa. Os estudos demonstram que o tempo passado no exterior é uma variável do envolvimento altamente correlacionada com a mudança verificada na actividade física em crianças;

3) aumento da *densidade de tráfego automóvel,* provocando limitações de espaço disponível junto às habitações e na cidade em geral. Segundo o estudo de Sandels (1975), uma grande percentagem de crianças em idade escolar não sabia interpretar o significado de atravessar a rua (97%), zona pedestre (10%) e entroncamento (30%). O autor conclui que as crianças com idade inferior a 10 anos não possuem

capacidade biológica para terem um comportamento sistematicamente seguro nas ruas, visto não serem capazes de adoptar comportamentos que ultrapassem as limitações impostas pelo seu nível de maturação. Não existe um modelo consistente de funcionamento pensando a vida das crianças e jovens em áreas residenciais;

4) *diminuição do espaço livre* em que o fenómeno de urbanização e a reduzida e institucionalizada política de equipamentos de espaços de jogo para a infância, não favorecem o desenvolvimento de experiências de jogo e aventura. Há umas décadas atrás as crianças passavam uma grande parte do seu tempo livre em actividades de jogo livre nas ruas, espaços verdes, espaços de jogo, parques ou em espaços selvagens ou em vias de urbanização. Este envolvimento mudou drasticamente, diminuindo as possibilidades de actividades físicas, lúdicas e sociais (Neto, 1999, 1997);

5) aumento *de insegurança e protecção,* com a família a alterar os padrões de liberdade na educação dos filhos sobre a frequência de espaços exteriores, diminuindo as margens de risco atribuídas nas actividades de jogo e actividade física. Na maior parte dos casos aumentou o "medo" dos pais em deixarem as crianças saírem à rua brincar com os amigos sem supervisão, assim como o controlo nos percursos de casa para a escola e vice-versa (Arez & Neto, 1999);

6) aumento da *formalidade da vida escolar,* com mais actividades curriculares organizadas na escola a par de um menor tempo de actividade livre. O tempo semanal em actividades de educação física orientada, sistemática e intencional é ainda muito reduzida ou insuficiente em termos de intensidade de esforço. Os recreios escolares não são considerados, na maior parte dos casos, como locais de desenvolvimento e aprendizagem motora e social e apresentam muitas deficiências em termos de equipamentos, materiais, qualidade ambiental e supervisão (Marques, Neto & Pereira, 2001);

7) *aumento de actividades e jogos institucionalizados* em que o uso do tempo, espaço e actividades organizadas (desportivas, artísticas e religiosas) se colocam como "escolas paralelas" e como consequência faz desaparecer o tempo verdadeiramente livre (jogo espontâneo e exploratório), configurando-se progressivamente a ideia de "crianças de agenda". Nos grandes centros urbanos constata-se que existem crianças com mais de duas ou três actividades organizadas para alem do tempo escolar (Neto, 1994);

8) diminuição do *nível de independência de mobilidade*[1], isto é, a autonomia de circulação das crianças no espaço urbano diminuiu de forma significativa nos últimos anos (percursos, percepção do espaço físico e possibilidades de acção). Ainda que possam ser constatadas diferenças geográficas e culturais em diferentes continentes, admite-se que a mobilidade e percepção do meio urbano de crianças e jovens tenha vindo a decrescer de forma dramática. Entende-se que a associação entre actividade física habitual e nível de independência de mobilidade permitida na vida quotidiana das crianças e jovens na cidade, explicam uma parte do progressivo fenómeno de sedentarismo e obesidade infantil. Paralelamente a outros factores, a importância do envolvimento físico e social no desenvolvimento da criança constitui-se como um novo paradigma de análise no desenvolvimento da criança (Malho & Neto, 2004; Neto, 2001; Arez & Neto, 1999).

1 Entendido numa perspectiva evolutiva como o desenvolvimento ao longo do tempo de uma representação consistente do espaço físico (memória, percepção e identificação) e de liberdade progressiva de possibilidades de acção no espaço quotidiano de vida (Neto, 1999).

É sempre preocupante a inexistência de respostas adequadas de políticas de espaços e equipamentos de jogo, lazer e desporto face às necessidades de prática de crianças e jovens. Pensamos mesmo que não existe em Portugal uma política integrada suficientemente robusta sobre esta matéria.
Um plano estratégico de desenvolvimento do sistema desportivo passa por um modelo consistente a médio e longo prazo de condições de formação lúdica e desportiva nas primeiras idades. A actividade lúdica, física e desportiva começa mais cedo. Está em causa a prevenção da saúde pública e o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis ao longo da vida. É através de políticas públicas dirigidas ás famílias e às crianças que se consegue elaborar um projecto realista sobre a qualidade de vida dos cidadãos do futuro. A primeira etapa passa por saber ouvir as crianças e jovens na participação da concepção e operacionalização de projectos de promoção de espaços de jogo ao ar livre e de instalações desportivas comunitárias e escolares. Ao mesmo tempo,

estão por criar mecanismos de participação interdisciplinar de técnicos e especialistas ligados à infância para que estes projectos tenham o significado e adesão esperados. O que acontece na maior parte dos casos é a aplicação de critérios e cenários ligados ao "negócio" empresarial e político, sem qualquer participação dos cidadãos. São um bom exemplo os parques infantis completamente padronizados e clássicos, sem nenhum interesse para as crianças (Neto, 1992). É urgente a existência de projectos inovadores de espaços e equipamentos que valorizem as relações entre a promoção da cultura de jogo e actividade física em conjunto com uma concepção de uso sustentável do espaço urbano, em mobilidade e qualidade de vida quotidiana. A concepção arquitectónica de escolas, recreios escolares, espaços de jogo, espaços verdes e espaços desportivos, obrigam os responsáveis a renovarem, em termos de qualidade, as estratégias de concepção, construção e manutenção destes espaços. Não vemos sentido colocar este assunto de forma exclusiva nas mãos de promotores imobiliários, que não têm na maior parte dos casos, nenhuma sensibilidade sobre os direitos e as culturas de crianças e jovens.
É urgente pensar na saúde física e mental dos Portugueses independentemente da idade, do género, da raça ou da classe social. Esse investimento está ainda por aperfeiçoar segundo critérios realistas do ponto de vista financeiro, político, pedagógico, terapêutico e social. Saúde e mobilidade corporal é um tema fundamental na estruturação de um modelo de sociedade com qualidade de vida.

Crianças a brincar em cima de "Cursiva", escultura de Amy Yoes. Abílio Leitão, 1998. AML, EX05-55-01



Espaço Urbano e as Políticas Públicas para a Infância

Nunca se falou e se defendeu tanto os direitos das crianças e jovens a par de uma consciência crítica dos adultos sobre as contradições das suas atitudes e comportamentos. A emergência das "culturas de infância" como um campo autónomo de estudo (Sarmento & Pinto, 1997), tem colocado questões novas no plano da educação, da saúde, da cultura e da política. A sociedade de informação coloca novos desafios na organização da vida quotidiana do homem e em particular no uso do tempo e do espaço na educação de crianças e jovens. Uma particular atenção deve ser colocada no modo como evolui o corpo em função das circunstâncias contextuais de vida nesta fase etária em que o brincar e as experiências não formais são uma condição indispensável para um desenvolvimento sadio e harmonioso. O progresso tecnológico é inevitável, mas os limites de adaptação biológica e social da humanidade podem estar em risco pela decadência da mobilidade e autonomia do corpo numa sociedade cada vez mais atraente para dinâmicas de sedentarismo e analfabetismo motor. Em todo o mundo estão a ser criadas ruas de jogo ou ruas residenciais. Trata-se de locais onde se pode circular convencionalmente e em condições de segurança, jogar, passear, conversar, fazer actividade física, tornando agradável a vida da cidade. Em certos países iniciaram-se outros projectos relacionadas com o encerramento de ruas ao trânsito durante os fins de semana ou ruas de jogo organizadas com a intervenção de animadores de jogo.
Esta nova "revolução" para repor o corpo em acção (estilo de vida activo) implica a existência de conhecimentos inovadores, multidimensionais e de políticas de harmonização entre a família, a escola e a comunidade. As referências de identidade social do corpo na infância são construídas também pelo equilíbrio entre a acção do corpo no espaço físico e a riqueza interactiva no espaço habitacional, na rua, na escola, e na cidade. A vivência do território urbano é um direito que assiste a todas as crianças independentemente da idade, do sexo ou da raça. Uma nova cultura do corpo na infância deve surgir nos meios urbanos, mobilizando para o efeito especialistas nas mais diversas áreas de conhecimento científico e profissional
Entendemos como questão prioritária a análise do desenvolvimento motor, perceptivo e cognitivo da criança a partir das características físicas do ambiente. Este propósito sobre uma visão ecológica do desenvolvimento infantil,

baseia-se na convicção de que muito está por fazer sobre as condições de existência do corpo no mundo moderno (espaço habitacional, espaço de rua, espaço escolar, espaço comunitário) e as restrições de expressão lúdica, motora e desportiva de crianças e jovens. Alguns destes paradoxos implicam medidas corajosas de alteração do funcionamento da sociedade e da organização da vida urbana e até da atitude científica e pedagógica na abordagem deste problema da vida infantil. O conceito de mobilidade corporal é visto aqui na perspectiva de uma interacção efectiva e significativa entre o organismo e o seu envolvimento no alcance de uma saúde física e mental. A criança por princípio é activa ainda que as suas acções sensoriais, perceptivas, motoras ou lúdicas dependam seriamente da qualidade do envolvimento físico e social.

A atenção nas "culturas de infância" enfatiza a importância de focalizar o desenvolvimento humano como uma referência fundamental no planeamento urbano:

· o reconhecimento de que as cidades devem responder a uma série de parâmetros e indicadores de sustentabilidade urbana para a criança e para todos;
· a disseminação de informações, experiências e boas práticas a ter lugar nas cidades;
· a organização de eventos, encontros, iniciativas e estratégias nacionais e internacionais das cidades educadoras e das crianças amigas;

É esperável que uma nova cultura governamental das cidades e do seu planeamento possa emergir com respostas adequadas na gestão dos ritmos de vida, na organização e planificação habitacional e transportes, organização de espaços verdes e espaços de jogo e recreio e lazer, equilíbrio de assimetrias sociais e dar oportunidades na criação de qualidade de vida das populações (facilidade de mobilidade, acesso a iniciativas culturais e institucionais, promoção de estilos de vida activa, dar voz e permitir a participação de crianças e jovens em projectos e iniciativas lúdicas, desportivas e artísticas, etc.). Em muitas cidades do mundo inteiro, estas preocupações centradas nas políticas públicas para a infância e vida familiar estão em grande desenvolvimento. Novas políticas públicas devem ser implementadas e centradas prioritariamente na família e nas crianças no sentido de permitir um nível de qualidade de vida aceitável no meio urbano. Um plano de acção deve ser concebido na operacionalização destas políticas para a infância e baseado na investigação e indicações de Organizações Internacionais ligadas ao ensino e investigação:

· Ratificar a Convenção dos Direitos da Criança e empenhar as crianças e jovens em programas nacionais e locais de educação não-formal centrados no jogo livre e actividade física;
· Criar legislação adequada para prever a existência de espaços de jogo em áreas residenciais novas ou reabilitadas;
· Permitir o acesso à diversidade ambiental através de políticas de conservação de zonas naturais e áreas em processo de planeamento ambiental, servindo as necessidades de jogo livre informal das crianças e jovens;
· Promover modelos de contenção de tráfego em ruas residenciais, permitindo tornar possível o jogo na criança e a criação de zonas pedestres comunitárias para todos os residentes;
· Implementar os tempos livres (recess time) nas escolas de forma regular, permitindo o desenvolvimento de atividades de jogo e atividade física, através da humanização e naturalização dos espaços escolares exteriores (recreios), seduzindo as crianças e jovens para a realização de aventuras, jogo livre e contato com a natureza;
· Desconstruir o medo de atividades de confronto com risco (físico, mental, emocional e social) nos espaços escolares e relação com a natureza;
· Defender e desenvolver programas de jogo durante e depois do período escolar e durante as férias escolares;
· Desenvolver centros de jogo e aprendizagem seguros em escolas e locais comunitários (espaço público) de fácil acesso para as crianças;
· Repensar as barreiras arquitetónicas da acessibilidade das crianças e jovens mais vulneráveis ou com necessidades especiais em actividades de jogo e aventura ao ar livre ou em espaços interiores;
· Desenvolver na formação inicial e pós-graduada cursos e disciplinas dedicadas ao estudo da importância do jogo no desenvolvimento da criança e "a aprendizagem através do jogo";
· Implementar projectos de trabalho em Universidades de Educação e Programas de Treino de Professores no sentido de certificar programas em animação e especialistas de jogo (Playworkers);
· Mediar o uso do tempo das crianças na utilização das novas tecnologias (culturas de écran) com as oportunidades de jogo livre e ativo.

A questão do controlo das energias e das margens de risco das crianças não é um problema da exclusiva responsabilidade dos pais. Mais margem de risco no jogo e desenvolvimento lúdico e motor fora de casa, depende de uma estratégia de planeamento urbano centrado na compreensão das necessidades de mobilidade das crianças e jovens. Em muitas cidades do mundo esta é uma questão central nas políticas de intervenção sobre o planeamento dos espaços pedestres, espaços de jogo e espaços verdes junto às habitações, escolas e lugares públicos. A autonomia de mobilidade na cidade depende de um conjunto de circunstâncias de organização adequada do espaço físico com qualidade e segurança. As ruas livres de trânsito, o acesso mais fácil a espaços e equipamentos de jogo, os projectos de animação lúdica e desportiva com especialistas bem formados (playworkers), são apenas alguns exemplos que ainda não se encontram desenvolvidos em Portugal. As estruturas políticas locais (Municípios, Juntas de Freguesia, etc.) e nacionais, deveriam desenvolver capacidades e estruturas em termos de meios materiais e recursos humanos relacionados com o objectivo de promover o jogo e aventura na infância e juventude. Em muitos Países existe a figura de vereador ou ministro do jogo, e em outros casos a figura de parlamento de crianças em que são discutidos os problemas concretos existentes na sua vida quotidiana. Por outro lado, os pais devem também participar activamente em projectos comunitários para a promoção de oportunidades de jogo para os seus filhos. Está ainda por criar em Portugal o conceito de "espaço de aventura", em que seja possível as crianças serem actoras no seu próprio espaço de jogo. As questões relacionadas com a prevenção da saúde pública (física e mental), devem ser equacionadas com a implementação de politicas públicas realistas para a infância e adolescência, adoptando medidas legislativas e estratégias de intervenção e participação de todos os interessados no processo, procurando o aparecimento de padrões de

Crianças a brincar junto a um dos vulcões de água da EXPO 98. Antonio Marques, 1998. AML, EX08-44-06



qualidade de vida, através de um corpo mais activo e mais social. Três dimensões devem merecer um destaque particular: mais consciência do valor da participação das crianças e dos pais e da escola no planeamento e uso dos espaço urbano; mais soluções para tornar as cidades mais activas, com mais mobilidade e qualidade ambiental, e em último lugar, iniciar um processo de aproximação multidisciplinar de diversos especialistas (cruzamento de saberes) como a melhor forma de transformar o actual estado de degradação das condições de existência das "culturas do corpo" na vida da cidade moderna, provocando o aumento da obesidade e outras patologias associadas ao sedentarismo na infância.

Conclusão

O problema dos estilos sedentários de vida das crianças não pode ser resolvido apenas por modestas transformações ou adaptações das características físicas dos espaços urbanos, escolares e residenciais ou melhoramento da oferta de programas organizados de jogo de atividade física. Estas mudanças implicam a existência de uma nova filosofia política e atitude cultural na organização e planeamento sustentável do uso do espaço e tempo entre a vida familiar, laboral, escolar e comunitária.

Uma Cidade Educadora deve em primeiro lugar pensar numa comunidade saudável e natural, ao mesmo tempo que contribui para um planeta saudável e sustentável. Interessa combater uma sociedade exausta, cansada, em fadiga, no limite, vivendo à pressa e com corpos esquecidos, ignorados e em local incerto. Em segundo lugar, deverá promover uma cidade ativa, num mundo em grande mudança (alterações climáticas, transição digital e transição escolar, familiar e laboral), criando padrões naturais (biosfera, pessoas e economias prósperas com princípios ecológicos e éticos), procurando mais prosperidade, participação, empatia e resiliência. Para alcançar esse objetivo, será fundamental promover uma rede educativa integral, através de um espírito de comunidade (aprendizagem e trabalho em grupo) e uma governância democrática e cooperativa (estratégias integradas) alterando projetos de planeamento, ação, aprendizagem e formulação de novos contextos de vida coletiva. Em terceiro lugar, é chegado o momento oportuno para criar um pato de transição entre a família (pais mais interativos, disponíveis e ativos com os filhos), a escola (repensar e redesenhar novos modelos de ensino-aprendizagem, humanizando e naturalizando os espaços escolares exteriores como continuidade do projeto educativo) e a comunidade (novas políticas públicas mais ousadas e mais amigas dos cidadãos). Em quarto lugar, será importante construir uma visão multidisciplinar nas políticas municipais que permitam:

1-Criar Cidades ativas, verdes e caminháveis (um novo modelo de planeamento urbano);

2-Mais condições de mobilidade autónoma e em liberdade (especialmente os direitos das crianças ao brincar e participar nas decisões do seu local de vida quotidiana);

3-Devolver a rua para todos como local de encontro, festa e lazer (fechar ruas ao trânsito, criar eventos e espaços lúdicos);

4- Reduzir o tráfego e transporte automóvel devolvendo o espaço público para atividades promotoras do bem-estar físico, mental, emocional e social);

5- Criação de espaços verdes e equipamentos lúdicos apropriados às culturas infantojuvenis e de terceira idade (promovendo o contato com a natureza, o confronto com o jogo de risco, jogo de atividade física e jogo simbólico);

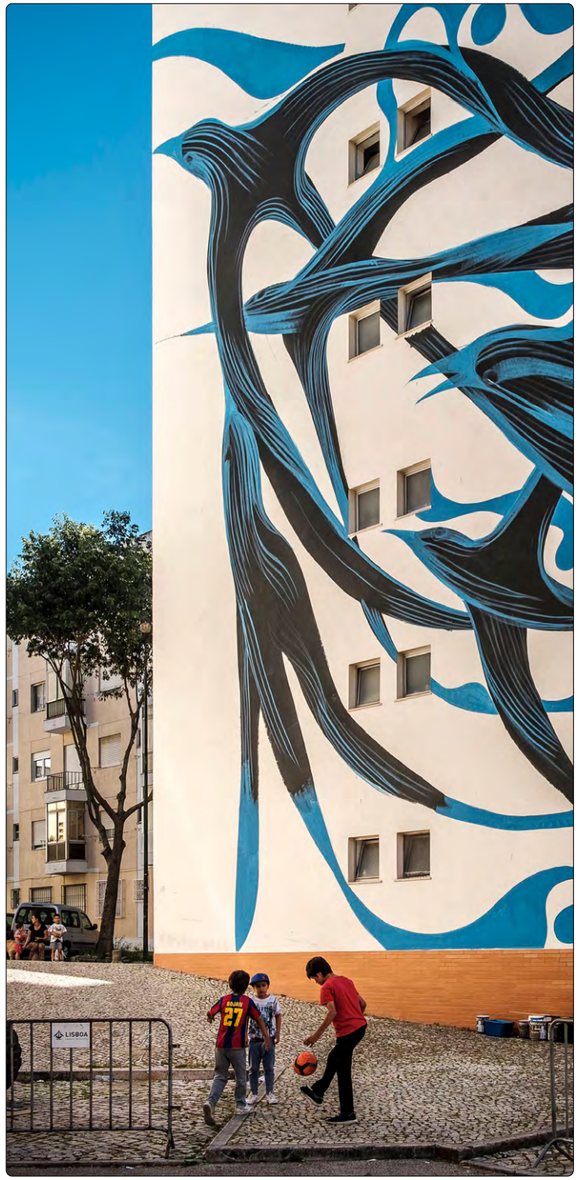
6- Promover um modelo de gestão do tempo escolar, familiar e laboral mais amigo de todos (melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, através da conquista de novos estilos de vida mais ativos e interativos).

As cidades do futuro devem dar mais importância às crianças e jovens, que na maior parte dos casos estão excluídos de participar na construção e na vida urbana. A justiça na organização espacial da cidade também deve incluir a existência de atividades informais e de busca de prazer, como forma de conquistar independência de mobilidade, identidade do lugar, assimilação do local (espaço de vida) onde se cresce, habita, estuda, convive e se relaciona. As cidades deverão apresentar projetos participativos para permitir a disponibilidade de "pulmões verdes", oportunidades de brincar livre, criativo e desafiador, espaços de jogo exteriores inclusivos e naturalizados nas escolas e espaços públicos, lugares de encontro para toda a família, através de um planeamento urbano integrado, dinâmico e participativo.

Como recente me dizia uma jovem "eu não aprendo apenas na escola: aprendo com toda a gente e em qualquer lugar".

O futuro é plural e global, implicando que a cidade educadora possa desenvolver múltiplas competências, principalmente em crianças e jovens, considerando o futuro da humanidade que se apresenta estranho, líquido, em vazio existencial e ao mesmo tempo cheio de esperança em empatia e otimismo.

Mural de Pantónio, crianças a brincar, MURO 2019. José Vicente, 2019. AML, GAU_20190515_241_JVicente



Referências Bibliográficas

Arez, A. & Neto, C. (1999). The study of independent mobility and perception of the physical environment in rural and urban children. Paper presented at *The Community of Play – IPA*.

Malho, M. & Neto, C. (2004). Espaço urbano e independência de mobilidade na infância. *Boletim do IAC*. nº73, Separata nº 11, Julho - Setembro.

Marques, M.; Neto. C., & Pereira, B. (2001). Changes in school playground and aggressive behaviour reduction. In M. Martinez (Coord.): *Prevention and Control of Aggression and the Impact on its victims.* Kluwer Academic/Plenum Publihers.

Neto, C. (2020). *Libertem as Crianças: a urgência de brincar e ser ativo.* Lisboa: Edições Contraponto.

Neto, C. (2001). Aprendizagem, desenvolvimento e jogo de actividade física. In M. Graça Guedes (Ed.). *Aprendizagem Motora: Problemas e Contextos* (pp. 193-220). Lisboa: Edições FMH.

Neto, C. (1999). O jogo e os quotidianos de vida da criança. In R. Krebs, F. Copetti & T. Beltram (Eds.). *Perspectivas para o Desenvolvimento Infantil* (pp. 49-66). Santa Maria - Brasil: Edições SIEC - Santa Maria.

Neto, C. (1997). Tempo & espaço de jogo para a criança: rotinas e mudanças sociais. In C. Neto (Ed.). *O Jogo e o Desenvolvimento da Criança* (pp. 10-22). Lisboa: Edições FMH.

Neto, C. (!994). A família e a institucionalização dos tempos livres. *Ludens*, 14, 1, 5-10.

Neto, C. (1992). The present and future perspectives of play and playgrounds in Portugal. *Ludens*, 12, 3-4, 83-89.

Neto, C. & Marques, A. (2004). A mudança de competências motoras na criança moderna: a importância do jogo de actividade física. In J. Barreiros, M. Godinho & Pediatrics, (2002). *USA Today*, June, 4 (on line Journal).

Sandels, S. (1975). *Children in traffic*. Londres: Elek Books.

Sarmento, M. & Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Sarmento & M. Pinto (Eds.), *As Crianças – Contextos e Identidades*. Braga: Colecção Infans – CEC-UM.

As Crianças ainda sabem brincar e andar pela cidade: a fingir que a rua era nossa amiga...

Frederico Lopes

Fig. 1 Incubadoras de Brincar
(Fonte: Repositório do próprio autor/ @Brincapé)



Preâmbulo

A perspetiva e preocupações das crianças relativamente à vida urbana encontram-se alinhadas com os novos objetivos para o desenvolvimento sustentável, e, como tal, beneficiam os restantes grupos geracionais. No tempo atual, as cidades terão inequivocamente de emergir perante os seus concidadãos enquanto lugares prazerosos e "salugénicos", através de modelos ecologicamente e ambientalmente sustentáveis, promotores de uma vida ativa, geradora de saúde e de bem-estar, assente em relações de proximidade e de convivialidade, dotadas de um maior usufruto da natureza e dos espaços públicos residenciais e comunitários.

Uma cidade amiga da criança será uma cidade que serve o superior interesse das crianças e nela traduz os seus direitos. Mais ainda, será uma cidade que integra nas suas políticas e modos de ação as crianças enquanto corpos lúdicos em movimento nos espaços públicos, que com os seus modos específicos de representação, intenção, ação e de significação, afetam e são afetados pelo ambiente. Este emaranhado de corpos, afetos, objetos, espaço e histórias em modos que tornam a vida mais prazerosa no tempo e espaço de brincadeira, são tradutores de uma coprodução iminentemente lúdica de espaços. A cidade de Lisboa, tal como uma grande maioria das suas congéneres europeias, está progressivamente a tornar-se menos hostil para as crianças. Contudo, para que esta seja uma transformação vingadora e que possibilite uma reconciliação com os quotidianos das crianças e das suas diferentes infâncias, plasmadas nos seus diversos territórios, geografias e malhas urbanas que compõem a cidade, será crucial transformar os espaços e suas acessibilidades, considerando o brincar enquanto um processo de criação de incerteza que deverá emergir num contínuo, e não apenas em espaços circunscritos e específicos para tal.

Esta perspetiva apenas será conseguida se o "Brincar" for um componente integrante, e não acessório, de um planeamento urbano e de gestão de espaços públicos comprometidos com modos de deslocação suaves e ativos. Isto será a garantia de condições de maior segurança para a deslocação autónoma das crianças e sua apropriação lúdica e flexível dos lugares, aumentando assim a sua visibilidade e participação na cidade.

Neste sentido, o presente trabalho inicia com uma caracterização sobre a vida das crianças nos meios urbanos (**I-Introdução e caracterização**), muito afetada pela inatividade física, sedentarismo, imobilidade espacial e autonomia de mobilidade reduzida, agudizada pelas vivências pandémicas dos últimos dois anos, com graves consequências para a saúde e bem-estar das crianças e jovens. Em seguida, apresenta uma reflexão crítica a partir de postulados teóricos, estudos de investigação, pistas e perspetivas sobre um modelo de cidade mais lúdica, na qual a mobilidade é menos marcada pela cultura de motorização (**II-Elaboração crítica**). Sendo aqui ressalvado a importância de os municípios compreenderam e promoverem uma perspetiva do "Brincar" situada no "aqui" e no "agora" e na coprodução lúdica dos espaços. A terceira secção do artigo é composta pela apresentação de um conjunto de respostas e práticas já testadas em diferentes cidades, como maior e menor expressão no cerne da implementação de políticas públicas mais amigas das crianças e jovens (**III-Implementação prática**). As iniciativas aqui descritas refletem a viabilização de ambientes urbanos mais inclusivos dos interesses, perspetivas, necessidades, capacidades, e sentido de

Fig. 2 Espaço de jogo e recreio num bairro em Friburgo (Fonte: https://www.flickr.com/photos/rethinkingchildhood/671211725/in/photostream/ (@timrgill))



agência e de participação das crianças e jovens. Neste âmbito são caracterizados de modo sucinto os modelos de cidade amigos da criança implementados nas cidades de Pontevedra e de Friburgo, e algumas experiências/iniciativas levadas a cabo na cidade de Lisboa pelo consórcio Brincapé, formado pela "Associação 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês" e pela "Associação para a Promoção da Segurança Infantil". A quarta é última secção do artigo **(IV-Conclusão**) reforçam que as novas paisagens de cidades moldadas pela expressão lúdica da criança em termos da sua visibilidade, mobilidade, e participação no espaço público, possibilitam reiterar a ideia inicial, que serviu de suporte e de inspiração para a escrita da presente reflexão. Uma "Cidade Amiga da Criança" terá que ser no "real e ordinário" impactante no quotidiano da "Criança", possibilitando, através de modos concretas e formas significativas de ação, uma apropriação flexível da "Rua" enquanto lugar privilegiado de essência "lúdica e extraordinária".

I
Introdução e caracterização

Mais de dois anos volvidos após o surto pandémico causado pela COVID-19 e decorrentes períodos alargados de confinamento, isolamento físico e social, exclusão do usufruto do espaço público por parte dos cidadãos de todas as idades e um impacto gravoso no seu bem-estar e saúde física e psicológica, torna-se pertinente refletir sobre o papel do espaço público urbano e das relações lá estabelecidas por aqueles que já anteriormente à pandemia pertenciam a um dos grupos geracionais com menor visibilidade nessas mesmas paisagens, as crianças e os jovens. O tempo de pandemia e o do pós-COVID 19 obriga-nos a uma reflexão sobre a cidade real (a que temos) e a cidade ideal (a que desejamos) e que nela terá o ônus terapêutico assente num modelo ecologicamente sustentável promotor de uma vida ativa, geradora de saúde e de bem-estar para as pessoas e para o ambiente, assente nas relações de proximidade e de convivialidade, e uma maior proximidade e usufruto da natureza mas também dos espaços públicos, nomeadamente, nas zonas residenciais, escolares, laborais e de lazer e recreação. Mais ainda, a crise e as alterações climáticas já sentidas em diversos pontos do globo, fruto, entre outros, de um aquecimento global causado pela usurpação dos recursos naturais, extinção da biodiversidade, e excessivos níveis de poluição atmosférica, conducentes a um caminho para uma situação global de uma irreversibilidade catastrófica ambiental, determinam modelos de vida nos quais o ser humano esteja em melhor e maior harmonia com o ambiente que o rodeia.

Estas preocupações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, como promoção da saúde e bem-estar (objetivo 3) e cidades e comunidades sustentáveis (objetivo 11). As crianças e jovens, enquanto grupo geracional frequentemente esquecido nestas matérias, em torno do modo como usam os espaços e da auscultação das suas opiniões e propostas para a transformação dos ambientes urbanos em ambientes mais amigos das suas necessidades e desejos, necessitam de ser realmente reconhecidos enquanto protagonistas no uso e transformação dos cenários urbanos na viragem da cidade real para a cidade ideal. Será importante relembrar que a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas reforça a importância das crianças e jovens terem direito ao brincar e ao lazer (Artigo 31) e a participarem nas decisões que lhes dizem respeito (Artigo 12). Uma cidade amiga das crianças e dos jovens é uma cidade amiga de todos os outros grupos geracionais, pois as suas escolhas e perspetivas incidem sobre espaços e ambientes urbanos mais seguros, mais caminháveis, mais inclusivos, mais próximos de elementos naturais, mais diversos, mais brincáveis, mais interativos e mais sustentáveis (Eisinger, 2012). Uma cidade para e co-construída com as perspetivas das crianças e jovens será uma cidade preparada para as necessidades ao nível do bem-estar e saúde das comunidades e será decisiva para a harmonização entre o ser humano e o restante ambiente.

Um ponto central desta harmonização relaciona-se com a "pedonalização" e "caminhabilidade" do espaço público e dos seus interstícios, de modo a que as pessoas de todas as idades, incluindo as crianças e os jovens, se sintam seguras e motivadas para se deslocarem de modo ativo (ex.: a pé, de bicicleta, de trotinete, skate ou semelhante) por entre os lugares dos seus bairros e zonas de vizinhança mais significativos e mais frequentemente usados no seu quotidiano (Rafiemanzelat et al., 2017). Mais ainda, os modos de deslocação usados nas cidades e a adoção de sistemas multimodais, sobretudo em deslocações não-caminháveis, ou não-andáveis, terão forçosamente de ser

mais suaves e menos poluentes, com um desacentuar do uso do automóvel de caráter individualizado e privado e dependente de combustíveis fósseis e o acentuar do uso de transporte coletivo público (também este menos dependente de combustíveis fósseis) e de bicicletas e trotinetes elétricas, ou modos transporte similares.

A promoção da atividade física, do brincar, do lazer, da recreação e dos modos de deslocação ativa entre as crianças e jovens, bem como um maior envolvimento dos cidadãos ao nível da participação relativa aos destinos dos bairros e zonas de vizinhança serão aspetos e práticas incluídos nestes novos modelos de vida ativa e cívica, os quais deverão ter como um dos principais focos e agentes, as crianças e jovens. Os níveis baixos de atividade física e o aumento do comportamento sedentário das crianças e jovens (5-18 anos) são atualmente preocupações globais da saúde, recentemente agravadas pela pandemia de COVID-19 (Pombo et al., 2020).

Os estilos de vida contemporâneos na grande maioria dos países industrializados, como é o caso de Portugal, ocorrem em contextos urbanizados ou com tendência para o ser, marcados por um aumento de densidade populacional nas áreas habitacionais, desigualdades crescentes, alteração de dietas alimentares e emergência de novas tecnologias (Barthel & Kyttä, 2020), sendo o quotidiano das crianças e jovens destes países muito marcados por tempo de écran, inatividade física e comportamento sedentário, os quais contribuem negativamente para a saúde e bem-estar (Aubert et al., 2018). De acordo com o COSI 2019 (Childhood Surveillance Obesity Initiative), e ainda que tenha havido desde 2008 a 2019 uma tendência invertida da prevalência de excesso de peso e de obesidade infantil, 12% das crianças (6-8 anos de idade) apresentam obesidade infantil e 29.6% excesso de peso (INSA, 2019). Um estudo internacional promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) realizado em 27 países da região europeia colocou Portugal em 2014 para a lista de países cimeiros nos quais os adolescentes são mais obesos (5%), cuja prevalência de obesidade entre os rapazes com 11, 13 e 15 anos foi de 6,9 % e nas raparigas de 3% (World Health Organization, 2017). Um relatório de um estudo recente revela que dos 6997 adolescentes (provenientes do 6º, 8º e 10º ano de escolaridade) inquiridos em Portugal, 15.8% e 3.1% consideram ter excesso de peso e obesidade, respetivamente (Matos & Equipa Aventura Social, 2018).
A obesidade infantil é de facto um problema de saúde público global com consequências nefastas ao nível do bem-estar e saúde infantil amplamente comprovadas. As crianças obesas encontram-se sujeitas a um risco acrescido de contraírem diabetes do tipo 2, asma, dificuldades no sono, problemas músculo-esqueléticos e doença cardiovascular futura, como também em termos de ausência escolar, problemas psicológicos e isolamento social (World Health Organization, 2017). Combater este flagelo implica uma abordagem ecológica em diferentes níveis e esferas de influência de modo a aumentar a atividade física e a tornar a vida das crianças mais ativas no seu quotidiano, o que implica aumentar os seus níveis de autonomia de circulação pelos diferentes espaços urbanos, bem como criar condições para que as crianças e jovens se possam apropriar significativamente destes espaços enquanto lugares com os quais o corpo todo -nas suas dimensões de índole material, motora, social, cognitiva, emocional, simbólico- possa produzir diversos significados, sentidos, práticas, comportamentos e interações. Todavia, ao longo das últimas décadas, tem havido uma diminuição das deslocações ativas, da autonomia de mobilidade, do brincar ativo e da atividade física de lazer (Shaw et al., 2015). Estes fatores protetores contribuem ativamente para a manutenção de um estilo de vida saudável e ativo ao longo da vida (Brussoni et al., 2015; Schoeppe et al., 2015). Contudo, os estudos nacionais e internacionais realizados ao longo dos últimos anos demonstram que os níveis de independência de mobilidade das crianças e jovens portugueses são reduzidos, ou seja, a autonomia de mobilidade para circular no espaço público sem supervisão adulta, sozinhos ou em companhia com os seus pares, surge com maior frequência e incidência a partir dos 14/15 anos de idade(Cordovil et al., 2015; Rito et al., 2016; Shaw et al., 2015). Internacionalmente, num estudo realizado em 16 países, Portugal ocupa a posição de 14ª no ranking de independência de mobilidade, ao lado da Itália, sendo as posições cimeiras, ocupadas no topo pela Finlândia, seguida da Alemanha. As razões pelas quais as crianças e jovens em Portugal apresentam níveis de autonomia de mobilidade baixos são de natureza diversa, havendo, no entanto, consensualidade por parte dos adultos cuidadores relativamente a duas causas, o trânsito automóvel associado ao risco de acidente na via pública e o medo dos estranhos (Lopes & Neto, 2014). Será importante

referir que o primeiro obstáculo, a presença do automóvel e seu comportamento abusivo é de facto visível e real na grande maioria dos centros urbanos enquanto o segundo apresenta uma natureza de foro mais sociocultural e se encontra mais associado a uma aversão a uma cultura de risco e de autonomização das crianças e jovens (Tim Gill, 2007).

Uma "excessiva cultura de motorização do espaço público" encontra-se associada a um conjunto de práticas, comportamentos e cenários que tem na sua base o uso e presença abusiva do automóvel no quotidiano da vida urbana com consequências diretas e indiretas ao nível da utilização dos espaços urbanos e conexões entre estes para efeitos de deslocação ativa de crianças e jovens (autónoma ou acompanhada por adultos) e para o seu uso e apropriação enquanto trajetos e lugares ocupados, vividos, sentidos e participados por estes. A consequência imediata deste tipo de cultura motorizada em termos de obstáculo à apropriação lúdica dos lugares e trajetos urbanos revela-se no facto de, na maioria dos centros urbanos, o brincar, recreação e lazer dos mais novos apenas possa acontecer em lugares específicos para tal, altamente condicionados em termos de diversidade de recursos ambientais, o que limita a diversidade de possibilidades de ação lúdicas e de tipos de brincar, acrescido ao facto de que as crianças e jovens serem acompanhadas pelos pais em transporte privado motorizado para chegarem aos tais lugares específicos para brincar. Denominamos esta prática a que as crianças e jovens estão sujeitos de "apartheid lúdico e pedonal" no espaço urbano, uma vez que a cidade atual encontra-se ainda muito mais sensível ao "poder", "força" e "visibilidade" funcional e simbólica do automóvel e da cultura de motorização e menos pensada no âmbito do menor "poder" e "força" e "visibilidade" das crianças, jovens e adultos que se deslocam mais frequentemente em modos ativos e suaves (fruto das condições urbanísticas dos territórios pelos quais se movimentam, das escolhas relativas aos modelos e filosofia de vida quotidiana, mas também fruto das suas condições de recurso económicas e socioculturais.

II
Elaboração crítica

No modelo de cidade dominante no qual ainda vivemos, o uso do automóvel para as deslocações do quotidiano das crianças e jovens (ex.: casa-escola; casa-atividades extracurriculares; casa- parques e jardins e outros locais de recreio e de lazer; casa- atividades culturais; casa-lugares de comércio, etc.); a sua presença muito constante na paisagem urbana dos lugares, mesmo em locais que não lhes são destinados (ex.: passeios, junto à entrada de escolas, no acesso a zonas pedonais em áreas comerciais e recreativas, etc.); o comportamento abusivo em termos de excesso de velocidade motorizada em zonas residenciais, bairros e nas imediações de escolas e de espaços comerciais locais,; os comportamentos agressivos de alguns utilizadores de automóveis em zonas de vizinhança para com os utilizadores de bicicletas em torno das questões relativas à partilha de espaço rodoviário e de coexistência; a falta de um planeamento urbano centrado nos modos de deslocação ativos e suaves e a degradação e empobrecimento de zonas residenciais, por via, por exemplo, de maus tratos, vandalismo, dejetos de animais, entre outros; o stress associado ao ritmo de trabalho e agenda diária dos adultos e crianças; a colonização das vidas crianças pela agenda dos adultos associada a uma presença excessiva e regulamentação no que concerne à planificação do tempo não-livre e livre das crianças; as novas formas de entretenimento, de recreação e de lazer associadas às tecnologias e dispositivos digitais; um espaço público (rua, largos, passeios, parques, jardins, espaços de jogo e de recreio, etc.) que carece ser pensado na perspetiva dos interesses, perspetivas, necessidades e capacidades das crianças e jovens; e a ausência de políticas públicas centradas na infância e na juventude são fatores que contribuem para uma exclusão motora do corpo em movimento na cidade e um confinamento espacial e social do mesmo, atuando como forças que inviabilizam a presença e participação efetiva das crianças e jovens no espaço público (Lopes & Neto, 2014; Neto & Lopes, 2017; Sarmento, 2018).

Posto isto, e fazendo agora uma ponte com o título desta reflexão, será necessário transformar a cidade atual, de modo a criar condições para que a cidade ideal possibilite às crianças e jovens brincar e movimentarem-se livremente e em segurança, o que significa que qualquer intervenção para promover o

brincar tem de reconhecer as suas características e permitir suficiente flexibilidade, imprevisibilidade e segurança para as crianças brincarem livremente (Lester & Russell, 2010). A segurança não deve ser compreendida como o oposto ao risco e à imprevisibilidade, mas sim como o garante físico e emocional para que o brincar enquanto comportamento flexível, criativo e arriscado possa se desdobrar.

O espaço público possibilita (ou deverá possibilitar) aos seus atores, incluindo às crianças e jovens, uma experiência participativa de urbanidade, traduzida pela procura de um bem-comum assente nas relações com os lugares e com outros grupos geracionais e na sua capacidade de mobilização e de atuação relativamente ao presente e futuro da sua vida em cidade (Sarmento, 2018). Esta experiência crescente e de progressiva espacialização ao longo do tempo é fundamental para travar a erosão dos laços de comunidade, fomentar sentimento de pertença e permitir ao corpo formar a sua identidade e representação motora, social e simbólica (Lopes et al., 2020; Lopes, 2021).

Fig. 3 Incubadoras do Brincar
(Fonte:Repositório do próprio autor/ @Brincapé)



A motricidade e a espacialidade do corpo no espaço público é muito marcada, no caso das crianças e jovens, mas também de muitos adultos, por uma apropriação assente na demonstração de conexões de natureza e teor lúdico frequentemente irracionais, não-produtivas, imprevistas e espontâneas (Stevens, 2007), mas fundamentais para a manutenção do bem-estar, da saúde física e psicológica e do desenvolvimento dos seus protagonistas (Lester & Russell, 2008; Yogman et al., 2018) na sua vida em cidade.

A produção lúdica do espaço é um componente essencial da mobilidade e participação das crianças pelos e nos diferentes lugares das cidades., e deverá ser compreendida de modo a criar condições para que o brincar se manifeste enquanto campo de ação livre, imprevisível, complexo e tendencialmente infinito no seu modo de expressão nos espaços urbanos. O que implica compreender o brincar pelo próprio valor intrínseco do brincar, pela satisfação de uma pulsão e imperativo biológico e sociocultural, enquanto regulador do bem-estar, resiliência e de aprendizagem da compreensão de estruturas sociais complexas, e menos pelo valor instrumental do mesmo (frequentemente usado nos campos da educação escolar formal e também informal). Brincar pelo brincar na rua, ou no espaço público, significa olhar para este enquanto um processo usado para criar incerteza num contexto de segurança (que poderá ser em termos espaciais ou rodoviários, mas também em termos emocionais e físicos) de natureza de fingimento, no sentido de fazer de conta (ex.: a fingir que eu sou um dragão, a fingir que eu sou a mãe, a fingir que um pau é uma espada), usando os objetos e recursos ambientais disponíveis bem como os recursos internos ao próprio sujeito como artefactos de incerteza que possibilitam aos atores da brincadeira se apropriarem e/ou transformarem os cenários de brincar imputando-lhes risco, desafio e incerteza, com contornos e manifestações físicas ou motoras mas sobretudo dotados de carga emocional excitante (para algumas crianças estar dentro de uma caixa de cartão pode ser um comportamento arriscado enquanto que para outras um comportamento de risco será subir ao topo de uma árvore), no sentido de uma produção marginal de espaço coletivo de prazer entre os atores da brincadeira e o ambiente circundante, enquanto expressão máxima de vitalidade da existência e do poder transformativo do "aqui e agora" em algo mágico, inebriante e extraordinário (Lester, 2014; Lester & Russell, 2014; Lopes, 2021).

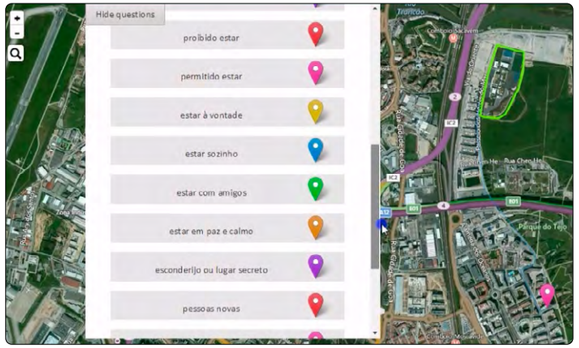
Nesse sentido, "a cidade real", mencionada anteriormente, terá de convergir para um desenho urbano mais amigo da criança e do jovem, e também mais participado por estes, convergindo e aproximando-se de uma "cidade ideal", cujo desenho urbano dos espaços e lugares possibilite aos seus utilizadores um "*brincando*" e "*movimentando*", ou seja um continuum de brincar e de movimentar que conecte os diferentes lugares significativos do quotidiano, manifestando-se e emergindo também nestas conexões, em detrimento de um "*brincar*" e "*movimentar*" que apenas se circunscreve a espaços ou lugares específicos para tal. Estes espaços, localizados com maior ou menor proximidade da área de vizinhança, ou do bairro, devem ser dotados de propriedades ambientais multidimensionais- "*affordances*"- convidativas a comportamentos e interações de natureza diversa de ordem funcional, social, emocional e simbólica (Kyttä et al., 2012; Lim & Barton, 2010; Loebach & Gilliland, 2016; Lopes et al., 2018). Será também importante conhecer as perspetivas das crianças e jovens face às possibilidades de interação oferecidas pelos diversos espaços urbanos e lugares frequentados por estes.

O conhecimento subjetivo da vivência do território urbano é fundamental para os municípios e órgãos do poder local identificarem as potencialidades e limitações dos espaços urbanos e dos recursos lá existentes no âmbito da cidade atual, mas também no âmbito da cidade desejada pelos seus munícipes mais jovens. Mais ainda, proporcionar às crianças e jovens a sua participação nestas dinâmicas consultivas é um passo significativo para a construção de um planeamento urbano de caráter mais horizontal, inclusivo e democrático. Um estudo recente realizado na Grande Lisboa sobre a mobilidade e uso dos espaços urbanos pelos jovens (6º ao 9ª ano de escolaridade), fazendo uso da metodologia online de mapeamento participativo "SoftGISchildren," demonstrou concretamente a viabilidade e potencialidades deste tipo de abordagem (Lopes et al., 2018). Para este estudo foi criado um questionário-mapa-online-designado por "Cidade Ideal: Um jogo de imaginação gráfica!". Os utilizadores deste dispositivo digital foram convidados a mapear a sua casa, a selecionar e marcar no mapa as possibilidades de interação de lugar, significativas no seu quotidiano, nas categorias social, funcional, lazer e emocional apresentados nos menus de escolha, e reportar sobre a mobilidade real e ideal a esses lugares marcados.

Alguns resultados desta investigação revelaram o seguinte:

- A maior parte das crianças e jovens usam o transporte motorizado e são acompanhadas por adultos no trajeto escola-casa.
- O transporte ativo e independente é mais frequentemente utilizado na deslocação a lugares significativos.
- Área de vizinhança (500 metros radiais em torno da habitação) é promotora de mobilidade independente e ativa.
- Maior expressividade de uso do espaço para interações na categoria social (ex.: encontrar amigos, estar sozinho, estar à vontade, etc.) nos lugares identificados (35.4%), seguida de 27.7% de interações na categoria de lazer (ex.: cinema, biblioteca, jogar computador, etc.), 21.6% na categoria motora (ex.: andar de skate, correr, trepar a árvores, etc.) e 15.3% nas interações de ordem emocional (ex.: lugar aborrecido, lugar divertido, lugar sossegado, etc.).
- As tipologias de espaços verdes, espaços comerciais, espaços residenciais e espaços escolares foram privilegiadas para a ocorrência de experiências de lugar significativas, em detrimento, por exemplo de outras tipologias de espaço como a rua e os parques infantis, nas quais ocorreram um menor número das interações de lugar.

Fig. 4 Exemplo de experiências de lugar na categoria social oferecidas aos utilizadores do SoftGISchildren. (Fonte: Elaboração do próprio autor a partir do seu trabalho de doutoramento (@Frederico Lopes))



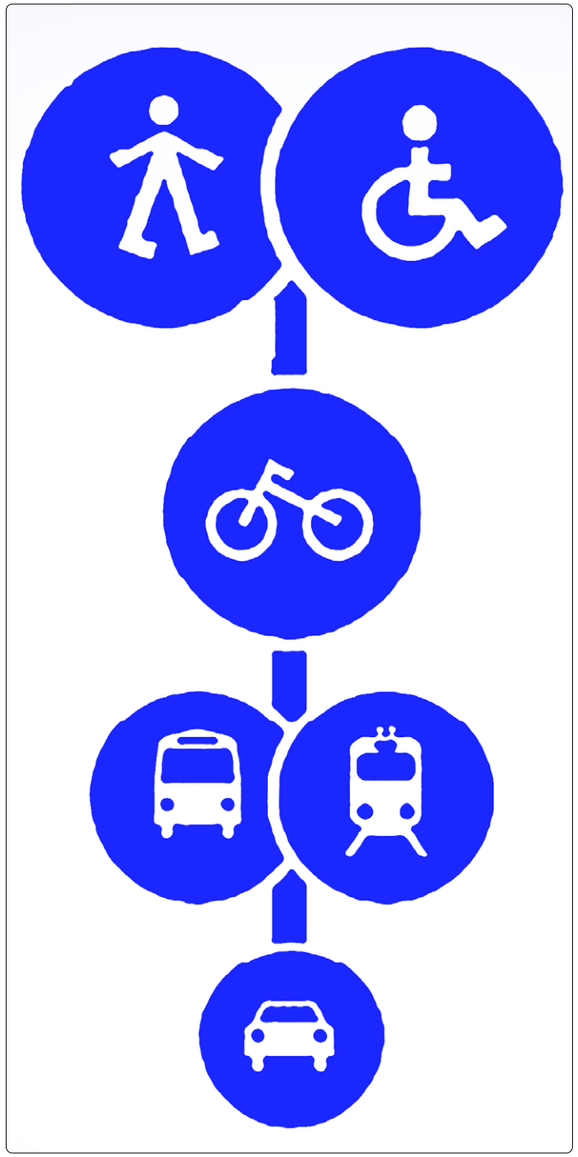
III
Implementação prática

Convergir da cidade real para a cidade ideal implica naturalmente que várias abordagens terão necessariamente de ser implementadas em diferentes níveis de intervenção e por diferentes agentes interessados na promoção de cidades mais amigas das pessoas, o que passa muito pela promoção de estratégias para uma vida ativa e a disponibilização de lugares públicos de qualidade, abertos às dimensões lúdicas, de mobilidade e de produção de espaço aludidas anteriormente. As autarquias, municípios e juntas de freguesia serão (ou deverão ser) particularmente sensíveis a estas temáticas e aspetos uma vez que estes encontram-se diretamente relacionados com a qualidade de vida dos seus munícipes. Contudo, estamos cientes que os restantes atores e agentes, tais como o próprio governo central; associações, ongs e empresas promotoras de intervenção social; iniciativas de cidadãos; universidades, etc, devem também estar incluídos no design de uma estratégia coletiva e "glocal" (simultaneamente local e com preocupações a níveis mais globais),a curto, médio e longo prazo, de valorização e revitalização do espaço público enquanto um dos principais garantes do bem-estar, da saúde e da experiência de urbanidade.Serão apresentadas de seguida 3 experiências/iniciativas já testadas sobre a viabilização das cidades e dos ambientes urbanos numa lógica mais próxima das crianças e dos jovens, de acordo com os seus interesses, perspetivas, necessidades, capacidades e sentido de agência e de participação.

Fig. 5 Exemplo da expressividade das experiências de lugar relativas à categoria social nas diferentes tipologias urbanas em Belém: interações sociais (símbolos azuis); espaço habitacional (símbolos vermelhos); espaço verde (símbolos verdes); escola (símbolos amarelos), extraídos a partir do uso da metodologia SoftGISchildren associada ao programa de análise de dados geográficos QGIS (Fonte: Elaboração do próprio autor a partir do seu trabalho de doutoramento (@Frederico Lopes)).



Fig.6 Modelo de mobilidade adotado em Pontevedra (Fonte: adaptado pelo próprio autor a partir de https://www.pontevedra.gal/publicacions/Better-on-foot/18/)



1

Pontevedra e o seu modelo de cidade amigo da criança

A reforma urbana (final dos anos 90) levado a cabo na cidade de Pontevedra teve como modelo o ideário relativo à "Cidade das Crianças" do Francesco Tonucci, no qual o brincar e a mobilidade autónoma no espaço público das crianças é um dos pontos fundamentais. Assim, foi limitada e restringida a circulação de automóveis privados na cidade de modo a obter um aproveitamento pedonal e lúdico do espaço público envolvente; foi adotado um sistema intermodal de preferência pedonal no qual a caminhabilidade e a deslocação dos cidadãos com mobilidade reduzida é um prioridade, seguida do uso da bicicleta, transporte público e no final, como última prioridade, o automóvel privado (ver figura 3); em todas as vias rodoviárias foi imposto um limite de circulação de 30 km/hora, associadas a medidas de acalmia de tráfego (rampas, levantamento de pisos, etc.); foi disponibilizado um conjunto de parques de estacionamentos intermodais gratuitos (mais de 1000); a ausência do automóvel como elemento da paisagem urbana dominante permite a circulação de bicicletas segura e integrada nas zonas pedonais; a educação viária foi introduzida no 1, 2º e 3º ciclos o que permite uma maior sensibilização e consciencialização relativa à importância da adoção de modos suaves de deslocação como fator crucial para o usufruto do espaço público em segurança e como fundamental para o fomento do bem-estar e da qualidade de vida bem-estar e fomento da qualidade de vida; nas deslocações autónomas realizadas pelas crianças entre a casa e a escola existem agentes nos principais cruzamentos e o envolvimento das pessoas do comércio local no caso das crianças necessitarem de apoio; nas escolas dentro da cidade as ruas funcionam frequentemente enquanto espaços de recreio; os lugares no espaço público para as crianças brincarem não se limitam a jardins, ou parques infantis, mas sim ao espaço público em si mesmo disponível integrado numa lógica de design e de arquitetura urbana que privilegia a "des-cercalização" dos lugares para brincar, criando condições para que nos espaço de deslocação e no espaço público o brincar possa emergir.

2

Friburgo e o seu modelo de cidade amiga da criança

Tim Gill, um dos maiores especialistas internacionais sobre mobilidade, brincar e participação das crianças e jovens nos ambientes urbanos conduziu uma série de estudos de caso sobre o planeamento urbano e design amigo das crianças levado a cabo em 9 cidades da Europa e do Canadá (Gill, 2017). Relativamente a Freiburg, destaca que a cidade foi projetada para ser compacta e ambientalmente sustentável, com bairros de natureza habitável marcados por espaço verde público bem desenhado com boas redes de ligação pedonal e ciclável. Nos bairros e vizinhanças impera um design amigo das crianças, incorporando uma boa variedade de espaços públicos brincáveis, e o andar a pé e de bicicleta por parte das destas é encorajado e valorizado. Em Friburgo, todos os recreios escolares encontram-se abertos ao uso do público nos períodos fora do horário letivo, o que demonstra uma valorização da importância do brincar, do lazer e da mobilidade ativa para toda a comunidade, bem como uma maior ligação da escola com a comunidade envolvente. O plano diretor (masterplanning) dos burgos Vauban e Rieselfeld, em Freiburg, foi influenciado por um extensivo estudo académico "Aktionsräume von Kindern in der Stadt" ("Action-room for children in the city"), levado a cabo em 1993, sobre a independência de mobilidade e as oportunidades para brincar no exterior das crianças.

Fig. 7 Espaço de jogo e recreio num bairro em Friburgo (Fonte:https://www.flickr.com/photos/rethinkingchildhood/541266054/(@timrgill))



Como consequência deste estudo, entre meados dos anos 90 e 2010, foi realizado um programa de remodelação dos parques infantis de modo a transformá-los em lugares naturalistas, verdes e aventureiros. Nos burgos de Vauban, Rieselfeld e Dietenbach é desencorajado ser-se proprietário de automóveis e o seu uso, estando (ou estarão) todos integrados na rede de elétricos da cidade, com boas ligações ao centro da cidade.
As crianças de Rienselfeld que participaram neste estudo, apreciam as oportunidades existentes para brincar na rua e as instalações disponíveis, a caminhabilidade e ausência de trânsito motorizado, e a presença e o contacto com a natureza.
Outros dois aspetos fundamentais, realçados pelo estudo de Gill (2017), como parte integrante de Friburgo enquanto uma cidade amiga das crianças, é a existência da Freiburg Kinderbüro, uma organização promotora dos direitos das crianças, cujo trabalho se foca nas crianças até aos 12 anos de idade, e um dos focos do município em torno das crianças estar relacionado com a participação destas no planeamento e gestão dos espaços de recreio escolares e do próprio espaço público. A Freiburg Kinderbüro tem um programa em permanência de envolver crianças num trabalho de planeamento participativo para melhorar os bairros. Anualmente, realizam este trabalho em 1 ou 2 bairros, envolvendo todas as escolas existentes nestes e entre 100 a 200 crianças. De acordo com o diretor desta organização, o pessoal do município responsável pelo planeamento e transportes encontra-se altamente empenhado e responsivo em torno do planeamento e design urbano amigo da criança.

3
Lisboa e o Brincapé

O Brincapé surge no âmbito de um consórcio formado pela "Associação 1,2,3 Macaquinho do Xinês" (uma organização que trabalha na promoção e advocacia pelo direito das crianças a brincar) e pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil. Trata-se de um projeto de intervenção social, nascido na zona histórica de Lisboa, que pretende criar novas oportunidades para as crianças brincarem mais tempo, em mais espaços e de forma mais diversificada. O Brincapé tem, ao longo dos últimos 4 anos, realizado projetos e iniciativas, na cidade de Lisboa, em escolas do 1º ciclo e no espaço público.
No contexto escolar, as intervenções têm acontecido em duas dimensões, uma de índole mais consultiva e com impacto no espaço público circundante à escola e outra relativa à provisão de oportunidades diversificadas para as crianças brincarem no recreio. Relativamente à primeira dimensão, foram realizadas um conjunto de sessões participativas com as crianças sobre as suas perspetivas de uso dos espaços públicos circundantes às escolas, nomeadamente, em função das oportunidades lá existentes para brincar, lazer e recreação. Estas sessões de consulta realizadas com as crianças ocorreram em contexto de sala de aula e nos lugares circundantes às escolas.
Como produto final deste trabalho participativo, foi elaborado um mapa dos lugares identificados pelas crianças e suas possibilidades de ação, significados funcionais e simbólicos, bem como algumas caraterísticas relativas à vivência emocional desses lugares.

Fig. 8 Sessões de *"Playwork"* no recreio escolar (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Associação 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês)



Fig. 9 Sessões de *"Playwork"* no recreio escolar Fonte:Repositório do próprio autor/ @Associação 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês



Este mapa foi denominado de "Rotas do Brincar".
No que concerne à segunda dimensão, têm sido realizadas sessões de "*"Playwork"*" nos recreios escolares. Estas sessões traduzem-se na disponibilização de materiais soltos (tralha, ex.: pneus, cordas, caixas de cartão, lonas, tampas, tachos, tubos, bidons, aros de roda de bicicleta, caixas de plástico de garradas, bobines, teclados de computadores, madeiras de diferentes tamanhos, chaves, etc) para tornar o ambiente de jogo no recreio mais flexível, imprevisível, mais desafiante e mais diversificado em termos de oportunidades para as crianças brincarem livremente. As brincadeiras das crianças são acompanhadas de uma supervisão amigável por parte dos "Brinconautas", os quais operam mediante os princípios da prática reflexiva de "*"Playwork"*".
No âmbito do espaço público, as intervenções realizadas consistem no encerramento temporário de ruas ao trânsito, em períodos pré-determinados e em zonas específicas da cidade (em áreas mais residenciais, ou circundantes às escolas), as chamadas "Ruas que Brincam" (Playstreets e Schoolstreets), e a realização de "Incubadoras de Brincar" (Pop-Ups), com a disponibilização de materiais soltos em algumas praças, largos e em parques infantis. Estas iniciativas pretendem criar oportunidades para que crianças e suas famílias possam usufruir, em segurança, de um espaço mais alargado de mobilidade ativa, brincadeira diversificada, momentos de lazer e de convívio intergeracional, e de promoção de atividade física.
Estes eventos no espaço público são implementados em parceria com as juntas de freguesia dos territórios urbanos visados e/ou com outras organizações e associação que trabalham na promoção do brincar e do lazer e da mobilidade ativa, suave e sustentável. O Brincapé tem sido financiado pelo programa BIP-ZIP da Câmara Municipal de Lisboa.
As intervenções promovidas pelo consórcio Brincapé têm também gerado manuais práticos de implementação destas iniciativas geradoras de uma vivência mais lúdica e mais ativa dos espaços públicos dos bairros e vizinhanças. Os manuais disponibilizados, "Manual para uma Incubadora de Brincar"; "Manual para uma rua que brinca" e "Manual Rua é Saúde-Boas práticas para um espaço público das crianças", juntamente com as "Rotas do Brincar", possibilitam aos cidadãos que habitam nas comunidades locais implementarem iniciativas potenciadoras de um usufruto de caráter mais lúdico, democrático e gerador de um bem-estar coletiva, fundamental para uma experiência completa de urbanidade.
Será importante ainda assinalar uma outra iniciativa levada a cabo pelo Brincapé, no ano de 2020, a elaboração da "Carta Aberta pelo Direito a Brincar em Tempo de Pandemia".
Esta carta foi dirigida à sociedade civil, governo central, governos locais, órgãos consultivos e organizações

Fig.10 Sessões de *"Playwork"* no recreio escolar (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Associação 1, 2, 3 Macaquinho do Xinês)



Fig. 11 Incubadoras de Brincar (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Brincapé)



não governamentais, e subscrita por profissionais que defendem e promovem o Direito a Brincar, especialistas no desenvolvimento infantil, especialistas na saúde física e saúde mental infantil e investigadores. Tratou-se de um gesto muito importante enquadrado pelo compromisso que os estados-partes, como é o caso de Portugal, assumiram na ratificação da Convenção sobre os Direitos a Brincar, neste caso especificamente relativo à promoção, defesa do artigo 31º, o direito ao brincar, lazer, recreação e de participação

Fig. 12 Cartaz "online" de divulgação das "Ruas que Brincam" (*Playstreets*) (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Brincapé)



livre na vida cultural e nas artes. A Carta Aberta pelo Direito a Brincar em Tempo de Pandemia teve algum impacto ao nível da comunicação social e partilha nos media, e foi o pretexto usado para que os representantes da APSI, da Associação 1,2,3 Macaquinho do Xinês e da IPA Portugal (rede portuguesa da International Play Association) conseguissem agendar, no final de 2020 e no princípio de 2021, audiências com alguns dos grupos parlamentares da Assembleia da República. Nestas audiências, os representantes dos grupos parlamentares foram sensibilizados para os efeitos adversos no bem-estar e desenvolvimento das crianças causados pela restrição do uso do espaço público para brincar, como consequência dos períodos de confinamento como mitigação do contágio pela COVID-19, bem como para a necessidade de serem adotadas medidas mais amigas das crianças para reverter a situação, como por exemplo, a reabertura dos parques infantis, entre outras.

Fig 13 Cartaz "online "de divulgação das "Incubadoras do Brincar" (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Brincapé).



IV
Conclusão

As crianças de facto ainda sabem brincar e andar pela cidade, se lhes for dado pelos adultos, pois é a sua responsabilidade cívica, moral e enquanto seu principal ator cuidador, as condições necessárias para que tal aconteça, tempo, espaço, recursos e permissão. A cidade de Lisboa encontra-se numa transição progressiva para uma cidade ativa, ambientalmente mais sustentável e verde, e, por isso, mais amiga das pessoas e mais próxima das necessidades e perspetivas das crianças. Contudo, as crianças e suas vivências no seio da utilização e fruição do espaço público encontram-se muito condicionadas pelas diferentes infâncias coexistentes na cidade de Lisboa, decorrentes dos seus contextos socioculturais e condições económicas de recurso e das assimetrias territoriais existentes. A apropriação do espaço público e dos seus lugares por parte das crianças e dos restantes grupos geracionais é também consequência do tipo de acessibilidades existentes e dos atractores inerentes a esses espaços. Deste modo, viver o espaço público e sentir neste uma fonte de potenciação do bem-estar, adotando modos de deslocação ativos e suaves, e encontrando oportunidades de interação de natureza lúdica, rica e diversa é, também, em larga medida, um assunto de justiça espacial. As crianças pertencem a um grupo geracional frequentemente excluído e arredado de efetivamente participar na vida em cidade. Retirar as crianças dessa invisibilidade espacial e social a partir da implementação de um design urbano amigo da criança será fundamental para a cidade e o município de Lisboa se poderem efetivamente reconciliar com as crianças e com as suas diversas infâncias. A autarquia de Lisboa deverá entender este desafio, nomeadamente, o da mobilidade e do brincar na cidade, como um processo para ser tratado em formato interdepartamental, o qual possibilite uma continuidade a médio e a longo prazo de um trabalho conjunto de cogovernação entre os técnicos especializados do município, os seus representantes políticos, as organizações e associações locais dedicadas a projetos promotores da qualidade de vida das crianças em contextos urbanos e dos seus direitos, e, naturalmente, as próprias crianças. A coparticipação das crianças nestes processos terá que ser efetiva e não meramente decorativa, significando assim que os seus contributos, perspetivas terão de ser devidamente valorizados, respeitados e articulados com as vozes dos restantes atores. Mais ainda, será sobretudo crucial, à semelhança de Pontevedra, Friburgo, Gent, Antuérpia, entre outras, que o município de Lisboa valorize o brincar e a mobilidade ativa e autónoma das crianças no espaço público como indicadores de sucesso de políticas públicas locais focadas na infância. Uma cidade que é boa para as crianças também o será para todos os outros grupos geracionais, e será, indubitavelmente, uma cidade cuja rua não finja ser amiga da criança e que possibilite à criança ser amiga da rua.

Fig. 14 Ruas que brincam (Fonte:Repositório do próprio autor/ @Brincapé)



NOTAS

[1] Quando se refere o "brincando" e "movimentando" podemos associar aos termos anglo-saxónicos "playing" e "moving", enquanto "brincar" e movimentar" se pode associar aos termos anglo-saxónicos "play" e "move". Esta tradução realizada pelo autor pretende enfatizar, por um lado, o carácter mais estático e menos dinâmico associado aos termos "brincar" e "movimentar" como algo que acontece num lugar específico para tal acontecer, tal como se observa com mais frequência no modelo de cidade atual e dominante (ex.: crianças a brincarem e a movimentarem-se num parque infantil rodeado por uma cerca ou vedação); e, por outro lado, o "brincando" e "movimentando" como possibilidades desejáveis para as crianças e jovens num modelo de cidade ideal no qual estes comportamentos/ interações/produções de espaço são tratados como processos, e não como produtos, que terão condições para emergir num contínuo intersticial por entre os vários lugares do quotidiano e no seio destes.

[2] Ver em https://brincape.com/

[3] Ver https://brincape.com/rotas-do-brincar/

[4] Para mais informações consultar conteúdos em https://123macaquinhodoxines.wordpress.com/

[5] Ver em https://123macaquinhodoxines.wordpress.com/2020/09/02/carta-aberta-pelo-direito-a-brincar-em-tempo-de-pandemia/

Referências bibliográficas

Aubert, S., Barnes, J. D., Abdeta, C., Abi Nader, P., Adeniyi, A. F., Aguilar-Farias, N., Andrade Tenesaca, D. S., Bhawra, J., Brazo-Sayavera, J., Cardon, G., Chang, C.-K., Delisle Nyström, C., Demetriou, Y., Draper, C. E., Edwards, L., Emeljanovas, A., Gába, A., Galaviz, K. I., González, S. A., … Tremblay, M. S. (2018). Global Matrix 3.0 Physical Activity Report Card Grades for Children and Youth: Results and Analysis From 49 Countries. *Journal of Physical Activity and Health*, *15*(s2), S251–S273. https://doi.org/10.1123/jpah.2018-0472

Barthel, S., & Kyttä, M. (2020). *Urbanization and Affordances that Promote Well-Being for (Urban) People and for a Healthy Biosphere* (K. M. Barthel S (ed.); Frontiers).

Brussoni, M., Gibbons, R., Gray, C., Ishikawa, T., Sandseter, E. B. H., & Bienenstock, A. (2015). What is the relationship between risky outdoor play and health in children? A systematic review. *Int J Environ Res Public Health.*, *12*. https://doi.org/10.3390/ijerph120606423

Cordovil, R., Lopes, F., & Neto, C. (2015). Children's (in)dependent mobility in Portugal. *Journal of Science and Medicine in Sport*, *18*, 299–303. https://doi.org/10.1016/j.jsams.2014.04.013

Eisinger, A. (HCU H. U. (2012). *Agenda for Child-friendly Neighbourhood Planning-Policy Recommendations for European Cities to support children and young people*.

Gill, T. (2017). *Building Cities Fit for Children- Case studies of child-friendly urban planning and design in Europe and Canada*.

Gill, Tim. (2007). *No fear-Growing up in a risk averse society*. Calouste Gulbenkian Foundation.

INSA. (2019). *Childood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2019*.

Kyttä, M., Broberg, A. K., & Kahila, M. (2012). Urban Environment and Children's Active Lifestyle: SoftGIS Revealing Children´s Behavioral Patterns and Meaningful Places. *American Journal of Health Promotion*, *26*(5), e137–e148.

Lester, S. (2014). Bringing play to life and life to play. *19th IPA World Conference*.

Lester, S., & Russell, W. (2008). Children's play patterns. In *Play for a change Summary report-Play, Policy and Practice: A review of contemporary perspectives*. Play England.

Lester, S., & Russell, W. (2010). *Children's right to play: an examination of the importance of play in the lives of children worldwide* (No. 57).

Lester, S., & Russell, W. (2014). Turning the World Upside Down: Playing as the Deliberate Creation of Uncertainty. *Children*, *1*(2), 241–260. https://doi.org/10.3390/children1020241

Lim, M., & Barton, A. C. (2010). Exploring insideness in urban children's sense of place. *Journal of Environmental Psychology*, *30*(3), 328–337.

Loebach, J., & Gilliland, J. (2016). Neighbourhood play on the endangered list: Examining patterns in children's local activity and mobility using GPS monitoring and qualitative GIS. *Children's Geographies*, *14*(5), 573–589. https://doi.org/10.1080/14733285.2016.1140126

Lopes, F. (2021). A criança e o espaço rumo a uma cidade amiga do brincar livre. In B. P. Gimenes & R. Perrone (Eds.), *Ludicidade, educação e neurociências da retrospectiva de infância a projetos interventivos-Coleção Brincar e Educação Volume 1* (pp. 194–231). Gênio Criador.

Lopes, F., Madeira, R., & Neto, C. (2020). O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter) Ação. *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto, Número Temático-Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais*, 31–52. https://doi.org/https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2020a2

Lopes, F., & Neto, C. (2014). A criança e a cidade: a importância da (re)conciliação com a autonomia. In R. Cordovil & J. Barreiros (Eds.), *Desenvolvimento Motor na Infância* (Edições FM, pp. 265–292). Faculdade de Motricidade Humana.

Lopes, Frederico, Cordovil, R., & Neto, C. (2018). Independent Mobility and Social Affordances of Places for Urban Neighborhoods: A Youth-Friendly Perspective. *Frontiers in Psychology*, *9*, 1–21. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02198

Matos, M. G., & Social, E. A. (2018). *Relatório do estudo HBSC 2018 A SAÚDE DOS ADOLESCENTES PORTUGUESES APÓS A RECESSÃO – Dados nacionais do estudo HBSC 2018*.

Neto, C., & Lopes, F. (2017). *Brincar em Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

Pombo, A., Luz, C., Rodrigues, L. P., Ferreira, C., & Cordovil, R. (2020). Correlates of Children's Physical Activity During the Covid-19 Confinement in Portugal. *Public Health*, *189*, 14–19. https://doi.org/10.1016/j.puhe.2020.09.009

Rafiemanzelat, R., Emadi, M. I., & Kamali, A. J. (2017). City sustainability: the influence of walkability on built environments. *Transportation Research Procedia*, *24*, 97–104. https://doi.org/10.1016/J.TRPRO.2017.05.074

Rito, A., Sousa, R. C. de, Mendes, S., & Graça, P. (2016). *Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2016*.

Sarmento, M. J. (2018). Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação*, *41*(2), 232–240. https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317

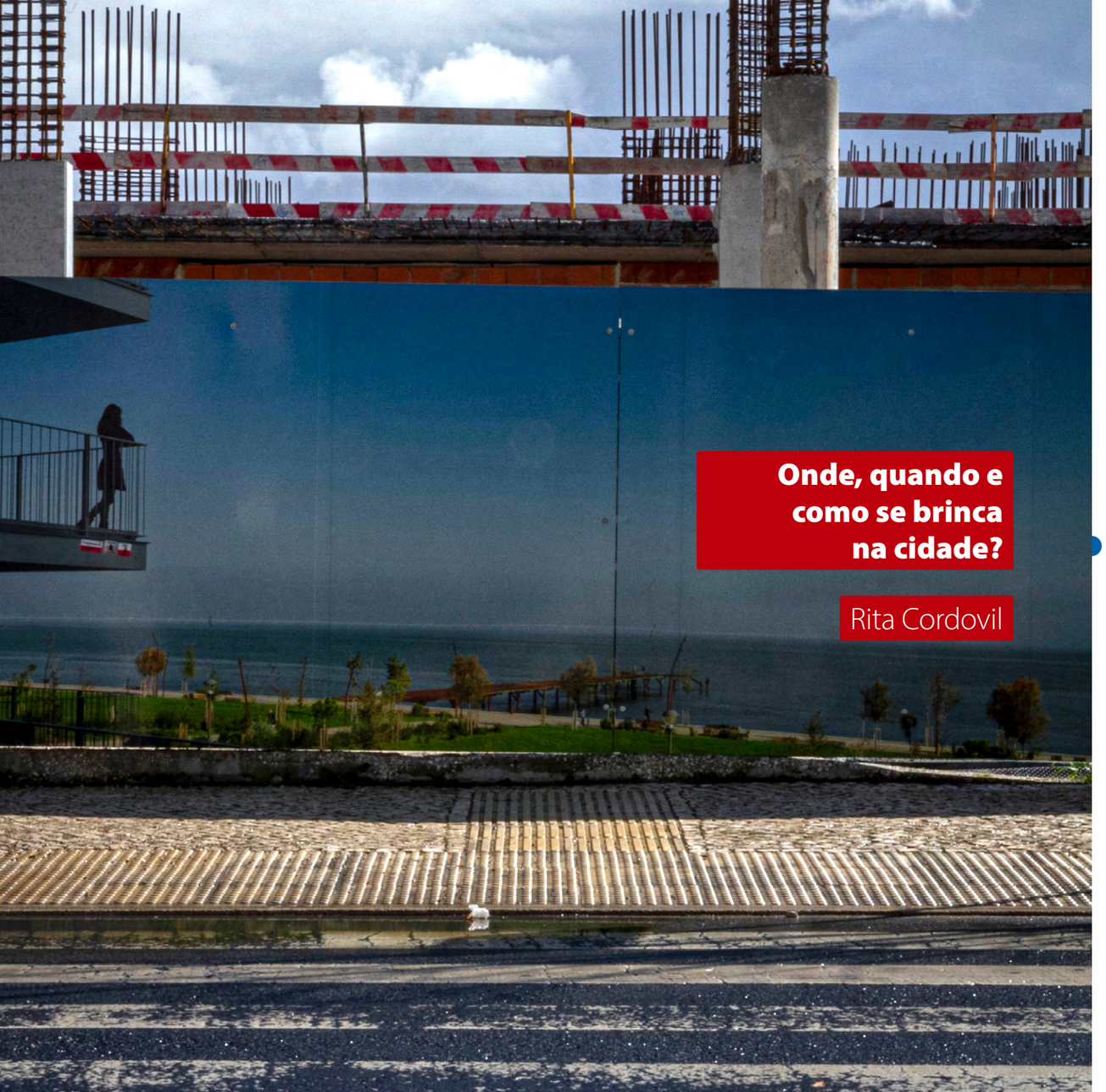
Schoeppe, S., Duncan, M. J., Badland, H. M., Oliver, M., & Browne, M. (2015). Associations between children' s active travel and levels of physical activity and sedentary behavior. *Journal of Transport & Health*. https://doi.org/10.1016/j.jth.2015.05.001

Shaw, B., Bicket, M., Elliott, B., Fagan-Watson, B., Mocca, E., & Hillman, M. (2015). *Children's independent mobility. An International Comparison and Recommendations for Action*.

Stevens, Q. (2007). *The Ludic City*. Routledge.

World Health Organization. (2017). *Adolescent obesity and related behaviours: trends and inequalities in the WHO European Region, 2002–2014* (J. Inchley, D. Currie, J. Jewell, J. Breda, & V. Barnekow (eds.)). WHO Regional Office for Europe.

Yogman, M., Garner, A., Hutchinson, J., Hirsh-Pasek, K., Golinkoff, R. M., FAMILY, C. O. P. A. O. C. A., & MEDIA, C. O. C. A. H. (2018). The Power of Play: A Pediatric Role in Enhancing Development in Young Children. *Pediatrics*, *142*(3). https://doi.org/10.1542/PEDS.2018-2058



Onde, quando e como se brinca na cidade?

Rita Cordovil

Introdução

As mudanças ocorridas nas últimas décadas em termos de urbanização, desenvolvimento tecnológico e modificação dos modelos de educação parental têm vindo a condicionar fortemente a forma como a infância é vivida nas sociedades modernas. O estilo de vida sedentário é um problema global (WHO, 2020), começa cedo na vida, e tem tido implicações no declínio dos níveis de competência motora e aptidão física das crianças (Hardy, Barnett, Espinel, & Okely, 2013; V. P. Lopes, Stodden, Bianchi, Maia, & Rodrigues, 2012; Vandorpe et al., 2011).

A competência motora pode ser descrita como a capacidade de uma pessoa ser proficiente numa variedade de atos ou habilidades motoras e engloba componentes posturais (ex. equilíbrios dinâmicos e estáticos), de locomoção (ex. saltos, galopes, correr) e de manipulação ou controlo de objetos (ex. lançar, pontapear e agarrar) (Utesch & Bardid, 2019).

As trajetórias de vida das crianças em termos de saúde são condicionadas pelo seu nível de competência motora, uma vez que se as crianças não forem capazes de correr, saltar, lançar, agarrar, pontapear de forma proficiente, não terão as bases para serem fisicamente ativas ao longo da vida, o que se irá repercutir num aumento dos seus níveis de sedentarismo e de obesidade (Stodden et al., 2008). Embora a estimulação organizada seja importante e não possa ser descurada, a forma mais natural das crianças desenvolverem a sua competência motora nas primeiras idades é a brincar.

Brincar é a linguagem universal das crianças, é uma atividade voluntária, intrinsecamente motivada e livremente escolhida, que implica um envolvimento ativo por parte da criança em que a experiência da atividade em si é mais importante do que o resultado (Bateson, 2005; Sutton-Smith, 1997; Yogman et al., 2018). Frequentemente as brincadeiras das crianças não têm intervenção adulta, e são caracterizadas diversão, atividade intensa, espontaneidade, liberdade e autoiniciativa (Wiltz & Fein, 2006), mas também podem abranger o jogo estruturado com variações relativas ao nível de intervenção e orientação dos adultos. Apesar do brincar ultrapassar crenças e espaços geográficos, sendo parte integrante da infância em diferentes culturas (Gray, 2011; Neto & Lopes, 2017), o espaço, o tempo e a permissão que é dada às crianças para brincar são influenciados por fatores culturais e têm sofrido variações ao longo dos tempos.

Onde se brinca

Na maioria das sociedades atuais tem existido uma transição do espaço para brincar que se caracteriza pelo desaparecimento progressivo da "cultura do jogo de rua" e pelo aumento da "cultura de ecrãs" (Neto & Lopes, 2017). Atualmente as crianças nascem num mundo digital, são imediatamente imersas na tecnologia, muitas delas passam grande parte do seu dia a interagir com ecrãs, e são especialistas digitais desde tenra idade. Esta exposição à tecnologia leva a que brinquem mais em casa, passem muito tempo no computador e interajam com amigos online em vez de amigos reais, o que tem implicações a nível do seu desenvolvimento motor e social (ParticipACTION, 2015; Tremblay et al., 2015).

O quarto e o mundo digital têm vindo a substituir o contacto direto com a cidade e com o espaço público. A maioria das cidades atuais são pensadas por e para adultos que se deslocam de carro. O automóvel é frequentemente o centro das preocupações do planeamento urbano e a exploração, o jogo, o desafio e a aventura, que nas gerações anteriores também ocorriam na rua, hoje em dia já não ocorrem. A rua é sobretudo um local de escoamento de tráfego e não um local para se estar. Os passeios geralmente são relativamente estreitos, pensados para deslocações lineares entre os diferentes locais e não pensados em função das crianças que frequentemente se deslocam com um movimento Browniano, pouco previsível (Adolph et al., 2012), característico de quem está mais interessado em explorar o envolvimento e mesmo o próprio caminhar do que em chegar a algum lugar. À medida que as crianças crescem, o seu caminhar torna-se mais previsível, mais linear e mais ajustado aos passeios estreitos das cidades. Atividades como jogar futebol na rua ou fazer corridas de carrinhos de rolamentos, que existiram nas gerações anteriores, deixaram de existir atualmente, sendo adaptadas e geralmente remetidas para outro tipo de espaços (polidesportivos, parques de skate, etc.). Este desaparecimento do "jogo de rua", foi provocado por alterações nos espaços das crianças, causadas principalmente por um aumento da densidade de tráfego e pelo fenómeno da urbanização, mas também pelo medo crescente dos pais relativamente aos perigos da sociedade atual. Raramente as crianças brincam na rua, e quando o fazem geralmente é num espaço de jogo e recreio (EJR) ou parque infantil. Estes espaços são muitas vezes vistos pelos pais como o último recurso para os filhos

brincarem ao ar livre nas cidades, assumindo um papel vital na promoção da saúde e do brincar de forma ativa. No entanto, os EJR têm sido criticados por: partilharem equipamento com design semelhante, induzindo monotonia e desinteresse, sendo incapazes de fomentar uma atmosfera própria de jogo (Herrington & Studtmann, 1998); serem estáticos, previsíveis e aborrecidos, não permitindo o contacto com elementos naturais (Jansson, 2010; Moore, 1989; Woolley, 2008); oferecerem pouca estimulação e atividades limitadas (Cohen, Moore, & McGinty, 1978; Frost, 1992); promoverem pouca interação social (Czalczynska-Podolska, 2014) e não oferecerem às crianças oportunidades de ação desafiantes e de risco (Jongeneel, Withagen, & Zaal, 2015). Em 2017, num estudo da Faculdade de Motricidade Humana foram avaliados 156 EJR pertencentes à área metropolitana de Lisboa (Cordovil, Lopes, & Neto, 2018). Os resultados indicaram que o EJR típico da área metropolitana de Lisboa em 2017 se localizava numa zona residencial (67.3%), sendo de fácil acesso.

Embora o acesso a estes espaços estivesse geralmente facilitado a pessoas com deficiências (66.7%), o acesso aos aparelhos estava facilitado em apenas 14.1% dos casos. Os pisos mais comuns eram a borracha modelar (sintético aos quadrados: 44.2%), e a borracha em contínuo (sintético contínuo: 32.1%). O material que cobria a área do parque, na maioria dos casos estava em boas condições de limpeza (53.8%) e de conservação (70.5%). As estruturas e elementos naturais presentes no parque privilegiavam o jogo de atividade física, devendo existir estruturas para deslizar (geralmente 1 escorrega), balançar (geralmente 2 baloiços ou balancins de mola) e trepar (geralmente 1 estrutura para trepar). No entanto, a maioria dos EJR não apresentava estruturas ou elementos naturais para manipulação, equilíbrio ou suspensão. Os EJR avaliados geralmente não forneciam oportunidades para jogo criativo, não sendo também frequente encontrar elementos e materiais como areia, partes soltas ou água. Na figura 1 é apresentado um exemplo de um EJR considerado típico em relação aos EJR avaliados na área metropolitana de Lisboa.

Figura 1 Parque infantil da Praça João do Rio 1 (Areeiro), considerado um espaço de jogo e recreio típico de acordo com a avaliação feita no estudo de Cordovil, Lopes e Neto (2018).



Esta primeira análise permitiu confirmar algumas das críticas que têm sido apontadas aos EJR, como o facto de partilharem equipamento com design semelhante, terem poucos elementos naturais e oferecerem atividades limitadas, promovendo pouca interação social.

Os EJR deveriam possibilitar às crianças brincarem de forma ativa, ao ar livre, tendo a oportunidade de experimentar situações em que se confrontam com o risco (i.e., risky play) (Sandseter, 2009).

A gestão do risco nos EJR é complexa, porque embora estes espaços devam ser seguros, se não forem desafiantes são menos interessantes em termos de promoção do desenvolvimento e as crianças não gostam de brincar neles. O excesso de estandardização das estruturas existentes nos parques também tem sido considerado perigoso por alguns autores (e.g., Jongeneel et al., 2015; Sporrel, Caljouw, & Withagen, 2017), uma vez que o brincar se torna simplificado e as crianças deixam de ter de se preocupar com os seus movimentos, perdendo a exigência do desafio. Por outro lado, a aversão ao risco e cálculo desajustado dos custos e dos benefícios pode levar a opções dispendiosas e nem sempre acertadas. Por exemplo, a proliferação em grande escala das superfícies de impacto sintéticas é uma solução bastante dispendiosa que embora seja útil para limitar as consequências de quedas de cabeça no chão, não parece diminuir outro tipo de acidentes, como lesões nas extremidades (Gill, 2007).

As crianças, tal como os adultos, gerem o risco em função da situação em que se encontram. Se percebem que o chão tem maior capacidade de amortecimento, arriscam saltar de mais alto, se estão com capacete, joelheiras e proteções de pulsos arriscam andar mais rápido de patins, num fenómeno designado por teoria da compensação do risco (Morrongiello, Walpole, & Lasenby, 2007). Assim, apesar da regulamentação ser fundamental, a criação de espaços de jogo demasiado estereotipados, e que não oferecem oportunidades às crianças e jovens para manipular, transformar e recriar o ambiente à sua medida, de acordo com o seu gosto e interesse, provavelmente não é a melhor aposta para promover o desenvolvimento integral das crianças e nunca servirá de garantia para que não ocorram lesões ou acidentes nesses espaços.

Um dos benefícios fundamentais dos espaços de jogo e recreio deveria ser ensinar às crianças como lidar com o risco, fomentando a sua tomada de decisão em envolvimentos desafiantes. Os "adventure playgrounds" existentes nalguns países da Europa têm bem presente este objetivo. Este tipo de espaços são caracterizados pela presença de "playworkers" e de diferentes tipos de materiais e elementos, sendo normalmente possível as crianças construírem cabanas, manusearem diversas ferramentas, fazerem fogueiras para cozinhar, brincarem com água e areia e participarem numa variedade de jogos e aventuras desafiantes, sendo as suas ideias consideradas relevantes e valorizadas pelos playworkers (Frost, 2006).

A correta perceção das affordances (i.e., oportunidades de ação, Gibson, 1979) em envolvimentos de risco está relacionada com a experiência e evolui com a prática (Burnay & Cordovil, 2016; Cordovil, Araújo, Pepping, & Barreiros, 2015). Quando as crianças brincam num espaço de jogo e recreio, a perceção do que conseguem ou não conseguem fazer está relacionada com as suas capacidades de ação e com as estruturas ou elementos naturais existentes no parque infantil. Espaços de jogo estandardizados têm benefícios limitados para o desenvolvimento das crianças.

A "Declaração de posição sobre o brincar de forma ativa no exterior" defende que o acesso a brincar de forma ativa, na natureza e com riscos é essencial para o desenvolvimento saudável da criança, recomendando que as oportunidades para as crianças brincarem livremente no exterior sejam aumentadas em todos os envolvimentos (i.e., escola, casa, comunidade, natureza) (Tremblay et al., 2015).

Quando se brinca

O tempo que as crianças têm para brincar de forma ativa tem também sofrido alterações nas últimas décadas e é dependente das diferentes realidades culturais (Aubert et al., 2018). A matriz global 3.0 sobre atividade física (Aubert et al., 2018) comparou os dados relativos aos fatores promotores de atividade física em 49 países, atribuindo classificações de A= "excelente" a F= "em falha" a dez indicadores comuns (atividade física geral, participação em desportos organizados e atividade física, brincar ativo, transporte ativo, comportamento sedentário, aptidão física, família e colegas, escola, comunidade e meio ambiente construído, e estratégias e investimentos governamentais). As notas médias para Atividade Física Geral foram baixas (D) e alguns indicadores tinham informação incompleta, pelo que não foi possível atribuir classificação nalguns países. O caso mais evidente foi o brincar ativo (% de crianças e jovens que se

envolvem em brincadeiras ativas não estruturadas / não organizadas, com qualquer intensidade, por mais de 2 horas por dia), que apresentou informação em falta em 29 países, com as classificações a variarem entre B (Etiópia e Holanda) e F (Estónia e Tailândia), tendo a classificação média de D+. Portugal foi um dos países que não apresentou classificação para este item. Considerando que brincar é um direito fundamental das crianças (United Nations, 1989); que o tempo sentado (Colley et al., 2011; Tremblay, Colley, Saunders, Healy, & Owen, 2010) no interior (Larouche, Garriguet, Gunnell, Goldfield, & Tremblay, 2016) tem valores demasiado altos, e que as oportunidades de promover a atividade física através do brincar livre, especialmente ao ar livre, são abundantes, é importante que a promoção do brincar ativo seja uma alta prioridade (Tremblay et al., 2015). É recomendado que seja desenvolvida uma definição clara, aceite, válida e confiável para as medidas de brincar ativo, sendo também aconselhado o desenvolvimento de instrumentos de medição e sistemas de vigilância para avaliar esta variável (Aubert et al., 2018). A redução de restrições (por exemplo, superproteção) e a promoção e preservação de ambientes seguros para brincar de forma ativa e praticar atividade física não estruturada, são medidas importantes para fomentar o brincar ativo.

Em 2018, o estudo "Portugal a Brincar" (Mendes, Neves, Lourenço, & Diogo, 2019) apresentou resultados de um inquérito realizado a 1466 famílias sobre os hábitos de brincadeira das crianças portuguesas com 1 a 10 anos de idade, tendo sido verificado que: 25% das crianças brincavam entre duas a três horas em média por dia e 24,3% brincavam cinco ou mais horas; as crianças brincavam principalmente com outras crianças da mesma idade (55,3%); durante a semana, 45,6% dos pais conseguia brincar no máximo uma hora por dia com os filhos; a maior parte das crianças (53,8%) brincava principalmente na escola e só 2% brincavam na rua; das 65,3% que faziam uso de tablets ou smartphones para brincar, 21,6% já utilizava os seus próprios dispositivos.

O estudo "Portugal a Brincar" foi realizado num período anterior à pandemia de COVID-19 que, devido às medidas impostas para conter a propagação do vírus (ex: confinamento das famílias nas suas casas e o fecho durante vários meses dos espaços de jogo e recreio), acabou por levar à reorganização das rotinas de vida das crianças e das famílias, com várias implicações negativas a nível do sedentarismo e do brincar de forma ativa nas crianças em Portugal (Pombo, Luz, Rodrigues, & Cordovil, 2021; Pombo, Luz, Rodrigues, Ferreira, & Cordovil, 2020). Durante o primeiro período de confinamento em Portugal (março de 2020), foi criado o projeto C-Ativo (Covid ativo) com o objetivo de compreender como as famílias portuguesas com crianças menores de 13 anos estavam a enfrentar esse período conturbado. Os dados para o estudo foram recolhidos através de um questionário online e a informação reportava as rotinas de vida de 2159 crianças durante o confinamento. Os resultados revelaram que durante o confinamento os pais consideraram ter havido uma diminuição no nível de atividade física (AF) dos seus filhos face aos dias escolares (24% relatou muito menos AF, e 48,3% relatou menos AF). Por outro lado, o tempo de ecrã, o sono e as atividades familiares aumentaram. Comparando com o período pré-confinamento, a maioria dos pais afirmou que durante o confinamento o tempo de ecrã dos seus filhos tinha sido maior (56,7%) ou muito maior (14,6%); que as crianças tinham dormido mais (38,5%) ou muito mais (4,0%); e que realizaram mais (59,5%) ou muito mais (24,4%) atividades familiares (Fig. 2).

Para melhor compreender as rotinas diárias das crianças, o tempo despendido em cada atividade foi convertido em percentagem, considerando o tempo total diário relatado para todas as categorias. A atividade física geral (somatório do tempo em AF e a brincar com AF) e o tempo sedentário (somatório do tempo em atividade intelectual, tempo de ecrã lúdico e a brincar sem AF) também foram calculados (Fig. 3).

Figura 2 Alterações no tempo que as crianças passaram em diferentes atividades durante o confinamento quando comparada ao tempo escolar em Portugal (relatado pelos pais).

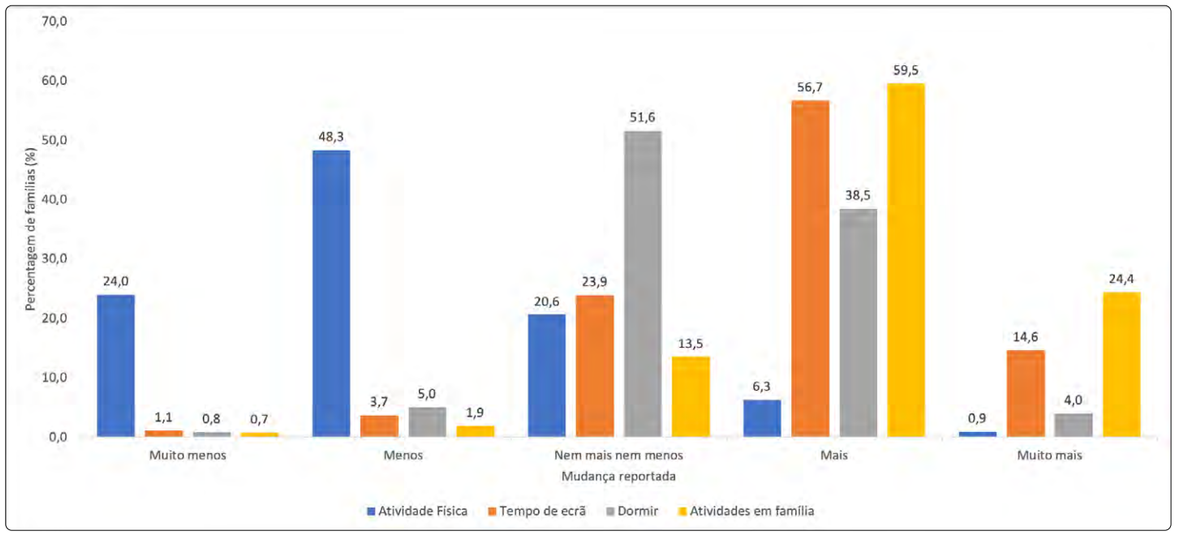
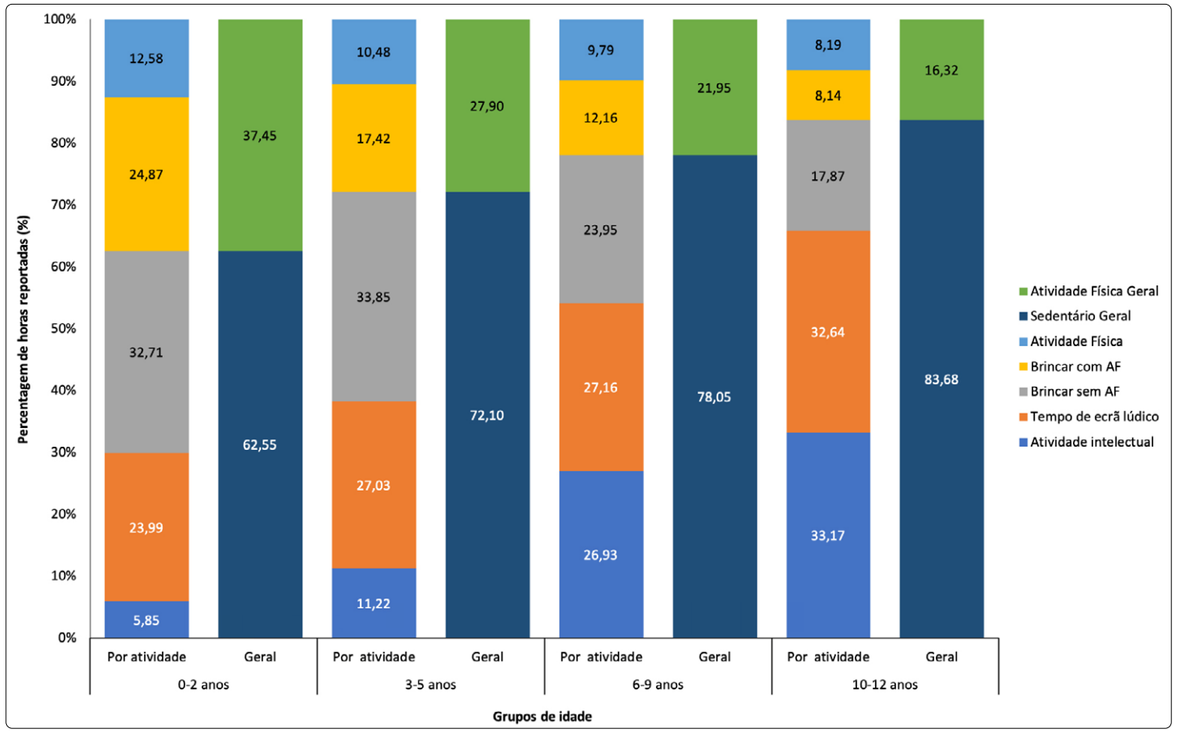


Figura 3 Percentagens médias de tempo que as crianças passaram em diferentes atividades, atividade física geral e tempo sedentário durante o confinamento em Portugal (relatos parentais).



As análises de percentagens médias (Fig. 3) mostraram que a atividade intelectual e o tempo de ecrã lúdico aumentaram ao longo dos grupos de idade, enquanto a tendência oposta ocorreu para todas as outras categorias. A análise das categorias gerais mostrou uma diminuição da percentagem de AF geral e um aumento complementar do tempo sedentário, de acordo com o aumento da idade das crianças. Este aumento de tempo sedentário é preocupante, uma vez que pode contribuir para quadros de obesidade, não só porque crianças que assistem à TV por longos períodos têm mais hipóteses de serem obesas (Singh et al., 2008), como pelo ambiente doméstico proporcionar um acesso menos restrito a alimentos com elevado teor de gordura e açúcar em comparação com o ambiente escolar (Moreno, Johnston, & Woehler, 2013). Os resultados do projeto C-Ativo revelaram também que a pandemia não afetou todas as crianças de igual modo. Crianças que tinham casas com um espaço exterior maior, que tinham outras crianças em casa e que não tinham todos os adultos ocupados em teletrabalho realizaram mais atividade física durante o confinamento que crianças que tinham casas com pouco ou nenhum espaço exterior, que não tinham outras crianças em casa e que tinham todos os adultos ocupados em situação de teletrabalho (Pombo et al., 2020). Os resultados dos inquéritos realizados pelo projeto C-Ativo serviram de alerta para a falta de AF que as crianças tiveram durante o confinamento. As repercussões desta baixa estimulação foram possíveis de confirmar num estudo do mesmo grupo de investigação que teve oportunidade de medir de forma objetiva a competência motora de 114 crianças dos 6 aos 9 anos, confirmando uma diminuição marcada na performance motora dessas crianças do período de pré-confinamento para o de pós-confinamento (Pombo, Luz, de Sa, Rodrigues, & Cordovil, 2021). Em Portugal, tal como na maioria dos países industrializados, a preocupação com o desenvolvimento das capacidades cognitivas tem assumido uma importância crescente. A nível das opções familiares e de gestão curricular, as atividades mais diretamente relacionadas com o processamento cognitivo são frequentemente preferidas em detrimento de atividades que estimulem as capacidades físicas e coordenativas nas crianças. Atualmente as crianças passam grande parte do seu dia sentadas e quietas em casa e na escola, sendo o tempo para brincar livremente, de forma ativa e com outras crianças, cada vez mais reduzido (Gray, 2011). Em Portugal os alunos recebem mais horas de instrução do que os alunos da maioria dos outros países da OCDE (Portugal: 8 214 horas para ambos os níveis combinados; média da OCDE: 7 590 horas) (OECD, 2019). O grande número de atividades curriculares organizadas das crianças portuguesas é também acompanhado por um menor tempo dedicado à atividade livre (ex, pouco tempo de recreio). Fora do horário letivo as agendas das crianças estão também bastante preenchidas, tendo-se verificado nas últimas décadas um aumento das atividades e jogos institucionalizados (atividades desportivas, artísticas e religiosas), que funcionam muitas vezes como "escolas paralelas". Como consequência deste tipo de organização da vida escolar e familiar, algumas crianças têm desde cedo agendas mais sobrecarregadas que as de muitos adultos (Neto, 2020; Neto & Lopes, 2017). Uma das razões para o declínio das oportunidades que as crianças têm para brincar de forma livre durante o seu dia está relacionada com as preocupações e medo dos adultos com os perigos da sociedade atual.

Como se brinca

Nos dias que correm, o aumento da sensação de insegurança levou as famílias a alterarem os padrões de liberdade na educação dos filhos, assumindo frequentemente uma posição demasiado controladora, restritiva e superprotetora. Atualmente vivemos numa sociedade de aversão ao risco. Tentamos a todo o custo evitar que as nossas crianças experienciem qualquer tipo de situação que consideremos arriscada ou mesmo desconfortável. Protegemo-las desde cedo e frequentemente com pouco espírito crítico, o que leva a que exista hoje em dia uma grande proliferação da indústria dos produtos de segurança infantil. Por exemplo, existem hoje produtos que nunca foram necessários nas gerações anteriores, como joelheiras para bebés, para que quando gatinham não se magoem nos joelhos, ou aquecedores de toalhitas para que não sintam frio quando mudam a fralda. Mesmo os termómetros para banho aconselham a que o adulto verifique pela sua sensação térmica a temperatura da água, como sempre fizeram os pais de gerações anteriores. Outros exemplos são monitores que controlam continuamente a oximetria e frequência cardíaca dos bebés, trelas para passear as crianças, relógios e mochilas com GPS para saber por onde elas andam, e o facto das crianças do 1º ciclo já terem telemóvel, para estarem sempre contactáveis. Embora alguns destes produtos

possam fazer sentido em situações muito específicas, na maior parte dos casos são perfeitamente desnecessários. Este tipo de produtos realça os medos e necessidade de monitorização que os pais sentem, transmitindo-lhes uma falsa sensação de controlo que na realidade não têm. A superproteção parental não termina durante os primeiros anos de vida das crianças, prolonga-se durante a infância e muitas vezes mesmo durante a adolescência e vida adulta, refletindo-se por exemplo nas atitudes de muitos adultos quando as crianças brincam num parque infantil, ou nos reduzidos níveis de autonomia e independência de mobilidade que têm atualmente as crianças portuguesas. Como já foi referido, muitos dos parques infantis existentes são pouco estimulantes para as crianças, mas por vezes o problema não está nas características do espaço, mas na atitude dos adultos. É frequente observar algumas atitudes desajustadas dos adultos que supervisionam as crianças, como por exemplo: organizar as filas das crianças, impedindo que elas resolvam esse problema de forma autónoma; advertir as crianças que decidem não usar o equipamento da maneira tradicional (ex: "o escorrega não é para subir por aí"); limitar a ação das crianças com conselhos geralmente pouco úteis ou desajustados à situação em que se encontram (ex: não te sujes", "não caias", "não te magoes"); deslizar as crianças no escorrega ou balançá-las nos baloiços sem as largar em qualquer momento, impedindo a sensação de vertigem que esses equipamentos devem proporcionar. Na verdade, alguns adultos parecem despender mais energia e estar mais ocupados que as próprias crianças nos parques infantis, impedindo-as de brincar livremente e de se confrontarem com situações desafiantes de natureza motora, cognitiva, emocional e social. A falta de liberdade para as crianças explorarem os seus limites é também expressa pela diminuição dos níveis de independência de mobilidade (IM) que se tem vindo a verificar nas últimas gerações. A independência de mobilidade das crianças refere-se às oportunidades que estas têm para se moverem livremente, explorar e brincar na sua vizinhança, de forma independente sem a supervisão de adultos, de acordo com o seu ritmo e tempo, sendo frequentemente avaliada através das licenças de mobilidade que os pais dão às crianças (ex: irem sozinhas para a escola, para casa de amigos, ou andarem autonomamente de transportes públicos) (F. Lopes, Cordovil, & Neto, 2014). Este indicador expressa a autonomia de circulação das crianças no espaço urbano e vários estudos indicam que contribui de forma importante para a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento (Marzi & Reimers, 2018). No entanto, a IM apresenta grandes variações culturais e tem vindo a diminuir de forma significativa nas últimas gerações, principalmente nos Estados Unidos (Alparone & Pacilli, 2012) e nos países do sul da Europa (Cordovil, Lopes, & Neto, 2015; F. Lopes et al., 2014; Shaw et al., 2015). Um estudo internacional publicado em 2015, que apresentava um retrato internacional sobre a IM infantil em 16 países, colocava Portugal e Itália como os países europeus onde as crianças tinham o menor grau de IM (Shaw et al., 2015). O ranking final dos 16 países participantes relativamente aos níveis de independência de mobilidade é apresentado na Figura 4. Nos países do norte da Europa, como a Finlândia, é frequente as crianças deslocarem-se para a escola autonomamente desde a escolaridade primária. Nos países do sul, essa autorização é concedida mais tarde, frequentemente só no 2º ciclo do ensino básico ou depois. A falta de independência de mobilidade que as crianças do sul da Europa têm em relação às do norte da Europa parece ser um paradoxo se considerarmos as condições climáticas das duas regiões, uma vez que o clima

Ranking internacional da independência de mobilidade infantil (Shaw et al., 2019)	
1	Finlandia
2	Alemanha
3	Noruega
4	Suécia
5	Japão
6	Dinamarca
7	Inglaterra
8	França
9	Israel
10	Sri Lanka
11	Brasil
12	Irlanda
13	Austrália
=14	Portugal
=14	Itália
16	África do Sul



nos países do sul é mais convidativo para a exploração do espaço exterior. No entanto, há particularidades culturais que podem justificar estas diferenças, uma delas é o chamado de "medo dos estranhos", que parece ser mais acentuado nos países do sul da Europa. Num estudo recente integrado no projeto internacional Moving and Learning Outside (Cordovil & Lopes, 2020) foi possível avaliar as perceções que os pais de cinco países (Portugal, Grécia, Croácia, Estónia e Noruega) manifestam relativamente aos benefícios e riscos das suas crianças brincarem no exterior. Relativamente às barreiras apontadas pelos pais para deixarem os filhos brincar no exterior, o trânsito é preocupação mais mencionada (referida por 64,7% dos pais). No entanto, o medo dos estranhos foi a razão mais apontada pelos pais portugueses (80,6%). A preocupação crescente com os perigos do trânsito condiciona a autonomia que é concedida às crianças (Gielen et al., 2004; Gray, 2011; Jelleyman, McPhee, Brussoni, Bundy, & Duncan, 2019; Witten, Kearns, Carroll, Asiasiga, & Tava'e, 2013), e as estatísticas indicam que os acidentes rodoviários e com peões são mais prevalentes nos países do sul da Europa (European Road Safety Observatory, 2018), embora tenham vindo a demonstrar uma tendência decrescente, provavelmente também como consequência da existência de menos crianças a circular no espaço público (Hillman, Adams, & Whitelegg, 1990). Outros fatores, como a forma como os mass média relatam os acidentes com crianças, o foco da sociedade nas questões da segurança, e a pressão do setor de seguros para evitar lesões, podem afetar as opiniões dos pais sobre como agir em relação à liberdade dada aos filhos (Brussoni, Olsen, Pike, & Sleet, 2012; Gleave, 2008; Lester & Maudsley, 2006; Sandseter & Sando, 2016; Skår, Wold, Gundersen, & O'Brien, 2016). A perceção de risco parental afeta a liberdade concedida às crianças para brincarem no exterior e para experimentarem o risco. Sabemos que a tolerância ao risco varia em diferentes culturas (Jelleyman et al., 2019), a questão importante será conseguir mudar a perceção de risco dos adultos nos países onde essa perceção limita demasiado as crianças, como é o caso de Portugal.

Conclusão

Neste artigo pretendemos apresentar alguns dos constrangimentos que existem ao brincar na sociedade atual. Brincar é fundamental para o bem-estar e desenvolvimento da criança. Brincar ao ar livre tem uma série de efeitos positivos para a saúde (a nível físico e mental), para a qualidade de vida, e para as competências sociais e cognitivas das crianças. Assim, é essencial que nas cidades existam oportunidades de espaço e tempo para brincar de forma livre. Sabemos que hoje as crianças estão afastadas do espaço exterior, sobretudo nas cidades, como consequência do domínio dos automóveis e dos sentimentos de insegurança que acabam por levar à desumanização do espaço público. É indispensável contrariar esta tendência, principalmente após o período de confinamento causado pela pandemia de COVID-19, que teve várias consequências negativas a nível da atividade física e desenvolvimento das crianças, que é urgente reverter. O estabelecimento de políticas públicas que garantam às crianças tempo, espaço e permissão para brincar, assim como a implementação de dinâmicas participativas onde seja possível ouvir as crianças sobre as decisões que lhes dizem respeito, é fundamental. O brincar não pode estar confinado ao espaço interior e às agendas ditadas frequentemente pelos adultos. O brincar na cidade deve ocorrer também no espaço exterior, de forma segura, mas sem proteção excessiva, garantindo que as crianças têm oportunidades e autonomia para experimentar a imprevisibilidade e desafios graduais e ajustados ao seu nível de desempenho, correndo riscos que terão várias implicações positivas para o seu desenvolvimento motor, social e emocional.

Referências

Adolph, K. E., Cole, W. G., Komati, M., Garciaguirre, J. S., Badaly, D., Lingeman, J. M., . . . Sotsky, R. B. (2012). How do you learn to walk? Thousands of steps and dozens of falls per day. *Psychol Sci, 23*(11), 1387-1394. doi:10.1177/0956797612446346.

Alparone, F. R., & Pacilli, M. G. (2012). On children's independent mobility: the interplay of demographic, environmental, and psychosocial factors. *Children's Geographies, 10*(1), 109-122. doi:10.1080/14733285.2011.638173

Aubert, S., Barnes, J. D., Abdeta, C., Abi Nader, P., Adeniyi, A. F., Aguilar-Farias, N., . . . Tremblay, M. S. (2018). Global Matrix 3.0 Physical Activity Report Card Grades for Children and Youth: Results and Analysis From 49 Countries. *Journal of Physical Activity and Health, 15*(s2), S251-S273. doi:10.1123/jpah.2018-0472

Bateson, P. (2005). The role of play in the evolution of great apes and humans. In A. D. Pellegrini & P. K. Smith (Eds.), *The nature of play* (pp. 13-24). New York: The Guilford Press.

Brussoni, M., Olsen, L. L., Pike, I., & Sleet, D. A. (2012). Risky Play and Children's Safety: Balancing Priorities for Optimal Child Development. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 9*(9), 3134-3148. Retrieved from http://www.mdpi.com/1660-4601/9/9/3134

Burnay, C., & Cordovil, R. (2016). Crawling Experience Predicts Avoidance of Real Cliffs and Water Cliffs: Insights from a New Paradigm. *Infancy, 21*(5), 677-684. doi:10.1111/infa.12134

Cohen, U., Moore, G. T., & McGinty, T. (1978). *Case studies of child play areas and child support facilities : travel and field research report*: CAUPR.

Colley, R. C., Garriguet, D., Janssen, I., Craig, C. L., Clarke, J., & Tremblay, M. S. (2011). Physical activity of Canadian children and youth: accelerometer results from the 2007 to 2009 Canadian Health Measures Survey. *Health Rep, 22*(1), 15-23. Retrieved from https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21510586

Cordovil, R., Araújo, D., Pepping, G.-J., & Barreiros, J. (2015). An ecological stance on risk and safe behaviors in children: The role of affordances and emergent behaviors. *New Ideas in Psychology, 36*(0), 50-59. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.newideapsych.2014.10.007

Cordovil, R., & Lopes, F. (2020). *Moving and Learning Outside: Final results report*. Retrieved from https://movingandlearningoutside.eu/wp-content/uploads/2020/10/Moving-and-Learning-Outside_Final-Results-Report.pdf

Cordovil, R., Lopes, F., & Neto, C. (2015). Children's (in) dependent mobility in Portugal. *J Sci Med Sport, 18*(3), 299-303. doi:10.1016/j.jsams.2014.04.013

Cordovil, R., Lopes, F., & Neto, C. (2018). Caracterização dos espaços de jogo e recreio da área metropolitana de Lisboa em 2017. In P. Rodrigues, A. Rebolo, F. Vieira, A. Dias, & L. Silva (Eds.), *Estudos em Desenvolvimento Motor da Criança* (pp. 159-164). Lisboa: Edições Piaget.

Czalczynska-Podolska, M. (2014). The impact of playground spatial features on children's play and activity forms: An evaluation of contemporary playgrounds' play and social value. *Journal of Environmental Psychology, 38*, 132-142. doi:10.1016/j.jenvp.2014.01.006

European Road Safety Observatory. (2018). *Annual Accident Report 2018.* Retrieved from https://ec.europa.eu/transport/road_safety/sites/default/files/pdf/statistics/dacota/asr2018.pdf

Frost, J. L. (1992). Reflections on Research and Practice in Outdoor Play Environments. *Dimensions of Early Childhood, 20*(4), 6-10.

Frost, J. L. (2006). *The Dissolution of Children's Outdoor Play: Causes and Consequences*. Paper presented at the The Common Good Conference 2006. . http://www.imaginationplayground.com/images/content/3/0/3000/the-dissolution-of-children-s-outdoor-play-causes-conseque.pdf

Gibson, J. J. (1979). *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Gielen, A. C., Defrancesco, S., Bishai, D., Mahoney, P., Ho, S., & Guyer, B. (2004). Child pedestrians: the role of parental beliefs and practices in promoting safe walking in urban neighborhoods. *Journal of urban health : bulletin of the New York Academy of Medicine, 81*(4), 545-555. doi:10.1093/jurban/jth139

Gill, T. (2007). *No fear : growing up in a risk averse society*. London: Calouste Gulbenkian Foundation.

Gleave, J. (2008). *Risky play. A literature review*. Retrieved from Gray, P. (2011). The decline of play and the rise of psychopathology in children and adolescents. *American Journal of Play, 3*(4), 443-463.

Hardy, L. L., Barnett, L., Espinel, P., & Okely, A. D. (2013). Thirteen-year trends in child and adolescent fundamental movement skills: 1997-2010. *Med Sci Sports Exerc, 45*(10), 1965-1970. doi:10.1249/MSS.0b013e318295a9fc

Herrington, S., & Studtmann, K. (1998). Landscape interventions: new directions for the design of children's outdoor play environments. *Landscape and Urban Planning, 42*(2-4), 191-205. doi:Doi 10.1016/S0169-2046(98)00087-5

Hillman, M., Adams, J., & Whitelegg, J. (1990). *One False Move... A Study of Children´s Independent Mobility*. Retrieved from London: Jansson, M. (2010). Attractive Playgrounds: Some Factors Affecting User Interest and Visiting Patterns. *Landscape Research, 35*(1), 63-81. doi:10.1080/01426390903414950

Jelleyman, C., McPhee, J., Brussoni, M., Bundy, A., & Duncan, S. (2019). A Cross-Sectional Description of Parental Perceptions and Practices Related to Risky Play and Independent Mobility in Children: The New Zealand State of Play Survey. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 16*(2), 262. Retrieved from http://www.mdpi.com/1660-4601/16/2/262

Jongeneel, D., Withagen, R., & Zaal, F. T. J. M. (2015). Do children create standardized playgrounds? A study on the gap-crossing affordances of jumping stones. *Journal of Environmental Psychology, 44*, 45-52. doi:10.1016/j.jenvp.2015.09.003

Larouche, R., Garriguet, D., Gunnell, K. E., Goldfield, G. S., & Tremblay, M. S. (2016). Outdoor time, physical activity, sedentary time, and health indicators at ages 7 to 14: 2012/2013 Canadian Health Measures Survey. *Health Rep, 27*(9), 3-13. Retrieved from https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27655167

Lester, S., & Maudsley, M. (2006). *Play, naturally. A review of children's natural play*. Retrieved from London: The Children's Play Council:

Lopes, F., Cordovil, R., & Neto, C. (2014). Children's independent mobility in Portugal: effects of urbanization degree and motorized modes of travel. *Journal of Transport Geography, 41*(0), 210-219. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.jtrangeo.2014.10.002

Lopes, V. P., Stodden, D. F., Bianchi, M. M., Maia, J. A., & Rodrigues, L. P. (2012). Correlation between BMI and motor coordination in children. *J Sci Med Sport, 15*(1), 38-43. doi:10.1016/j.jsams.2011.07.005

Marzi, I., & Reimers, A. K. (2018). Children's Independent Mobility: Current Knowledge, Future Directions, and Public Health Implications. *Int J Environ Res Public Health, 15*(11). doi:10.3390/ijerph15112441

Mendes, R., Neves, L., Lourenço, A., & Diogo, M. (2019). *Portugal a brincar: relatório do brincar de crianças portuguesas até aos 10 anos - 2018*. Cascais: Estrelas e Ouriços.

Moore, R. (1989). Playgrounds at the crossroads. In *Public Places and Spaces* (pp. 83-120). New York: Plenum.

Moreno, J. P., Johnston, C. A., & Woehler, D. (2013). Changes in weight over the school year and summer vacation: results of a 5-year longitudinal study. *J Sch Health, 83*(7), 473-477. doi:10.1111/josh.12054

Morrongiello, B. A., Walpole, B., & Lasenby, J. (2007). Understanding children's injury-risk behavior: wearing safety gear can lead to increased risk taking. *Accident Analysis and Prevention, 39*(3), 618-623. doi:10.1016/j.aap.2006.10.006

Neto, C. (2020). *Libertem as Crianças - A urgência de brincar e ser ativo*. Lisboa: Contraponto.

Neto, C., & Lopes, F. (2017). *Brincar em Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

OECD. (2019). *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*. Retrieved from Paris: https://dx.doi.org/10.1787/f8d7880d-en

ParticipACTION. (2015). *ParticipACTION. The Biggest Risk is Keeping Kids Indoors. The 2015 ParticipACTION Report Card on Physical Activity for Children and Youth*. Retrieved from Toronto: Pombo, A., Luz, C., de Sa, C., Rodrigues, L. P., & Cordovil, R. (2021). Effects of the COVID-19 Lockdown on Portuguese Children's Motor Competence. *Children (Basel), 8*(3). doi:10.3390/children8030199

Pombo, A., Luz, C., Rodrigues, L. P., & Cordovil, R. (2021). Effects of COVID-19 Confinement on the Household Routines Of Children in Portugal. *J Child Fam Stud*, 1-11. doi:10.1007/s10826-021-01961-z

Pombo, A., Luz, C., Rodrigues, L. P., Ferreira, C., & Cordovil, R. (2020). Correlates of children's physical activity during the COVID-19 confinement in Portugal. *Public Health, 189*, 14-19. doi:10.1016/j.puhe.2020.09.009

Sandseter, E. B. (2009). Characteristics of risky play. *Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, 9*(1), 3-21. doi:10.1080/14729670802702762

Sandseter, E. B., & Sando, O. J. (2016). "We Don't Allow Children to Climb Trees" How a Focus on Safety Affects Norwegian Children's Play in Early-Childhood Education and Care Settings. *American Journal of Play, 8*(2), 178-200.

Shaw, B., Bicket, M., Elliott, B., Fagan-Watson, B., Mocca, E., & Hillman, M. (2015). *Children's independent mobility. An International Comparison and Recommendations for Action*. Retrieved from London: http://www.psi.org.uk/children_mobility

Skår, M., Wold, L. C., Gundersen, V., & O'Brien, L. (2016). Why do children not play in nearby nature? Results from a Norwegian survey. *Journal of Adventure Education and Outdoor Learning, 16*(3), 239-255. doi:10.1080/14729679.2016.1140587

Sporrel, K., Caljouw, S. R., & Withagen, R. (2017). Gap-crossing behavior in a standardized and a nonstandardized jumping stone configuration. *PLOS ONE, 12*(5), e0176165. doi:10.1371/journal.pone.0176165

Stodden, D., Goodway, J., Langendorfer, S., Roberton, M., Rudisill, M., Garcia, C., & Garcia, L. (2008). A developmental perspective on the role of motor skill competence in physical activity: An emergent relationship. *Quest, 60*, 290-306.

Sutton-Smith, B. (1997). *The ambiguity of play*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Tremblay, M. S., Colley, R. C., Saunders, T. J., Healy, G. N., & Owen, N. (2010). Physiological and health implications of a sedentary lifestyle. *Appl Physiol Nutr Metab, 35*(6), 725-740. doi:10.1139/H10-079

Tremblay, M. S., Gray, C., Babcock, S., Barnes, J., Bradstreet, C. C., Carr, D., . . . Brussoni, M. (2015). Position Statement on Active Outdoor Play. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 12*(6), 6475-6505. doi:10.3390/ijerph120606475

United Nations. (1989). Convention on the Rights of the Child. General Assembly of the United Nations.

Utesch, T., & Bardid, F. (2019). Motor Competence. In D. Hackfort, R. Schinke, & B. Strauss (Eds.), *Dictionary of Sport Psychology*. Amesterdam: Elsevier.

Vandorpe, B., Vandendriessche, J., Lefevre, J., Pion, J., Vaeyens, R., Matthys, S., . . . Lenoir, M. (2011). The KorperkoordinationsTest fur Kinder: reference values and suitability for 6-12-year-old children in Flanders. *Scand J Med Sci Sports, 21*(3), 378-388. doi:10.1111/j.1600-0838.2009.01067.x

WHO. (2020). *WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour.* . Geneva: World Health Organization.

Wiltz, N. W., & Fein, G. G. (2006). Play as children see it. In D. P. Fromberg & D. Bergen (Eds.), *Play from birth to twelve contexts, perspectives, and meanings* (2nd Ed. ed., pp. 127–139). London: Routledge.

Witten, K., Kearns, R., Carroll, P., Asiasiga, L., & Tava'e, N. (2013). New Zealand parents' understandings of the intergenerational decline in children's independent outdoor play and active travel. *Children's Geographies, 11*(2), 215-229. doi:10.1080/14733285.2013.779839

Woolley, H. (2008). Watch This Space! Designing for Children's Play in Public Open Spaces. *Geography Compass, 2*(2), 495-512. doi:10.1111/j.1749-8198.2008.00077.x

Yogman, M., Garner, A., Hutchinson, J., Hirsh-Pasek, K., Golinkoff, R. M., Committee On Psychosocial Aspects Of, C., . . . Media. (2018). The Power of Play: A Pediatric Role in Enhancing Development in Young Children. *Pediatrics, 142*(3). doi:10.1542/peds.2018-2058

Transformar a Cidade numa oportunidade para as crianças

João Paulo Bessa

INTRODUÇÃO

A transformação dos conceitos da *cidade moderna* na *cidade das pessoas* exige, para além do recurso a novas dimensões de desenho e planificação urbanas uma capacidade física dos seus habitantes que tem que ser construída, desenvolvida e mantida ao longo da vida dado que os modos suaves de mobilidade — andar a pé e de bicicleta — têm de desempenhar um papel maior na repartição modal.

TRANSFORMAR UM SISTEMA

É voz corrente que as nossas crianças denotam dificuldades motoras: correm mal; não se equilibram convenientemente; saltam pouco; têm dificuldades em trepar. E tudo isto porque, vivendo cada vez mais em cidades com pouco espaço público de uso informal e em escolas com reduzido horário de educação física, não têm espaços onde possam brincar em segurança, aprendendo a utilizar o corpo e a desenvolver as suas capacidades motoras.

As cidades — essa obra-prima da humanidade — distraíram-se e não foram capazes de, neste campo, responder ao necessário crescimento e aumento da sua compacidade. Agarrados demasiado tempo a conceitos modernistas como o zonamento e outras directivas julgadas como imutáveis que, ignorando as bases que formatam a cidade antiga — onde cada percurso marca um *aqui* que se perspectiva na sua imensa diversidade na curiosidade de um *ali* — introduziram a uniformização como modelo, ampliando distâncias internas físicas ou horárias, esquecendo a importância da proximidade, dificultando a mobilidade e eliminando a

Praça de Espanha / José Vicente, 2019



curiosidade, para, no fundo, abrirem a porta à desigualdade e exclusão sociais. Erros espaço-temporais que se abriram ao domínio do automóvel e à ignorância das pessoas.

E como percebemos claramente durante este tempo de pandemia, a cidade não vive sem pessoas. Sem residentes, sem aqueles que, no fundo, fazem o seu quotidiano e lhe dão identidade e se reconhecem no seu sentido de pertença.

Reconhecidos os problemas das cidades na sua garantia de proporcionar qualidade de vida a quem nela habita ou trabalha, nomeadamente nas questões relacionadas com as alterações climáticas, começa-se, um pouco por todo o lado, a procurar soluções que proporcionem uma cidade mais amigável, menos poluidora e mais sustentável. Mas que seja também capaz de desarticular o "*aqui vivo, ali trabalho, além divirto-me*" e tornar a cidade um lugar de encontro, de invenção, de troca, de inovação, de cultura, de diversidade, de solidariedade, de bem-estar, de inclusão. De acesso fácil a bens e serviços, de múltiplos empregos. De oportunidades.

Mas se, nuns lados, procuramos soluções, sem no entanto compreender que as mudanças, articulando-se sistemicamente, têm consequências noutros… noutros, infelizmente, limitamos o nosso horizonte na procura da solução para todos os males em medidas isoladas e desarticuladas. Perdendo assim a visão estratégica daquela que devia ser "***A Capital Atlântica da Europa***".

Por onde começar a transformação? Antes do mais, encontrando as razões profundas das situações a que chegámos e enfrentamos: porque entram tantos carros na cidade? porque perde a cidade população? porque se perde tanto tempo na deslocação casa/trabalho? porque é que há zonas ditas da cidade que estão desarticuladas do todo urbano? porque é que a dimensão urbana não é equilibrada, igualando-se na sua proximidade e acessibilidade? Porque é que a cidade, não olhando para todos como iguais, tem, na distorção das suas relações de vizinhança, de solidariedade e do seu orgulho de pertença, profundos desequilíbrios sociais que tornam a vida, não o bem-estar que deveria ser, mas o sacrifício e o desgaste que não deveria ser…principalmente para os mais vulneráveis.

Praça de Espanha / José Vicente, 2019



Aqueduto, Corredor Estruturante / Vale de Alcantara - José Vicente, 2019



Os carros que todos os dias entram em Lisboa dizem-nos, de imediato, duas coisas: que as ligações à cidade não permitem, com conforto e tempos aceitáveis de deslocação, o acesso necessário sem ser por automóvel — basta ver a dispersão geográfica das partidas; que a cidade não oferece habitação nem em número nem a preços compatíveis com as capacidades financeiras da maioria. No entanto, estes intrusos diários e ocupantes do espaço público são fundamentais para a criação da riqueza da cidade que, sem eles e o seu trabalho, não teria capacidade financeira para a sua auto-sustentação. Claramente a cidade como cidade tem um conjunto de problemas que exigem diversas acções complementares, pensadas e realizadas com uma larga visão estratégica.

Não se pode resolver este conjunto complexo de problemas com visões parciais e simplistas. E apontar o carro como inimigo principal não vai resolver o problema central nem chegar à solução pretendida: uma cidade de pessoas e para as pessoas. Dizer do alto de uma qualquer sobranceira importância: *não queremos mais carros!* sem garantir, anteriormente e tão breve quanto possível, outras soluções prioritárias como uma fina rede urbana de transportes públicos não poluentes e articulados e com fáceis e simples ligações — e a que a nova proposta da circular do Metro não pertence — é um tremendo erro porque, não resolvendo as bicicletas por si só qualquer problema, só dificultaremos a vida do dia-a-dia a quem precisa de se deslocar neste casa/trabalho, casa/obrigações, casa/ tempos livres diário a que estamos sujeitos.

Assim e ao que ressalta, a primeira alternativa a criar seriam parques periféricos de estacionamento vigiado e gratuito e onde os *intrusos diários* poderiam deixar os seus carros em segurança e seguir para os seus locais de destino, seja pelas redes existentes de transportes colectivos, seja por um sistema de transporte de mini-autocarros que, sem carreira definida, responderiam aos desejos dos transportados que, através de aplicações adequadas estabeleciam, pela ligação do telemóvel e num recurso de *cidade inteligente,* os destinos pretendidos. Vendo assim melhorado o seu conforto a que se juntaria uma diminuição de custos e tempo de deslocação para os que trabalham na cidade e proporcionando desde logo uma menor poluição urbana.

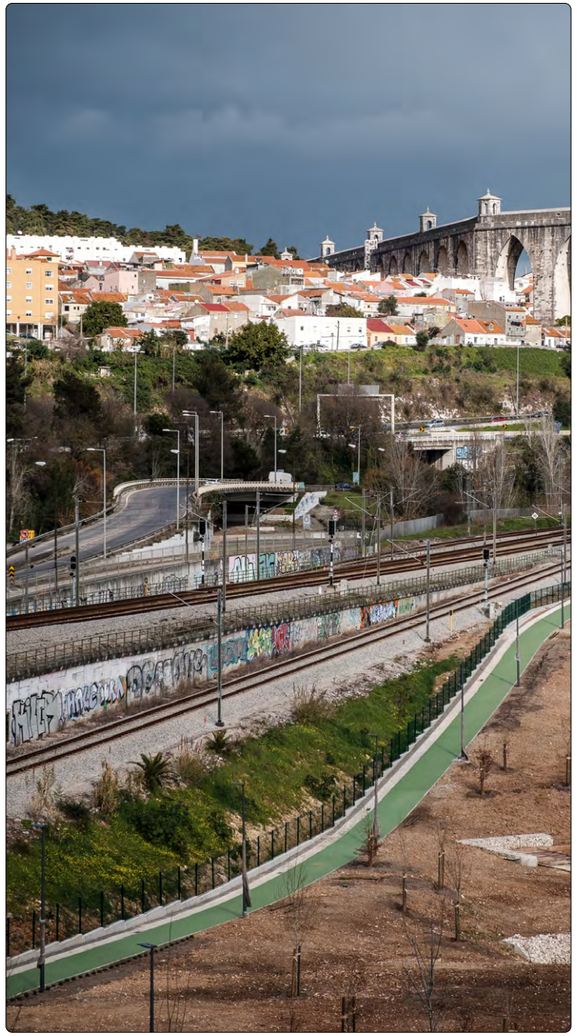
Por outro lado e para poder fazer face às expectativas dos seus habitantes e para que possa ser um domínio de permanentes oportunidades, a cidade, neste processo de transformação pretendido, deve encontrar, num novo desenho urbano, os equilíbrios fundamentais que permitam cumprir os explícitos conceitos urbanos dos 3 Cês — Compacta, Conectada, Coordenada — propostos pela LSECities para que possa induzir o desenvolvimento dos 3 Tês — Tecnologias, Talento, Tolerância — de Richard Florida, num contributo decisivo para o seu desenvolvimento e flexibilidade na mistura sócio-económica que os seus espaços devem ser.

Para que a cidade seja atraente para percursos a pé — para além da comodidade e segurança dos seus passeios, do seu funcionamento em rede, da subdivisão de quarteirões, dos usos mistos que aumentam a existência de pessoas e vizinhos que se transformam em protectores *olhos da rua* — deve ser, mais do que a organização em núcleos urbanos que se podem transformar em guetos socialmente homogéneos como algumas das actuais tendências de desenho urbano podem conduzir, considerado o *índice de montras de rua* e o *índice de serviços de proximidade,* tornando os percursos de ligação atractivos pela diversidade e fruição diferenciada que permitem.

Para além do mais, o desenho urbano actual deve ter em conta formas de segurança muito específicas como seja a defesa contra acções terroristas isoladas, individualizadas — de *lobos solitários* — e de fácil realização como o designado *terrorismo barato* de um *pesado* roubado que se lança sobre uma esplanada. O que exige conveniente protecção sem impedimento das diversas circulações e para o qual uma fila de carros estacionados junto ao passeio pode, no imediato, mostrar-se uma boa e adequada defesa.

As ruas devem ser ruas e não estradas! Nem o seu misto — *stroads de street+road* — na soma equívoca de rua mais estrada ou mesmo vias rápidas. Se a *rua* é o elemento fundamental da ligação urbana, a *estrada* e a *via rápida* são formas de ligar pontos urbanos e não pertencem ao léxico da cidade. As estradas não podem ser mais do que traçados estratégicos que permitam escapatórias e as vias rápidas não podem ser mais do que circulares que, como as muralhas nas cidades medievais e quando ultrapassadas

Estação de Campolide, Corredor Estruturante ale de Alcantara - José Vicente, 2019



pelo crescimento da cidade, são transformadas em ruas urbanas que integram, em vez de separar, os novos territórios e se deslocam de novo para a fronteira do urbano.

A complexidade da transformação é grande e, salvo raríssimas excepções muito bem estudadas e com garantias de alternativas necessárias aos seus habitantes, não deve ser orientada por visões de contornos absolutistas. A cidade galega de Pontevedra estabeleceu que na sua cidade de *peones* as ruas, embora com óbvio controlo de capacidades e velocidades, permitirão a existência simultânea de motores, bicicletas e a pé deste que cumpridas regras como: é o peão que comanda a velocidade não podendo ser ultrapassado pelas bicicletas nem estas pelos automóveis ou motas. Na Holanda existe um projecto em acção de hierarquização de vias urbanas — *rodovias, estradas e ruas* — todas abertas a automóveis mas em que a capacidade e velocidade vão diminuindo até atingir o nível de *vias-quase-sem-carros* —as *autoluwe.* As *estradas*, que são as vias de distribuição, misturam trânsito de alguma intensidade e velocidade — pretendem ligar dois pontos rapidamente — com bicicletas e peões devidamente protegidos. As *vias-quase-sem-carros* — que sendo vias que servem a comunidade não descuram as necessidades de veículos de residentes, veículos de deficientes, veículos de entregas, veículos de emergência, veículos de apoio pessoal, etc.— tem velocidades reduzidas — não mais de 30km/h — que permitem a convivência, no mesmo espaço, com os modos suaves de bicicletas ou de deslocações a pé e a quase abolição de semáforos. E também permitem a ocupação das ruas por outras actividades como locais de estar — activo ou contemplativo — de exercício ou, pura e simplesmente, de brincar.

Mas esta pretendida transformação de uma cidade capturada pelo automóvel para uma cidade das pessoas, não se realiza num ápice. A sua transição, que representa uma mudança cultural intensa, leva tempo e deve ser extremamente cuidada por forma a garantir que os problemas sociais que irá provocar são maximamente minimizados.

Bairro da Liberdade, Corredor Estruturante / Vale de Alcantara - José Vicente, 2019



A BICICLETA NÃO É TUDO

É uma evidência clara que a bicicleta, em termos de poluição, é muito mais valiosa que um automóvel porque o seu grau poluente não é sequer comparável. Mas não é a cura de todos os males: a bicicleta discrimina! Porque há muita gente que não consegue, porque não tem ou teve o treino para adquirir a perícia necessária para normalizar perigos e riscos; porque há idosos que não vão conseguir utilizá-la; porque há outros que nunca aprenderam e não irão conquistar a auto-confiança que lhes permita atravessar a cidade em duas rodas. O que significa, caso se olhe para a bicicleta como salvador universal — a que se junta o factor exercício físico para a tornar mais atraente na sua componente de fonte de saúde — que para muitos nada mudará na sua vida de quietude permanente: porque há quem precise que um carro lhe chegue à porta para lhe garantir a acessibilidade a locais da cidade onde pretende deslocar-se ou o necessário apoio familiar; porque é preciso garantir a possibilidade de percursos urbanos de cadeiras-de-rodas e mesmo a sua pública, nomeadamente electrificadas, disponibilidade.

E numa cidade como Lisboa, com um perfil topográfico pouco adaptável a um modo de transporte como as bicicletas — mesmo quando se pretende, como se ouve dizer, que a solução estará na utilização de bicicletas-eléctricas — a real solução da mobilidade urbana deverá passar, forçosamente, por outros vectores. Até porque a própria bicicleta eléctrica, embora aliviando o esforço, exige a mesma discriminatória perícia e têm ainda a enorme desvantagem de já nada valer para o saudável exercício físico.

A cidade inclusiva determina o direito de acessibilidade a todo e qualquer cidadão. O que significa a obrigatoriedade de que seja garantida a mobilidade de cada um a qualquer ponto da cidade de uma forma cómoda, de fácil acesso, adaptada à sua condição e com a segurança necessária. Que passa, conforme já se escreveu e pelo simples facto de não obrigar ninguém ao esforço da compra de um carro — nos quais se encontram os actualmente caros e pouco práticos automóveis eléctricos — pelo desenvolvimento fino de um sistema sustentado de transportes públicos. Porque de outra forma a transformação pretendida vai de novo cair na exclusão social, protegendo os ricos e ignorando os mais vulneráveis. Perdendo a cidade e quem a habita.

Paço da Rainha - José Vicente, 2019



Largo de Santos - José Vicente, 2019



AS CRIANÇAS E A ACTIVIDADE FÍSICA

A cidade já perde hoje em dia na incapacidade de eliminar a Iliteracia Física que marca as nossas crianças e o seu futuro. E se vamos diminuir o trânsito automóvel, criando assim mais *ruas* e menos *estradas* nos espaços públicos de que a cidade dispõe, não podemos deixar de olhar para este aspecto: como vamos proporcionar às crianças espaços de brincadeira que permitam a descoberta do corpo, dos seus limites, do correr riscos em segurança, das experiências que lhes proporcionem a auto-confiança que as ajudará a enfrentar a vida?

De um primeiro ponto podemos já partir: os actuais *parques infantis* que vemos cidade fora na qualidade dos seus equipamentos previsíveis, fixos e imutáveis não servem porque apenas mostram um lado errado da vida — o da quietude expectável. Isto é, não permitem a obtenção das ferramentas que permitirão encarar a vida sem receios ou medos desajustados.

Sabe-se da enorme importância do exercício físico, da criação de destrezas físicas na idade pré-escolar que proporcionem experiências que as ensinem a ser flexíveis, adaptáveis e criadoras. E que, conquistando-as, as levem à prática do exercício ou mesmo do desporto formal pelo resto da vida fora. O que significa que os novos *parques infantis* devem ser desenhados de forma completamente diferente daquela que nos é oferecida. Da mesma maneira que há países que já se lançaram há muito tempo na pesquisa do melhor controlo dos espaços públicos de mobilidade no sentido do seu uso pelas pessoas, também há países — normalmente os mesmos — que têm já uma larga experiência de desenho dos novos *parques infantis*.

Existem diversos espaços que podem — devem! — ser utilizados para a criação desse novos parques. E se há passeios próximos de casa que podem ser redesenhados com a vantagem de estarem *sob os olhos de pessoas de diversas idades que podem ensinar boas lições para a vida*, há também terrenos — alguns pretensamente expectáveis, outros com dimensões sem valor construtivo — que podem ser utilizados. Em qualquer das formas, os *parques-infantis* se localizados devidamente, irão proporcionar as inclusões sociais que possibilitarão a integração dos menos favorecidos.
O que se pretende — por mais que nos tentem convencer que são as exigências dos pais no exagerado cuidado

pela segurança dos seus filhos que obrigam ao recurso a estes parquezinhos sem vida e sem graça, incapazes de possibilitar a invenção criativa da sua utilização — são espaços que se aproximem, mantendo um grau controlado de risco, dos *espaços-aventura* que permitam explorar, descobrir, inventar numa proximidade a uma natureza transportada para os locais do seu uso diário com plantas ou arbustos que façam o esconderijo de umas *escondidas* divertidas a inventar *polícias-e-ladrões*.

Recorrendo a construção de volumes de materiais reconhecíveis como madeira e pedras, desenhos no chão de percursos que permitam as mais variadas e inventivas brincadeiras, subidas e descidas que possibilitem a descoberta de novas perspectivas ou de utilizações corporais ainda não pensadas a que se juntarão locais de equilíbrio ou de suspensão, estaremos a proporcionar espaços de desenvolvimento corporal e motor às crianças. Claro que se irão sujar, que terão terra nas mãos, nos joelhos e nas roupas para além de um ou outro arranhão — mas isso que nunca fez mal a todos os que tiveram a possibilidade de brincar livremente, também não fará mal aos nosso filhos e netos. E à volta destes *espaços-aventura* para os mais pequenos brincarem, não devem ficar esquecidos espaços de estar ou de exercício para os mais velhos, os avós, que, muitas vezes, são os acompanhantes dos mais novos. Numa óbvia contribuição para um crescimento e um estilo de vida mais saudáveis.

É essencial desenhar novos espaços lúdicos que permitam uma ocupação activa dos tempos livres que sejam estimulantes à criatividade do uso e que permitam brincar de forma livre e não estruturada. Espaços de mera coordenação motora não chegam, exige-se que possibilitem a coordenação motora fina com recurso a elementos que permitam o seu uso criativo. Tão criativo como montar um conjunto de difícil equilíbrio, como usar terra ou areia para fazer as enormes montanhas de uma cidade inatacável. Que transformem o tempo passado num querer voltar quanto antes, evitando assim a desistência para a comodidade do sofá na inércia física dos jogos electrónicos… E também deve haver espaços que permitam o uso de bolas e que devem ter — fazendo jus a um anúncio antigo de televisão que avisava os automobilistas que atrás de uma bola viria sempre uma criança — as protecções necessárias e limitativas dos espaços. Mas nada se exige de dimensões normativas — o espaço que existir, chega. Porque se faz um jogo-brincadeira com o número adequado aos espaços e onde as balizas podem voltar a ser duas marcas no chão, a rede de vólei um fio que se estende e o cesto de basquetebol ser apenas isso mesmo, um cesto sem tabela — afinal não vale só quando a bola cai pela rede abaixo?!…

Para brincar ao futebol, ao andebol, ao rugby, ao basquetebol, ao voleibol ou a qualquer outro desporto que a vontade inventiva pretenda, não são necessários espaços formais para idades que não precisam de formalidades. Apenas dá mais jeito, por facilidade, que, para estes casos, o terreno seja plano e não ondulado ou acidentado como existirá em muitos dos *espaços-aventura*. E que o chão tenha a macieza necessária às inevitáveis quedas — a relva que durante anos teve o ferrete de "*proibido pisar*" e que é feita para pisar e não para *inglês ver,* é um óptimo material para criar um piso, embora hoje em dia não faltem pisos artificiais de excelente comportamento na sua capacidade de absorção de choques e que a podem perfeitamente substituir.

Mas numa cidade não chega transformar pequenos espaços em *parques-infantis* que proporcionem o exercício físico dos mais pequenos.

A cidade deve ter espaços que permitam a sua utilização desportiva espalhados pela cidade e a distâncias compatíveis com uma acessibilidade fácil e curta. Se de qualquer espaço se pode fazer um recreio para exercício físico com desenho adequado aos objectivos — uma parede cega pode ser transformada num *muro de escalada* — a partir de uma certa idade o gozo pelos desportos colectivos pode exigir espaços mais elaborados no sentido das dimensões — embora não seja obrigatório o cumprimento das formalidade das regras porque os que estiverem para jogar, quando divididos por dois, formarão as equipas que se defrontarão, no caso do futebol, num *muda aos 5 e acaba aos 10* e com as regras que inventarem na altura.

Mas a prática desportiva formal deve ser cada vez maior e mais espalhada pela cidade — até para permitir que o "desporto escolar" possa ter competições inter-escolas e passar a ser *desporto em idade escolar*. Se há jovens na cidade, deve haver as possibilidades para praticarem,

diversificando assim o seu reportório motor, um, dois, muitos desportos para que possam, se assim o desejarem, escolher uma modalidade e passar ao desporto-rendimento.

Para que estas infraestruturas desportivas possam existir espalhadas pela cidade uma de duas coisas são necessárias: edifícios mais elevados— com mais andares para assim manter os níveis de densidade populacional adequados — que libertarão espaço na superfície, permitindo a sua ocupação por espaços de lazer desportivos e de recreio; ou que as coberturas dos edifícios que cubram a totalidade do espaço entre ruas sejam preparadas para receber campos desportivos agora sim, com as dimensões formais exigíveis. E não faltam exemplos por esse mundo fora…

Cada vez faz menos sentido desenhar praças, largos ou espaços ajardinados que não sirvam mais do que para *inglês ver.* Todos os espaços livres devem ser recuperados para a prática do exercício físico, do estar e do brincar de forma não estruturada com desenhos elaborados, atractivos e motivadores. Para correr, um corredor de bom piso, seguro e com dimensão capaz serve melhor do que correr no passeio ou na rua e pode existir juntamente com outros equipamentos ou obstáculos que possibilitem outros tipos de exercícios físicos, tudo enquadrado com elementos da natureza que definam novos espaços e permitam, também aqui, estabelecer a variedade do *aqui* e do *ali*.

Para que estes espaços adequados à brincadeira do exercício físico, do estar vigilante dos *olhos da rua*, para que tenham a utilidade pretendida, a sua localização deve ser concordante com o desenho de proximidade que se pretende promover para que o domínio das pessoas no espaço urbano seja uma realidade num crescimento sustentável da melhoria das condições de vida urbanas.

CONCLUSÃO

A cidade é a cidade que temos e é esta cidade, com a sua história e as suas consequências, que temos de transformar. O que significa que temos que perceber as adaptações conceptuais possíveis e adequadas para o qual só a imaginação e a criatividade assentes numa estratégia que estabeleça objectivos claros de apropriação pelas pessoas e da melhoria da sua qualidade de vida pode modificar sem destruir a sua identidade.
(o autor escreve de acordo com a antiga ortografia)

Bibliografia geral enquanto memória do texto

Jacobs, Jane - *The Death and Life of Great American Cities*, Random House, Nova Iorque, 1961

Alexander, Christopher - *A City is Not a Tree*, Architectural Forum, 1965

CMLisboa/Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico - *Plano Estratégico de Lisboa*, 1992

Florida, Richard - *Cidades Criativas*, Conferência em Lisboa, CCDR LVT, 2008

Gehl, Jan - *A Vida Entre Edifícios (Livet mellen husene, 1971), Tigre de Papel, Lisboa 2017*

Gomes, Alexandra, London School of Economics, LSECities - *Fazer Cidades Com Futuro*, Pod-cast, Público, 2021

sb, IAKS - International Maganize for Sports, Leisure and Recretional Facilities, diversos números

Diversos, *NOT JUST BIKES* - Youtube

Konradi, Sarah Werner - *Designing playgrounds for happier, healthier kids*, TEDxMileHigh

Valle, Daniel Casas - *Sport in the City* - Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FAUP, Agosto 2013

Active Designs, Sports England, October 2015

Koohsari, Mohammad Javad et alt. - *Public open space, physical activity, urban design and public health: concepts, methods and research agenda*, Health & Place, 2015

Soh, Malvin - *Kids and the city: How to plan cities for play,* NadiGroup 2018

Soh, Malvin - *How to get people's 'Sport On' through innovative urban design,* 2018

Significação do movimento. A importância do jogo, brincar e desporto no desenvolvimento infantil

Miguel Nery
Carlos Neto

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa reflexão sobre importância do jogo, do brincar e do desporto infanto-juvenil no desenvolvimento das crianças. Propomos fazer um caminho que começa nos movimentos rudimentares do bebé, e vai até ao início da prática desportiva.
O corpo como meio de expressão e relação com o mundo é particularmente enfatizado.
Abordamos algumas problemáticas actuais que restringem o movimento das crianças – com implicações nefastas para o seu desenvolvimento – e terminamos explorando o potencial transformador da prática desportiva (quando bem dirigida).

Brincar, jogo e movimento

O brincar e o jogo são elementos essenciais no desenvolvimento infantil. O corpo, o movimento e o imaginário são as formas primordiais da criança conhecer o mundo (Tavares, 2020). Antes de avançarmos, necessitamos deter-nos na noção de corpo aqui considerada. Falamos de um corpo que é constituído por uma vertente somática e outra relacional. A vertente somática remete para os processos de maturação, para o aparelho músculo-esquelético e para a fisiologia, sendo alvo de investigação de disciplinas científicas como a biologia, química e algumas especialidades da medicina tais como a neurologia, pediatria, entre outras. Por outro lado, a vertente relacional remete-nos para os vínculos afectivos estabelecidos entre a criança e o meio envolvente, sendo alvo de atenção da psicologia, psicanálise e algumas ciências sociais. Assim, o corpo é aqui entendido numa perspectiva integrada, contrária ao Dualismo Cartesiano, considerando que as vertentes somática e relacional estão interligadas e se influenciam mutuamente. Falamos de um corpo que considera o tangível, mas que se estende para além destes limites, através das ligações que vai



estabelecendo, no decorrer da sua história e constituição de memória autobiográfica. O avanço das neurociências permite-nos hoje ter uma visão mais clara sobre estes aspectos. A mente tem um substrato biológico que não pode ser ignorado (Damásio, 2010; Cieri & Esposito, 2019). Voltando ao desenvolvimento das crianças, é importante referir que a espécie humana tem uma infância prolongada, e que os bebés ao nascerem têm um enorme grau de dependência dos seus cuidadores (ao contrário de outras espécies, incluindo alguns mamíferos). A este propósito, Donald Winnicott, pediatra e psicanalista britânico que se dedicou à clínica infantil durante grande parte da sua vida, referiu, a este propósito, que *o bebé não existe sem a mãe* (Winnicott, 1960). Esta frase icónica da psicanálise remete para a dependência total do bebé em relação à mãe, alertando para a necessidade de o pensar na relação com a mesma (díade mãe-bebé). Nascemos com um enorme potencial, mas demoramos muito tempo a autonomizar-nos. Este processo (assim como o seu grau de sucesso) depende em grande medida do tipo (e qualidade) dos vínculos que estabelecemos com o meio. Durante os primeiros anos de vida, as crianças vão aumentando progressivamente o seu reportório motor, fruto dos processos de maturação e da interacção com o meio envolvente.

A via destas aquisições, assim como a construção do pensamento, passa pelo brincar e pelo jogo (Winnicott, 1971), que são motivados internamente, têm uma componente simbólica, e promovem uma sensação de prazer. Existem vários tipos de jogo, que vão evoluindo ao longo da infância. Estas formas de jogo não são mutuamente exclusivas; na verdade, sobrepõem-se com frequência, mas tendem a estar mais presentes em determinadas fases do desenvolvimento em função do grau de estruturação psíquica da criança, ou seja, os diferentes tipos de jogo remetem para diferentes modos de funcionamento interno, sendo esse o motivo pelo qual crianças com diferentes idades tendem a optar por brincadeiras diferentes e mais condizentes com o seu estádio de desenvolvimento. Assim, ao longo da infância, as crianças evoluem progressivamente de um tipo de jogo para o seguinte (que exige novas aquisições). Existem várias taxonomias de jogo na infância, que variam em função da disciplina científica que estuda o tema. Eis uma possível definição, vinda da Psicologia do Desenvolvimento:

Play is often defined as activity done for its own sake, characterized by means rather than ends (the process is more important than any end point or goal), flexibility (objects are put in new combinations or roles are acted out in new ways), and positive affect (children often smile, laugh, and say they enjoy it). These criteria contrast play with exploration (focused investigation as a child gets more familiar with a new toy or environment, that may then lead into play), work (which has a definite goal), and games (more organized activities in which there is some goal, typically winning the game). Developmentally, games with rules tend to be common after about 6 years of age, whereas play is very frequent for 2- to 6-year-olds (Smith & Pellegrini, 2013).

O jogo foi também largamente estudado por autores ligados à psicanálise. Autores como Anna Freud, Melanie Klein ou Donald Winnicott (entre outros) estudaram o desenvolvimento das crianças, incluindo o papel do jogo na estruturação do pensamento e as implicações práticas do seu uso na clínica. Apesar de algumas divergências teóricas, conceptuais e clínicas existentes entre os autores, todos convergem na percepção do jogo como espaço que permite a expressão de fantasias, libertação de angústia e elaboração de conflitos, tendo um papel fulcral no desenvlvimento infantil.
O jogo e o brincar na infância são temas da maior importância, sobre os quais existe uma enorme produção científica. Para efeito deste texto, destacamos 3 tipos de jogo presentes nos primeiros anos de vida (Janin, 2007).

Nos primeiros anos de vida, inicia-se o **jogo da presença/ausência.** Este remete para a necessidade de ser procurado e descoberto, assim como para o valor do olhar na construção psíquica. Aqui, as crianças estão a elaborar simbolizar a ausência, aquisição fundamental para a vida social e académica futura. Quem nunca viu a alegria dos bebés quando os pais se escondem atrás de um pano ou camisola, perguntando em voz alta onde está o bebé, e depois baixam o pano e aparecem com uma cara feliz por o terem "encontrado". Este tipo de jogo mantém-se ao longo da infância, apesar de se apresentar noutras formas: acender e apagar a luz, e o intemporal jogo das escondidas são brincadeiras que aparecem mais tarde, mas que são também marcadas simbolicamente pelo jogo de presença/ausência.
O jogo de personagens surge mais tarde; muitas vezes intensifica-se aquando o surgimento do Complexo de Édipo (3-6 anos), abrindo portas à possibilidade de movimentos identificatórios e ao registo das diferenças sexuais, entre outros aspectos importantes na construção da identidade. Aqui, as crianças brincam ao representarem vários papéis (e.g.: super-herói, princesa) num cenário de relação interpessoal com os pares e outros significativos.
O faz de conta permite que a criança dramatize o mundo fantasmático, falando de si mesma através dos outros.





Meninos e meninas tendem a escolher personagens diferentes, começando a evidenciar-se mais nesta fase.

Durante a infância é normal que as crianças tenham uma visão idealizada dos pais, vendo-os como entidades omnipotentes que tudo sabem e resolvem. A idealização (normal) prende-se com a necessidade da criança se sentir segurança face às suas inquietações ao acreditar que, aconteça o que acontecer, os pais resolvem a situação (existem resquícios deste funcionamento em muitos adultos, deslocado para outras figuras). Quando as coisas correm bem, dá-se uma progressiva desidealização dos pais por parte da criança; este processo é progressivo e necessário para o abandono de uma posição de omnipotência (interpretar o mundo como se este girasse à sua volta), que abre espaço à incorporação de normas e leis provenientes da ordem social. O resultado deste movimento é a possibilidade de aceder a um pensamento mais abstrato. Por esta altura emerge em força o **jogo com regras**, que reflecte uma maior diferenciação das estruturas psíquicas (Ego, Id e Superego), e onde a competição e aferição de competência estão inerentes (e os pares funcionam como espelho). O jogo com regras é mais organizado, e tem geralmente o objectivo de ganhar o próprio jogo.
Estes tipos de jogo, como veremos adiante, estão na base do desporto.

O jogo e a exploração do meio implicam movimento. Esta é uma peça chave no desenvolvimento infantil. Dos movimentos rudimentares do bebé à possibilidade de executar movimentos complexos com maior intencionalidade e capacidade de actuação sobre o meio envolvente, a criança vai-se desenvolvendo (com maior ou menor harmonia). A acção do corpo (movimento) deve ser entendida como um discurso, em que a crescente coordenação física e domínio motor são reflexo de um *self* mais unificado. É através do movimento que as crianças passam progressivamente da dependência total da 1ª infância para um registo mais activo de exploração do meio ambiente. O gatinhar, e mais tarde o andar, são exemplos de conquistas notáveis; permitem os primeiros afastamentos da base segura (mãe) que, do ponto de vista simbólico remetem para o ensaio dos primeiros movimentos de autonomia (Neto, 2021).

Constrangimentos actuais

Nos tempos que correm, e em particular nas Sociedade Ocidentais, o movimento é, frequente (e precocemente), pouco tolerado pelo meio envolvente. A situação de pandemia da Covid-19 contribuiu para uma diminuição do movimento das crianças devido ao confinamento e medidas acessórias, que resultaram em menor uso dos espaços



fora de casa e no afastamento físico entre as pessoas.
No entanto, ainda antes desta fase, estavam já identificadas situações e circunstâncias em que o meio envolvente às crianças se mostra pouco tolerarante face ao movimento das mesas.
Ainda em **casa**, no ambiente familiar, nos casos em que os pais estabelecem vínculos demasiado rígidos com os filhos, o movimento natural das crianças – associado à agressividade (normal), sujidade, excitação e barulho – causa desconforto nos pais (por invocar algum fantasma dentro dos próprios?). Os movimentos normais da criança são mal recebidos por um meio que quer impor uma ordem e arrumação excessivos, que não se coadunam com as necessidades normais das crianças. Assim, estas vão sendo progressivamente abafadas, empurradas para funcionarem num registo de menino que não suja os calções e se "porta bem", submissão reforçada por elogios por parte dos pais (e consequente rejeição do comportamento oposto).
No ambiente familiar, o uso excessivo de dispositivos electrónicos também tem contribuído para a diminuição do jogo livre. Os tablets e jogos electrónicos mantêm as crianças quietas à frente de um ecrã; funciona como uma espécie de calmante, usado muitas vezes para que as crianças dêem menos trabalho e sejam menos apelativas face aos adultos. É impressionante a quantidade de crianças que já não comem sentadas à mesa com os pais (e eventualmente irmãos) sem a companhia de um ecrã. Apesar da tecnologia ter aspectos positivos, o uso excessivo excessivo de dispositivos electrónicos por parte das crianças tem recebido várias críticas de especialistas em desenvolvimento infantil, que alertam para as consequências futuras desta prática.
Outro campo importante na vida das crianças, e que também revela frequentemente dificuldades em tolerar o movimento, é a **escola**. Aqui, as crianças são obrigadas a adaptar-se a ritmos escolares estandardizados e pouco flexíveis, que muitas vezes não abrem espaço para uma abordagem individualizada. É-lhes pedido que estejam sentadas, quietas e caladas, a ouvir um professor durante largos períodos de tempo, num registo marcado pela análise obsessiva da performance escolar (notas) e acumulação de conteúdos, em detrimento da compreensão (Neto, 2021). Um ensino cada vez mais técnico, pseudo-cumulativo, onde é colocada ênfase na "aquisição de competências (skills)" e no fazer, em vez de conhecimento fundamental e no pensar(-se).
Na escola de hoje, é pedido às crianças que oiçam atentamente os professores, num mundo em que a palavra foi sendo progressivamente desvalorizada, em que muitos adultos afirmam tudo e o seu contrário num curto espaço de tempo, em que o que é hoje verdade, amanhã é facilmente afirmado como sendo mentira (palavra de honra).



As crianças hoje são constantemente bombardeadas como estímulos visuais imediatos e de curta duração (redes sociais e afins), retirando-se espaço para o silêncio, contemplação, sentir, ouvir e ser ouvido - espaço de relação para pensar e pensar-se (Janin, 2007).
Por fim, é importante referir como a falta de espaço nas **cidades** e o declínio acentuado do brincar na rua também se insere nesta linha. Nas últimas décadas, as actividades livres em espaços naturais e de exterior foram sendo tendencialmente substituídas por actividades estandardizadas e artificiais (Gray, 2011), onde são orientadas por adultos para desenvolverem actividades pré-definidas e com objectivos específicos. Os ATL (Actividades de Tempos Livres) são um bom exemplo do paradoxo apresentado às crianças: o tempo, se for considerado livre, deve ser usado justamente dessa forma (incluindo a possibilidade de não fazer nada nalguns momentos). O ócio é um elemento necessário e importante; quando estão aborrecidas, as crianças procuram entreter-se através de soluções criativas, abrindo assim as portas ao jogo e à brincadeira. Nos **espaços urbanos** (onde se concentram a maioria das famílias) as ruas foram sendo progressivamente despovoadas de crianças; estas vivem nas cidades, mas usam pouco o seu espaço: estão fechadas em casa, e são transportadas pelos adultos entre locais.
A rua, como espaço de jogo livre está em vias de extinção. Pais, escola, cidade têm dificuldade em aceitar, conter e dar sentido ao movimento das crianças, e os benefícios naturais resultantes do brincar e do jogo vão sendo substituídos por programas artificiais (que inundam as escolas) para "ensinar empatia", "desenvolver competências emocionais", ou "aprender as emoções". Um disparate pegado!

O corpo que adoece

As competências verbais e o acesso ao simbólico na criança, quando comparadas com os adultos são, obviamente, menores. A própria natureza do trabalho em contexto clínico (psicoterapia) também é diferente; em vez de uma reconstrução baseada na análise do passado (complementada pelo presente o prospecção do futuro) como – grosso modo – se trabalha com frequência com os adultos, no trabalho clínico com as crianças, em que o psiquismo está em construção, procura-se fazer intervenções estruturantes (Janin, 2013).
Em contexto terapêutico, o jogo e o brincar (assim como o desenho) consistem nas formas de primordiais de expressão da criança (comparáveis ao discurso verbal dos adultos), não ignorando as questões ligadas à motricidade.
Durante as etapas da infância é comum virem ao de cima algumas angústias de carácter passageiro.
Estas não são necessariamente sinónimo de patologia; reflectem um conflito psíquico que a criança está a elaborar internamente, e que se expressa (de variadíssimas formas) através do corpo durante este processo. No entanto, quando a angústia é demasiado ameaçadora, e a criança carece de mecanismos de defesa suficientemente elaborados para lidar com a mesma, existe uma maior probabilidade dos sintomas outrora passageiros virem a cristalizar-se em patologia organizada.
Os clínicos que trabalham com crianças, deparam-se frequentemente com dificuldades das mesmas expressas através da inibição (falta de movimento), ou com a agitação (falta de contenção do movimento), entre outros aspectos ligado ao corpo. Apesar da inibição e da irrequietude corresponderem a pólos opostos, ambas podem expressar problemáticas na infância.

Inibição

O pólo da inibição é marcado por uma retracção ao nível do movimento, ligada frequentemente a problemáticas relacionadas com o superego, rigidez e narcisismo. As crianças que funcionam neste tipo de registo, tendem a ser demasiado submissas, formais e hipermaduras (comportamento muitas vezes reforçado por pais e professores), uma espécie de adultos em miniatura com falta de espontaneidade, e dificuldades ao nível do imaginário. Crianças cumpridoras, que rendem no domínio académico, mas que têm dificuldade em fazer amizades e em brincar livremente.
Estas crianças costumam levantar menos sinais de alertas na escola (local privilegiado de diagnóstico primário) porque não incomodam os adultos. Quando surgem preocupações, tendem a estar ligadas a dificuldades na relação com os colegas (e.g.: bullying), ou no seguimento de uma baixa abrupta do rendimento escolar e/ou mudança de comportamento. Os pais destas crianças procuram frequentemente o desporto para que os filhos aprendam a defender-se (desportos de combate), ou a fazer amigos como forma de compensar a solidão na escola devido à rejeição dos pares.

Irrequietude

No pólo oposto à inibição, aparecem os miúdos ligados à corrente, num registo de movimento agitado, desorganizado, que expressa uma conflituosidade interna e/ou aflições sem nome. A irrequietude excessiva (deve ser devidamente diferenciada do movimento natural das crianças) pode ser também reflexo de uma evolução pouco harmoniosa das crianças. Nestas situações incluem-se casos de depressão infantil (expressa frequentemente através da agitação), luto de um familiar, exposição a violência (altamente desorganizador), ansiedade (existem diferentes tipos de ansiedade, com diferentes significados e substratos biológicos), entre outros.
Nos tempos que correm, os consultórios dos clínicos que trabalham com crianças, recebem vários pedidos de ajuda para a Perturbação de Hiperactividade e Défice de Atenção (PHDA). A classificação e rotulagem de crianças com um síndrome de PHDA é, em muitos casos, errada e excessiva. Perante o incómodo da agitação, o procedimento adoptado em larga escala consiste em 1) diagnosticar, 2) medicar, e 3) avançar com uma terapia de mudança comportamental. Levantam-se vários problemas de ordem clínica (e ética) nesta forma de proceder. A nosologia (classificação de doenças com base nos sintomas) claramente não é resposta, e este tipo de abordagem é uma fuga para a frente na compreensão do que se passa com as crianças irrequietas e/ou desatentas. Aqui, a agitação aparece em muitos casos como expressão de conflitos internos e ansiedade. Movimento desorganizado, desligado, à procura de um sentido e contenção (que tem de ser dado pelo outro).
A irrequietude excessiva abarca quadros completamente distintos, que devem ser alvo de intervenções terapêuticas diferentes. Crianças com problemáticas (e níveis de patologia) diferentes, mas que expressam o sofrimento através de sintomas semelhantes, são frequentemente submetidas a um tratamento manualizado e igual para todos. É o reflexo de um pensamento pobre e clivado, que foge da compreensão empática do outro (e das suas circunstâncias), coisificando-o num objecto com defeito que deve ser concertado (Janin, 2007). Tanto nos registos em que prevalece a inibição do movimento, como nos que são dominados pela agitação, temos de olhar para a crianças e perceber a sua acção do corpo como um discurso que é um reflexo do seu mundo interno.
Mas afinal o que é que isto tem a ver com o brincar e o jogo? Tudo!

Jogo e brincadeira são temas sérios

É no jogo que tudo começa: amar, falar, aprender… o jogo permite a expressão e elaboração de angústias por parte das crianças (umas normais e passageiras, outras que, se se mantiverem e cristalizarem, são potencialmente organizadoras de patologia), e que as crianças transformem a passividade em actividade, permitindo actuar sobre a realidade à sua volta.
É um elemento fundamental num psiquismo em construção. Existe evidência científica sólida a corroborá-lo (Pellegrini & Smit, 1998). O cérebro tem circuitos relacionados com o jogo/brincar, e quando não se brinca (ou se brinca pouco), o córtex pré-frontal não se desenvolve adequadamente, podendo resultar num atraso na maturação (Davis & Montag, 2019).
O *Rough & Tumble* expressa bem o que foi referido anteriormente. Consiste na luta a brincar (comum a outros mamíferos) que contribui, entre outros aspectos, para o aumento da competência social e da capacidade de concentração (Panksepp, J. 1993). Em sentido inverso, a medicação dada a muitas crianças para o PHDA tem um efeito inibidor de sistemas do cérebro relacionados com o jogo/brincar. Quando medicadas, muitas crianças diminuem a actividade motora, mas sentem-se anestesiadas e apáticas (Janin, 2007).

Deporto e significação do movimento

O desporto é uma actividade milenar, com raízes profundas, tendo estado presente em diferentes culturas. É um fenómeno social complexo e de enorme importância, sobre o qual várias disciplinas científicas (com diferentes objectos e métodos de estudo) se têm debruçado. Assim, algumas áreas dentro das Ciências do desporto têm focado a sua atenção na melhoria dos processos de treino e no aumento da performance desportiva. Outras, contudo, têm como principais objectivos a compreensão do desporto nos seus aspectos simbólico e social. Entre as últimas inclui-se a sociologia, a antropologia e a psicologia social. A psicanálise (talvez de forma surpreendente) carece de investigação nesta área. Contudo, existem algumas excepções importantes (Rubinstein, 2017), com destaque para o trabalho pioneiro de Enrique Pinchón Riviere, psiquiatra e psicanalista Argentino, que considerava que o desporto resultava de 3 elementos básicos: 1) o movimento, 2) o jogo, e 3) a competição.

O movimento

O desporto resulta da especialização de alguns movimentos básicos como andar, correr, saltar, pontapear, agarrar/atirar, mergulhar, dançar, trepar etc.. O corpo joga assim um papel decisivo. Devemos considerar ainda o uso de materiais de extensão, frequentemente observado nas brincadeiras das crianças. Aqui, o corpo ganha uma "nova parte", uma extensão, que aparece como uma continuidade do próprio corpo. Modalidades como o ténis ou hóquei são bons exemplos daquilo a que nos estamos a referir. Mas a observação e análise do movimento não se resumem aos gestos técnicos e à componente musculo-esquelética; é feito também das marcas no corpo provenientes do psiquismo. O desporto deve ser entendido como um espaço privilegiado para dar sentido ao movimento, através da relação com o outro.

O jogo

O desporto acontece num contexto de jogo com regras (e competição inerente). Caracteriza-se por ter várias componentes: lúdica, simbólica e prazerosa. Ao usarmos o desporto como forma de significação do movimento das crianças, é importante estar atento a questões como: ***O que*** *se joga?* e ***Como*** *se joga?*. Estes aspectos remetem-nos para o mundo interno e para a qualidade dos vínculos das crianças. *O que joga* determinada criança remete-nos para a modalidade escolhida. O que procura uma criança na modalidade que escolheu praticar? O que pode expressar simbolicamente na prática de determinada modalidade (dadas as suas características)? A questão sobre *como joga* remete-nos para a qualidade do vínculo com o desporto, com os pares, com o treinador, com a competição. A título de exemplo, existem crianças que não se permitem ganhar (fantasia de destruição do outro ao actuar a sua agressividade?), e outras que não suportam perder (como se não restasse mais nada face à derrota). A compreensão dos aspectos simbólicos do desporto (e o seu potencial transformador), assim como destes modos de funcionamento das crianças, permite criar condições para que o desporto seja colocado ao serviço do desenvolvimento infantil. O desporto é uma actividade sublimatória de excelência, que permite que as crianças expressem a agressividade de forma socialmente adequada, assim como os impulsos e desejos inconscientes.

A competição

Como vimos, através do desporto – e da componente competitiva que lhe é adjacente – as crianças podem descarregar a agressividade normal. Assim, pode exercer simbolicamente domínio sobre o outro, e simular a sua destruição (fantasia). Estes elementos inconscientes podem ser expressados de forma aceitável e progressivamente integrados (em vez de projectados no exterior e actuados). No desporto, os binómios dentro/fora, actividade/passividade, atacar/defender entrelaçam-se e influenciam-se mutuamente. Em muitas modalidades remetem simbolicamente para o matar ou morrer. As noções de espaço, território, alvo (próprio e do adversário) são aspectos também importantes, que nos permitem pensar em dois domínios presentes na actividades deportiva (para além do motor): 1) cognitivo, e 2) espontâneo. O **domínio cognitivo** remete para o planeamento e disciplina. Representar (pensar) uma acção ou plano antes de actuar, e a disciplina inerente à execução do plano de acção são aspectos presentes no desporto, e que se estendem para outras áreas da vida das crianças como as aprendizagens escolares. O **registo espontâneo** remete para a liberdade, para um deixar fluir criativo, complemento essencial do domínio cognitivo.

NOTAS FINAIS

Face ao exposto, é possível verificar que no desporto estão presentes a motricidade, motivação, conflito e fantasia (inconscientes). A sexualidade, a agressividade e o narcisismo têm um papel central, no desporto, onde se dá uma oscilação constante entre actividade/passividade, e rivalidade/cooperação. No desporto, as crianças encontram um espaço com potencial de expressão. Permite a confrontação com as suas limitações, ao mesmo tempo que tem um enorme potencial para a transcendência e superação. Dado o decréscimo acentuado do brincar livre e espaços de jogo nas Sociedade Ocidentais, os clubes desportivos assumem um papel cada vez mais importante na significação do movimento e na prevenção primária de patologia que se expressa através do corpo, uma vez que pode ser usado como uma ferramenta que permite trabalhar domínios como o esquema corporal, motricidade, representação espácio-temporal (constituição do aparelho psíquico), mas também o pensamento e a linguagem. Para tal, deve procurar-se compreender as dinâmicas relacionais das crianças, a qualidade dos seus vínculos, e interpretar o significado simbólico dos seus comportamentos. Esta é uma visão Humanista do desporto, contrastante com a obsessão excessiva pela performance e competição desde muito cedo, que tem contribuído para que este se torne, em muitos casos, uma actividade pobre e pouco prazerosa. Apesar do enorme potencial do desporto na promoção do desenvolvimento infantil (entre outras áreas como a inclusão social, a coesão das comunidades, a reabilitação física etc.) este é um elemento neutro, ou seja, a qualidade da experiência desportiva depende essencialmente da qualidade dos vínculos estabelecidos, neste caso, entre a criança e os outros significativos no meio desportivo: treinador, pares, pais, clube.

CONCLUSÃO

O jogo e o brincar têm um papel fulcral na infância, com extensões importantes para a adolescência e idade adulta (onde estão presentes de outras formas). O desporto tem um enorme potencial de significação do movimento. Brincar e fazer desporto por si só não resolvem tudo, mas previnem muitas complicações. É importante repensar os modos de vida actuais, e o seu impacto na saúde das populações.

REFERÊNCIAS

Cieri, F. & Esposito, R. (2019) Psychoanalysis and Neuroscience: The Bridge Between Mind and Brain. *Frontiers Psychology, 10:1983*. Doi: 10.3389/fpsyg.2019.01983

Damásio, A. (2010). O Livro da Consciência. A Construção do Cérebro Consciente. Círculo de Leitores

Davis, K. L. & Montag, C. (2019). Selected Principles of Panksepian. Affective Neuroscience. *Frontiers Neuroscience. 12:1025*. Doi: 10.3389/fnins.2018.01025

Gray, Peter. 2011. The decline of play and the rise of psychopathology in children and adolescents. *American Journal of Play* 3: 443–63.

Janin. B. (Org.) (2007). *Niños desatentos e hiperactivos. Reflexiones acerca del trastorno por déficit de atención con o sin hiperactividad.* Buenos Aires: Noveduc.

Janin, B. (2013). *Intervenciones en la clínica psicoanalítica con niños.* Buenos Aires: Noveduc.

Neto, C. (2021). Libertem as crianças. A urgência de brincar e ser ativo. Lisboa: Contraponto.

Panksepp, J. 1993. Rough and tumble play: A fundamental brain process. In *Parent-child play: Descriptions and implications*, ed. Kevin MacDonald, 147–84.

Pellegrini, A. D. & Smit, P. K. (1998). Physical activity play: The nature and function of a neglected aspect of play. *Child Development* 69:577–98.

Rubinstein, R. A. (2017). Sports on the couch. London: Routledge

Smith, P. K. & Pellegrini, A. (2013). Learning through play. Encyclopedia of Early Childhood Development. https://www.child-encyclopedia.com/sites/default/files/textes-experts/en/774/learning-through-play.pdf

Tavares, G. M. (2020). Atlas do Corpo e da Imaginação. Teoria, fragmentos e imagens. Lisboa: Relógio D´Água.

Winnicott, D. W. (1971). Playing and reality. London, England: Basic Books.

Winnicott (1960). The Theory of the Parent-Infant Relationship. The International Journal of Psychoanalysis. 41:585-595.x

Ser criança na cidade! A importância da segurança e da arquitetura da cidade

Ana Quitério

UM SÁBADO NO PARQUE NA CIDADE...

– Mãe, vamos ao parque! Vamos andar de bicicleta Pai! (Pedro, 7 anos)
– Filho, tenho tanto para fazer...ainda preciso de ir ao supermercado, que deve estar cheio de gente...tenho de arrumar a casa pois a semana passou na correria! Não consegui fazer nada... Não é possível hoje...Olha, fica sossegado, a fazer um puzzle com a tua irmã, ou vai jogar um jogo...(Mãe, 40 anos)
– Mas há tanto tempo que não vamos ao parque.... – reivindica a filha, que sentada no sofá a ver televisão, escutava atentamente o pedido do seu irmão mais novo. (Madalena, 9 anos)
– Fomos no sábado passado!! – respondeu o Pai do outro lado da sala. – E ainda ontem foram comigo de bicicleta para a escola! (Pai, 42 anos)
– Sim fomos! Mãe, devias ter vindo connosco! Podes vir na segunda-feira? Sabes que a Clara vai sozinha de bicicleta para a escola! Posso ir?
– Filha, que disparate! Eu tenho de ir trabalhar! A Clara vai sozinha?! Que medo...eu não vos deixo!!
– Vá lá Mãe! Não acontece nada! Eu sei o caminho!
– Mas há muitos carros. Não.
– Mas Mãe, e vires tu connosco de bicicleta?
– Não tenho tempo. Vá, meninos, estou "cansada" de vos ouvir... – diz a Mãe a sorrir. Afinal, o que querem fazer?
– Ir ao parque de bicicleta – respondem as crianças em coro!
– João, podes ir com eles? – pede a Mãe ao marido.
– E por que não vamos todos? Vá Rita...passamos pelo supermercado no caminho para comprar qualquer coisa para o almoço e as compras grandes ficam para amanhã.
E a família lá convenceu a Mãe.
As bicicletas estão numa arrecadação na garagem, o que facilita o seu uso. A mãe fez rapidamente uma salada, arranjou fruta e água. Colocou tudo numa mochila, juntamente com uma toalha de piquenique. O Pai foi encher os pneus das bicicletas. As crianças vestiram uns calções, t-shirt, chapéus, uma pequena mochila para cada um levar a sua água. Calçaram os ténis. Ainda a Mãe estava a terminar, rapidamente, de arrumar a cozinha, e as crianças apareceram arranjadas e prontas para o dia!
E lá foram os quatro. Passaram pelo supermercado e compraram pão, queijo e fiambre para fazerem umas sandes no piquenique.

Permitir uma criança Ser criança na cidade, verdadeiramente, implica criar condições para que tal aconteça. A criança equilibrada e saudável vive no hoje, sem pressa, sem o ontem, sem o amanhã. A sua energia vital está no auge! Ela tem uma necessidade intrínseca de viver essa energia, de a manifestar de forma criativa e espontânea! O corpo é o seu principal instrumento de expressão energética! Canalizar a criança para comportamentos sedentários frequentes prejudica o desenvolvimento saudável e equilibrado da criança... Os comportamentos sedentários, naturais das famílias que vivem em zonas urbanizadas e que não têm hábitos de vida que privilegiam a atividade física e a natureza como forma diária de comportamento e prioridade na gestão do tempo, têm consequências muito negativas em todo o desenvolvimento da criança e na sua saúde.





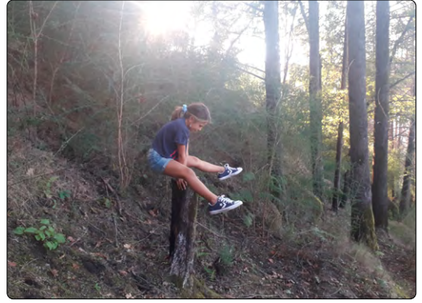






Comportamentos como, por exemplo, ver televisão em excesso, jogar jogos electrónicos durante demasiado tempo e outros comportamentos sedentários na infância promovem a acumulação de massa gorda, de gordura e açúcar no sangue, aumento da pressão arterial, diminuição da absorção do cálcio a nível ósseo, aumento do risco de fratura e perda massa óssea, criam perturbações na circulação sanguínea, alteram a postura, alteram as ondas cerebrais, têm grave prejuízo na função dos moto-neurónios promovendo perda de coordenação motora e de competência motora, aumentando a pré disposição para quedas e fraturas, alteram qualidade da visão e do sono, alteram a rede e plasticidade neuronal, diminuem as hormonas do bem-estar como a serotonina e dopamina, aumentam as hormonas do *stress* como o cortisol, etc.. Por tudo isto a OMS recomenda que, em crianças, o máximo de tempo à frente do ecrã seja de UMA hora diária!

Na verdade, a qualidade do desenvolvimento da criança, depende, em grande medida, da variedade das experiências motoras que lhe forem proporcionadas, as quais dependem, naturalmente das experiências educativas na escola (através da Educação Física presente em todos os níveis de ensino e obrigatória a partir do 1º ciclo do ensino secundário), sendo que, ao nível da primeira infância até sensivelmente aos 10 anos, o ambiente familiar é determinante neste processo! É através dos valores cultivados no ambiente educativo familiar, do que realmente se valoriza e das aprendizagens proporcionadas a este nível (muitas por imitação) que a criança recebe os estímulos que a possibilitam viver em harmonia com as suas necessidades vitais e desenvolver-se de forma equilibrada!













As experiências vividas pela criança em termos de oportunidades de movimento e de desenvolvimento motor interagem com o seu crescimento e maturação influenciando o desenvolvimento motor e o nível de segurança e de desempenho nas atividades motoras. O desenvolvimento, o crescimento e a maturação garantem suporte para a realização, com segurança, de diversos tipos de ações motoras, que vão sendo influenciadas pelo ambiente em que a criança está inserida, oferecendo-lhe uma determinada identidade de natureza biológica e social. É com base nesta identidade, cujo nível de competência motora básica exerce um papel determinante, que o trajeto para os comportamentos ativos (ou não) se começa a construir... isto porque uma criança que aprende um conjunto de habilidades motoras fundamentais e que desenvolve a sua competência motora básica terá mais confiança e gosto em mexer-se e explorar a diversidade de possibilidades de movimento! Isto faz com que escolha comportamentos mais ativos e saudáveis.

Na verdade, por volta dos 2/3 e os 6/7 anos de idade, a criança encontra-se, em termos do seu desenvolvimento motor, numa fase chamada de fase motora fundamental, determinante para o desenvolvimento saudável. Os movimentos fundamentais observáveis são normalmente agrupados em movimentos locomotores (incluem as diferentes formas de locomoção, tais como correr, saltar, saltitar, trepar, rastejar, rebolar, etc.), manipulativos (que envolvem manipulação e controlo de objetos com o corpo, tais como pontapear, agarrar e lançar bolas, manipular arcos, cordas e outros













objetos, etc.) e posturais (que designam os movimentos de equilíbrio estático ou dinâmico, como equilíbrio em cima de muros, troncos de árvores, etc.), podendo expressar-se, igualmente, sob a forma de combinações entre esses três tipos em jogos, por exemplo.

Muitas vezes confunde-se o desenvolvimento motor (desvalorizando a sua insubstituível função) como sendo um aspeto limitado a uma *parte* motora do corpo, separada da cabeça e de toda a estrutura fundamental para se poder viver em equilíbrio, felicidade e saúde....cada vez mais se reconhece as limitações desse paradigma de separação corpo e mente... O corpo funciona como um todo, em que as diferentes *partes* estão interligadas, funcionando como uma complexa e delicada unidade!

Um corpo de uma criança ativa é um corpo que:

- pensa melhor e tem mais memória – devido à neuroplasticidade (capacidade do cérebro adaptar-se e moldar-se a nível estrutural e funcional ao longo do desenvolvimento neuronal e quando exposto a novas experiência) e neurogénese (produção de novas células nervosas – neurónios), provocadas pelos inúmeros estímulos que decorrem da exploração das ações físicas (e sócio-emotivas), ou seja, o corpo na relação com o ambiente e com os outros.
- Tem mais capacidade adaptativa – o percursor da resiliência. As crianças mais ativas têm uma grande capacidade de adaptação à imprevisibilidade, ao que não é estruturado previamente, ao risco, encontrando, de forma rápida e criativa, soluções diversas para os vários problemas apresentados pelo ambiente. Esta capacidade, juntamente com a





maior regulação emocional, é protetora da criança, no sentido de evitar que as crianças se percam, tenham medo ou ataques de pânico, caiam e se magoem ou tenham acidentes mais graves. É bastante desenvolvida em situações que envolvem o risco, razão pela qual o risco, em ambientes seguros, que possibilitem a criança explorar livremente o ambiente, é tão importante!

- Sente de forma mais livre e profunda – uma criança educada com liberdade para explorar o corpo e o ambiente, particularmente com estímulos vindos da natureza, habitua-se a sentir, de forma mais intensa, todas as sensações que a envolve, desde os cheiros e aromas, o ruído e o silêncio, a visão, descobrindo novas cores e formas, o tacto, descobrindo sensações como a das pedras ásperas, da relva que pica, da terra nos pés...





- Tem menores níveis de massa gorda e maiores níveis de massa magra (músculo e osso) – uma criança ativa acumula, naturalmente, menos massa gorda, o que é .
- Gere as emoções de forma mais equilibrada - há uma estrutura mental-física-emocional inseparável, sendo que as experiências positivas, que aumentam os níveis de segurança, de bem-estar, de harmonia interna e na relação com os outros e com o ambiente, sentimentos de felicidade e de preenchimento, vão ser procuradas e acolhidas pela criança em comportamentos semelhantes.

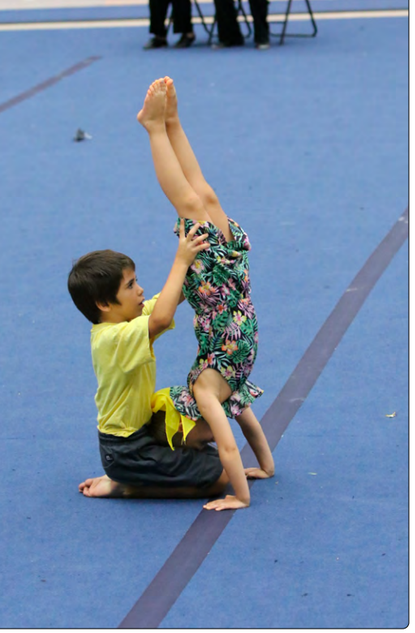
Por outro lado, experiências traumáticas que causaram mal-estar à criança, vão desencadear reações de medo, fobia, ansiedade, afastando a criança de comportamentos semelhantes a essa experiência. Por isso é tão importante o reforço positivo e a consistência nos estímulos, criando condições para a criança poder sentir-se bem, desenvolver a sua auto-confiança e auto-estima. Os processos de regulação emocional como o auto-controlo são muito estimulados, com o devido enquadramento familiar que possibilite, efetivamente, esse processo. Crianças mais estimuladas regulam melhor, por exemplo, o grau de risco em que se envolvem, em função da sua perceção de competência que, normalmente, é muito próxima da perceção de competência real. Crianças menos estimuladas têm mais acidentes, pois não gerem tão bem este processo.















O corpo da criança, na sua expressão motora, é o espelho de todos estes processos (entre outros)! Durante a atividade motora é possível perceber muitos dos aspetos inerentes à sua estrutura emocional e cognitiva. Uma criança que se sente bem consigo própria, com o seu corpo, vai sentir-se bem com os outros e assim, é mais feliz e equilibrada!

Respeitar o Ser criança implica tudo isto, num universo de processos que permitam a criança viver tudo aquilo que tem direito, expressando-se das diferentes formas que ela encontra para se expressar, dando asas à sua imaginação e cultivando a sua criatividade, esse bem da sua natureza, que parece desvanecer cada vez mais com o crescimento. A criança tem de participar ativamente na agenda do adulto! Tem de ser protagonista, escutada e amada na sua essência de querer Ser!

Na cidade, a criança escuta os passarinhos entre as buzinas dos carros, a criança repara naquela flor à beira da estrada, naquela borboleta do canteiro à frente da sua casa...a criança sente a erva que rodeia aquela árvore, cumprimenta a árvore e quer subir para cima dela!

– Pedro, o que estás a fazer? Vamos!
– Mãe, espera...olha aqui esta minhoca!
– Madalena! Já são horas de irmos embora...arrumem a tralha que trouxeram, as raquetes, a bola, a toalha do piquenique. Ponham nas mochilas e vamos regressar...
– Porquê? Só mais um bocadinho...vá lá!





Esta família foi de bicicleta para um parque em Lisboa, junto da sua zona de residência. Levaram um par de raquetes, uma bola e fizerem um piquenique. As crianças brincaram imenso! A área natural para onde foram era relativamente grande, o suficiente para as crianças a terem explorado, de forma criativa e manifestando inúmeros comportamentos de acordo com as possibilidades que iam descobrindo, e, muito importante, sem os pais terem visto tudo o que elas fizeram! Tinha pontos de água, e como estava calor, as crianças ainda se divertiram a atirarem-se água! Tinha terra, pinhas, pedras, paus e outros elementos naturais que possibilitaram brincadeiras através de construções imaginárias, onde colocaram princípios matemáticos e de arquitetura, conjugando com formas geométricas e forças físicas (como o *castelo de princesas* que a Madalena construiu!)



Tinha relva que permitiu o jogo da bola e das raquetes! Como a zona relvada tinha uns montes, as crianças ainda rebolaram nos montes! Haviam umas quantas árvores, que as crianças exploraram, subindo, balançando nos ramos, equilibrando-se lá em cima! A Madalena até se abraçou às árvores, como a sua professora do 1º ciclo lhe sugeriu, depois de ela fazer um trabalho de casa que envolveu contar e caraterizar brevemente as árvores da área de residência.
O Pedro saltou de um muro alto, e com o pai brincou às escondidas, fazendo, ainda, equilíbrios lá em cima a agarrar a bola atirada pelo Pai! Exploraram as possibilidades de ação que o ambiente lhes proporcionou, jogaram raquetes com os pais (a Mãe afinal sabia mais do que o que mostrava saber!), o Pedro jogou à bola com o pai e a Madalena fez uma construção com terra e com uns pequenos paus e pedras que descobriu!

A Mãe desfrutou da leitura do seu livro, nos *entretantos* em que as crianças exploravam todo o ambiente!
A meio da tarde ainda tiveram a sorte de encontrar uns amigos da escola! Como os pais se conheciam, para alegria das crianças, demoraram ainda algum tempo numa outra dinâmica, que envolveu os amigos! Enquanto os pais conversaram, as crianças brincaram juntas às escondidas.! Nessas brincadeiras subiram às árvores, fizeram equipas e jogaram à bola, experimentaram as trotinetas dos amigos, enquanto os amigos experimentaram as bicicletas! Como a amiga da Madalena tinha patins e o amigo do Pedro tinha um skate, ainda se encantaram a deslizar na pequena zona de cimento liso!

– Pai, para terminarmos o dia podíamos só passar por aquele parque infantil...vá lá, por favor!
– perguntou o Pedro ao Pai.
– Não estão ainda cansados?
– respondeu a Mãe.
– Não!! – exclamaram em coro.
– O que achas? Fica a caminho.
.- pergunta o Pai à Mãe.
– Vamos sim, também já não vou fazer nada em casa e assim ainda aproveitamos o cair do sol...e sendo assim, vou fazer uma caminhada, ou dar uma corridinha, porque à volta do parque fizeram agora aquela pista de corrida em terra batida e piso de tartan. Não me queres acompanhar? – pergunta a Mãe ao Pai.
– Ui, não sei se aguento a tua pedalada!...mas vou tentar! – responde o Pai.
– Eh! Viva! Vamos ao parque! – voltam a exclamar as crianças felizes!
E assim terminaram o sábado...as crianças brincaram mais um pouco no parque infantil, um parque novo, mais moderno, feito em madeira, com elementos naturais e muitas cordas e pneus pendurados. Eles treparam, rastejaram, rebolaram, atiraram aparas de pinheiro (do chão). Equilibraram-se, balançaram nos vários tipos de baloiço e escorregaram em dois escorregas diferentes, claro, de cabeça para baixo! Os pais, deram uma corrida de meia hora, à volta do parque. E ainda fizeram um treino de força, nas estruturas respetivas, como força de braços, abdominais e outros tantos exercícios nas novas máquinas.











Ser criança na cidade é isto!
É poder ir a pé ou de bicicleta para a escola em segurança! Privilegiar de ciclovias ou de estradas que ofereçam segurança e sentires agradáveis, onde as crianças podem experienciar várias emoções, sentires e vivências, descobertas e aventuras, podendo ainda cruzar-se com amigos e deslocarem-se sozinhos, sem risco de se perderem ou de terem um acidente!

É poder ter tempo para desfrutar da natureza! E ter espaços naturais! O tempo existe...será que damos às crianças o tempo que elas precisam, ou marcamos a sua vida com a agenda do adulto, cheia de obrigações e deveres... Os espaços naturais também existem, basta estar atento...para as crianças, por vezes, uma só árvores, muro, pátio, relva são suficientes...contudo, em muitos locais, há um excesso de urbanização, de construções de cimento, de trânsito e estradas, ou passeios estreitos com carros estacionados.

Pensar a cidade defendendo o Ser criança é pensar com alma de criança, usando os saberes de adulto! É ver as grades, e ir mais além destas, proporcionando espaços seguros, amplos, verdes, azuis, entre tantas outras cores! É pensar nesta necessidade de movimento, nesta necessidade de manifestação de energia, nesta sensibilidade que o adulto tem dificuldade em lembrar...e que permite sentir tudo, ter sensações extraordinárias que permitem a manifestação da essência da vida! É pensar que a criança tem de criar, tem de explorar, tem de arriscar, tem de perguntar, tem de partilhar, tem de respirar ar puro! É, por isso, trazer para a cidade a natureza, o espaço, o tempo!

É não viver à pressa! É poder sair cedo do trabalho, não estar três horas no trânsito e desfrutar da criança nas idas para a escola a pé ou de bicicleta, nas recolhas da criança, no brincar com a criança! Viver com tempo e espaço em espaços seguros, coloridos, com risco, seguros o suficiente, naturais, amplos, com todas as possibilidades de ação que a criança precisa para o seu desenvolvimento equilibrado e saudável! É poder não ter medo! É a criança saber desenrascar-se, saber o caminho para a escola e para casa, conhecer o bairro, poder sair de junto dos pais e todos ficarem tranquilos!

Esta interação entre ambiente, atividade ou tarefa e as caraterísticas da própria criança permite a estruturação de padrões de comportamento (motor) característicos das fases de desenvolvimento infantil. Estes padrões determinam a qualidade do desenvolvimento cognitivo, a estruturação emocional e a forma como as crianças se relacionam com os outros, determinando muito do que é a sua qualidade de vida, sentido de felicidade e de saúde! Deixemos a criança ser criança na cidade!





Referências Bibliográficas

Cordovil, R. & Barreiros, J. (2014.) Desenvolvimento Motor na Infância. Cruz Quebrada: Edições FMH.

Gallahue, D. L., Ozmun, J. C., & Goodway, J. D. (2012). *Understanding Motor Development: Infants, children, adolescent and adults* (7th ed.). Boston: McGraw-Hill.

Malina, R.M. (2004). Motor Development during Infancy and Early Childhood: Overview and Suggested Directions for Research. *International Journal of Sport and Health Science*, 2, 50-66.

Ministério da Educação (2001). Ensino Básico. 3º Ciclo. Programa de Educação Física. Reajustamento. Retirado de http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/eb_ef_programa_3c.pdf

Neto, C. (2020). Libertem as crianças – A urgência de brincar e ser ativo. Lisboa. Contraponto.

Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). *WHO guidelines on physical activity and sedentary behavior*. Geneva: World Health Organization.

Quitério, A. (2022). Ser Criança: Cuida da tua criança interior e da criança que é criança – um olhar na educação das emoções, da mente e do corpo. Lisboa. Climepsi Editores

Stodden, D. F., Goodway, J. D., Lagendorfer, S. J., Roberton, M. A., Rudisill, M. E., Garcia, C., et al. (2008). A developmental perspective on the role of physical competence in PA: an emergent relationship. *Quest,* 60, 290-306.

Summers, J. K.; Vivian, D. N., Summers, J. T. (2019). The Role of Interaction with Nature in Childhood Development: An Under-Appreciated Ecosystem Service. *Psychol Behav Sci,* 8(6), 142–150.

Taylor, A; Kuo, F. (2009). Children With Attention Deficits Concentrate Better After Walk in the Park. *Journal of Attention Disorders,* 12 (5), 402-409.

World Health Organization (WHO) (2023). Physical Activity. Retirado de: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity.



sugestões de leitura

SUGESTÕES DE LEITURA

READING SUGGESTIONS

Com vista a uma leitura mais aprofundada sobre o tema, apresentam-se várias publicações, nacionais e estrangeiras, que ajudam a refletir sobre perspetivas do desenvolvimento de crianças em diferentes sociedades e ao longo da vida. São doze propostas da Ana Quitério, do Carlos Neto e do Frederico Lopes, de trabalhos já com alguns anos, mas que se mantêm como leituras fundamentais para a compreensão do brincar e dos direitos inalienáveis da criança, até livros atuais que mostram como brincar e a atividade física têm assumido uma importância crescente no desenvolvimento das crianças.

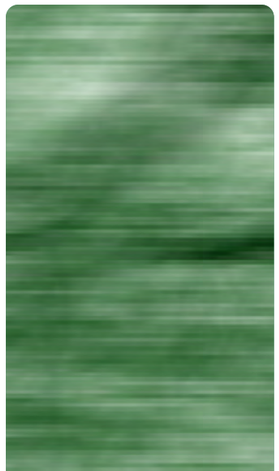
In order to dive deeper into the subject, various national and foreign publications are presented, aiding in reflecting on perspectives of child development in different societies and throughout life. These twelve proposals are from Ana Quitério, Carlos Neto, and Frederico Lopes, encompassing works from several years ago that still remain essential readings for understanding play and the inalienable rights of the child. Additionally, there are contemporary books illustrating how play and physical activity have assumed an increasing importance in the development of children.

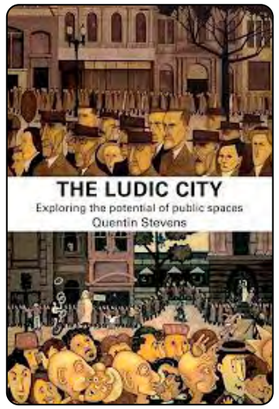


Children's Right to Play: An Examination of the Importance of Play in the Lives of Children Worldwide, 2010

Stuart Lester e Wendy Russell

Um artigo de trabalho ("working paper") fundamental para a compreensão do brincar enquanto imperativo biológico, processo e mecanismo de autoproteção, principal forma de participação na comunidade e direito inalienável da criança.



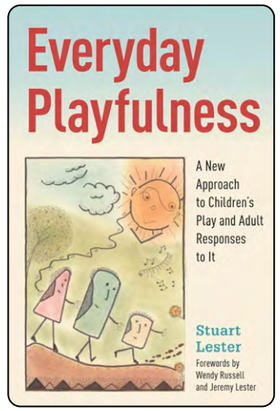


The Ludic City: exploring the potential of ludic spaces, 2007

Quentin Stevens

Um livro cujo foco incide nas múltiplas formas do brincar e do lúdico, enquanto ação de caráter não-instrumental, irracional, espontâneo e arriscado, que de-territorializa e re-territorializa o espaço público urbano, a partir de um mosaico de perspetivas oriundas dos campos do design urbano, planeamento, sociologia, antropologia, filosofia e psicologia ambiental



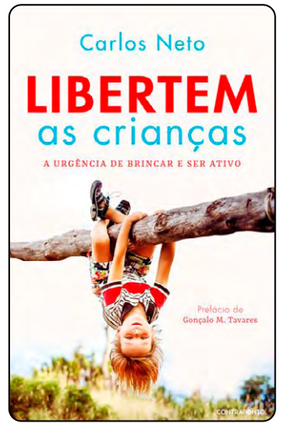


Everyday Playfulness a new approach to children's play and adult responses to it, 2020

Stuart Lester

Um livro extraordinário que reconfigura o brincar das crianças enquanto emaranhado emergente e mundano de corpos, afetos, espaços e histórias em modos que tornam a vida mais prazerosa durante o tempo da brincadeira, a partir de um olhar situado nos campos concetuais do novo materialismo, pós-humanismo e novo empirismo.





Libertem as crianças – A urgência de brincar e ser ativo, 2020

Carlos Neto

Carlos Neto oferece-nos importantes reflexões relativamente à forma como as crianças dos dias de hoje vivem, com significativamente menos tempo para brincarem e serem ativas, de forma livre e espontânea. Realça processos de desenvolvimento da criança onde se repara o crescente problema do analfabetismo motor, o que se tornou um problema gravíssimo. Complementarmente é feita toda uma reflexão acerca da hiperprotecção parental e de uma "pandemia do medo" relativamente à liberdade das crianças, que se vive na sociedade e que tem vindo a comprometer o desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças



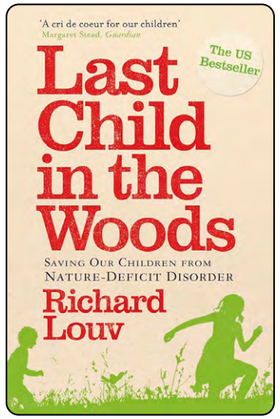


Ser Criança: Cuida da tua criança interior e da criança que é criança – um olhar na educação das emoções, da mente e do corpo, 2022

Ana Quitério

«*Ser criança* é uma viagem à essência da criança, ao interior do adulto, às profundezas do Ser humano. É um mergulho no oceano do corpo, da mente e das emoções. Este livro oferece ferramentas essenciais para podermos refletir sobre a saúde, o equilíbrio e o sentido de realização pessoal, ao mesmo tempo que abre caminhos rumo ao ato educativo, realçando a importância da preservação da essência da criança no desenvolvimento do Ser humano. Inclui reflexões e aspetos práticos no âmbito educativo, tanto dirigidos ao adulto, a nível pessoal de mudança de comportamentos para elevar a saúde e equilíbrio, como dirigidos à criança, como por exemplo o brincar, a atividade física, o contacto com a natureza, entre outros.



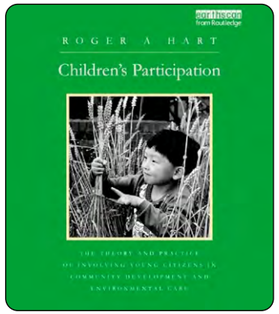


Last Child In The Woods. Saving Our Children From Nature-Deficit Disorder, 2010

Richard Louv

Este livro apresenta muitos dos benefícios associados ao contacto com a natureza, por parte das crianças. Realça o facto da maioria das crianças que residem nas zonas urbanizadas, evidenciarem um significativo aumento de comportamentos em zonas cimentadas e espaços fechados, sem contacto com elementos da natureza. Louve destaca o crescente distanciamento e alienamento da natureza e de todos os seus recursos, comprometendo, de forma significativa, muitas possibilidades de desenvolvimento equilibrado e saudável da criança



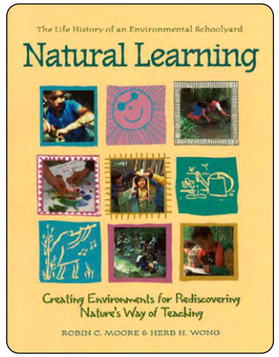


Children's Participation: The Theory and Practice of Involving Young Citizens in Community Development and Environmental Care, *1997*

Roger A. Hart

Roger Hart é Diretor do "Children's Environments Research Group at the City University of New York e editor do "Journal of Children's Environments". Um livro fundamental sobre a participação das crianças. A relação das pessoas com a natureza é o maior problema que o mundo enfrenta na viragem do milénio e, em todo o mundo, os jovens têm demonstrado um enorme entusiasmo pela ação ambiental. Muitos países estão a reavaliar radicalmente tanto o papel dos cidadãos na gestão do seu ambiente como os direitos e responsabilidades das crianças de serem envolvidas na definição do seu próprio futuro e do futuro das suas comunidades.





Natural Learning: The Life History of an Environmental Schoolyard, *1997*

Robin C. Moore & Herbert H. Wong

Robin Moore e Herb Wong da Escola de Arquitetura e Design da Universidade da Carolina do Norte (EUA), numa odisseia de dez anos enquanto eles transformam um pátio escolar comum de asfalto em um ambiente naturalizado e tranquilo. Mais do que apenas uma história, "Natural Learning" é um guia importante para professores, administradores, designers e pais sobre como criar, reconstruir e usar recreios escolares naturalizados e humanizados

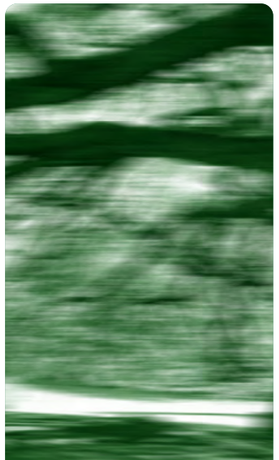


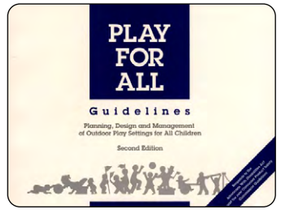


Brincar Em Todo o Lado, *2023*

Carlos Neto & Frederico Lopes

O brincar e a atividade física têm assumido uma importância crescente no desenvolvimento das crianças, a que os estudos mais recentes dão o devido ênfase e destaque. Brincar em todo o lado, é um livro que leva a todos (profissionais de educação de infância, pais, famílias, técnicos de saúde, animadores sociais e população em geral), numa linguagem clara e acessível, mas de grande rigor científico, a importância do brincar, da atividade física e das atividades nos espaços exteriores e na natureza



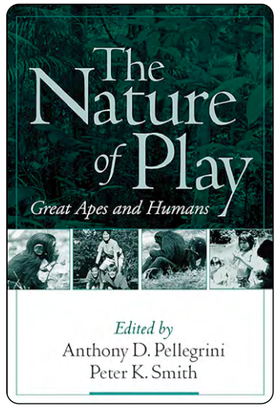


Play For All Guidelines: Planning, Design and Management of Outdoor Play Settings for All Children, *1997*

Robin C. Moore; Susan M. Goltsman & Daniel S. Iacofano

As premiadas Diretrizes Play for All tornaram-se o padrão da indústria para todos os planejadores, designers e gerentes de ambientes de recreação ao ar livre. É o recurso de design mais abrangente disponível para integrar crianças de todos os níveis de habilidade na mesma área de recreação. Aborda toda a gama de questões relacionadas com a brincadeira; segurança e gestão de riscos, acessibilidade e integração, manutenção e - o mais importante - desenvolvimento infantil. Esta edição revista, reflete os requisitos da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência e as atuais diretrizes da Comissão de Segurança de Produtos de Consumo dos EUA para áreas de lazer públicas.



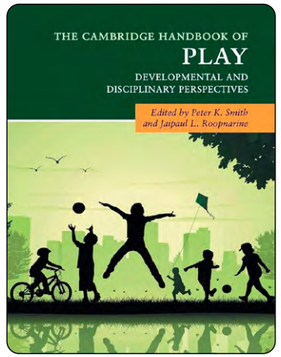


The Nature of Play. Great Apes and Humans, *2005*

Anthony D. Pellegrini & Peter Smith.

Este livro reúne os principais especialistas em psicologia do desenvolvimento e comportamento animal para fornecer uma nova perspetiva sobre a natureza e as funções da brincadeira. Num capítulo introdutório, o ilustre etólogo Patrick Bateson descreve como a exploração e os jogos juvenis contribuem tanto para o desenvolvimento individual como para a sobrevivência do grupo - não apenas em humanos, mas também em outras espécies. Capítulos paralelos examinam brincadeiras violentas, brincadeiras com objetos e brincadeiras de faz-de-conta ou fantasia em humanos e grandes símios. São exploradas as maneiras pelas quais comportamentos lúdicos específicos geram habilidades e conhecimentos necessários para um funcionamento bem-sucedido ao longo da vida, bem como o que eles revelam sobre os processos evolutivos.
Os tópicos abordados incluem: como as brincadeiras de luta entre animais e humanos aumentam a coesão social; diferenças sexuais nas brincadeiras desde a infância até a adolescência; maneiras pelas quais a brincadeira promove relacionamentos entre pares e pais-filhos; como os pré-escolares aprendem a usar objetos como ferramentas; e por que as brincadeiras imaginativas são muito mais comuns em crianças humanas do que em macacos





The Cambridge Handbook of Play:Developmental and Disciplinary Perspectives, *2019*

Peter K. Smith & Jaipaul L. Roopnarine

Brincar ocupa grande parte do tempo das crianças pequenas e de muitos animais, mas a sua importância no desenvolvimento continua a ser contestada. Esta coleção abrangente reúne perspetivas multidisciplinares e de desenvolvimento sobre as formas e funções das brincadeiras em animais, crianças em diferentes sociedades e ao longo da vida.
O Cambridge Handbook of Play cobre a evolução da brincadeira em animais, especialmente mamíferos; o desenvolvimento da brincadeira desde a infância até a idade adulta; perspetivas históricas e antropológicas sobre o brincar; teorias e metodologias; o papel da brincadeira na aprendizagem das crianças; brincar em grupos especiais, como crianças com deficiência ou que sofrem violência política; e as aplicações práticas do trabalho lúdico e da ludoterapia. Escrito por uma equipe internacional de estudiosos de diversas disciplinas, como psicologia, educação, neurociência, sociologia, biologia evolutiva e antropologia, esta referência essencial apresenta o estado atual do campo da pesquisa sobre o brincar.







intervenções na cidade



Não pisar a relva! Uma estratégia de Cultura do Espaço Público

Hugo da Nóbrega Cardoso
João Pedro Monteiro
Rafael Lucas Pereira Quitério

Os grandes centros urbanos sempre forma ambientes onde diálogos, convivência, direito à cidade e lazer se instituíram como palavras de ordem, mas muitas vezes não praticados. São lugares contraditórios, onde áreas vagas, abandonadas ou inacabadas, sem nenhum valor artístico ou desportivo, co-existem com áreas de grande ocupação, efervescência, a que se atribui grande valor. Estes lotes vagos, lugares não-identitários, sempre se destacaram do tecido urbano planeado e dos espaços inseridos na vida quotidiana, com as "ocupações temporárias" realizadas pelos miúdos desportistas e artistas. Hoje fazem cada vez menos parte da rotina do dia-a dia e da experiência da cidade ou da formação da identidade, mas recuando aos anos 70 e 80, as práticas desportiva e artística informal e recreativa, eram realizadas em espaço público e privado, tivessem ou não ferramentas criadas para tal, tivessem ou não superfícies adequadas às práticas. A codificação e barreira às práticas existiam dentro de paredes, estádios, galerias ou museus. Fora destes espaços e passadas as codificações tudo valia na construção coletiva e social, éramos os melhores artistas e desportistas do mundo nos espaços mais inusitados.

Desporto

Na prática desportiva, a existência de rinques descobertos, dedicados à prática da patinagem recreativa, traziam a oportunidade de transferir a intensidade competitiva da rua para o imaginário mais próximo dos campos de futebol, pelo que no final dos anos 80 se foram povoando alguns destes espaços, primeiro com pedras ou camisolas, depois com balizas construídas. A bola reinou e muito rolou nestes espaços, formal e informalmente.

Nos anos 90, com o crescimento do basquetebol, fruto das transmissões da NBA e dos Chicago Bulls, também tabelas de basquetebol apareceram nestes mesmos espaços. A utilização simultânea era imposta, e muitos municípios usam esse modelo como forma de promoção da prática desportiva cruzada, que se revela conflituosa, e agrupar desportivamente de forma "tribal", em processos sociais dissociativos.

Com o decorrer do tempo, a prática e a experiência gerou espaços específicos, que hoje se assumem como "catedrais" de cada tribo, e agrupam a prática desportiva associativa em torno do futebol e do basquete, desportos que povoam a maioria dos espaços desportivos hoje existentes.

Será importante notar que o aparecimento dos desportos urbanos (skate nos anos 90, parkour início do milénio), em que a cidade se torno terreno de jogo novamente, e que vêm ocupar espaços públicos de forma mais proeminente, mesmo sem infraestruturas. "No grupo de práticas emergentes, podemos incluir o graffiti e o parkour, mas também o skate, o rollin, o bmx, etc. Estas práticas não correspondem a uma resposta face à falta de equipamentos culturais e desportivos em meio urbano, mas a um desejo que os seus protagonistas têm de levar a cabo práticas desportivas e culturais na rua, ditando e seguindo as suas próprias regras (Adamkievickz, 2005)" - Lígia Ferro, Da Rua para o Mundo, 2013, Imprensa de Ciências Sociais.

Torna-se evidente que os desportos urbanos têm um potencial único capaz de ultrapassar as barreiras que impedem a prática físico/desportiva de muitas crianças e jovens bem como da população em geral. Porque o desporto pode ser organizado de forma informal e gratuito, perto de casa e requerendo poucos ou nenhuns outros requisitos, para além da vontade e de algum material tais como bolas, patins ou skates.
Estes mesmos desportos podem ser praticados no espaço público, em pequenos campos de jogos, nas escolas ou em parques urbanos, são praticados em grupos de prática auto-organizada, informais flexíveis e com forte integraçãov social. Alguns tiveram a sua origem na própria rua, nomeadamente o skate o breakdance e o parkour. Enquanto outros derivam de desportos clássicos, mas adaptaram-se ao espaço e à cultura urbana: 3x3 ou o futebol de rua.

Arte Urbana

Vandalismo, graffiti, prática artística, nos primeiros anos ilegal, assume particular relevância em áreas periféricas da cidade, nomeadamente em Carcavelos, hoje chamada de berço. Assumindo o papel fundador desta prática no movimento hip-hop dos anos 70 em Nova Iorque, o graffiti é uma das grandes bases da arte urbana, embora em Portugal pintura de murais políticos no pós-25 de Abril seja também uma referência grande.
A organização de grandes acontecimentos com impacto à escala global desde a Lisboa Capital de Cultura (1994) ou a Exposição Mundial (1998), passando por grandes eventos desportivos, como a Tennis Masters Cup (2000), o Campeonato Europeu de Futebol (2004), a Final da Liga dos Campeões (2014), deram a conhecer a capital portuguesa, concorrendo para o crescimento exponencial de Lisboa como rumo de eleição de companhias transportadoras aéreas low cost, transformando a cidade num polo de atração mundial, cada vez mais estimulante e cosmopolita.
Estes acontecimentos aliados ao crescimento do Programa Erasmus, à interdição de intervenções artísticas espontâneas em Barcelona em 2006, e a uma comunidade artística lisboeta que clamava por espaço, onde se destacava a VSP – Visual Street Performance, com 5 edições (desde 2005), acabam por eclodir na criação da Galeria de Arte Urbana (2008), enquanto unidade de projeto do Departamento de Património Cultural. Todo este movimento, gerou Lisboa como grande polo de atracão de intervenções de arte urbana, e a uma estratégia que tem vindo a ser desenvolvida a afinada desde então.
Hoje a programação cultural de grande parte das cidades é indissociável da arte urbana, assumindo mesmo um papel central na dinâmica artística de muitas cidades, não só na estratégia de desenvolvimento cultural e artística, como na promoção e valorização do espaço público.
Lisboa passou a ser uma referência mundial em termos de Arte Urbana. O Festival MURO, de dois em dois anos, começou a atrair os melhores artistas mundiais, e estas intervenções, transversais em termos de território, conquistaram gradualmente os lisboetas e quem trabalhava ou visitava a Cidade.

Espaço Público

Várias são as alterações que pudemos constatar na construção e utilização de espaço público, fruto de alterações profundas da sociedade, organização de espaço público, e de hábitos de consumo, nomeadamente da existência de dois canais de televisão com horários reduzidos, passámos a uma infinitude de canais ininterruptos, a internet e os vídeos jogos ocuparam o espaços das jogatanas ao fundo da rua, as colectividades e os clubes foram–se profissionalizando ou desaparecendo. Mesmo os hábitos alimentares se modificaram. Tudo isto alterou padrões de prática física e desportiva.
Em contraciclo, a corrida ao ar livre, ressurge como prática desportiva informal, tirando partido da criação de novas e velhas áreas da cidade, existentes ou requalificadas. Surgem novos parques urbanos com mais espaço e qualidade, fruto de novas políticas ambientais dos municípios. Dá-se um forte incremento de eventos por vezes de massas que contribuem para uma adesão exponencial a este tipo de atividade física e desportiva. Mas o regresso à rua e ao espaço público necessitava de mais e novas alternativas que motivassem a população e desta vez não só a infantojuvenil.
Nas duas últimas décadas, a cidade de Lisboa registou um decréscimo na taxa de utilização dos pequenos campos de jogos, confrontando-se com uma evidente necessidade de alterar os velhos hábitos e conceitos no que ao espaço público diz respeito.
Ao mesmo tempo, aparecem novas tendências desportivas que vão proliferando pelas ruas de forma informal, recorrendo a espaços por vezes para outros fins que não o exclusivamente desportivo. A integração do 3x3, skate e escalada desportiva nos jogos Olímpicos de Tóquio trouxe uma nova abordagem e obriga a novas respostas. O êxito e afirmação destas disciplinas traz novas responsabilidades e potencialidades.
No desenho de espaço público há uma tendência registada, embora o primeiro skatepark de Lisboa (e de Portugal) date dos anos 90 (Pedrouços), nos últimos anos tem sido grande o investimento em novos equipamentos que respondam a esta tendência o que significa hoje termos cerca de 12 equipamentos desportivos espalhados por Lisboa, que é acompanhado por uma comunidade bastante alargada de praticantes.
Os últimos dados do Eurobarómetro (Especial 525 – Desporto e Actividade Física) dizem-nos que 73% dos portugueses não se exercitam ou praticam desporto, com mais 5% a fazê-lo apenas "raramente", mais do que os que o fazem "regularmente", 4%. "Com alguma regularidade" é a resposta de 18% dos portugueses inquiridos. O interessante é que 52% fazem-no "Num parque/ Ao ar livre", e 82% pratica atividade física de forma espontânea.

Arte e Desporto

Se em termos de Arte urbana, Lisboa era um modelo e inspirava muitas metrópoles, no que ao Desporto diz respeito tal não acontecia. O desporto e o recurso ao espaço público precisava de novas abordagens, por vezes "fora da caixa".
A extensão desta nova expressão cultural ao desporto passou a ser olhada como uma solução inevitável.
Era claro e evidente, que Pigalle (Rue Duperré, 9º Bairro) nos inspirava com o boom da terceira intervenção realizada (2017, III – Studio), e nos fazia suspirar e ambicionar algo semelhante. Um exíguo espaço em Paris, longe dos tradicionais 28x15, num espaço contiguo, entre dois prédios, vinha mostrando uma caminho com intervenções artísticas singulares, num território muito consolidado, mas com uma oferta de espaço público muito diminuto. A cor, o design, os artistas mostraram ali um caminho para validar e utilizar um campo de basquete, nada tradicional, mas muito chamativo e comunicativo, que atraía o mundo inteiro.
Por estar entre prédios habitados, houve o cuidado de não colocar iluminação e de ter um horário de utilização reduzido às horas diurnas com luz natural. Este campo que já sofreu alterações artísticas, ao longo dos anos, é seguramente o melhor exemplo em como o desporto é, e pode ser do domínio da cultura urbana e que o casamento com as artes tem um gigantesco impacto no espaço público de uma qualquer cidade, independentemente da sua latitude ou longitude.
A união entre Arte e Desporto no Espaço Público, é um processo natural, que se julgou potenciador, não de cada parte, mas do todo, da Cidade, dos Lugares, que fossem desta forma catalisadores de utilização e prática.

Estratégia

Na cidade, os monumentos marcam os lugares, conduzem caminhos e actuam como registos das histórias do lugar. No fundo são como mapas que traçam inexoravelmente o perfil territorial de cada espaço físico. O actual desenvolvimento económico global produz não-lugares, ou espaços não-relacionais, nas grandes cidades, o que impede a interacção directa e cria descontinuidades no desenvolvimento das relações interpessoais. A cidade vai tornando-se opaca ao olhar de quem por ela anda quotidianamente. Nos grandes centros urbanos, os espaços vagos apresentam-se como memoriais não intencionais, advertências sobre o estado das coisas e alertas sobre o sentido da história. O vazio apresenta-se na sua dimensão monumental, e aqui também se fala de pequenos espaços que deixaram de ser cuidados (canteiros, pequenos espaços intersticiais entre lotes, etc.).
Como potenciar "novos" espaços? Como valorizar?
Considerando que os desportos urbanos têm o potencial de protagonizar uma mudança social porque incorporam novas tendência, Lisboa assistiu, em 2019, à primeira intervenção de arte urbana num campo de jogos na freguesia de Arroios. A obra do artista AkaCorleone, via Galeria Underdogs, foi um marco importante que deu início a um longo de caminho, que foi aceite pelos decisores políticos e população em geral, tornando-se uma semente inspiradora para o surgimento de novos espaços similares, ainda hoje referencial mundial, onde ressalta a votação mundial da revista TimeOut, que elegeu Arroios como o Bairro mais Cool do Mundo em 2019 (O bairro mais cool do mundo está em Lisboa: Arroios é o vencedor (timeout.pt)), e onde este campo teve também um papel potenciador.
O contexto pandémico, por estranho que pareça, acelerou todo este processo. A necessidade da população em procurar novos espaços na rua, onde pudessem desfrutar da prática

individual ou coletiva, despertou nos decisores políticos a necessidade de intervir, não só requalificando espaços e equipamentos existentes como construindo novos, para que o espaço público afirmasse todo o seu potencial.
Foi um caminho difícil e, por estranho que pareça de difícil aceitação, mas desde a inauguração em 2019 do primeiro, já surgiram mais 12 novos espaços desportivos, todos eles com singularidades próprias, com artistas diferentes e já com combinações e utilizações desportivas diferentes.
Recentemente a FIBA (Federação Internacional de Basquetebol), através do seu diretor para o 3x3, referiu, na sua recente visita a Lisboa, que este património e este caminho são uma referência a nível mundial pelo impacto que deixam numa cidade.
Em dados globais temos uma área de intervenção de **5.860m2**, com **19 artistas** envolvidos nas intervenções de requalificação, em **9 freguesias** e **7 práticas desportivas** (basquetebol, futebol, skate, jogos tradicionais, escalada desportiva, ténis de mesa e boxe).

Vamos pisar a relva!

"O espaço público, harmonizado, desportivizado e artístico, vocacionado para o jogo, para a recreação e para a criação, torna-se, portanto, determinante para a melhoria da qualidade de vida e da humanização dos munícipes em geral e deve ser encarado como parte integrante de um processo de conceção do tecido urbano e não como como atividade residual" (PIAC, 2019).
Novos desafios se colocam, seguramente até mais entusiasmantes, mas ao mesmo tempo mais complexos e desafiantes. Continuaremos a trabalhar perante aquilo que o espaço público nos proporciona, orientados numa máxima, que devia ser um desígnio nacional, ou seja, afirmar com toda a convicção que **Desporto é Cultura!**

INTERVENÇÕES LINKS

Campos de Jogos
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=17T-OE5D3t8TwJ8vPI8-ktVpzd1jVPDo&usp=sharing

2019
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1da8wH25BQmM2irPJVoHTy_KEWKbWIvD1&usp=sharing

2020
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1kRSxziwujEd2Lb9zBQAuKCDfgrRwQ3JN&usp=sharing

2021
https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1zo2LFr1yM4ZBu4_LI4_Aiq_tigPPkW_A&usp=sharing

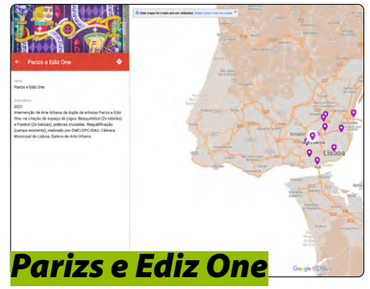
MURO LX_21
https://www.google.com/maps/d/edit?hl=en&mid=148GISatgUS_G5rQC_aZ9ZEKjtUxllfVM&ll=38.773914313080354%2C-9.098339899999996&z=14

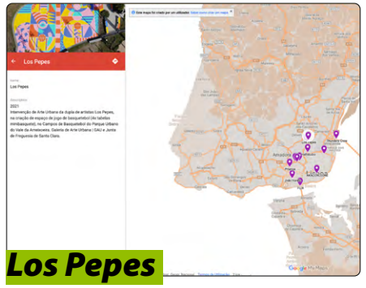
2022
https://www.google.com/maps/d/edit?hl=en&mid=16nagZ8iY6HntbxEsSgQ03F5lEhanSE8&ll=38.715062981353114%2C-9.145357936686889&z=18

CAMPOS DE JOGOS

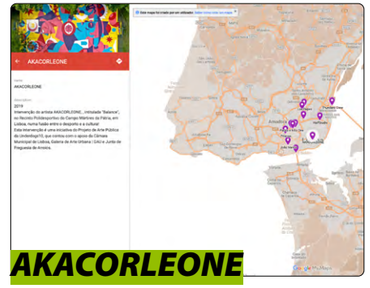

FLIX


João Varela


Parizs e Ediz One

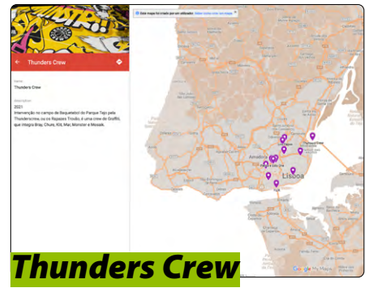

Los Pepes

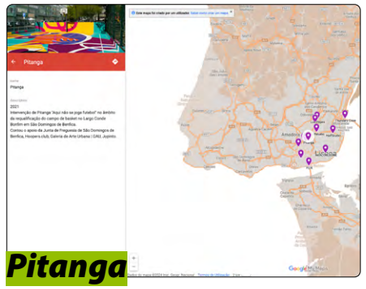

Hélio Bray


AKACORLEONE

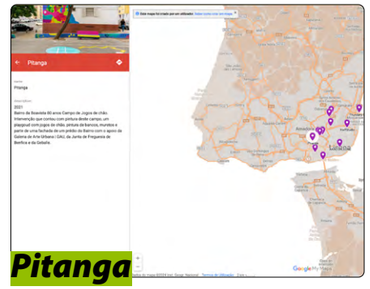

HalfStudio

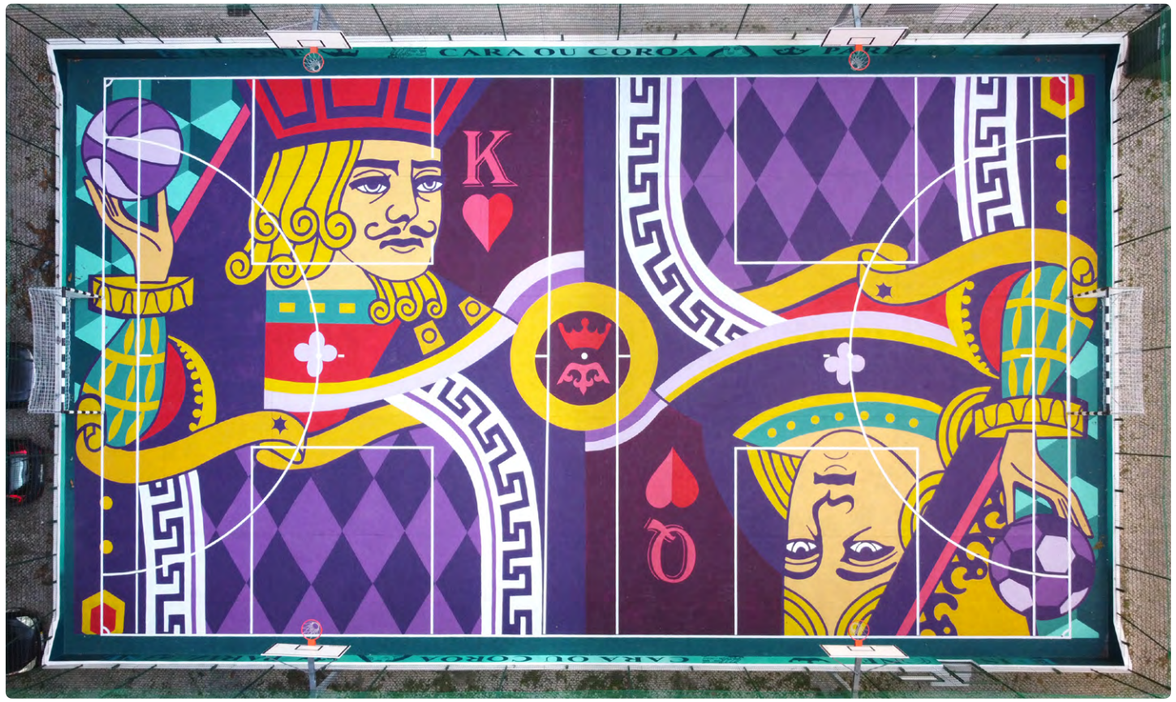

HalfStudio


Thunders Crew


Pitanga

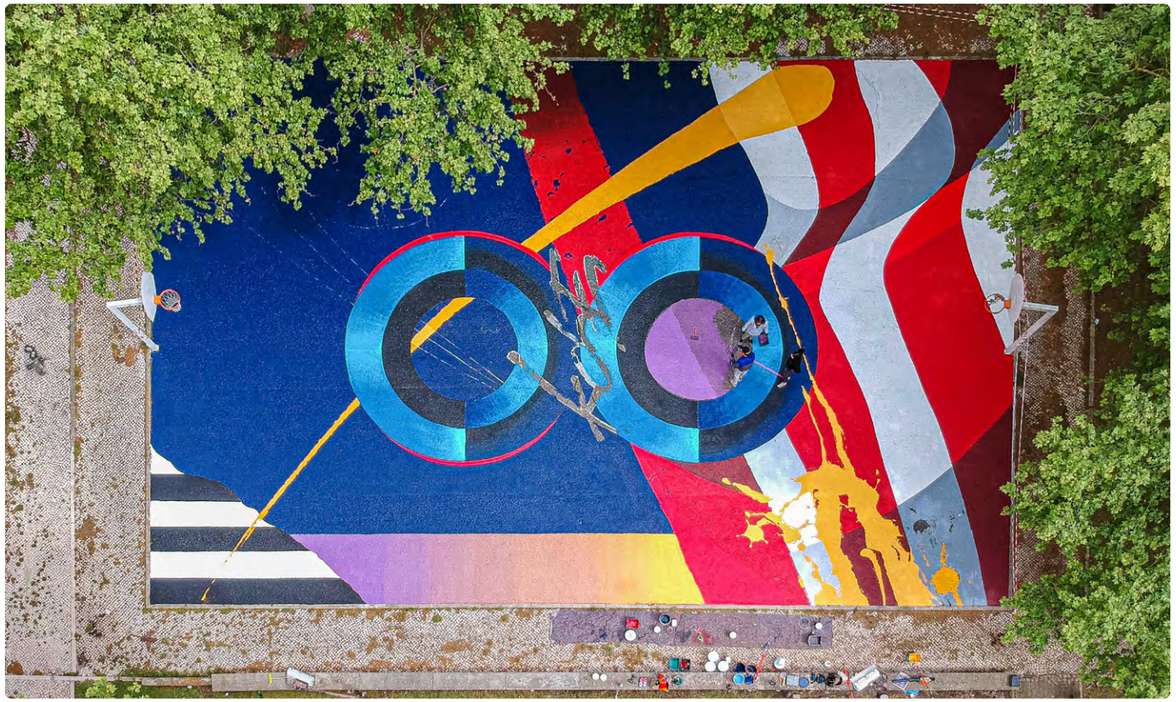

Klit e Mojojo


Pitanga



PROJECTO
CARA OU COROA

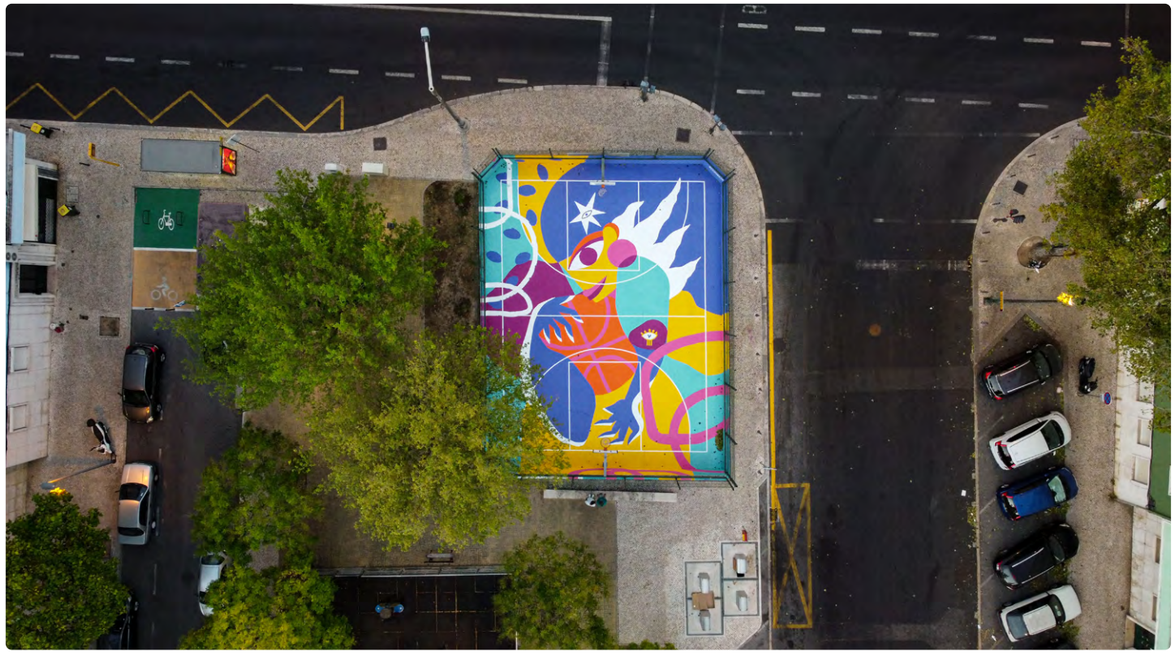
Artistas/ Edis One e Paris One
Local/ Estrada do Calhariz de Benfica, Benfica
Dimensão/ 500m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (2x tabelas) e Futebol (2x balizas), práticas cruzadas
Obra/ requalificação de campo pré-existente





PROJECTO BRAY

Artista/ Bray
Local/ Rua André de Gouveia, Calçada de Carriche, Lumiar
Dimensão/ 330m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (2x tabelas)
Obra/ requalificação de campo pré-existente



PROJECTO BELIEVE

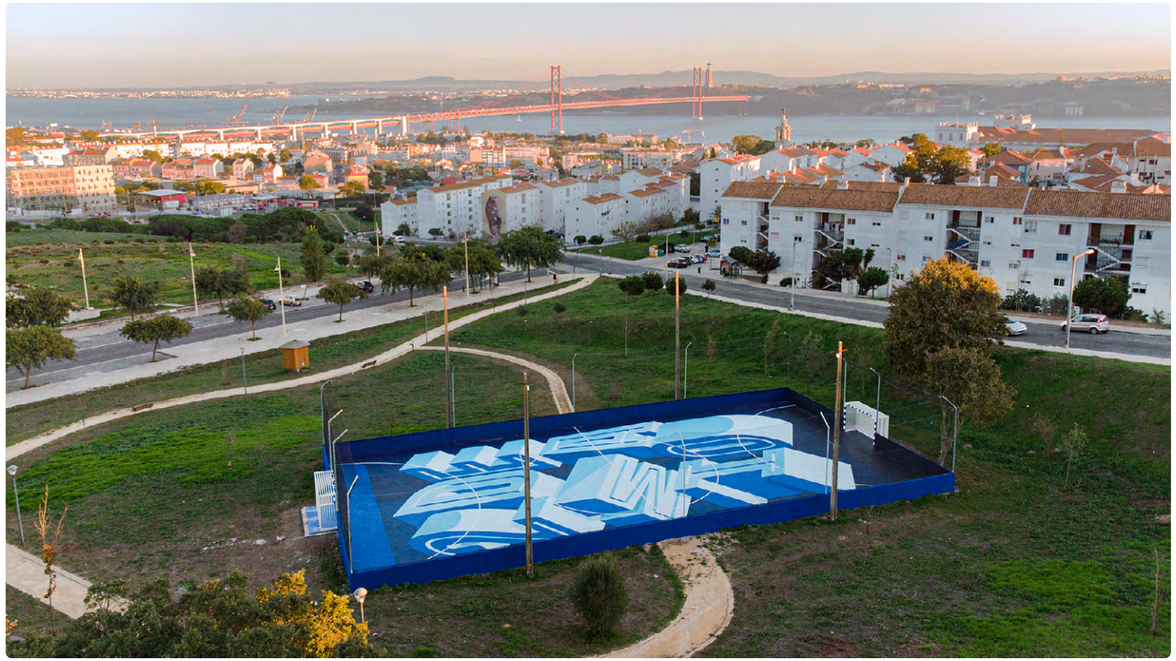
Artista/ Pitanga
Local/ Largo do Bonfim, São Domingos de Benfica
Dimensão/ 200m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (2x tabelas)
Obra/ requalificação de campo pré-existente





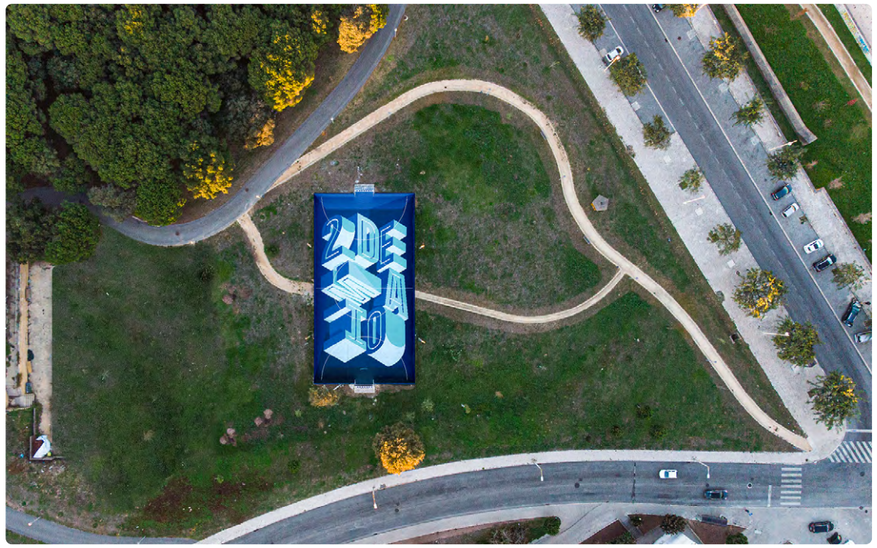
PROJECTO THUNDERS COURT

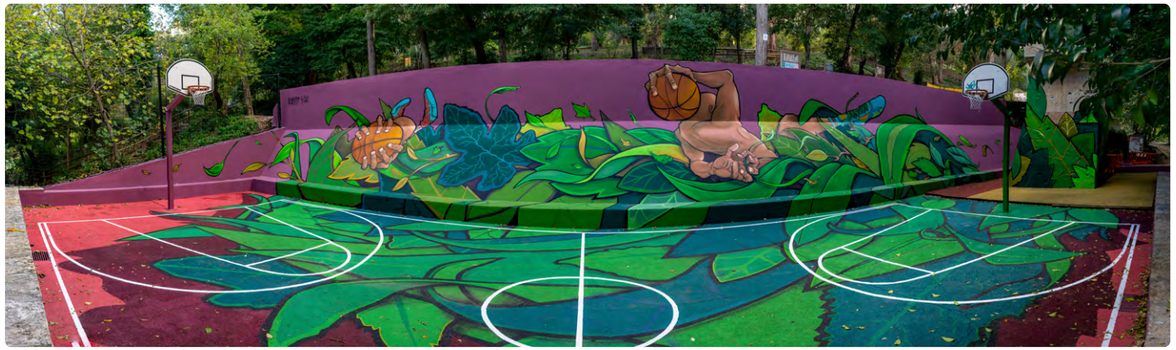
Artistas/ Thunders Crew (Bray + Chure + Klit + Mar + Monster + Mosaik)
Local/ Parque Tejo, Parque das Nações
Dimensão/ 700m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (3x tabelas)
Obra/ criação de campo



PROJECTO 2 DE MAIO

Artista/ João Varela
Local/ Rua Prof. Cid dos Santos, Ajuda
Dimensão/ 620m2
Práticas Desportivas/ Futebol (2x balizas)
Obra/ requalificação de campo pré-existente







PROJECTO MONSANTO

Artistas/ Klit + Pedro Loureiro Mojojojo
Local/ Parque Florestal Monsanto, São Domingos de Benfica
Dimensão/ 200m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (2x tabelas) e Parede de Escalada, multi-práticas
Obra/ requalificação de campo e parede pré-existente



PROJECTO BOAVISTA

Artistas/ Pitanga
Local/ Bairro da Boavista, Benfica
Dimensão/ 500m2
Práticas Desportivas/ Jogos Tradicionais (Macaca, 3 em linha) e Futebol (pavimento), multi-práticas
Obra/ criação de campos







PROJECTO AMEIXOEIRA

Artistas/ Los Pepes
Local/ Parque Urbano do Vale da Ameixoeira, Santa Clara
Dimensão/ 600m2
Práticas Desportivas/ Basquetebol (4x tabelas minibasquete)
Obra/ requalificação de campo pré-existente



varia

Bica dos Olhos à Rua da Boavista: singularidade e memória.

Inês Matoso

Enquadramento e localização.

Uma das definições mais comuns de chafariz passa por o identificar como lugar onde corre água continuamente, na maior parte das vezes com características ornamentais, com uma ou mais bicas para abastecimento público. Certo é que a sua existência vai muito além desse abastecimento de água ao fazer parte do quotidiano da população da área em que se insere. Juntamos a isto os factos de a sua estrutura, arquitectura e edificação serem expressão do poder de quem o mandava construir e pretendia passar uma mensagem de abundância, de caridade ou apenas de serviço público a quem o utilizava ou por ele passava.

Em Lisboa, a água é um elemento marcante da vida desde a margem do Tejo aos arrabaldes fixando casas religiosas, serviços, estruturas portuárias, quintas, propriedades da nobreza e a população em geral na sua linha corrente. É indissociável a sua rede de distribuição pelas bicas, poços, fontes e chafarizes da própria relação que as comunidades sempre estabeleceram com estes elementos de abastecimento e com a distribuição de tão precioso recurso. A água era vendida pelas ruas em cântaros de barro, potes, vasilhas ou barris, a preços variados e geralmente elevados e que variavam conforme a zona. A cidade de Lisboa beneficiava de fontes de quentes águas, de águas com propriedades com benefício para a saúde, dos ribeiros encanados ao Tejo e a sua abundância marcou, bem como a sua escassez por deficientes meios de distribuição, ao longo dos séculos, a vida da população, da cidade e de quem a ela chegava.

Com o passar dos séculos os elementos de abastecimento de água foram-se tornando manifestamente insuficientes. Pescadores, embarcadiços, barqueiros, hortelãos, colarejas, lavadeiras, aguadeiros, regateiras, entre outros, eram elementos constantes das vivências da cidade quer para subsistirem quer como elementos que providenciavam transporte, mantimentos, a água para se fazer a higiene pessoal, dos espaços e para consumo, e sobretudo de matarem a sede a si próprios e aos seus animais.

Fig 1 **Bica dos Olhos**, gravura do final do século XVIII.
In: Archivo pittoresco. - Lisboa. - A. 5, vol. 5, nº 33 (1862), p. 264 : il.
GEO: A/PP95.5RES CMLEO



Era muitas vezes a população, ou um seu pedido, que influenciava o local de edificação de chafarizes e a forma como eram edificados. Chegando mesmo a fazer com que se tornassem elementos fulcrais da vivência da cidade em zonas específicas como nos chafarizes da linha do Tejo que também abasteciam os navios. Diz-nos Damião de Góis que à beira-rio ("nascem muitas fontes, com canalizações subterrâneas para diferentes pontos da cidade, às quais os habitantes vão buscar água"), (Góis, 2009, p. 43).
Situada na zona Ocidental de Lisboa, a **Bica dos Olhos**, não diverge desta realidade quotidiana da cidade, dada a peculiaridade das suas águas medicinais e a sua privilegiada localização, junto à linha do Tejo, na Rua da Boavista, local de passagem para importantes estruturas como o ancoradouro da Boavista, variados cais, estruturas portuárias e armazéns.
No século XVI, próxima das tercenas do Cate-que-farás e do Forte de São Paulo e, no século XVII, propínqua à Junta do Comércio Geral do Brasil (depois Casa da Moeda), à Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará e Maranhão, 1755, à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, 1756, e à Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, 1759, (Araújo, 1938, pp.76-77). Posteriormente, acercada do Mercado da Ribeira Nova, do edifício da Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás e da primeira Fábrica de Gás, propriedade de Cláudio Adriano da Costa e de José Detry, (Araújo, 1938, pp.76-77).
Como antes referido, é na Rua da Boavista, topónimo que está pertinentemente associado à **Bica dos Olhos**, que desde meados do século XVII se encontra esta afamada bica que, ao longo de séculos, deleitou a população com medicinal água corrente.
A vasta artéria que liga o Largo Conde de Barão à Rua de São Paulo, na zona envolvente da Praça D. Luís e do Mercado da Ribeira Nova, era a antiga Rua Direita das Portas do Pó depois Rua Direita da Boavista, topónimo anterior a 1755 e que terá sido eliminado pelo edital municipal de 22 de Agosto de 1881.
Aí, quase à esquina com o Beco do Conde de Sampaio[1], desde 1871, Travessa do Marquês de Sampaio, na freguesia da Misericórdia, até à reforma de 2012, freguesia de São Paulo, que tinha sido desanexada da freguesia dos Mártires, no ano de 1566, sobressai num vão este singelo chafariz que gozava de grande fama por à sua água a população reconhecer fins medicinais para os *males dos olhos*.
A **Bica dos Olhos** localiza-se numa zona ribeirinha da cidade que ao longo das centúrias esteve marcadamente ligada às actividades marítimas e comerciais. Boavista, São Paulo e Cais de Sodré, na Idade Moderna, mantiveram a comum paisagem de praia fluvial com as suas estruturas, estaleiros e oficinas de artífices vários a par de casas e palacetes da nobreza, que se foi instalando desde quinhentos. Os primeiros anos do século XIX foram marcados pelo engrandecimento e especialização das actividades comerciais e ribeirinhas levando ao progresso da zona, pluralizando-se armazéns, fábricas e outros edifícios. Em meados de oitocentos, o Aterro veio potenciar esta franja da cidade na margem do Tejo (Gomes, 2014, pp. 71-83 e 97-106).
No coração da faixa ribeirinha, a Boavista, zona de tabernas, taberneiros e armazéns de vinho, frequentada por marinheiros e embarcadiços não muito pacíficos, foi um tanto esquecida e votada ao desgaste do passar do tempo durante o século XX. Hoje, as constantes remodelações, população jovem e cosmopolita são sinal do dinamismo e revitalização das artérias envolventes.
A Rua da Boavista e a **Bica de Duarte Belo (Bica dos Olhos)** avistam, a Norte, a prevalência da encosta de Santa Catarina, a proximidade do Alto de Santa Catarina, Alto do Belver (ou Belveder) ou Pico da Boavista e estão cingidas, a Sul, pela margem do Tejo. Os topónimos análogos que estes locais da cidade compartilham mostram-nos a interligação da sua história.

1 O Edital do Governo Civil de Lisboa datado de 10 de outubro de 1871 mudou o nome do Beco do Conde de Sampaio para Travessa do Marquês de Sampaio, alterando a categoria do arruamento bem como o título do nobre que lhe dava nome e que falecera há cerca de 30 anos. A Travessa do Marquês de Sampaio, que decorre entre os nºs 34 e 96 da Rua da Boavista, actualmente freguesia da Misericórdia, pereniza o 2.º conde de Sampaio e, desde 1 de dezembro 1834, por decreto da rainha D. Maria II, 1.º Marquês de Sampaio, que no zona possuía residência, de seu nome Manuel Maria Baltasar ou Manuel António de Sampaio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano (Lisboa/06.01.1762-29.09.1841/Lisboa).

Fig 2 Assinalada a **Bica dos Olhos** na planta da Freguesia de São Paulo, século XVIII. Livro das plantas das freguesias de Lisboa, 1756-1768, Freguesia de São Paulo, f.39. ANTT: PT-TT-CF-153_m0094

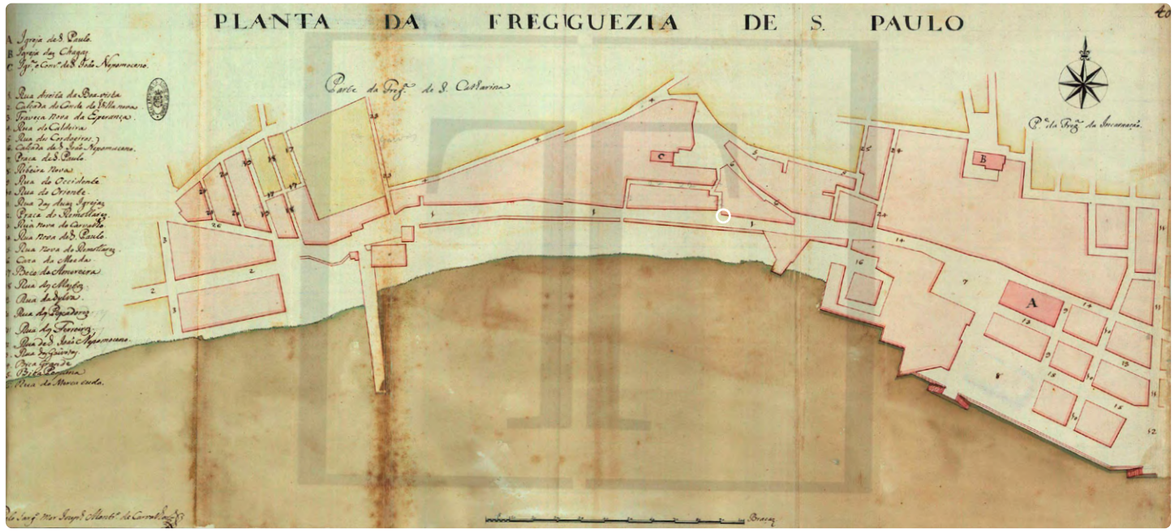


Fig 3 Pormenor manipulado pelo autor da Planta dos Aquedutos das Águas Livres dentro da Cidade de Lisboa, 1856-1860, executada com base na Planta Topográfica do Aqueduto Geral de Lisboa das Águas Livres (1856-57) de José Carlos Conrado Chelmicki por ordem do M. das Obras Públicas. Arquivo Histórico da EPAL: PT/EPAL_CDHT/AH/DT/OB/003/0322/001

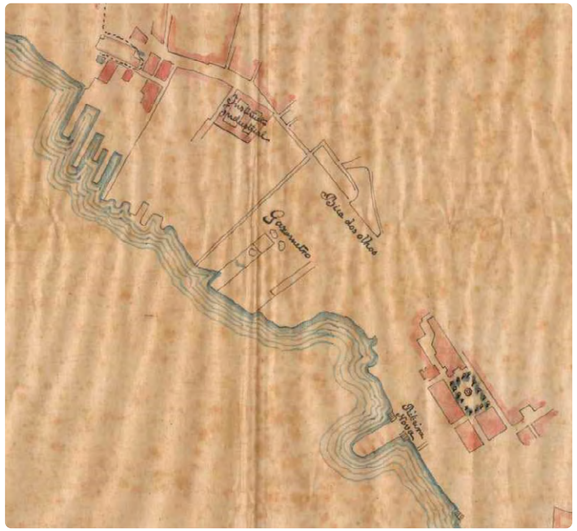


Fig 4 **Bica dos Olhos**, actual freguesia da Misericórdia. Rua da Boavista nº 32 esquina com a Travessa do Marquês de Sampaio nº2. Negativo de gelatina e prata em vidro de Eduardo Portugal, 1951. AML: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/04/EDP/000385



Fig 5 Folha de rosto da publicação de 1712, Tomo III, da "*Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal* (…)", do P. António Carvalho da Costa, onde é referida a **Bica de Duarte Bello**. GEO: MON 203 G RES



Memória e história.

A **Bica dos Olhos** aparece mencionada em diversa documentação com nomenclaturas diferentes sendo a mais comum **Bica de Duarte Bello**, não raras vezes justificando-se que é uma referência ao chafariz e não à Rua da Bica de Duarte Belo, a Santa Catarina.

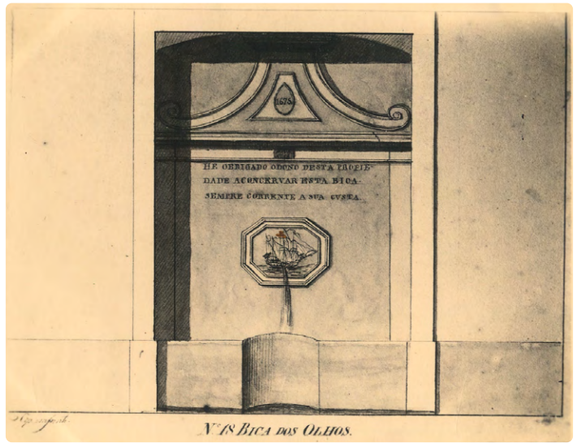
A primeira referência data de 1650, no *Livro de Baptismo da Irmandade das Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo*[2]. Posteriormente, no século XVIII, em 1712, no Tomo III da *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal* (…), do P. António Carvalho da Costa e a 25 de Outubro de 1731, numa notícia da *Gazeta de Lisboa*. Em 1945, aparece referido que a ("bica de Duarte Belo, cuja água se considera de excelente uso nas doenças dos olhos (…) está num resguardo da parede na Rua da Boa Vista"), (Martins, 1945, pp. 77-83).

Uma vasta produção historiográfica, ao longo dos séculos, deu-nos a conhecer outras habituais denominações deste peculiar chafariz.

No século XVI, Cristóvão Rodrigues de Oliveira menciona a **Bica do Bello**, como estando entre os diversos sítios sujeitos à jurisdição da freguesia dos Mártires.

2 *Livro de Baptismo da Irmandade das Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo*, Arquivo da Igreja das Chagas, conforme Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, "Bica dos Olhos".

Fig 6 **Gravura da Bica dos Olhos.** Executada por Luís Gonzaga Pereira, em 1821. GEO: MNL_98 G - P- 14 Nº 54



A Bica dos Olhos aparece mencionada num artigo de Sousa Viterbo[3] como **Bica das Casas de Duarte Belo**, ano de 1560. Também encontramos a menção a **Bica do Artibello** ainda no século XVII, (Semedo, 1697, p. 178).

Diz-nos Velloso d'Andrade, em 1851, *Memoria sobre Chafarizes,* que esta fonte, na freguesia de São Paulo, ("cuja agoa tem virtude para inflamação dos olhos, tomando-a da bica antes do nascer do sol(…) é a Bica dos Olhos"), (Andrade, 1851, p.140).

Tão usual como **Bica dos Olhos** seria a designação de **Bica da Boa-Vista** ou da **Boavista**. Contudo, entre a população, **Biquinha** seria a acepção mais popular. Certo é que mesmo no século XXI, embora já sem correntia, este chafariz faz parte do imaginário da cidade entre as lembranças de um passado em que a sua água corrente curava doenças dos olhos e a curiosidade dos que se cruzam com ele por uma primeira vez.

Um conhecido armador e negociante na Lisboa de quinhentos, de nome Duarte Bello, que sendo proprietário às Portas do Pó de umas casas e de um chão com várias bicas, em 1524, proporcionou um novo encanamento de águas para facilitar o acesso à **Bica dos Olhos**.

Esta mesma, **Bica dos Olhos**, terá sido deslocada no século XVII, em 1675, quando foram vendidos uns terrenos para a abertura da Rua da Boavista.

Sabemos que durante longo período de tempo a família Bello manteve a sua presença na área envolvente da **Bica do Bello**, Boavista, Bica e o Largo do Calhariz.

No ano de 1786, conforme registos municipais ainda existia um palácio edificado, na Rua da Boavista, pertença de Joaquim Pedro Bello, comerciante de escravos de São Tomé[4].

No início do século XVIII, uma escritura pública refere que António Ferreira, carpinteiro, comprara uma propriedade de casas às Portas do Pó com principal serventia pela antes Calçada de S. João Nepomuceno, hoje Calçada Salvador Correia de Sá. Pouco distante havia um chão, pertença da cidade, onde estava a **Bica do Artibelo**. Tornou-se, o referido carpinteiro, seu proprietário no dia 29 Julho de 1709 depois de requerer ao Senado que lhe aforasse o referido chão para edificar a continuação do prédio que possuía.

3 Artigo de Sousa Viterbo publicado no Diário de Notícias, a 14 de Fevereiro de 1893, conforme Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, "Bica dos Olhos".

4 Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, *Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, Rua da Boa Vista – Bica dos Olhos*, p. 2.

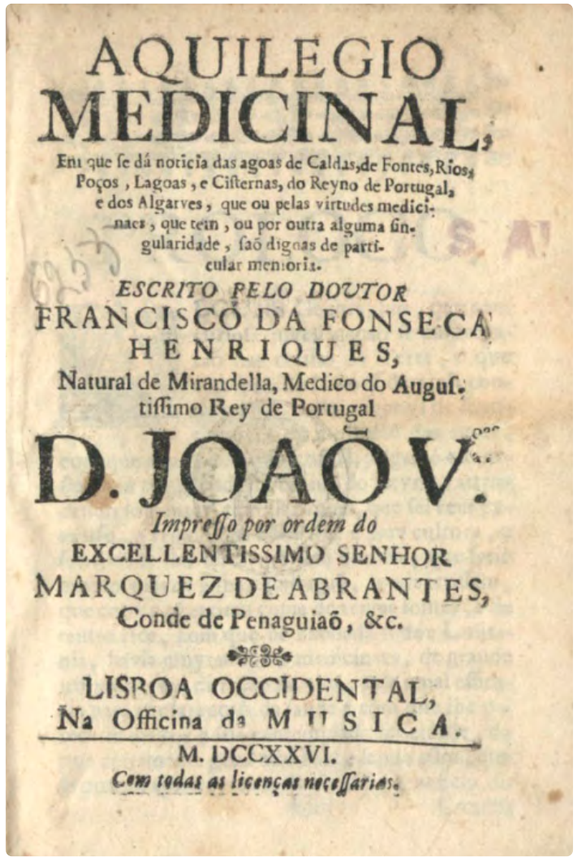
O Senado lavrou escritura e estabeleceu um foro de 2$00 réis com a prerrogativa de António Ferreira ser obrigado a mudar a **Bica dos Olhos** para o cunhal da nova propriedade, tendo de custear todas as despesas daí decorrentes. Assim, desde o início do seculo XVIII, a **Bica dos Olhos** encontra-se quase na esquina do edifício num largo vão com ombreiras e verga de pedra.

Esta escritura impôs ao novo proprietário a obrigação de desviar a **Bica dos Olhos** para a frente do prédio, no traço da Rua da Boavista deixando o local recuado onde se encontrava desde 1675. A mencionada escritura estabeleceu que o proprietário e seus herdeiros seriam obrigados a ("repararem todos os desmanchos e concertarem canos e do que a **Bica dos Olhos** necessitasse sem custos para o Senado"), (Araújo, 1938, pp. 78-79). A **Bica dos Olhos** manteve-se no mesmo sítio e com as mesmas características arquitectónicas sendo local de romaria da população até ao final dos anos sessenta do século XX.

Fig 7 Pormenor, manipulado pelo autor, referente à zona de implantação da Bica dos Olhos no levantamento topográfico da cidade de Lisboa [Material cartográfico] : Zona do Cais do Sodré : Nº 50 /dir. Engº Filipe Folque; lev. Por Carlos Pezerat, Francisco Goullard, César Goullard, redigida e gravada na Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos. GEO: MC 27.50 CMLEO



Fig 8 Folha de rosto da obra *Aquilégio Medicinal*, de Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, onde regista a água da **Bica do Artibello ou dos Olhos** como medicinal, em 1726, ("As águas frias, que têm virtude medicinal, servem de remédio, e de regalo. (…) Por isso aconselhamos, que nos males crónicos, e fora deles, procurem sempre (…) alguma água medicinal").
GEO: CT 46 P RES



AQUILEGIO
MEDICINAL,
Em que se dá noticia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas, e Cisternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra alguma singularidade, saõ dignas de particular memoria.
ESCRITO PELO DOUTOR
FRANCISCO DA FONSECA HENRIQUES,
Natural de Mirandella, Medico do Augustissimo Rey de Portugal
D. JOAÕ V.
Impresso por ordem do
EXCELLENTISSIMO SENHOR
MARQUEZ DE ABRANTES,
Conde de Penaguiaõ, &c.
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina da MUSICA.
M. DCCXXVI.
Com todas as licenças necessarias.

Água medicinal.

A particularidade da **Bica dos Olhos** é o facto de serem reconhecidos benefícios medicinais e curativos à sua água. O que criou na população a crença nas suas especificidades terapêuticas para as doenças dos olhos. Durante séculos foi fomentada a tradição de a população aí se deslocar de madrugada.

A par com a devoção a Santa Luzia, desde sempre enraizada na população de Lisboa, era refúgio dos habitantes de Lisboa para as referidas doenças, chegando mesmo a ser objecto de romarias.

Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, refere a água da **Bica do Artibello ou dos Olhos** como medicinal na sua obra *Aquilégio Medicinal*: ("As águas frias, que têm virtude medicinal, servem de remédio, e de regalo. (…) Por isso aconselhamos, que nos males crónicos, e fora deles, procurem sempre (…) alguma água medicinal"), (Henriques, 1726, p. 178).

O autor relata a história de um francês que ao conhecer as virtudes desta água a comercializou em vidrinhos com um nome pomposo. Terá lucrado bastante pois tal situação só terminou quando um seu criado, que de noite ia buscar a água, revelou o segredo. Tendo o francês acabado por fugir de Lisboa. Nesta obra é relatado que a **Bica dos Olhos** era muito concorrida entre a população que de noite ia encher garrafas para lavar os olhos doentes. Tão afamada era que até o Ministro de Inglaterra teria tomado banhos desta água curativa.

Já em 1697, na obra *Polynthea Medicinal. Noticias galenicas e chymicas (..)*, da autoria de Joam Curvo de Semedo[5], se comentam as propriedades da água da Bica dos Olhos.

Este médico diz-nos que a referida água tem virtudes para inflamações dos olhos. Devia ser tomada deste chafariz antes do nascer do Sol e os olhos lavados com ela a qualquer hora.

Durante séculos, a população acorria à **Bica dos Olhos** para recolher água e lavar os olhos com o propósito de manter uma boa visão ou curar outros males oftalmológicos, antes do nascer do sol.

A virtude da água da **Bica dos Olhos** foi acompanhando a história da cidade e, em 1927, realizaram-se análises químicas que reconheceram as suas propriedades sulfatadas.

Na década de 30 do século XX a fonte já teria perdido a sua fama embora ainda se vissem pessoas a lavar os olhos, de madrugada.

5 Médico da Casa Real e curiosamente residente na Rua da Bica de Duarte Bello, na vizinhança da Bica dos Olhos ou de Duarte Bello.

A ("bica de Duarte Belo, cuja água se considera de excelente uso nas doenças dos olhos, e está num resguardo da parede na Rua da Boa Vista. Até parece uma alegoria aquela fonte que se aplica aos males oftálmicos"), (Martins, 1945, p.79).

Actualmente, já sem água corrente, desde a década de 60, a **Bica dos Olhos** é ponto de interesse para quem visita a cidade ou para os que passam na cada vez mais movimentada Rua da Boavista. É mais um chafariz da cidade, bem iluminado, integrado num edifício pombalino recentemente recuperado, a ilustrar a história, crenças e tradições da cidade.

Fig 9 **Pormenor arquitectónico da Bica dos Olhos com datação.**
CAETANO, Joaquim de Oliveira, SILVA, Jorge Cruz, Chafarizes de Lisboa, Sacavém, Distri-Editora, 1991.
GEO: LX-725-193 SIL CMLEO



Arquitectura.

A cidade conheceu a construção do Aqueduto das Águas Livres, ao longo do século XVIII, que da Mãe de Água distribuía em quatro galerias subterrâneas, uma multiforme rede de abastecimento de água provida por aquedutos secundários e chafarizes. A **Bica dos Olhos**, cujos sobejos de água corriam para o mar, foi integrada neste sistema pois o caudal de água do aqueduto passou a beneficiar das nascentes dos chafarizes já existentes, também como o do Andaluz (1336), Fonte da Samaritana (1508), Bica do Regueirão dos Anjos (seculo XVI), o do Rossio (1606 e 1789) e o chafariz do Terreiro do Paço (1652 e 1755).

A câmara municipal, a 13 de Agosto de 1857, ordenou que fosse limpo o encanamento da **Bica dos Olhos** e que o tanque rectangular que tinha fosse substituído por uma concha. Posteriormente, a 16 de Fevereiro de 1861, é notificado o proprietário do prédio da **Bica dos Olhos**, João Cleife, para proceder aos arranjos necessários visto o pelouro das águas livres ter participado que a bica dos Olhos, à Rua Direita da Boavista, estava quase seca o que se deveria a um desvio no respectivo encanamento da água, que já não seria a primeira vez a ocorrer.

Existem notícias em vários jornais, durante a primeira metade do século XX, de recorrentes problemas no encanamento da **Bica dos Olhos**, que chegou a estar sem água a correr para desagrado da população que depois da década de 60, doente ou não, aí deixou de ir molhar os olhos pois a **Biquinha** estava seca.

Diz-nos Júlio de Castilho que a população quando se queria referir a um andamento vagaroso utilizava a expressão ("corre como a **Bica dos Olhos**"), (Castilho, 1981, p. 276).

Neste chafariz à Boavista não se encontra grande complexidade quanto aos elementos arquitectónicos. É um exemplar de arquitectura da água, em espaço urbano e público, de estrutura simples e enquadramento muito original, o que lhe confere interesse.

Norberto de Araújo diz que é de ("fisionomia curiosíssima de miniatural monumento seiscentista!"), (Araújo, 1938, p. 78), chegando mesmo a referir que a Bica dos Olhos é de porte ("até algo tosco, daí a sua beleza!"), (Araújo, 1943, p.69).

A Bica dos Olhos tem marcadas linhas maneiristas com a peculiaridade de se integrar num nicho, na parte inferior, de um edifício de habitação pombalino, de cantaria em calcário de lioz, muito usual em Lisboa e arredores.

Fig 10 A **Bica dos Olhos** ficava situada na antiga Rua Direita das Portas do Pó depois Rua Direita da Boavista, com início quase ao Beco do Conde de Sampaio.
GEO: MNL_98 G - P- 24 Nº 96



É um chafariz do tipo espaldar recto, flanqueado por pilastras e rematado em friso e frontão, com enrolamento em volutas simétricas. Este conjunto equilibrado e elegante tem ao centro, na área triangular, esculpida a data de 1625, referente a quando foi movido num dos arranjos dos arruamentos, anterior à sua localização actual.
Destaca-se como peça central do arranjo o padrão seiscentista octogonal com as armas da cidade, de que trataremos mais à frente.
A bica de água vertia, para um quadrangular, largo tanque, que chegava quase às ombreiras do nicho, depois substituído pela graciosa e mais proporcional concha, que assim já permite a entrada no vão do recém-restaurado prédio pombalino.
Aí permanece esculpida, nos dois longos silhares, a disposição do Senado Municipal, do início do século XVIII: HE OBRIGADO O DONO DESTA PROPRIEDADE A CONSERVAR ESTA BICA SEMPRE CORRENTE À SUA CUSTA.

Padrão de Armas de Lisboa na Bica dos Olhos

São Vicente, diácono do Bispado de Saragoça, foi torturado e martirizado no tempo do imperador Diocleciano, em 304, durante uma campanha de perseguição aos cristãos. Segundo a tradição após casualidades várias os seus restos mortais foram sepultados no Cabo de Sagres, a posteriori Cabo de São Vicente. Diz a historiografia mais tradicionalista que D. Afonso Henriques teria prometido trazer para a cidade as relíquias do mártir quando conquistasse Lisboa, embora tenham sido os moçárabes a ir buscar os restos mortais do mártir e que os trouxeram para Lisboa.
Reza a lenda que dois corvos protegeram a barca (sinal de bom augúrio para os moçárabes), um à popa e outro à proa, que transportava as ossadas do mártir São Vicente, de Sagres para Lisboa, em 1173, onde chegaram a 15 de Setembro. Primeiramente, as relíquias foram depositadas na Igreja de Santa Justa tendo sido no dia seguinte trasladadas para a capela-mor da Igreja de Santa Maria Maior (Sé), sob contestação da igreja de S. Vicente.



Fig 11
Aguarela da Bica dos Olhos.
Executada por Carlos Canhão, 1992.
FLORES, Alexandra M., CANHÃO, Carlos, Chafarizes de Lisboa, Lisboa, Edições INAPA, 1999.
GEO: LX-725-193 FLO
CMLEO

Objecto de grande devoção, São Vicente, mártir, tornar-se-ia padroeiro da cidade, concelho e diocese de Lisboa, os corvos e a nau, os seus símbolos.
Em meados do século XIII, a figura de, uma barca aparece, pela primeira vez, no selo do Cabido e, também, no selo do Município como divisa da cidade de Lisboa.
O emblema da cidade manteve, ao longo dos séculos, os dois corvos e uma embarcação, representações características da tradição e devoção vicentina. Entre a nau, barca, caravela, fragata ou galião é certo que as armas da cidade de Lisboa conheceram variações ao longo do tempo e foi dada preferência, nos séculos XVI e XVII, à nau dos descobrimentos.
A **Bica dos Olhos**, **Biquinha** ou **Bica do Bello**, sendo de expressão humilde e discreta arquitectonicamente é de origem seiscentista e ostenta, ainda hoje, a pedra de armas original, que se destaca como a peça central e de maior relevância no conjunto.
É um padrão octogonal, em lioz, uma pedra de armas da câmara municipal que se destaca como elemento principal do arranjo e que se notabiliza ao centro e em alto-relevo, logo acima de uma única bica de água.

Fig 12 No espaldar, ao centro e em alto-relevo, a **pedra de armas** da câmara municipal com bica de água que vertia para pequena taça semicircular, antes um tanque quadrado. Fotografia do autor, de Setembro de 2019.



Considerações Finais

O que diferencia os chafarizes, bicas e fontes de outras peças da arquitectura urbana da água é a questão de se localizarem em locais públicos e de serem ponto terminal de uma conduta de abastecimento. O aumento da população e o passar das centúrias mostrou o quanto eram insuficientes no fornecimento de água aos habitantes de Lisboa. Já no século XVI, Francisco de Holanda, na obra *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, especifica que Lisboa é a maior e mais nobre cidade do mundo enquanto morre à sede e não lhe fornecem a mesma.
Sucessivos projectos iniciados nos reinados de D. João II, D. Manuel I, D. João III, dos Filipes e de D. Pedro II são consecutivamente abandonados ou mesmo ignorados na sua execução. Fazer chegar água, em quantidade e de qualidade, ao centro da cidade foi matéria de difícil trato associada a recorrentes querelas entre o monarca, algumas casas nobres e o clero com as suas vastas propriedades, dado a água ser divisa de poder e abundância.
As incessantes tensões no cenário político do país aliadas a uma debilitada vontade régia não contemporizou a possibilidade de vultosas iniciativas quanto ao fornecimento e distribuição de água a e em Lisboa.
Juntava-se a este quadro a fragilidade financeira e politica da própria Câmara Municipal, sendo o Senado inábil no trato das questões económicas, arquitectónicas e sociais inerentes ao abastecimento de água à cidade.
Além de providenciarem a distribuição de água, os chafarizes eram, desde sempre, ponto de reunião e socialização da população onde tinha lugar todo o tipo de transacções comerciais, disputas e lutas, namoros, tratamentos médicos e onde as alcoviteiras arranjavam assunto.
A **Biquinha** destaca-se neste enquadramento devido à virtude da sua água corrente e das curas associadas aos tratamentos para os olhos com a sua água. Tal como a **Bica dos Olhos**, algumas fontes, bicas e chafarizes desde sempre tiveram associadas crenças e lendas.
A par da **Bica de Duarte Bello**, o chafariz da Fonte Santa, na Rua Possidónio da Silva, era também muito concorrido para a sanar problemas oftalmológicos e dermatológicos.
Entre outros chafarizes destaca-se o chafariz D'El Rei, em Alfama, cuja água brotava quente da nascente e era tida como milagrosa no tratamento dos nervos, catarro e doenças do fígado.

Todos estes chafarizes e outros elementos da arquitectura da água vão ser, ao longo dos séculos, um marco relevante na identidade e no embelezamento de Lisboa. Sempre com alguma particularidade arquitectónica com o fim de eternizar o engenho de se ter conseguido água corrente. Embora a sua função primeira se tenha perdido no tempo, os chafarizes, mesmo sem água corrente, permanecem como importantes referências na memória e história da cidade, sucessivamente alvo de intervenções de recuperação, local de interesse para quem visita Lisboa e de encontro dos seus habitantes.

Nos últimos séculos, o Aqueduto das Águas Livres e outras obras de grande envergadura mataram a sede a Lisboa mas bicas, fontes e chafarizes não perderam a sua relevância no espaço público, social, memória e de crenças populares.
Disto é testigo a interrogação de Norberto de Araújo, quanto à **Bica dos Olhos**, na obra *Legendas de Lisboa*:
"Olhos de Trinta gerações passaram na madrugada fria pela Bica dos Olhos – onde estais vós? Embarcadiços, calafates, remolares, mendigos, colarejas!"



Fig 13 e 14 Pormenor, manipulado pelo autor, da área de implantação da **Bica dos Olhos à rua da Boavista** a partir da Carta Topográfica de Lisboa e seus subúrbios, levantada, em 1807, por Duarte José Fava. Foi reduzida e desenhada na Caza do Risco das Obras Publicas em 1926. No ano de 1833, foi litografada e publicada, em Lisboa, pela Caza do Risco das Obras Publicas. GEO: MP 55



Fontes Manuscritas

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, *Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, Bica dos Olhos*, p. 1-3.

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, *Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, Bica Duarte Belo*, p. 1.

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, *Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, Rua da Bica Duarte Belo*, pp. 1-2.

Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, *Ficheiro Toponímico Pastor de Macedo, Rua da Boa Vista – Bica dos Olhos*, pp. 1-3.

Bibliografia

"A Bica dos Olhos: a tradição de milagrosas curas ou ela não estivesse na Boa Vista", *Arquivo Nacional*, Lisboa, A. 3, vol. 6, nº 141 (21 Set. 1934), p. 1415.

ANDRADE, José Sérgio Veloso d', *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belem, e muitos logares do termo*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1851, p.27, p. 140, p. 240 e p.259.

ARAÚJO, Norberto de, "A Bica dos Olhos", *Legendas de Lisboa*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, pp. 68-69.

ARAÚJO, Norberto de, "Os Corvos de S. Vicente", *Legendas de Lisboa*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, pp. 80-81.

ARAÚJO, Norberto de, "A Bica e Santa Catarina", *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, parceria António Maria Pereira, 1938, Vol. 13, pp. 63-74.

ARAÚJO, Norberto de, "Boa Vista e Conde Barão", *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, parceria António Maria Pereira, 1938, Vol. 13, pp. 75-84.

BARROS, António Augusto Salgado de, "Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755", *Cadernos do Arquivo Municipal*,2ª série, nº1(janeiro - junho de 2014), pp.65-85.

"Bica dos Olhos", *Agenda Cultural*, Lisboa, Outubro 1992, p. 94.

"Bica dos Olhos", *Archivo Pittoresco*, Lisboa, A. 5, vol. 5, nº 33, 1862, p. 264.

"Bica dos Olhos" (Cliché de E. Portugal), *Album de Bilhetes Postaes : Vistas de Lisboa,* Lisboa, s.d., Vol. 12, p. 14, nº 54, Colecção Vieira da Silva.

"Bica dos Olhos" (Cliché de E. Portugal), *Album de Bilhetes Postaes:Vistas de Lisboa,* Lisboa, s.d., Vol. 12., p. 24, nº 96, Colecção Vieira da Silva.

"Bica dos Olhos", *Diário de Notícias*, 15 de Outubro de 1937.

BRITO, J. J. Gomes de, *Ruas de Lisboa : notas para a história das vias públicas lisbonenses*, obra póstuma revista e pref. Por António Baião, Lisboa, Sá da Costa, 1935, Vol. 1, p. 68.

BRUNO, Bárbara Silva, *Na Rotado Património da água em Lisboa,* Lisboa, Universidade Aberta (Dissertação de Mestrado, policopiada), 2015, p. 135.

CAETANO, Joaquim Oliveira, "Bica dos Olhos", *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, Distri, s.d., pp. 64-67.

CARVALHO, Augusto Silva, *História da oftalmologia portuguesa: até ao fim do século XVIII*, Lisboa, Boletim da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia, 1941.

"Casos citadinos: Secou a «bica dos olhos»?", *A Voz*, 31 de Outubro de 1936.

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa - descripção histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1981, Vol. 4, p. 126 e 276.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: o Bairro Alto*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, Vol. 1, p. 244.

CHAVES, Luís, *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s.d., p. 21.

ESTRELA, Gisele Freitas, *Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (Dissertação de Mestrado, policopiada), 2017.

FLORES, Alexandre M. e CANHÃO, Carlos, *Chafarizes de Lisboa*, Lisboa, Edições INAPA, 1999, pp. 16-17.

FONSECA, Quirino da, "O Brasão da Cidade de Lisboa", *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes,* Lisboa, Associação dos Archeologos Portuguezes, 1921, Tomo XIII, 5ª serie, nº 8 a 12, pp. 350-367.

FRAGOSO, Margarida A. Pessoa, *O emblema da Cidade de Lisboa, Suporte Constitucional da Identidade Municipal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

"Freguesia de São Paulo", *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa 1756-1768*, f.39.

GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Frenesi, 2009.

GOMES, Alexandra I. A., *Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias,* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado, policopiada), 2014.

GONÇALVES, Luís Ribeiro - "Sistemas de circulação de água e poder na Lisboa medieval – seculos XIV a XVI", *Cadernos do Arquivo Municipal*,2ª série, nº8 (julho – dezembro de 2017), pp.37-54.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Aquilégio Medicinal em que se dá noticia das agoas de Caldàs, de fontes, rios, poços, lagoas e cisternas do Reyno de Portugal e dos Algarves que, ou pelas virtudes medicinaes que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memoria*, Lisboa Occidental, Officina de Musica, 1726.

"Já deita agua a «Bica dos Olhos»", *Diário de Notícias*, 17 de Outubro de 1937.

JUNIOR, J. M. Marques Costa, "Lisboa de hoje e do passado: da Bica dos Olhos e do Poço do Borratém à Fonte das Ratas", *Diário Popular*, 11 de Fevereiro de 1971, in *Lisboa: recortes de jornais / Pastor de Macedo*, Vol. 2, pp. 77-78.

MARTINS, Rocha, "As Chagas", *Lisboa de Ontem e de Hoje* , Lisboa, Emprêsa Nacional de Publicidade, 1945, pp. 77-83.

"O Brazão da Cidade de Lisboa", *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses fundada em 1863*, Lisboa, Tomo 13, nº 8-12, 1921, p.p. 331-367.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551 Sumário*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

PATO, Bulhão, "Quadrinhos de outra epochas", *Memorias*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1907, Vol. 3, p. 256.

PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo de, *Lisboa em 1758, Memórias Paroquiais de Lisboa*, Lisboa, Coimbra Lda., 1974.

"Secou a «Bica dos Olhos»", *Diário de Notícias*, 14 de Outubro de 1937.

SEMMEDO, Joam Curvo, *Polyantea Medicinal. Noticias Galenicas, E Chymicas, Repartidas Em Tres Tratatados*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

SOTTOMAYOR, Appio, "Remédio para a vista", *O poço da cidade: crónicas lisboetas*, Lisboa, Editorial Notícias, 1993, Vol. 4, p. 144.

SOTTOMAYOR, Appio, "Por igrejas e conventos", *O poço da cidade: crónicas lisboetas, Lisboa*, 1998, vol. 8, p. 20.

Webgrafia

"A Bica dos Olhos", Lisboa de Antigamente, em URL: https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2019/05/a-bica-dos-olhos.html, acedido em 02/10/2019.

"Aqueduto das águas Livres", Direção-Geral do Património Cultural, em URL: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=6811, acedido a 04/10/2019.

"A Rua da Bica que soma a Rua da Bica Duarte Belo com a Calçada da Bica Pequena", Toponímia de Lisboa, em URL: https://toponimialisboa.wordpress.com/2017/12/19/a-rua-da-bica-que-soma-a-rua-da-bica-duarte-belo-com-a-calcada-da-bica-pequena/, acedido a 23/09/2019.

"A Rua da Boavista da Fábrica do Gás", Toponímia de Lisboa, em URL:

https://toponimialisboa.wordpress.com/2018/02/09/a-rua-da-boavista-da-fabrica-do-gas/, acedido em 22/09/2019.

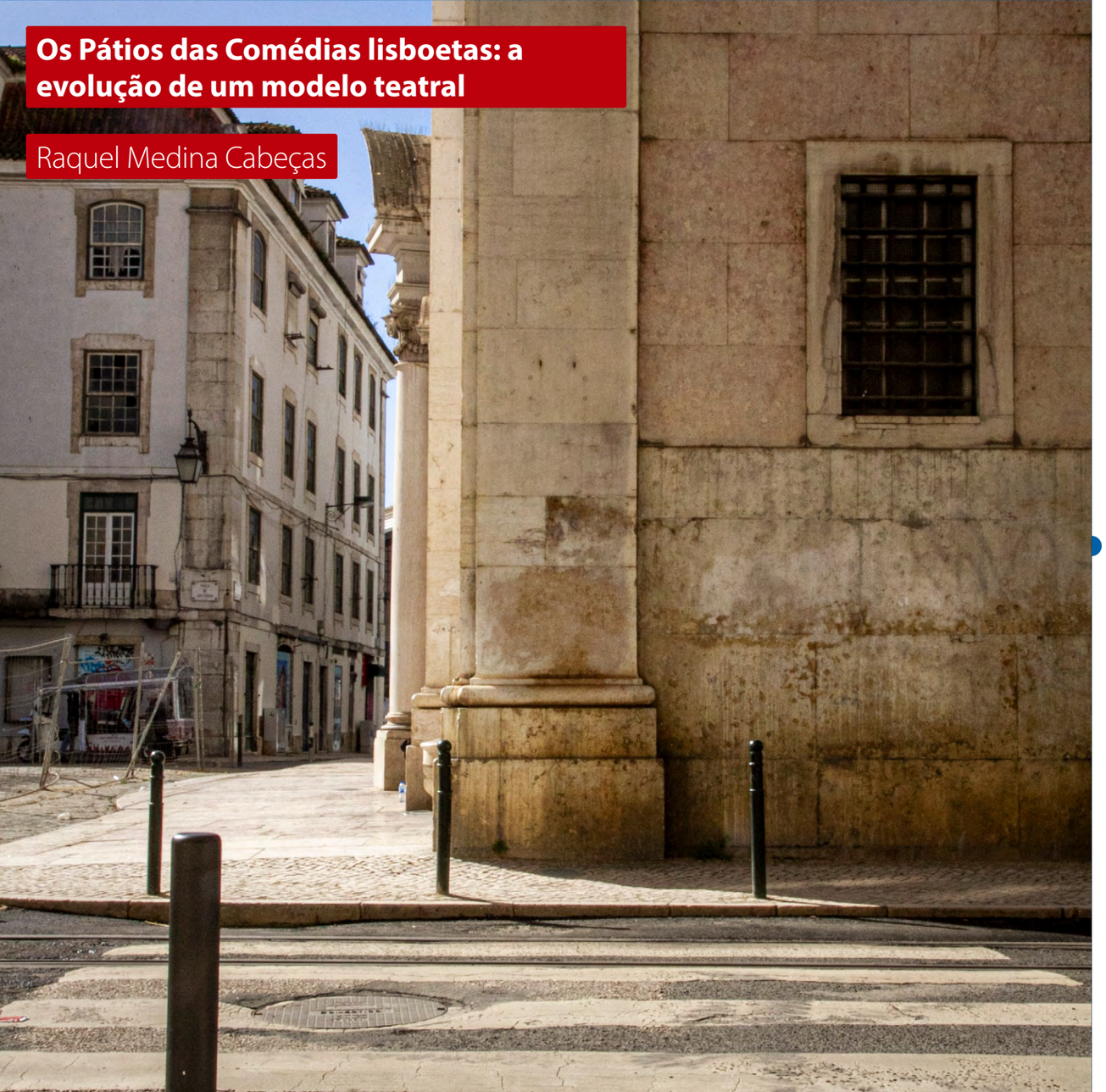
"A Rua de Duarte Belo da Bica dos Olhos", Toponímia de Lisboa", em URL: https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/06/21/a-rua-da-bica-duarte-belo/, acedido em 22/09/2019.

"Bica dos Olhos", Paixão por Lisboa, em URL: https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/bica-dos-olhos-30041, acedido em 02/10/2019

"Chafariz na Rua da Boavista / Bica dos Olhos", em URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24254, acedido em 04/10/2019.

"Chafarizes de Lisboa – Monumento e Função Prática. A importância das funções dos equipamentos e mobiliário urbano para a sustentabilidade do espaço público", Faculdade de Belas artes da universidade de Lisboa, em URL: https://www.academia.edu/895036/CHAFARIZES_DE_LISBOA_MONUMENTO_E_FUN%C3%87%C3%83O_PR%C3%81TICA, acedido em 24/03/2021.

"Do Beco do Conde de Sampaio à Travessa do Marquês de Sampaio", Toponímia de Lisboa", em URL: https://toponimialisboa.wordpress.com/category/becos/, acedido em 23/09/2019.



Os Pátios das Comédias lisboetas: a evolução de um modelo teatral

Raquel Medina Cabeças

Trabalho resultante da Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa (Cabeças, 2020)

Os paços, os palácios, mosteiros, igrejas e capelas foram os 'palcos' teatrais vicentinos do século XVI (Feio, 1834), e coexistiam com os pátios públicos, cuja evolução se demarca em seiscentos. Neste período há uma simultaneidade de géneros e localizações da prática teatral, e locais públicos onde a assistência pagava para ver representar as comédias, nos denominados Pátios das Comédias, os primeiros teatros lisboetas. Segundo António Bastos "eram toscos, primeiramente ao ar livre para representações de dia e depois cobertos e com paredes de alvenaria, podendo já n'eles representar-se de noite. N'alguns os prédios contíguos tinham janelas para dentro dos *pateos*. Os *pateos* de que há conhecimento terem existido são os seguintes: *Pateo da Bitesga* ou da *Mouraria, Pateo dos Condes, Pateo das Fangas da Farinha,Pateo da Rua das Arcas* e *Pateo da Rua da Praça da Palha* " (Bastos, 1908, p. 110).

Mas que pátios são estes? Existe alguma confusão na nomenclatura dos pátios e quais, efetivamente, existiram. Para Teófilo Braga "velhos patios do século XVI" eram o Pátio das Arcas ou da Praça da Palha, o Pátio da Betesga ou da Mouraria, o do Poço do Borratém e o das Fangas da Farinha. A proximidade destes teatros contribui para a constância da dúvida, continuando com Nogueira que menciona que o Pátio da Praça da Palha já existia em 1593, seguindo-se o das Arcas, levantado a hipótese de que dada a proximidade das ruas onde se inseriam possa ter existido somente um (Nogueira,1866). Acrescenta que um dos pátios terá sido construído na Rua da Betesga, apoiando-se na data das receitas das comédias recolhidas a favor do hospital por Manoel Rodrigues, que já eram realizadas em 1594, porém sabemos que já existiam registos em 1591.

Teófilo Braga acrescenta que o "Pátio das Fangas da Farinha de 1588 a 1633 e o Pátio da Betesga, de 1691, foram absorvidos pelo Pátio das Arcas" (Braga,1916, p. 581), e que "Depois do Pateo das Arcas segue-se-lhe em antiguidade o Pateo da Mouraria conhecido no século XVI pelo título de Pateo da Bitesga, tendo começado a funcionar a 11 de julho de 1594 sob a direcção de Manoel Rodrigues" (Braga, 1898, v. 8, p. 464), numa clara confusão com a pessoa que recolhia as receitas, que não era proprietário do local, mas sim Mordomo de comédias.

Matos Sequeira refere que o "Pátio da Casa dos Condes de Monsanto, ao Borratém, a que se chamou o Pátio da Mouraria. A este das Arcas também o povo chamou o Pátio da Betesga, por o recinto ficar perto deste velho arruamento, cujo nome ainda persiste" (Sequeira, 1952, p. 72).

A referência à Betesga é recorrente, com a maioria dos autores a colocar a possibilidade da existência de dois pátios, um na rua da Betesga e outro entre a rua das Arcas e os Becos das Comédias e de Lopo Infante (Guimarães, 1874, nº 6261; Sequeira, 1933, p. 84; Oliveira,1974; Reyes Peña & Bolaños Donoso,1991, pp. 268-269; Câmara,1991, p. 79; Leite & Viena,1991, p. 31; Guimarães 1996, p. 108); e há ainda quem afirme que só existia o da Rua das Arcas, que foi erradamente nomeado *da Betesga* (Cruz, 2001, p. 71).

Tendo em conta que a escritura para a construção de dois pátios de comédias em Lisboa foi assinada a 9 de maio de 1591 e em menos de dois meses já se registavam receitas (Braga, 1898, p. 353), Fernão Dias de La Torre, morador no Beco dos Frades a Valverde, proprietário de umas casas na rua da Betesga, pode tê-las utilizado para dar resposta imediata ao contrato que acabava de fazer (ANTT/HSJ/Liv.1124, f.282r). A ter sido assim, podemos tirar a conclusão que La Torre o cumpriu de imediato e existiu um Pátio da Betesga, o que explica a profusão de menções e a sua ligação a ambos os pátios. Estes foram nomeados pelos locais de implantação associando o nome aos das ruas ou ao local onde existiram que, pela sua proximidade, tornam confusa a distinção, ainda mais quando a documentação coeva é escassa.

1 Eduardo Noronha na Evolução do Teatro também considera o das Fangas da Farinha o pátio mais antigo, sendo o da Betesga de 1591 (Noronha, 1909, p. 473). Albino Forjaz Sampaio defende que o Pátio das Arcas é o mesmo que o da Betesga, ou da Praça da Palha (1994:108), localização mencionada ocasionalmente em função da proximidade com o local. Magalhães refere ainda "Pátios das Arcas ou da Comédia" acrescentando em seguida o do "Pátio do Borratém, na Mouraria" (Magalhães, 2018, p. 51).

Na seguinte tabela compilamos a informação na tentativa de dar um contributo para colmatar estas discrepâncias, dando uma nova visão sobre como eram estes pátios - onde foram construídos, quem os promoveu e quanto tempo estiveram em funcionamento (Tabela 1).
Estamos perante uma dezena de pátios construídos, cujas características arquitetónicas e de ocupação espacial têm carácter diferente consoante o espaço público ou privado onde foram implementados. Uns com uma vertente mais efémera, como no caso das transformações dos salões dos palácios ou dos colégios, uns que marcam uma adaptação do espaço, como se verifica no das Fangas da Farinha, na transformação de um espaço religioso num teatro, e outro que marca a transição entre a arquitetura efémera e a perecível, o Pátio das Arcas (1591-1755).

Tabela 1 Pátios das Comédias em Lisboa

Ano	Nome	Local	Iniciativa
1580	Pátio do Borratém	Palácio dos Condes de Monsanto, no Poço do Borratém	Privada
1591	Pátio das Arcas	Rua das Arcas (cruzamento rua do Arsenal com a Rua dos Fanqueiros)	Privada
1594	Pátio da Betesga	Rua da Betesga	Privada
1619	Pátio das Fangas da Farinha	Propriedade do Conde de Barbacena, Luís Castro Rio (esquina do Largo Almada, para o Largo do Aljube)	Privada
1619	Pátio do Colégio de Santo Antão	Arroios (actual Hospital de São José)	Religiosa
1668	Pátio do Campo do Curral	Palácio do Campo do Curral (actual Mitelo), Freguesia da Pena	Privada
Séc. XVII (em estudo)	Pátio das Hortas do Conde	Palácio dos Condes de Ericeira (actual Rua dos Condes)	Privada
	Pátios dos Condes de Soure	Palácio dos Condes de Soure, Bairro Alto	Privada

Um empreendimento familiar

Fernão Dias de la Torre é o nome que se associa à criação dos Pátios das Comédias em Lisboa. Nomeado de maneiras diferentes[1] acreditamos que o nome deste sevilhano seja Fernando Diaz de la Torre Saavedra. Casado com Catarina Carvajal, também ela espanhola, são os protagonistas dos primeiros contratos para construção de espaços para este fim. Na verdade, a grande protagonista é Catarina Carvajal, viúva desde 1604 e "figura central dos episódios rocambolescos que sempre rodearam a exploração dos espaços teatrais (…) mulher de negócios, espanhola de origem e, por certo, pessoa suficientemente protegida para poder enfrentar as decisões contra ela tomadas pela Camara e Senados Municipais" (Barata, 1998, p. 167). A autoridade de D.Catarina regista-se na escritura que anuncia ter ido o escrivão a sua casa confirmar os termos do contrato com os quais Fernão de La Torre já tinha concordado: "a Senhora Dona Catherina de Carvaja- / le ssua mulher, aqual eu escrivam ly/ o contrato todo de verbo adverbum, e de-/ poes de por mim Lido, e declarado, lhe fiz/ pergunta, se o outorgava, e dava a elle/ Seu consentimento a sy e da maneyra, que/ tinha outorgado o dito seu marido/ e se estava por todas condiçoens/ do dito contrato contheudas, e por ella/ Senhora Dona Catherina de Carvajalles / foy dito, que ella outorgava o dito com-/ trato, e dava em elle seu concentimen-/ to, e estava a porto das as condições, em/ elle declaradas para que obrigou/ todos seus bens, asy moveis como de/ raiz havidos" (ANTT/HSJ/Liv. 1124, ff. 283r e v).

2 Fernando (ou Fernão) Dias de la Tõrre (Matos Sequeira em Teatro de outros tempos: elementos para a história do teatro português, 1933, p. 117); Fernão Dias de la Torre em Sequeira, Matos, "Uma viagem a roda da Praça da Figueira" Revista Municipal, a. XXI, n. 86, 1960, pp. 5-14; Fernão Dias Latorre em Braga, T. (1898). Eschola de Gil Vicente e desenvolvimento do theatro nacional, entre outros; e Fernando Diaz de la Torre em Reyes Peña & Bolaños Donoso (1989). El pátio de las Arcas de Lisboa a finales del s. XVII.

3 Na inscrição da lápide funerária lia-se: "Esta capela, e sepultura, he de Fernaõ Dias de la Torre Saavedra, natural de Sevilha, a qual depois de falecido, mandou D. Catharina Carvalhaes sua mulher, para eles ambos, e para do dito seu marido, o qual falleceo no anno de 1604, a 8 de Janeiro" Santa Anna, Crónica dos Carmelitas, p. 685. Não obstante, é-nos obrigatório mencionar a primeira pessoa de que temos conhecimento como promotor de representações teatrais na Rua das Arcas, Manuel Correia (Reyes Peña & Bolaños Donoso, 1990, p. 85), pintor de profissão. Em 1582 tem um pátio alugado no local. "e por ho dito pateo ou tereiro ser muito grande e capas de recolher muitas gentes se custumarão a fazer nelles as comedias que os Senhores vereadores passados e vosas mercês derão licença" (Reyes Peña & Bolaños Donoso, 1990, p. 85). A menção aos vereadores passados faz-nos recuar ainda mais no tempo, embora desconheçamos até quando. Manuel Correia, à data, tem o pátio cedido a Juan de Limos que "alla fine de 1582 rappresentò com la sua compagnia nel pátio della calle de las Arcas di Lisbona" (Vaccari, 2006: 112) e "en Lisboa residió y dió representaciones algún tiempo" (Revista de Archivos, 1898, p. 470).

Fernão de la Torre morre em 1604, data em que Catarina Carvajal toma a liderança dos negócios. Em 1620 D. Catarina faz doação "por escriptura de 3 de agosto do dito anno, de todo o aposento e pateo das comedias e seus anexos, e casas em que ao presente vive, a D. Christovao Hiranço e sua mulher D. Catharina de Carcome. Pouco depois d'esta doação, o que não podemos compreender, no anno de 1625, fez testamento e instituiu seu universal herdeiro a D. João Hiranço, seu sobrinho, filho dos acima mencionados D. Christovao Hiranço e D.Catharina de Carcome. D. Christovao era irmão de Fernão Dias La torre" (Guimarães, 1875, nº6582).

4 O Sistema de Informação para o Património Arquitectónico indica que uma parte da construção do que é hoje a Casa do Alentejo (Palácio Alverca / Palácio de São Luis da Pena / Palácio Pais do Amaral) foi vendida a 7 de fevereiro de 1608 a Cristóvão de Hiranço. Desconhecemos se é o mesmo.

Em função desta genealogia e apesar de João Hiranço[4] ser identificado como sobrinho de D. Catarina, cremos que era sobrinho de Fernão Dias de la Torre Saavedra (Guimarães, 1875, nº6582), pela coincidência com os apelidos do pai, Dias de Saavedra.

Durante mais de um século o principal pátio de comédias de Lisboa foi propriedade da mesma família, que falava a língua da maioria das companhias teatrais que por cá passavam. Por testamento de Manuel Oliveira Azevedo mencionado num alvará régio (1698) (Sousa, 2018, vol. II, p. 69) o pátio passou para Francisco da Silva e Sousa, desembargador, e proprietário efectivo do local, quebrando-se esta espécie de linha dinástica empresarial da família espanhola.
A tabela seguinte dá-nos uma cronologia dos proprietários do pátio enquanto donos do terreno e simultaneamente empresários artísticos que, à excepção do período imediatamente a seguir aos conflitos da Restauração, em que o pátio foi gerido pelos frades do Carmo, esteve na *mão* dos herdeiros do fundador (Tabela 2).

Tabela 2 Proprietários dos Pátios das Comédias (1593-1755)

Ano	Proprietários do Pátio das Arcas Legado familiar
1593-1604	Fernão de la Torre
1604-1625	D. Catarina Carvajal
1625-1640	D. João Hiranço
1640-1668	Guerra da Restauração
1668-1672	Frades do Carmo
1672-1696	Manuel Oliveira de Azevedo
1696	Francisco da Silva e Sousa
1696	António Silva e Sousa
1698	Hospital Real de Todos os Santos
	Empresários a quem o HRTS aluga o Pátio das Arcas
1702-1710	Manuel Rodrigues da Costa
1710-1730	José Ferrer
1730-1740	Luís Trinité e João Villanova
	Proprietários do Pátio das Fangas da Farinha
1619-1625	D. Catarina Carvajal
1625- 27	D. João Hiranço

Arquitectura perecível *vs* duradoura: a evolução de um modelo

Em 1593 o Pátio das Arcas foi o primeiro espaço teatral construído de raiz com carácter público, constituindo-o como um marco que define a evolução entre o efémero e o permanente.

Consideramos que este teatro se divide em quatro fases de construção: 1593-1640: pátio com janelas, assentos e varanda para mulheres; (1640-1668 Guerra da Restauração); 1668-1672: pátio com janelas, assentos e camarotes; 1672-1696: pátio com recursos e equipamentos adequados e melhoramento de lugares de assistência; 1698-1707: pátio *à italiana* (Gráfico 1).

1ª fase, o *Quintall*

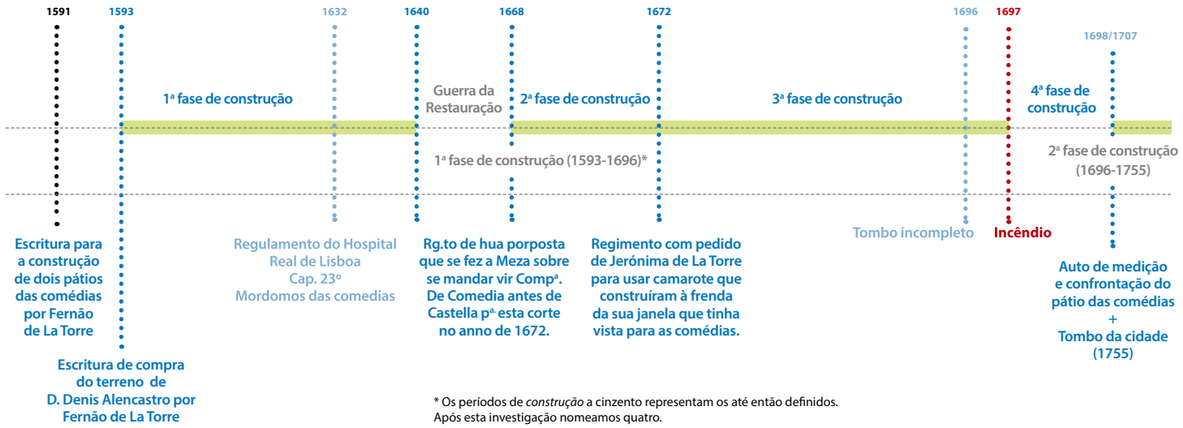
Esta narrativa começa a 9 de maio de 1591 quando Fernão Dias de La Torre

"se obriga, e de feyto, o obrigou que dentro de hum anno que comessara da feytura deste contracto em diante, fara dous pátios cobertos nesta Cidade de Lisboa em lugares convenientes, com suas baradas cobertas de telha, e madeyra, e com suas paredes de Alvenaria e pedraria, e suas portas, e com todas as mais achegas necessárias, de modo que os pateos fiqye de maneyra, que bem se possa nelles reprezentar as ditas comédias, os quaes pateos seram próprios delle dito Fernam Dias de la Torre, ou aforados em fatiota, e de maneyra que elle os tenha sempre prestes, e aparelhados para as ditas comédias (…) porque as nam poderam fazer se nam nos ditos dous pateos conforme a Provizão DelRey" (ANTT/HSJ/ Liv. 1124, f.280r).

O documento fornece a primeira informação sobre os materiais de construção, o que nos remete para paredes de alvenaria e telha a cobrir as varandas, estrutura distinta dos efémeros palanques e cenários de madeira das ruas e dos largos, cujos elementos eram montados e desmontados para um determinado período de tempo. Contexto de Manuel Correia, o primeiro promotor de representações teatrais na rua das Arcas (Eleutério, 1994, p. 697; Reys Peña & Bolaños Donoso, 1990, p. 85). Cumprindo o combinado no contrato, La Torre compra a D. Dinis de Alencastro uma propriedade na rua das Arcas para construir aquele que será o Pátio das Arcas (ANTT/HSJ/Liv. 1187, f. 135r e 135v.)[5].

5 Segundo consta no documento, a propriedade adquirida, com frente para a rua das Arcas, e tinha um quintal com 26,95m (Norte – Sul) por 18,15m (Nascente - Poente). Ao redor do quintal existiam casas contíguas, sendo a de Gonçalo Figueira a única que tem as dimensões definidas, a norte da propriedade de La Torre (Reyes Peña & Bolaños Donoso, 2007, pp. 269-270).

Gráfico 1 Fases de construção do Pátio das Arcas



* Os períodos de *construção* a cinzento representam os até então definidos. Após esta investigação nomeamos quatro.

2ª fase, a consolidação

A primeira informação a reter no *Regº de hua proposta que se fez a meza sobre se mandar vir Compª de Comedia antes de Castella pª esta Corte no anno de 1672* (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, ff. 352r-353r) é a menção à existência de 14 camarotes em 1668 (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, f. 352r). Outra prende-se igualmente com os ditos camarotes, cujo rendimento não foi atribuído ao Hospital de Todos os Santos, devido ao descuido dos Oficiais da Fazenda que não controlaram as receitas a seu tempo desde 1668, receitas essas que reverteram, indevidamente, para os proprietários do Pátio das Arcas à data da construção dos camarotes, os Padres do Carmo.

Este documento também revela um pedido da parte do Hospital à Mesa da Misericórdia, para trazer uma companhia de Castela, cuja actuação no Pátio das Comédias permitiria voltar a obter rendimentos *insolidum* (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, f. 352r). Para tal, Manuel de Oliveira de Azevedo, sugere fazer uma obra de alteração, bem como uma redistribuição do número de camarotes entre os Padres do Carmo e o Hospital: Veyo pª este efeito M.el de Oliv.ª a esta caza da fazª depoes de bem debatido este regº com assistençia do sindico e do Juiz da caza, nos viemos aconçertar, que em satisfação de hua baranda de molheres que antigam.te tinha no çitio destes camarotes elle M.el de Olivrª ficaria com hua caza que tinha feito sobre a caza de que vê Luiz M.des Delvaz, que officialm.te lhe tinha mandado embargar e que nella faria as genellas que lhe parecessee com mays quatro camarotes dos 14 da contenda, e que os dez camarotes restantes viessem a repartição na forma dos mães do andar de baixo, e que se repuzessem alguns degraos que se teria tirado dos assentos das cazas de humas freiras; (…) e o hospital vira por este caminho a lograr o rendim. to de dez camarotes mays que nunca teve em tempos passados (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, ff. 352r-352v.).

Apercebemo-nos ainda que o pátio terá tido um camarote de mulheres no local onde passaram a estar os camarotes alugados pelos Padres do Carmo. Estas informações permitem-nos identificar três alterações espaciais entre 1668 e1672: a ocupação do camarote de mulheres para a construção de outros; a obra na propriedade de Manuel de Oliveira, onde podia construir as janelas que bem entendesse para aumentar o número de *janelas camarote*; e a reconstrução das escadas que permitiam o acesso aos aposentos, através da propriedade *de umas freiras*.
Um segundo documento determinante na matéria é o *Regº de hua petição e desp.os da meza que a ella fez Heronima de Az.do de Latorre , sobre se lhe dar hum diade comedia em hum camarote de fronte das duas ginellas e isto hum dia por somana* (ANTT/HSJ/ RG, Liv. 941, ff. 362v-363r) datado de 16 de agosto a 06 de dezembro de 1672. A proprietária Jerónima Azevedo de La Torre ficou impedida de ver as comédias na sequência da janela que usava ter sido tapada por um camarote no decorrer de uma obra de alteração do espaço autorizada por seu marido, António de Mendonça, aos Padres do Carmo (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, f. 362v).
Não querendo perder o privilégio de assistir às comédias, pede para ter acesso um dia por semana a um camarote do pátio em épocas de representação.
A resposta não só lhe foi favorável, como ainda estabeleceu que quando não pudesse aceder ao camarote o Hospital lhe pagaria 320 réis pelo impedimento de ver a comédia (ANTT/HSJ/RG, Liv. 941, f. 362v).
Estamos numa fase de modificação espacial significativa porque coexistem *janelas camarote* com camarotes, verificando-se a construção de estruturas que cumpriam essa função. Esta alteração implica não só a construção do espaço do camarote, como também das serventias para lhes aceder, pois, antes destas alterações, a serventia para algumas *janelas camarote*, era realizada pelo interior das propriedades contíguas ao pátio.

Demarca-se assim um novo período na história do Pátio das Arcas, acentuando-se a passagem de um espaço definido pelo edificado contíguo, para uma construção intencional, com as componentes de um verdadeiro espaço teatral.

3ª fase, o Teatro

Nos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se a *Escriptura de Venda e quitação de humas cazas no Becco de Lopo Infante,com seventia principal para as escadas de Stª Justa, e juntas ao Pateo das Comédias – a Antonio Gonçalves por 740$000 C.*, datada de 30 de Novembro de 1674 (BNP, Cx. 31, Mç. 21), onde consta a vistoria e medição da propriedade que foi vendida a António Gonçalves. Este documento permitiu desenhar a propriedade na planta de implantação do pátio, cuja "banda de cazas que fazem vista para o patteo das comédias (…) poderam usar a dita passagem e abrir as portas dellas livremente (…) para as cazas de onde se vem as comédias" (BNP, Cx. 31, Mç.21,ff.2r e12r).O que nos dá a entender que, apesar das obras de alteração de 1672, continuam a utilizar as janelas como camarotes de algumas das propriedades contíguas ao pátio, realidade essa que se irá manter, pelo menos, até 1696 (ANTT/HSJ/Liv. 1186, f. 163v) (Planta 1.0).

Antes do incêndio

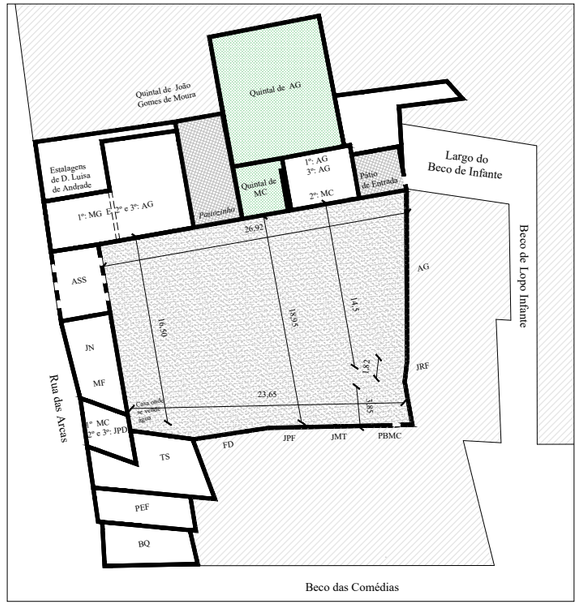
O documento do *Tombo incompleto dos bens e prazos em Lisboa* (ANTT/HSJ/Liv. 1186), é um levantamento da cidade realizado em 1696, com descrição da propriedade por ruas, largos ou becos. Este documento reveste-se de duas grandes mais-valias: a menção à dimensão do Pátio das Arcas e a pormenorização das propriedades que lhe estavam contíguas, que informa como eram feitos os acessos para o espaço teatral, quais as janelas que serviam de camarotes e como davam claridade aos corredores que lhes davam acesso (Planta 1.1 e 1.0; Tabela 3).

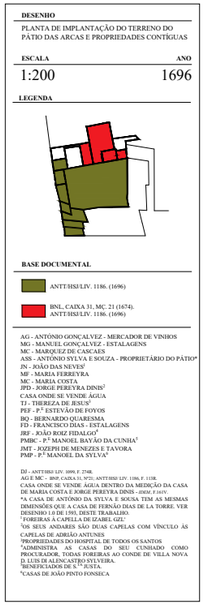
Tabela 3 Dimensões do terreno do Pátio das Arcas (1696)

* *1 vara = 5 palmos = 0,22m, logo 1 vara = 5 x 0,22m = 1,10m*

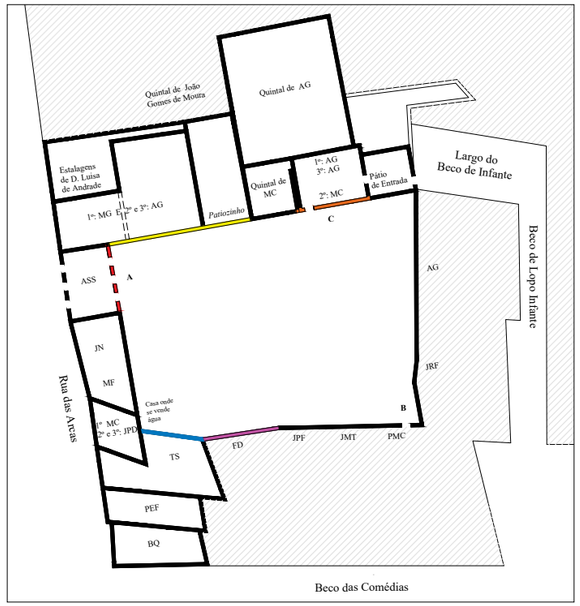
Dimensões do terreno em 1696

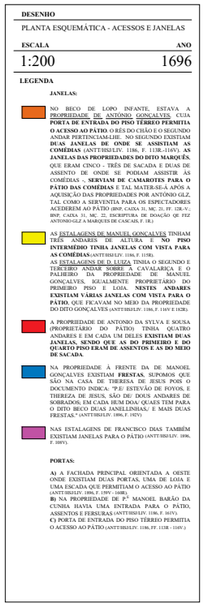
Orientação	Medição como consta no documento (palmos e varas)	Dimensões convertidas para unidade métrica*
Medição em cruz a passar no meio da porta de entrada pelo Beco das Comédias Nascente – Poente e Norte-Sul	Nascente – Poente = 9,5v Norte – Sul = 3v e ¼	Nasc. – Poente = 10,45m Norte – Sul = 3v e ¼
Poente – Nascente Limite a Norte	24v	26,40m
Norte – Sul Limite a Nascente	13v + *chave* (1v 2/3 + 3,5v)	14,5m + *chave* (1,83m + 3,85m)
Nascente – Poente Limite a Sul	21,5v	23,65m
Sul – Norte Limite a Poente	15v	16,50m





Planta 1.0 Implantação do Pátio das Arcas





Planta 1.1 Acessos e janelas das Arcas

A medição contempla espaços de camarotes e corredores de acesso, os assentos, as fersuras e a localização do palco, do vestiário, e da *casa da água*, assim conhecida porque nela se vendiam bebidas e vitualhas aos espectadores (ANTT/HSJ/Liv. 1186, f. 161v; Haza, J. 2007, p. 29), tal como nos corrais do país vizinho (Tabela 4).
No piso térreo ficava o palco[6], mas também as fersuras, propriedade do Hospital, excepto a terceira que pertencia a D. Izabel de Macedo e ao licenciado Manuel de Azevedo Pais (ANTT/HSJ/Liv. 1186, ff. 162r) (Planta 1.2).
O espaço em frente do palco, a poente, era lugar de passagem, bem como de onde os espectadores assistiam às representações em pé (ANTT/HSJ/Liv. 1186, ff. 161v – 162r). O primeiro piso está dotado com camarotes, para os quais se acedia pela escada de acesso ao vestiário, bem como com assentos (Planta 1.3).

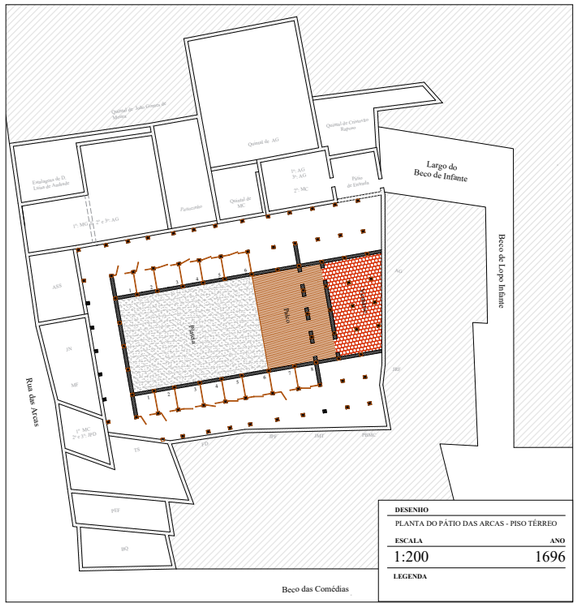
6 Reyes Peña e Bolaños Donoso no seu artigo intitulado El Pátio das Arcas propõem a correcção da orientação do palco, pois no documento que têm em sua posse o escrivão corrige quando escreve "a Sul, digo ao Poente", o que não acontece no documento que visualizámos, constando já a menção a Poente. (Reyes Peña & Bolaños Donoso, 2007, p. 272).

Tabela 4 Funcionalidades por pisos (1696)

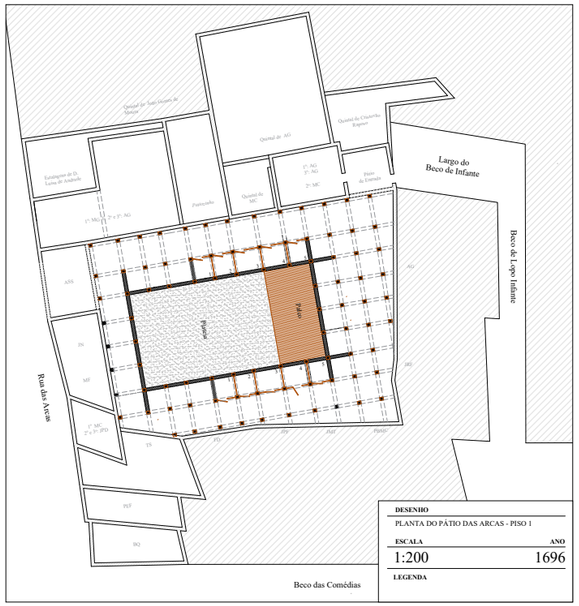
Pátio das Arcas Funcionalidade por pisos em 1696

Orientação	Piso térreo	1º piso	2º piso	3º piso
Nascente	Palco	Varanda para mulheres	Varanda para mulheres	Quatro camarotes
A sul	Oito fersuras	Cinco camarotes e assentos	Oito camarotes	Oito camarotes
Poente	Passagem e local onde os espectadores assistiam às representações em pé	--	-	-
Norte	Fersuras	Assentos	Oito camarotes	Sete camarotes Janelas
	Plateia	-	-	-
	-	5 camarotes	16 camarotes	dezanove camarotes

Planta 1.2 Piso térreo do Pátio das Arcas



Planta 1.3 Piso 1 do Pátio das Arcas



No segundo piso há um total de dezasseis camarotes; dos oito a sul, seis são partilhados entre o Hospital e o proprietário do pátio. Dos oito a Norte, sete eram partilhados entre o Hospital e António da Silva e Sousa, proprietário do pátio e o primeiro camarote pertencia aos Mordomos nomeados pela Misericórdia para cobrar as rendas, prática contrária à disposição de 1632 expressa no Regulamento do Hospital, onde se proíbe que os Mordomos tenham camarotes (ARCM,FD, legajo5222, expediente 16c) (Planta 2.4).

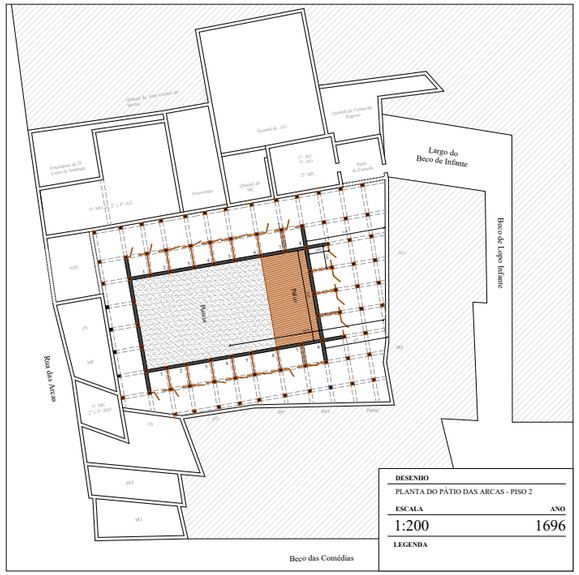
No terceiro andar, a norte, existiam mais sete camarotes e algumas janelas de propriedades que lhe estavam contíguas. De poente para nascente, os primeiro, segundo, quarto e quinto camarotes eram do dono do pátio, e os restantes partilhados entre o Hospital e António da Silva e Sousa, proprietário do pátio, que também tinha os camarotes a norte no mesmo piso (Planta 1.5). Ao contrário dos camarotes do piso inferior, cuja dimensão era igual, aqui encontramos espaços com tamanhos diferenciados (ANTT/HSJ/Liv. 1186, ff. 163r e v) (Fig.1 e 2).

Fig 1 e 2 Recriação 3D do interior do Pátio das Arcas





Planta 1.4 Piso 2 do Pátio das Arcas



Planta 1.5 Piso 3 do Pátio das Arcas



Com base nas dimensões das propriedades que lhe estão contíguas, o limite do pátio a Sul é diferente (ANTT/HSJ/Liv. 1186); O acesso à escritura de 1674 (BNP,Cx.1,mç.22) permitiu que desenhássemos em planta as propriedades do Marquês de Cascais e António Gonçalves, que tinham janelas orientadas para o Pátio das Comédias; A casa da água é localizada pelo *Tombo incompleto* na mancha das propriedades de Maria da Costa e Jorge Pereyra Diniz (AHSJ,/Liv.1186,ff.161re161v), apesar de não se mencionar a sua dimensão;

Cruzando a informação documental com o estudo sobre os *corrais* de comédias, nomeadamente os de Málaga (González-Román, 2018), de La Montería (Sentaurens, 1995) e de Pamplona (Pascual Bonis, 2017) desenhámos uma hipótese de vestiário, a nascente, por haver uma indicação da porta de acesso através da propriedade do P.e Manoel Barão da Cunha; Com base nos documentos mencionados no ponto anterior e propondo uma altura do palco de 1,60m (média das alturas dos palcos espanhóis segundo Reyes Peña e Bolaños Donoso, 2007, p.279), desenhamos igualmente uma proposta de palco. Esta altura não é despiciente visto que os actores utilizavam um cadafalso para surgirem por baixo do palco, à semelhança do que acontecia no corral em Málaga (González-Román, 2018, p. 62). Sabendo onde fica a propriedade de acesso ao palco e vestiário, propomos um lanço de escadas de madeira que ficariam laterais ao palco para lhes aceder, à semelhança do corral de La Montería (Sentaurens,1995); Para o acesso aos restantes pisos propomos: a) uma escada de tiro na propriedade de António da Silva e Sousa, pois no documento referem que uma das portas de acesso é de escada, permitindo o acesso ao primeiro piso de camarotes (ANTT/HSJ/Liv.1186); b) acesso vertical do lado do palco e vestiário por onde se entra no piso térreo pela propriedade do P.e Manoel Barão da Cunha e no 3º para os camarotes; Na documentação é ausente a referência ao pé-direito dos pisos das casas e do teatro, porém, no geral, as casas tinham dois a três andares, no máximo quatro, com pé direito reduzido (Andrade, 2011, p. 13) - "numa cércea de medida equivalente à largura das ruas (aproximadamente 25 palmos, ou seja, 5,5 metros)" (Pinto, 2013, p. 49). Assim, levantamos a hipótese de o pé direito das casas e do teatro ser aproximadamente de dois metros.(Tabela 5)

Tabela 5 Síntese das características do Pátio das Arcas (1696)

	1696	
Nº de camarotes	40	Maior nº no 3º piso
Nº fersuras	8	Piso térreo
Nº de Assentos	nº indeterminado	Piso térreo e 1º piso
Área de Plateia	154,13m^2	
Área total do Pátio	462,96m^2	
Portas de acesso	5	

Um marco de destruição

O Pátio das Arcas "por malevolencia dos seus vizinhos da rua da Praça da Palha, foi devorado por um incêndio" (Braga, 1918, p. 105), a 10 de dezembro de 1697, descrito em documentos coevos. A intencionalidade do incêndio é repetida em vários documentos como a *Memoria de algumas couzas que Sucederão começando no ano de 1690 por diante assim das calamidades dos tempos como das couzas do estado do Reino* (BNP, Cod. 510) ou a *Escriptura de Doação que fez, em 1699, António Gonçalves, ao Snr. Marquês D. Luiz Alves de Castro, de humas cazas no sitio das comédias* (BNP, Caixa 31, Mç. 22). Para além do pátio em si, o incêndio destruiu também as casas dos proprietários: "e começando na dita caza ou pateo das comedias do qual naõ ficou nemhuã pedra sobre outra, e athe as tres portas por donde se entrava se abrazarão(…) por mais de 10 ou 12 moradas de cazas a roda, que foi acabar de fronte da porta principal da Igrexa de Santa Justa, que hera hua das portas por donde se entrava, que eraõ cazas do Marques de Cascaes" (Memória, ff. 220v, 221r).

O Hospital Real de Todos os Santos aproveita a oportunidade criada com o incêndio e compra o espaço: "e vindo a queimar-se no incendio que houve n'aquelle sitio, comprára o Hospital o chão e direito de mesmo Pateo, e o reedificára de novo, com grande dispendio e desembolso, e n'elle se representaram depois comedias por authoridade do mesmo Hospital" (Provisão de 15 de setembro de 1738 *Apud* Braga, 1870,139).

Era urgente reedificar o pátio, com vista à continuação do usufruto dos rendimentos das comédias, e para tal, desenvolveram esforços para reaver o dinheiro que algumas pessoas lhes deviam por forma a conseguirem um fundo de maneio para o fazer: "Treslado da Rezolução e quitação/ que a Meza da Mezª passou ao Hosp.al Real em que dá por quite do principal, e juros do empenho do Pateo das Comédias e das mais parcelas que nellas declarão por resolução da Junta, ordenou-se que do cofre de Manoel Rodrigues da Costa se desse todo o dinheiro que fosse necessário para a reedificação do pateo das comédias, que por cauza do incendio ficou destruído e que pera pagamento de todo o principal que no d.to pateo se despendesse e deus redditos consignavão o mesmo rendimento das comédias" (ANTT/HSJ/RG, Liv. 942, f. 82r).

4ª fase: um *teatro à italiana*?

A informação fidedigna sobre a nova composição do Pátio das Comédias é fornecida pelo *Auto de Medição devizão e comfrontação do Pátio das Comédias*…(ANTT/HSJ/Liv. 1099) realizado após o incêndio de 1697. Contém a medição do Pátio, bem como da malha urbana circundante, e evidencia que, não obstante permaneça no mesmo local, passa a ter uma forma diferente: "entre a Rua das Arquas que hé a que vai do Rossio pella Rua a Prasa da Palha pera Saõ Nicolao fiqua na entrada della à parte esquerda e entre o Beco das Comédias e o de Lopo Infante o qual fica interior ao dito Bequo das Comédias sem embarguo de que pera ahy tem porta como também no Lopo Infante e a dita Rua das Arquas vem fazer frente tudo na freguesia de Santa Justa, o qual antigamente tinha outra forma antes do insendio porque na reedifiquasaõ delle se lhe mudou todo o seu estado antíguo unindose a elle várias moradas de cazas que a Misericórdia comprou" (ANTT/HSJ/Liv. 1099, f.271r).

Em maio de 1707 o proprietário é o Hospital de Todos os Santos que "reedificou de novo depois do insendio que nelle houvera e se reduzira a outra forma, unindose a elle mais prazos que ahi havia foreyros ao Hospital, os quais se havião comprado e unido a elle por cuja razão era necessário medirse para se constarem o tombo novo" (ANTT/HSJ/Liv. 1099, f.269v). As propriedades que foram compradas e ficaram sob a posse do Hospital foram as de Manoel Gonçalves, na rua das Arcas (ANTT/HSJ/Liv.1099,f.269v), a de Antonio da Silva e Sousa, a de Dona Luiza de Andrade, para se "alargar para esta parte o vestiário dos Comediantes"(ANTT/HSJ/Liv.1099,ff.272re272v) e uma parte da propriedade do Marquês de Cascais, o que permitiu a construção de dois camarotes (ANTT/HSJ/Liv. 1099, f.273r). A grande diferença relativamente à estrutura anterior é a deslocação do palco de nascente para norte, mas a configuração vertical mantém-se, três pisos sobre o térreo (Plantas 2.1 a 2.4; Tabela 6). Diminuem-se as entradas, duas na rua das Arcas, na propriedade do HRTS, e uma no Beco das Comédias, davam acesso a lugares diferenciados de camarotes, fersuras, varandas ou plateia (ANTT/HSJ/Liv. 1099, f.280r). Aumenta-se o número de camarotes (de 40 em1696 passa para 48), cujas estruturas de suporte aparentam ser reforçadas, pois assentam "sobre vinte varoens de ferro" (ANTT/HSJ/Liv. 1099, f. 277), não se registando antes qualquer referência a este material de construção. As mulheres, que antes tinham uma varanda agora têm camarotes, embora em número inferior ao dos homens.

Refere-se o *pátio lagiado* (ANTT/HSJ/Liv.1099,f.277), não havendo descrição de como seria antes, sendo possível ter sido em terra batida.Sobre a materialidade da estrutura do pátio sabemos que era pintado, embora a documentação não esclareça sobre a cor do pátio, e tinha capitéis de madeira sobre os pilares e varões de ferro (Fig. 2 a 3).

Tabela 6 Síntese das características do Pátio das Arcas (1707)

	1707	
Nº de camarotes	48	Maior nº no 2º e 3º pisos
Nº fersuras	18	Piso térreo
Nº de Assentos	nº indeterminado	Piso térreo e 1º
Área de Plateia	140,49m^2	
Área total do Pátio	463,46 + 122,46 = 585,92m^2	
Portas de acesso	3	

O teatro "castelhano" em Lisboa

Com uma influência castelhana inquestionável os locais de representação popularizam-se, diversificam-se e multiplicam-se. Popularizam-se com a crescente passagem das representações da esfera privada para a pública; diversificam-se, pois, surgem em diferentes modelos com iniciativas, acessos e motivações distintos; e multiplicam-se, pois, aparecem novos Pátios, com uma mobilização de ofícios, de processos e de materiais para a montagem de cada espectáculo.

O caso do Pátio das Arcas é um exemplo onde se assiste a uma evolução de estruturas efémeras para a arquitectura permanente, numa vivência citadina onde conviviam vários moldes. A criação de uma nova tipologia, de um local permanente, público e de acesso universal, dotado de conforto e de condições para a assistência e para os artistas, apesar de ter sido concedido em monopólio a uma só pessoa, é uma promoção da Misericórdia para proveito do HRTS. Porém, a motivação económica é motora da acção e a importância das receitas das comédias para o hospital era de tal maneira, que esta entidade acaba por comprar o terreno e o próprio Pátio, reconstruindo-o e reerguendo-o com dignidade.

Com os modelos arquitectónicos cobertos, revela-se um diálogo entre a arquitectura e a cidade, permitindo aumentar as temporadas, que passam a poder ter lugar de Verão e de Inverno, obrigando a um progresso na resposta às questões da iluminação. A arquitectura teatral deu corpo a um edifício que se coloca centralmente na cidade e com ela dialoga a vários níveis, construindo a sua história - "Constrói-se para que perdure" (Paz, 2008, s.p.).

Planta 2



Planta 3

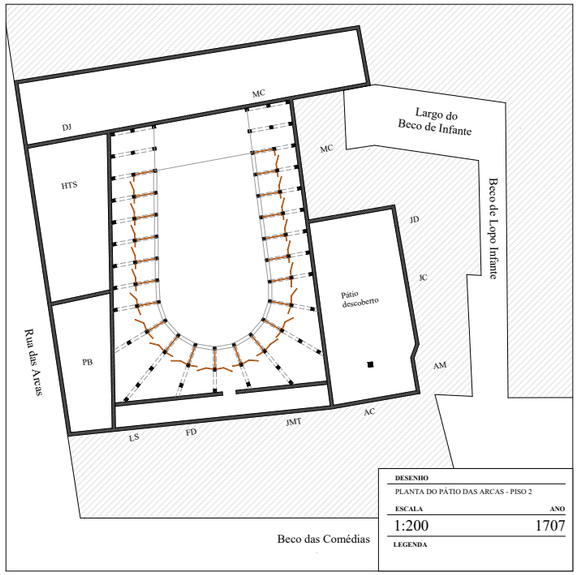
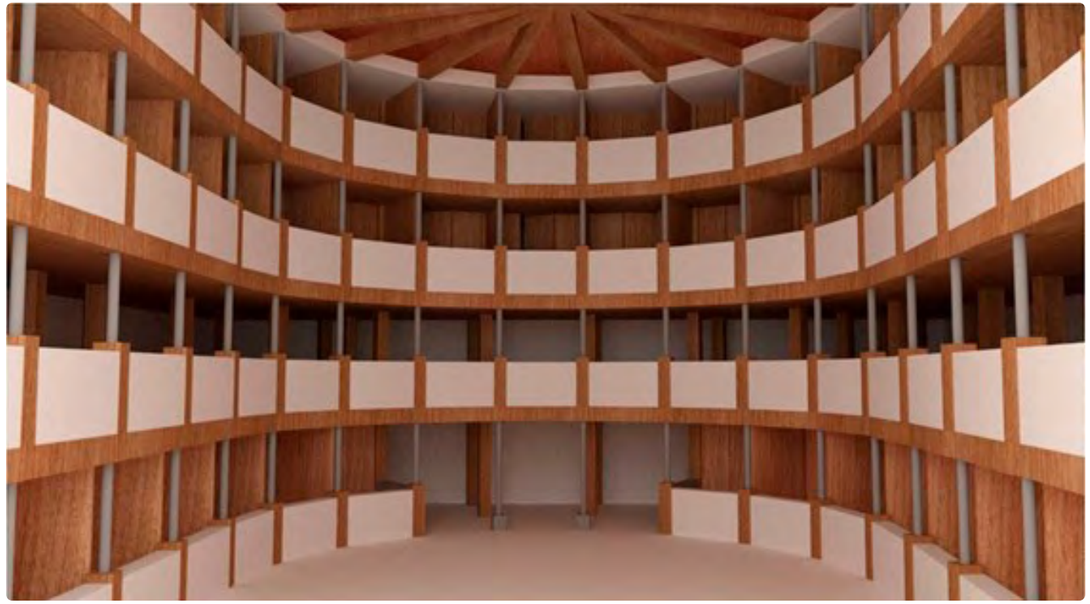


Fig 3 a 4





Fontes

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/Cx. 273, mç. 1, 14ª, 1558

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/ Liv.1099,ff. 269r.-284r, 1707

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/ Liv. 1187, ff. 135r e 135v

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/Liv. 1124, ff. 278v – 284r

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/ Cx. 274, mç. 2, nº 67

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/ Registo Geral, Liv. 941, Livro II Do registo dos papeis do Hospital de Todos os Santos/ano de 1695

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, HSJ/Liv. 1186, ff. 107v-193r

Archivo Regional de la Comunidad de Madrid, Fondo Diputación, legajo 5222, expediente16c

Biblioteca Nacional de Portugal, Caixa 31, Mç.22

Biblioteca Nacional de Portugal, Caixa 31, Mç.21, 1737

Bibliografia

BARATA, José, *História do teatro em Portugal (séc.XVIII): António José da Silva (o Judeu) no palco joanino,* Difel, 1998.

BASTOS, António, *Diccionario do Theatro Portuguez,* Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1908.

BRAGA, Teófilo, *História do Theatro Portuguez,* Porto, Imprensa Portugueza- Editora, 1870.

BRAGA, Teófilo, *História do Theatro Portuguez: a comédia clássica e as tragicomédias: séculos XVI e XVII,* Porto, Imprensa Portugueza-Editora, 1870.

BRAGA, Teófilo, *História do Theatro Portuguez: a baixa comédia e a ópera*, Porto, Imprensa Portugueza-Editora, 1871.

BRAGA, Teófilo, *História da Litteratura Portugueza: Eschola de Gil Vicente e desenvolvimento do Theatro Nacional*, Porto, Livraria Chardron, 1898.

BRAGA, Teófilo, *História da Literatura Portugueza: os seiscentistas*, Porto, Livraria Chardron, 1918.

CABEÇAS, Raquel Medina, *Teatro como Palco de Sociedade e Transformador de Espaço Público. O Teatro público do século XVII,* Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, (Dissertação de Doutoramento), 2020.

CABEÇAS, Raquel Medina, Teatro em diálogo com a cidade seiscentista. Lisboa, Fundação Serra Henriques, no prelo.

CÂMARA, Maria Gago, *Os Espaços Teatrais na Lisboa Setecentista. Subsídios para o estudo da Arquitectura Teatral,* Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Dissertação de Mestrado), 1991.

CRUZ, Duarte Ivo, *História do Teatro Português,* Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

FEIO, J., *Obras de Gil Vicente*. Hamburgo: Officina Typographica de Langhoff, 1834. (https://archive.org/details/obrasdegilvicen00montgoog)

GONZÁLEZ-ROMÁN, Carmén, *Las Casas de Comedias de Málaga: Arquitectura, Escenografia y Cultura Visual*, Málaga, Fundación Málaga, 2018.

GUIMARÃES,Daniel, *História da Dança em Portugal dos pátios das comédias à fundação do Teatro de S. Carlos,* Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa (Dissertação de Doutoramento),1996.

GUIMARÃES, José Ribeiro, "Memórias para a história dos theatros de Lisboa: Pateo da rua das arcas, II", *Jornal do Commercio*, nº6265, 24 de Setembro, Lisboa, 1874.

GUIMARÃES, José Ribeiro, "Memórias para a história dos theatros de Lisboa: Pateo da rua das arcas", XXVIII e XXIX, *Jornal do Commercio,* nº 6582, 13 de Outubro, Lisboa, 1875.

LEITE, Ana & VILHENA, João, *Pátios de Lisboa. Aldeias entre muros.* Lisboa, Gradiva, 1991.

MAGALHÃES, M., *A Modinha e géneros relacionados desde as suas origens até 1833,* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento), 2018. (https://run.unl.pt/handle/10362/63264?mode=full).

NOGUEIRA,José, "Archeologia do Theatro Portuguez", *Jornal do Commercio*, nºs. 3736 e 3737, Lisboa, 1866.

PASCUAL BONIS, M., *Teatro, Fiesta y Sociedad en Pamplona de 1600 a 1746: Estudio y Documentos,* Madrid, Universidad Compultense de Madrid, Faculdadde Filologia, 2002. (http://eprints.ucm.es/3348/1/T19756.pdf).

PAZ, D., Arquitetura efêmera ou transitória: esboços de uma caracterização, *Revista Arquitextos*, a.9, 2018. (http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/97.ACESSO)

REYES PEÑA, Maria&BOLAÑOS DONOSO, Piedad, "Presencia de comediantes españoles en Lisboa (1580-1607)" in *Homenaje al prof. Alberto Navarro González*. Kassel, Ed. Reichenberger, 1990, pp.63-86.

REYES PEÑA, Maria&BOLAÑOS DONOSO, Piedad, "El Patio de las Arcas de Lisboa", *Cuadernos de teatro clássico:Teatros del Siglo de Oro: Corrales y Coliseos en Península Ibérica*. 6. Madrid, 1991, pp.265-315.

REYES PEÑA, Maria & BOLAÑOS DONOSO, Piedad, "La Reconstruccion del Patio de Las Arcas de Lisboa tras el incendio de 1697", *Philología Hispalensis*, 4(1), pp. 434-458, 2007. (http://institucional.us.es/revistas/philologia/4_1/art_33.pdf).

SAMPAIO, Albino Forjaz, *História da literatura portuguesa ilustrada*. Lisboa: Bertrand, 1930.

SENTAURENS, J., "La edad de oro de la comedia en Sevilla: los mologrados caminos de una modernidade temprana", Canavaggio, J. (Ed.) *La comedia*, Collecction de la Casa de Velázquez, nº 48, 1995, pp. 145-153. (https://www.casadevelazquez.org/pt/publicacoes/livraria-online/livro/la-comedia/)

SEQUEIRA, Gustavo Matos, *Teatro de Outros tempos,* Lisboa, 1933.

SEQUEIRA, Gustavo Matos, "Os pátios de comédias e o teatro de cordel", *A Evolução e o Espírito do teatro em Portugal,* Lisboa, Conferências promovidas pelo "Século", 1ª série, 1947, pp.221-254.

SOUSA, José Pedro, *A arte e o ofício da arte em Portugal no século XVII,* Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento), 2018, vol. I e II. (https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34786).



A celebração dos esponsais da princesa D. Maria Bárbara de Bragança: cerimonial e equipamento litúrgico de assento na Basílica Patriarcal

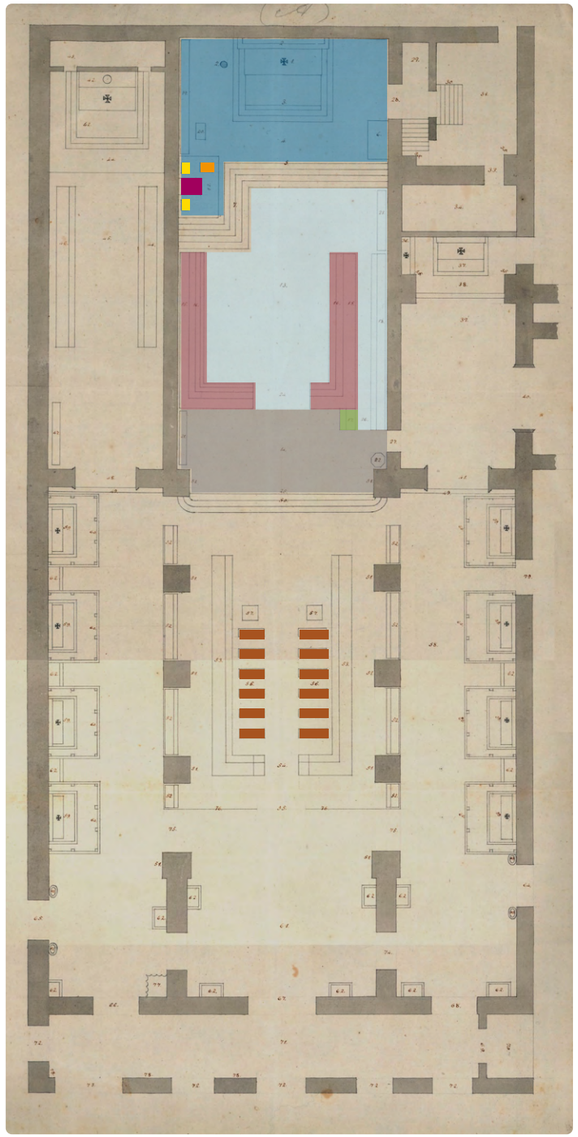
Diogo Lemos

1
Introdução: o mobiliário de assento em contexto religioso e a influência da Igreja Católica Romana

Batizados, casamentos ou exéquias fúnebres foram, porventura, as cerimónias católicas da família real que melhor representaram as dinâmicas de sociabilidade cortesã no reinado de D. João V. Estes momentos, ao serem marcados por uma série de procedimentos e regras de matriz romana, disseminadas na corte portuguesa, requereram a criação e a adaptação de novos espaços arquitetónicos.
Além da Basílica e palácio de Mafra, o legado imóvel do reinado de D. João V – e, por consequência, o mobiliário de assento litúrgico em foco, distinto do que guarnecia o espaço profano do palácio real –, estendeu um projeto de "obsessiva romanização" (Pimentel, 2013: 23) a vários edifícios da capital onde decorriam, quotidianamente, cerimónias de comparência obrigatória (Chaves, 1984: 54). Desta forma, ao aparecer em público na Basílica Patriarcal, na Basílica de Mafra e noutros templos, D. João V consubstanciava o poder absoluto através do cerimonial religioso.
A premissa diplomática moderna – e, em geral, o *modus operandi* da cultura barroca – partia de ver e ser visto, de notar e ser notado. D. João V, imbuído desta retórica de aparato que, afinal, marcou a Idade Moderna, quis, como qualquer outro monarca do seu tempo, afirmar a importância da coroa portuguesa. Ambicionava, por isso, enquanto monarquia católica, participar do projeto imperial eclesiástico da Igreja Católica Romana, dirigindo-se a construção da imagem de realeza digna, em particular, à Santa Sé. Com efeito, das relações diplomáticas estabelecidas entre D. João V e os Sumos Pontífices, resultariam uma série de privilégios atribuídos durante todo o seu reinado e cujo zénite seria, em 1748, a atribuição do título de primeira grandeza de "Majestade Fidelíssima".

No seguimento dos vários privilégios concedidos pela Santa Sé, o monarca viabiliza, em 1716, a reconfiguração de Lisboa com a divisão de um "Patriarcado com prerrogativas quase pontifícias" (Pimentel, 2000-2001:160).
Um Patriarcado é, *grosso modo*, uma extensão da Santa Sé que outorga a essa circunscrição o estatuto de Igreja Fundacional da Religião Católica Romana. A Lisboa de setecentos é, por isso, um excecional caso em que se funda um Patriarcado séculos depois de serem consagradas as primeiras comunidades da Santa Igreja Católica, como disso são exemplo Veneza e, claro, Roma. Ao relacionar o império português com tão importante estatuto, a Santa Sé reconhecia a importância dos seus feitos evangelizadores, fundadores – e de imposição – da Igreja Católica Romana nos quatro cantos do mundo, o que, aliás, havia sido já reconhecido noutros pontificados mas obliterado com a perda da independência portuguesa.
A partir de 1716, D. João V tornava-se, assim, o único rei católico a dispor de um Patriarca como capelão pessoal nas suas cerimónias, estatuto este que só ao Papa podia ser comparado (Saraiva, 2013: 168). Desta forma, o monarca português transportava o culto e liturgia do Vaticano para a sociabilidade cortesã. No mesmo sentido, o exercício do poder absoluto, ao servir-se das artes sumptuárias para materializar certas tipologias de mobiliário de assento de ostentação e disciplinação barroca – advindas e permitidas pela Cúria Romana –, incorporava, nas suas cerimónias, um conjunto de sedes que se diferenciariam dos demais assentos da sociabilidade cortesã do seu reinado.

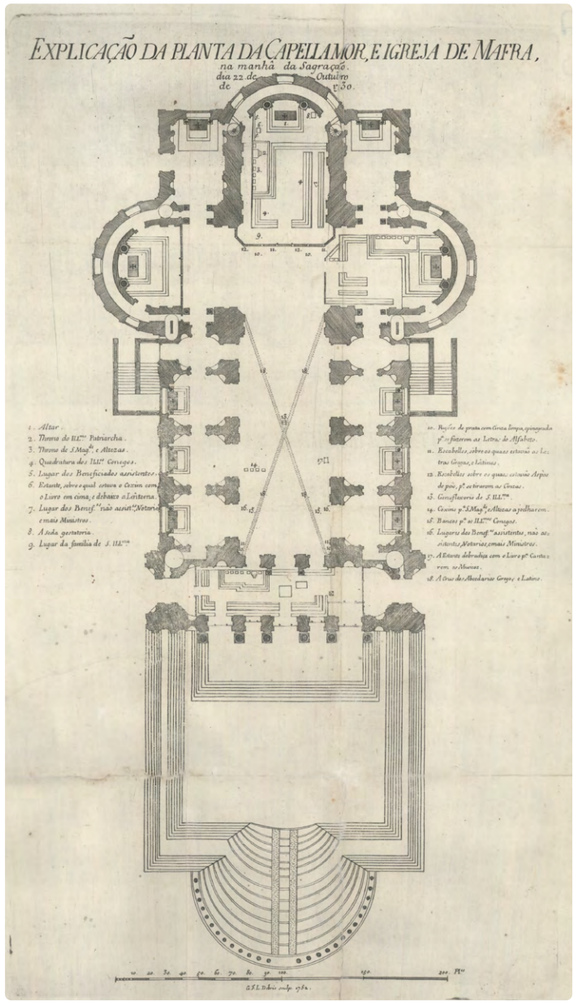
Fig 1 *Planta da basílica da Patriarcal*. [s.d]. Autor Desconhecido, Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa

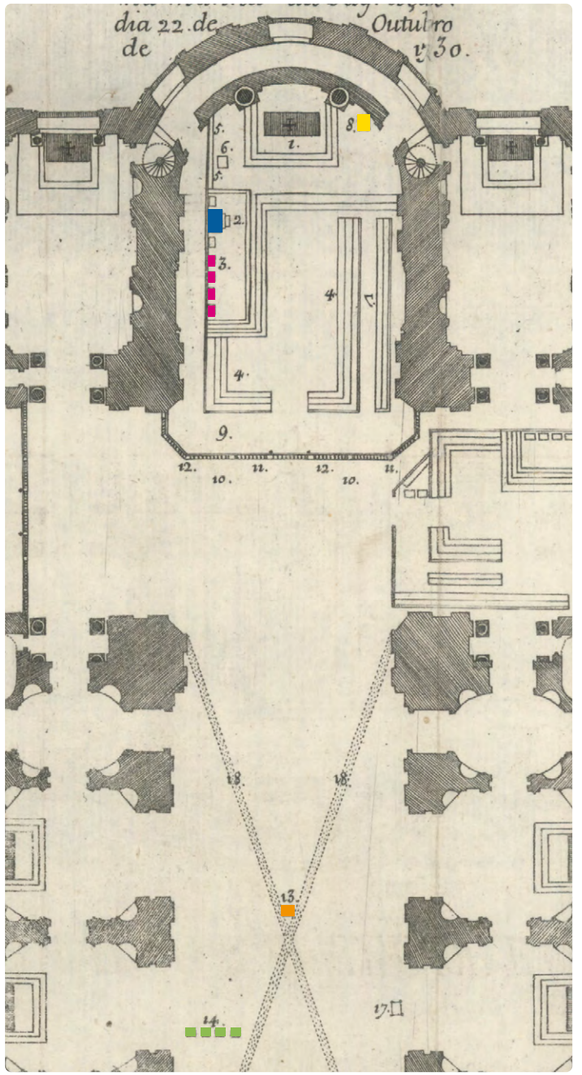


A celebração dos esponsais referentes à união da princesa D. Maria Bárbara de Bragança com o então príncipe herdeiro Fernando de Espanha, representado pelo Marquês de los Balbases, decorreu na Basílica Patriarcal a 11 de Janeiro de 1728 e foi oficiada pelo primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Tendo como base o apuramento da organização espacial da Basílica Patriarcal (figura 1) e Basílica de Mafra (figuras 2 e 3), a correspondência estabelecida entre o Secretário de Estado do reino e o Marquês de Abrantes (1728) e as memórias da Sagração da Basílica de Mafra (1730), tentemos compreender a complexidade tipológica do mobiliário de assento neste contexto.
Para tornar o encadeamento mais lógico, tenhamos sempre presente que os assentos se distinguem hierarquicamente consoante três planos diferenciados. O plano mais elevado e importante, na cabeceira, tem o nome de presbitério (figura 1). Este local, "fabricado na fórmula Romana" (Machado, 1759: 146), alojava a sede do Patriarca, as cadeiras camerais da família real – únicos leigos permitidos no altar-mor – e algumas tipologias específicas de assento de eclesiásticos assistentes. O segundo, designado quadratura, (figura 1), é marcado por um conjunto de assentos destinados aos eclesiásticos de corte mais importantes: uma espécie de bancada corrida com vários níveis, organizada hierarquicamente. Abaixo deste plano, já fora do altar-mor, estendendo-se até à porta da basílica, encontra-se o corpo da igreja, pontuado por uma série de assentos leigos e eclesiásticos, organizado também hierarquicamente.

- Plano do Presbyterio
- A Cadeira Patriarchal
- Os dous escabellos, o 1º para o 1º Diacono à direita
- O escabelo, ou faldisterio do Presbytero Asssistente quando ali estiver
- O plano da quadratura
- O mesmo plano, mas fora da quadratura, que já não he coberto de panno verde
- Os bancos para os Principais forrados de razes encarnados, o da parte do Evangelho para os Primarios e Presbyteros, o da parte da Epistola para os Diaconos
- O banco de pano verde com postegral e degrao para os Principaes do Solo
- Doze bancos sem postegral nem cobertura, ou degrão e de pão santo para os Cappellaes Cantores

Fig 2 e 3 (ao lado) *Explicação da Planta da Capellamor, e Igreja de Mafra, na manhã da sagração, dia 22 de Outubro de 1730*. [s.d]. Guilherme Derbie. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa





- Throno do E. Lmo Patriarcha
- Throno de S.Mag^de e Altezas
- A sedia gestatoria
- Genunflexorio de S.III^ma
- Coxins p.a S.mag.^de e Altezas ajoelharem

2
Da Basílica Patriarcal à Basílica de Mafra: lugares de destaque no cenário litúrgico

2.1
O genuflexório e o faldistório

Comece-se notando o seguinte excerto alusivo à cerimónia:
"Aqui se seguirão assim as oraçoens na Cappella do Santissimo; como na Cappela do Senhor Serenissimo Patriarcha no seu **genuflexório** e junto a elle algum tanto atraz sobre **almofadas** Suas Magestades e Altezas e os Embaixadores e parentes do Patriarcha, e os criados das pessoas reais que lhes hião assistindo no ingresso da Cappela" (Corte-Real, 1728: 265)

O ato que antecedia a reunião dos noivos no altar-mor da igreja exigia prévia oração nas suas capelas laterais. Estes momentos devocionais são descritos tendo especial atenção ao lugar – hierarquizado – que cada interveniente ocupa e nas correspondentes tipologias de mobiliário de assento e de apoio que, tal como a ordem de precedência, se diferenciavam conforme a condição social.
Neste caso, e ultrapassando questões de protocolo e precedência, a oração ditava que os corpos, independentemente das suas dignidades, se ajoelhassem como ato de reverência ao plano sagrado. Todavia, um ato que se revela, à partida, igual para todos os indivíduos, diferencia-se pela forma como se executa. Orar diretamente sobre o chão do templo, sobre uma almofada ou ainda sobre um genuflexório obriga, necessariamente, a que o corpo flita em diferentes posições, mais ou menos confortáveis: mais ou menos penitentes. Neste caso, depreende-se que a maior parte dos intervenientes da cerimónia se tenha ajoelhado diretamente sobre o chão, sendo que ao patriarca se reservava o uso de um genuflexório. No caso das pessoas reais (incluindo o monarca), parentes do patriarca e embaixadores, destinava-se-lhes o uso de almofada.
A utilização do genuflexório é, ainda, destacada num dos momentos das cerimónias da sagração da Basílica de Mafra onde, "**Diante do Altar de fronte do Trono Pontifical** (…) [se colocou um] **genuflexório de páo dourado com as suas almofadas de brocado carmesim** para o Illuftrissimo, e Reverendissimo Patriarca fazer oraçaõ" (Prado, 1751: 21)
Torna-se, pois, claro, que D. Tomás de Almeida tem precedência sobre todos os outros intervenientes, incluindo o rei, que se encontra atrás deste, no mesmo plano que a restante família real – sucedendo-se o mesmo cenário nas cerimónias da Sagração da Basílica de Mafra, como indica a planta (figura 3). Note-se que, embora o ato genuflexo se destine a todos, sem exceção, o corpo do patriarca é, em ambas as cerimónias, distinguido de todos os outros pelo mobiliário que o ampara.
A questão da precedência que todos do reino deviam ao patriarca foi, por várias vezes, tornada pública, sendo, inclusivamente, registada na correspondência trocada entre o Padre António Batista e o Marquês de Abrantes, onde podemos ler:
"(…) **se pôz Sua Magestade de joelhos diante do mesmo Patriarcha**; e será bom, que isso faça abrir os olhos aos que não respeitam os Bispos Diocezanos como devem; e tambem que facilite o ajuste pertencente á precedencia do Patriarcha aos Embaixadores etecetera (…)". (Batista, 1728: 274)

É importante, também, realçar a figura dos embaixadores – estrangeiros – que aqui comungam do mesmo privilégio régio, sendo-lhes permitido o uso de almofada. De facto, o embaixador, quando recebido pelo monarca, goza de grandes privilégios. Em audiências concedidas por D. João V, esta distinção tornava-se particularmente notória: "Para além do embaixador, só os nobres, dispostos à direita do rei tinham o privilégio de estar cobertos e os restantes oficiais da Casa Real, que assistiam à sua esquerda, permaneciam sem chapéu" (Borges, 2017: 104).
A figura do embaixador, neste caso em concreto (mas também em muitos outros), goza de prerrogativas excecionais. Compreende-se: afinal, eram estes os diplomatas responsáveis por estabelecer relações de cordialidade e de negócio entre países.
Retomando a descrição da cerimónia dos esponsais, depois de um primeiro momento devocional:
"Feita a oração, se procedeu com a ordem antecedente para a Cappela mor indo o Patriarcha no seu **faldistorio** e Suas Magestades e Altezas com **almofadas** mais atrás fizerão a devida oração depois da qual o Patriarcha sobio ao altar mor, e **em sima do supedâneo** se sentou em **huma cadeira elevada**, e com hum **degrao fixo aos pes**." (Corte-Real, 1728: 265)

Antes de acederem ao altar-mor, as reais pessoas e patriarca prestam uma última oração. Neste momento, o genuflexório é substituído por um faldistório, mantendo-se a família real amparada pelas mesmas almofadas.
O faldistório é um equipamento litúrgico cuja utilização se pode revelar, por vezes, de compreensão complexa. Se recuperarmos a definição da palavra, à época, limitamos a sua funcionalidade a uma "cadeira de Bispo, ou Abbade mitrado, ao lado do altarmór" (Bluteau, 1720: 1713). Todavia, um faldistório, além de servir o assento, pode, também, servir o apoio à oração em posição genuflexa, tal como vemos acontecer na cerimónia de sagração da Basílica de Mafra, em 1730, no momento antecedente ao acesso do altar-mor em que " o Illustrissimo, e Reverendissimo Patriarca **ajoelhou no faldistorio**, e com a Mitra **fez a oração** (…) [e] subiu para o Trono" (Prado, 1751: 39).
As posições genuflexa e sentada respondem a duas necessidades litúrgicas – e ergonómicas – distintas e, por isso, a tipologia de faldistório varia. O faldistório destinado ao assento, muitas vezes "revestido da sua riquíssima cobertura bordada" (Pimentel, 2013: 39) – amovível –, reverte o ato de penitência da genuflexão para um momento de demonstração da dignidade do bispo e de outros prelados de maior importância, onde, em ocasiões litúrgicas de aparato – como bênçãos de eclesiásticos e consagrações, ordenações, entre outros – sentados, envergam os paramentos dignos da sua condição, como a mitra e o báculo.

Fig 3 Faldistório. Autor Desconhecido. C.1725-1730, Ferro, latão e couro. 95 x 67 x 50.5cm. Palácio Nacional de Mafra. Foto MatrizNet/DGPC

Fig 4 Faldistório. Agostino Valle. C.1744-1749. Ferro, latão dourado, fio metálico prateado e dourado, seda, altura: 85 x 66,5 x 54cm. Museu de S. Roque, Lisboa





Note-se, uma vez mais, os momentos da cerimónia da sagração da Basílica de Mafra em que, junto ao altar-mor, "Já lá se achava o Illustrissimo Bispo de Leiria, o qual **assentado no faldistorio**, vestio o Pluvial encarnado, e pôz a Mitra aurifrigiada" (Prado, 1751: 20-21) e em que "Sobre hum tapete estava o **faldistorio para o Bispo sagrante**, que era o Illustrissimo Bispo de Leiria D. Alvaro de Abranches" (Prado, 1751: 90).

Contrariamente ao plano de penitência e reverência conferido pela posição genuflexa, esta tipologia de assento contribuía para a construção da imagem honorífica do patriarca e outros bispos mitrados, ao permitir que todos os olhares se concentrassem no momento em questão. Sabe-se, inclusivamente, que quando sentado no seu faldistório, D. Tomas de Almeida, ostentava "nos pés as calígas e as sandálias, as envoltas em luvas, sobre a cabeça a mitra, sobre os joelhos o gremial, sobre os ombros a estola e no braço o manípulo, de modo a que toda a sua pessoa estivesse envolta em seda e ouro." (Pimentel, 2013: 38)
Faldistórios de assento, como o existente na Basílica de Mafra (figura 4) e no Museu de S. Roque (figuras 5) – este último encomendado a Agostino Valle, em 1744, a par com a capela de São João Batista – distinguem-se, muitas vezes, dos de genuflexão pela simplicidade morfológica e ausência de programa decorativo nas quatro pernas que o apoiam: duas simples estruturas de ferro em forma de U. Só a extremidade do objeto é trabalhada e rematada, tipologicamente, com quatro esferas douradas que remontam aos modelos de ornamento utilizados pela Santa Sé ao longo de toda a Idade Moderna. As quatro esferas são ornadas com duas finas faixas, podendo estas reproduzir a mesma dimensão simbólica das ínfulas que pendem das tiaras de bispo: duas faixas que representam os dois sentidos, literal e espiritual, das Sagradas Escrituras, dos quais o bispo é mestre e representante.
De resto, não deixa de ser pertinente relacionar este plano de demonstração de poder com um outro – funcional –, mais intrínseco ao objeto e que atribui às esferas, também, a função de apoio de mãos. Esta dupla configuração funcional-simbólica pode ser, inclusivamente, encontrada no fresco de Melozzo da Forlì, onde vemos o então Papa Sisto IV a utilizar as esferas como apoio de mãos (figura 6).
Por outro lado, o despojamento formal e decorativo das pernas poderá indiciar mais do que pura derivação estética – tal simplicidade seria, na verdade, contrária à logica de aparato e ostentação barrocas.



Fig 6 (na página anterior) Afresco de *Papa Sisto IV nomeia Bartolommeo Platina como Diretor da Biblioteca Vaticana*. Melozzo da Forlì. C.1477, Museus do Vaticano.

Fig 7 Pano de Faldistório, Giuliano Saturni. C.1744-1749. Seda com fio de prata dourada, bordada a ouro
Museu de S. Roque, Lisboa



Com efeito, a sua austeridade formal revela-se funcional, permitindo que os paramentos de faldistório assentem sem que drapeados interfiram com a apresentação do programa decorativo têxtil; este sim, muitas vezes, concebido em sedas adamascadas ou lavradas, com ou sem brocados, sendo profusamente preenchido com motivos fitomórficos e/ou com o brasão de armas do respetivo bispo e cujas cores se adequavam às dos paramentos do utilizador (figura 7).
Já o faldistório reservado à posição ajoelhada é tipologicamente utilizado para ladainhas e outras orações de reverência ao plano sagrado. Possui, por isso, uma volumosa almofada onde pousam os braços, o que facilita, no plano ergonómico, a relação entre o utilizador e o equipamento. Este tipo de faldistório, além de ser, morfologicamente, um pouco mais volumoso e trabalhado do que o de assento, é, por vezes, feito em talha dourada e/ou policromada que acentua o seu carácter escultórico (figura 8). Este aspeto funcional é, inclusivamente, referido na "Gazeta de Lisboa" no ano de 1725, onde se refere que o Papa na "Igreja de Santa Cruz, ajoelhando no faldistório [,fez oração]." (Gazeta de Lisboa, 1725: 218). Por outro lado, e sabendo que em certas cerimónias presididas pelo patriarca também se estendia o uso de genuflexório aos membros da família real (Antunes, 2012: 263), torna-se natural que o faldistório de genuflexão se distinguisse dos das reais pessoas pela sua imponência.

Fig 8 Faldistório de D. Francisco de Saldanha. [s.d.].
Autor desconhecido. Madeira entalhada e dourada
Museu dos Patriarcas, Lisboa



2.2
A sede gestatória e a cadeira patriarcal

Retomando o seguinte momento da cerimónia, antes de se trocarem os tão esperados votos matrimoniais "o Patriarcha **sobio ao altar mor**, e em **sima do supedâneo** se sentou em huma **cadeira elevada**, e com **hum degrao fixo aos pes**.". (Corte-Real, 1728: 265)

Neste caso, a cadeira do patriarca distingue-se dos demais genuflexórios e faldistórios como símbolo máximo da autoridade do bispo. Situa-se, por isso, no plano do presbitério, do lado esquerdo à cabeceira, seguindo as determinações dos compêndios de liturgia romana disseminados em Portugal, cuja "bancada do lado do Evangelho é mais digna do que a correspondente do lado da Epistola." (Vasconcelos, 1900: 81), como se comprova em ambas as plantas das Basílicas Patriarcal e de Mafra.

A importância que a sede pontifícia assume na história da Igreja Católica deve, na Idade Moderna, ser considerada à luz do dogma da infalibilidade papal: toda a matéria de fé ou moral determinada pelo Sumo Pontífice e Sagrado Magistério é verdade inquestionável. Não obstante, sempre que o Papa fala *ex cathedra* – literalmente, do alto da cadeira –, fá-lo como representante de S. Pedro, exercendo, como ele, a autoridade em nome de Cristo. Sem este dogma, a cátedra pontifícia equiparar-se-ia a um outro qualquer assento. Note-se, por isso, que no excerto em análise – mas também nas duas plantas – a cadeira pontifícia destinada ao patriarca se encontra elevada sobre um degrau.

1 Apesar de todos os momentos da história em que se questionou a Infalibilidade do Papa.

A hierarquia do assento, além de ser marcada pelas suas tipologias base – individual ou coletivo, raso ou com espaldar e braços – define-se, ainda, através da adição de estrados, degraus e dosséis, como também acontece na sagração da imagem dos monarcas católicos: porventura dos elos mais evidentes que expressa a comunhão existente entre a fabricação da imagem do rei e do patriarca que, sendo distintas, se encontram no que à receção da graça divina diz respeito.

Ao elevar-se o patriarca sobre supedâneo e degraus, permite-se que o campo de visão dos demais leigos – reduzido pelos largos metros a que dista a cadeira pontifícia – se foque na sua figura, não restando dúvidas de que é ele o intermediário entre o mundo celeste e terreno, condição que, aliás, o faz estar – literalmente – mais próximo do céu.

O contributo de Manuel Antunes para a matéria em questão revela-se pertinente ao distinguir, também através da cerimónia da Sagração da Basílica de Mafra, o assento patriarca dos demais leigos e eclesiásticos. Notemos a transcrição do autor:

"Na parede lateral da parte do Evangelho estava levantado um Trono Pontifical de três degraus cobertos de pano encarnado, sobre ele a Sede Pontifícia coberta de brocado carmesim, com os seus dois degraus de diante, (…) e dois escabelos pintados aos lados, encostados ao espaldar do docel, que todo era de brocado carmesim com franjas de ouro. Junto do Trono Pontifical, ao seu lado direito, no mesmo pavimento, e altura de degraus iguais ao mesmo Trono, estava o de Sua Magestade, e Altezas com docel, e espaldar de veludo carmesim, guarnecido de ouro, quatro cadeiras camerais de veludo da mesma cor, e do lado esquerdo o genuflexório coberto com um pano de veludo: oito coxins, quatro em baixo para ajoelharem, e quatro em cima para se encostarem. Abaixo deste Trono à parte direita estava disposta uma quadratura de bancos de encosto cobertos de razes, e os dois degraus dele de pano verde, para se assentarem os Cónegos. (…) Detrás dos bancos Diaconais estavam outros de encosto cobertos de rás, com um só degrau nú, para os Beneficiados não assistentes, e Notários. Defronte do Trono Pontifical estavam dois bancos razos de dois palmos de altura, cobertos de pano verde, para neles se assentarem os Capelães do Ilustríssimo e Reverendíssimo Patriarca: abaixo dos bancos Presbiterais estavam uns bancos para os nobres, que o acompanhavam, cobertos de razes com seu degrau nú." (Antunes, 2012: 263-264)

Relembre-se que "trono" – neste caso, conjunto de "três degraus cobertos", ficando "sobre ele a Sede Pontifícia" – não designa exatamente uma tipologia de assento mas antes uma estrutura móvel e independente e que serve para sublimar: "levantar á altura" (Bluteau, 1720: 425). Ressalve-se, também, que "trono" poderá aludir à estrutura piramidal de vários degraus, alocada no altar-mor, sobre a qual se exibem imagens ou custódias.

A cadeira patriarcal – também designada sede pontifícia –, tal como a cadeira gestatória, opera na construção da imagem honorífica do patriarca e é, também por isso, à semelhança dos pontificados romanos, utilizada como símbolo iconográfico nos retratos dos patriarcas de Lisboa.

No Mosteiro de São Vicente de Fora, conserva-se uma cadeira patriarca do século XVIII: a de D. José Manuel da Câmara (1754-1758) (figuras 9 e 10). Tendo como base toda a documentação já referida, supõe-se que D. Tomás de Almeida tenha tido a sua própria *cadeira honorífica*, como também tiveram outros patriarcas, papas, monarcas etc. Mais, se analisarmos o estudo feito por Francisco Vieira de Matos para um retrato de D. Tomás de Almeida, atesta-se a presença de uma cadeira de espaldas e braços que é, de resto, uma (outra) óbvia emulação dos formulários da Santa Sé (figura 11). Retomando as transcrições da cerimónia da Sagração da Basílica de Mafra, note-se que ao lado da cadeira patriarcal de D. Tomás de Almeida, ficavam "dois escabelos pintados aos lados, encostados ao espaldar do docel, que todo era de brocado carmesim com franjas de ouro."

Fig 9 Cadeira patriarcal. C.1754-1758. Atribuída a Silvestre de Faria Lobo. Madeira entalhada e dourada, veludo, galão dourado. Mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa



Fig 10 Cadeira patriarcal, pormenor armas da basílica patriarcal e de D. José Manoel da Câmara

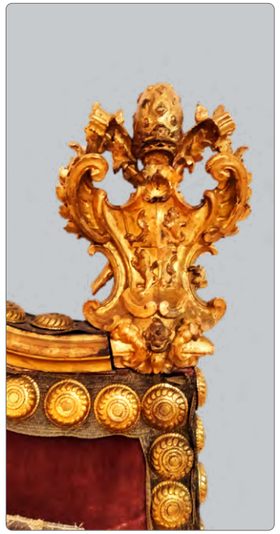


Fig 11 *Retrato de D. Tomás de Almeida.* [s.d]. Francisco Vieira de Matos, Gabinete de estampas do Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Foto Luísa Oliveira – DGPC/DDF.



Além do dossel – de brocado carmesim para o patriarca e de veludo para a família real – descrevem-se dois escabelos que ladeiam a sede patriarca, como também acontece na planta da basílica patriarcal, ("10 – Os dous escabellos, o 1º para o 1º Diacono à direita"). Se remetermos a palavra à sua origem grega, o termo diácono pode referir-se a um servo e ajudante, deixando o padre Rafael Bluteau claro que uma das funções do diácono passava, exatamente, por "accommodar os homens em seus lugares" (Bluteau, 1720: 435). Neste caso, os dois diáconos assistentes (sendo o da direita o mais importante) seriam os responsáveis por acomodar e assistir D. Tomás de Almeida durante o complexo ritual cerimonial – entre vestir e despir paramentos, etc.. A estes, destina-se, o escabelo: "assento razo ou estradinho que se põe por baixo dos pés" (Bluteau, 1720: 527); uma discreta tipologia de mobiliário de assento, sem braços e sem costas, colocada próxima da sede do bispo.

Ainda no plano do presbítero, como já referido, ficavam as quatro cadeiras camerais destinadas à família real, distinguindo-se estas do assento do patriarca pela armação e guarnição do assento – em veludo carmesim – e pelo número de degraus: apenas três, sendo que, como já referido, ao patriarca se destinam mais dois – móveis – para subir à cadeira pontifícia.

No plano da quadratura, ficava o prelado de D. Tomás de Almeida: uma verdadeira corte eclesiástica, seguindo o modelo de corte pontifícia. Em 1730, sensivelmente no mesmo ano das cerimónias em análise, refere-se, inclusivamente, que: "O Patriarca oficia ali [basílica patriarcal] regularmente todos os domingos e nas festividades, acolitado por dezoito cónegos, todos de mitra. O coro composto por cerca de trinta ou quarenta beneficiados conserva a música do rito romano ou seja sem sinfonia, mas entre o grande número de vozes que ali se ouvem muitas se destacam por excelentes" (Chaves, 1984: 40)

Noutros momentos das cerimónias da sagração da basílica de Mafra, refere-se, ainda, o uso de uma sede gestatória. Para além de outras óbvias mimetizações da corte pontifícia, o trono do patriarca "replicava fielmente o do Pontífice" (Pimentel, 2013: 166), tal como acontece com a sede gestatória existente no Museu da Sé Patriarcal de Lisboa (figura 12 a 14).

A *sedia gestatoria* é uma tipologia de mobiliário de assento reservada ao Sumo Pontífice que, em procissões solenes, se transportava a ombros (Pimentel, 2013: 31) e, noutros casos pontuais, se utilizava como uma espécie de (digníssima) liteira que transportava o papa "á sua habitação" (Gazeta de Lisboa, 1826: 166). Esta prática – hoje em dia dispensada pelos pontífices romanos – foi continuada de outros pontificados, como disso são exemplo os dos Papas Silvestre I (314 - 335, figura 15) e Clemente VII (1523 -1534, figura 16). Na figura 15, vê-se retratada a procissão do Papa Silvestre I ao imperador Constantino, na qual se utilizou, efetivamente, uma sedia gestatória (Lingner, 2003: 79) (ainda que o desenho de Rafael se trate de uma interpretação do século XVI e não de uma representação do século IV). Observe-se, também, que o assento cerimonial representado por Rafael é, de resto, reproduzido no retrato do Papa Clemente VI (figura 16), feito por Bugiardini, seu contemporâneo, onde, uma vez mais, se vêm esferas a rematarem as costas e apoio de mão da peça.

Em 1717, com o objetivo de conferir ao estatuto de patriarca prerrogativas únicas, D. João V requer ao Papa Clemente XI a apropriação de insígnias e paramentos pontifícios, como o fano, falda e os sapatos de cruz bordada. Além destes, requerem-se outras honras que compariam D. Tomás de Almeida à dignidade de Cardeal-Arcebispo – ainda que não o fosse –, a saber: "o uso da "cadeira gestatória" do [cardeal-] arcebispo de Paris e os "abanos de plumas" do [cardeal-] arcebispo de Nápoles " (Pimentel, 2013: 31).

O primeiro relato conhecido do uso da sede gestatória em Portugal remonta a uma cerimónia ocorrida no interior da Basílica Patriarcal, em 1720, onde se lê que o "trono tem os mesmos degraus e altura do sólio pontifício e com a reserva da sedia gestatória" (Pimentel, 2013: 32). Dez anos depois, nas cerimónias de Sagração da Basílica de Mafra, vemo-la colocada "sobre o suppedaneo do Altar da parte da Epistola, voltada para o lado do Evangelho, sem escabellos dos lados", sendo utilizada no momento em que o patriarca "desceo do Solio [da cadeira patriarca], e veyo diante do Altar (…) e subin-do ao lado da Epistola se assentou na sede gestatória" (Prado, 1751: 26).

2 A sede gestatória retratada poderá tratar-se de uma representação anacrónica.
3 "Falda: veste talar, larga, comprida e com cauda de seda branca, usada pelo Papa nas celebrações litúrgicas e consistórios. Fanhão [ou fano]: veste exclusiva do Papa. De seda com riscas brancas e douradas, é constituída por duas romeiras sobrepostas, unidas no decote, ambas de corte circular, mas sendo a de cima mais curta e com chanfradura nas costas, orladas com galão de ouro e debruadas a arminho; à frente, apresenta uma cruz bordada a ouro. É vestida entre a alva e o roquete ou a casula, mas deixando passar a romeira de cima a cair sobre estes. Por privilégio único, o fanhão podia ser usado pelo Patriarca de Lisboa". (Rocca & Guedes, 2004:173).
4 Relembre-se que D. Tomás de Almeida só é nomeado cardeal-patriarca em 1737. Ressalve-se, ainda, que o título de cardeal, *per si*, designa as dignidades eclesiásticas pertencentes ao colégio dos cardeais, em Roma. O caso da nomeação dos patriarcas de Lisboa configura uma (excecional) nomeação cardinalícia *ipso facto*.

Fig 12 Sede gestatória. Autor desconhecido. C. 1759-1776. Madeira veludo, fio metálico dourado, bronze dourado, prata, 166 x 88,5 x 63 cm, c.1759-1776, Lisboa, Sé Patriarcal – Tesouro

Fig 13 Sede gestatória. Autor desconhecido. C. 1759-1776. Madeira veludo, fio metálico dourado, bronze dourado, prata, 166 x 88,5 x 63 cm, c.1759-1776, Lisboa, Sé Patriarcal – Tesouro

Fig 14 Sede gestatória. Autor desconhecido. C. 1759-1776. Madeira veludo, fio metálico dourado, bronze dourado, prata, 166 x 88,5 x 63 cm, c.1759-1776, Lisboa, Sé Patriarcal – Tesouro







Fig 15 Desenho da *Procissão do Papa Silvestre I*. Rafael Sanzio. C.1516-1517, Isabella Sewart Gardner Museum, Boston



Note-se, pois, que as sedes gestatória e patriarca correspondem a duas tipologias de assento distintas, ainda que comunguem do mesmo propósito de dignificação da imagem pontifical, como, desde logo, se comprova na planta da Basílica de Mafra. Portanto, mais do que um assento catedralício, a sede gestatória representa, no contexto português, uma prerrogativa excecional, advinda da Santa Sé.
A sede gestatória que se conserva no Museu do Tesouro da Patriarcal ostenta, nos remates das extremidades das costas, as armas do 3º patriarca de Lisboa, Francisco de Saldanha (1759-1776) (figura 14).
Não será esta esta sede, porventura, produzida no reinado de D. João V – como, de seguida, documentação de época também esclarece –, não se conhecendo, tampouco, o paradeiro da cadeira gestatória reservada ao primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Ainda assim, esta peça revela-se fundamental à compreensão da sua tipologia, inserida no contexto português a partir de 1717.
Por norma, as descrições de peças de mobiliário elaboradas na Época Moderna revelam-se inquietantemente silenciosas quanto ao programa decorativo e iconográfico, funcionalidade, etc. Contudo, Ignacio de Sousa Menezes elabora, nas suas memórias (1793), uma riquíssima descrição da sede gestatória, da qual se destaca o seguinte excerto:
"Para baixo mais destas trez credencias ficava a Séde Gestatoria, bem defronte do Throno de S. Emimencia. Nam me consta , que algum Principe use de Sede Gestatoria , depois do Summo Pontífice em Roma , se nam em Lisboa o Eminentissimo Senhor Cardial Patriarcha ; porque sendo esta Cathedral uma fiel representaçam da de Roma , quiz o Senhor Rey D. Joam V. de gloriosa memória, que em nenhuma circunstancia , por pequena que fosse lhe ficasse dissemilhante fóra da Igreja, e da Europa talvez se-usa : como entre os Gentios da Asia no tempo, que Vasco da Gama foi descobrir a índia; aonde o Rey o-mandou conduzir desde Calecut athé Pandarane em um andor (costume das pessoas graves d' aquella terra) a hombros de homens ; e em rigor este é o ministerio da Séde Gestatoria : porém ella nam serve a S. Eminência se nam como uma cadeira , que verdadeira , e propriamente é ; feita de madeira , a qual em parte nenhuma d'esta obra apparece; e de braços, em cuja extremidade tem duas grandes massanetas doiradas , a que se-possa apegar , para se levantar a Pessoa , que se tiver assentado : estes braços sam cobertos de veludo carmezim bordado de oiro : do assento para baixo athé o cham tem trez palmos , e meyo de altura ; pelo que se-lhe poem a diante um suppedaneo de dois pequenos degráos também cobertos de veludo, e agaluados de oiro; toda esta parte do assento para baixo é cingida do mesmo veludo, e todo bordado , pendendo-lhe um franjam do mesmo oiro, que fica levantado do tham pouco menos de um palmo; cuja altura nam estam em madeira os pés, postoque deseobertos; mas sam guarnecidos de bronze muito bem lavrado, e doirado; por de traz tem de altura sette palmos , e de largura trez, e um quarto : esta mesma é a de todas as quatro faces : sam as costas cobertas da mesma fôrma, desde fima athé rematar em baixo n' aquella altura , e com o mesmo franjam , que torneja igualmente as mesmas faces: este panno

Fig 16 *Retrato do Papa Clemente VII*. Giuliano Bugiardini. C.1532. Deutshes Historisches Museum, Berlin



é também bordado e de forte recamado de oiro , que quasi nada se vê de veludo ; no mesmo bordado ha trez figuras : em cima a do Sancto Espirito, desepedindo um resplandor em toda a circunferência ; por baixo d'esta, as Armas do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarcha Saldanha ; porque no seu tempo foi feita esta obra; e mais abaixo, as Armas da Basilica Patriarchal: por diante servem duas almofadas, uma no assento , outra no encosto , e sam também bordadas de oiro; porém só nas extremidades , a largura de dois ou trez dedos, todo o resto do vam interior é veludo carmezim lizo : os balaústes leteraes ao mesmo encosto sam coroados de suas massanetas lavradas , e doiradas como as dos braços ; fazendo companhia ao meyo circulo, que do pé d' ellas se levanta a rematar aquelle encosto : finalmente nos quatro pés tem suas grampas , em que pódem enfiar varais." (Menezes, 1793: 24-25)

Note-se, desde logo, a preocupação em clarificar que não se conhecia o uso da sede gestatória noutro ponto da Europa, "depois do Summo Pontífice em Roma , se nam em Lisboa o Eminentissimo Senhor Cardial Patriarcha". Além disso, recorre-se, uma vez mais, aos feitos portugueses passados como forma de justificar que o costume de carregar a ombros certas dignidades não era estranho à história e costumes portugueses, reiterando-se que "no tempo que Vasco da Gama foi descobrir a índia"; (…) o Rey o-mandou conduzir desde Calecut athé Pandarane em um andor (costume das pessoas graves d' aquella terra) a hombros de homens". Terá sido esta, entre outras, a justificação dada por D. João V ao Sumo Pontífice de então, de forma a requerer o uso deste assento cerimonial? Ignacio de Sousa Menezes deixa, ainda, claro que a cadeira ostenta " (…) as Armas do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarcha Saldanha ; porque no seu tempo foi feita esta obra". Neste sentido, parecem não restar dúvidas quanto ao facto de a sede gestatória em análise ter sido fabricada durante o patriarcado de D. Francisco de Saldanha (1759 – 1776), substituindo, assim, a que se destinou a D. Tomás de Almeida – potencialmente destruída pelos efeitos do terramoto de 1755. Clarifica-se, também, que o uso da sede "nam serve a S. Eminência se nam como uma cadeira [e não como cadeira que é transportada a ombros] ", facto que é, aliás, referido por alguns autores (Rocca & Gudes, 2004: 29) ; (Pimentel, 2013: 32), (ainda que sem referências documentais como a aqui apresentada). Contudo, Alexandre Herculano, ao ocupar-se da transcrição de documentação do século XVIII, deixa claro que, pelo menos, a partir da nomeação de D. Tomás de Almeida a cardeal (1737), este tipo de sede foi, de facto, utilizada como uma cadeira gestatória. Leia-se o seguinte excerto:

"Levado em triumpho na cadeira gestatoria aos hombros dos moços de estrebaria, o Senhor Cardeal D. Thomaz d'Almeida, primeiro Patriarcha de Lisboa, com as honras da purpura prelaticia, ficava entendido de ora avante que á dignidade de patriarcha pertenceria, por disposição infalível, o chapéu de Cardeal" (Figueiredo, 1921: 261)

A transcrição de Alexandre Herculano revela-se preciosa porque parece ser o único documento conhecido a atestar que, pelo menos no patriarcado de D. Tomás de Almeida, a sede gestatória cumpria, efetivamente, a sua primordial função de transporte a ombros. Já a descrição de Ignacio de Sousa Menezes – puro elogio e exaltação feito aos antepassados do reino – levanta algumas dúvidas, na medida em que, em simultâneo, engradece um dos *grandes* da história de Portugal – a quem o povo transportou a ombros – de forma a exaltar a nobreza do Império, para, logo depois, afirmar que a sede gestatória só podia ser utilizada como cadeira. Convenha-se, contudo, que só a Santa Sé poderia ter, eventualmente, exercido controlo sobre a utilização do sacro objeto que, afinal, representava um dos maiores símbolos da sua fundação, recomendado, com efeito, possivelmente, a sua utilização apenas como cadeira – não sem que antes, pelo menos uma vez, fosse transportada a ombros em ato solene. Por outro lado, não se deverá esgotar a hipótese de que o discurso de Francisco de Souza Menezes tenha sido utilizado como fórmula que sublinha a humildade do patriarca relativamente à Santa Sé.
Ainda sobre o excerto de Ignacio de Sousa, notem-se, também, as referências feitas ao carácter funcional das "duas grandes massanetas doiradas , [onde] (…) se possa apegar , para se levantar a Pessoa, que se tiver assentado" e ao programa iconográfico e materialidade empregues nas costas da cadeira, que "por de traz, tem de altura sette palmos , e de largura trez , (…) [sendo] as costas cobertas da mesma fôrma, desde sima athé rematar em baixo n' aquella altura , e com o mesmo franjam , que torneja igualmente as mesmas faces : este panno é também bordado e de forte recamado de oiro , que quasi nada se vê de veludo ; no mesmo bordado ha trez figuras : em cima a do Sancto Espirito, desepedindo um resplandor em toda a circunferência ; por baixo d'esta, as Armas do Eminentissmo Senhor Cardial Patriarcha Saldanha ; porque no seu tempo foi feita esta obra; e mais abaixo, as Armas da Basilica Patriarchal". Observe-se, que os esquemas decorativo e iconográfico aqui descritos são também utilizados na sede gestatória do Papa Pio VI (1800- 1823) (figura 17).

3

"Eu D. Maria Infanta de Portugal recebo por meu legitimo marido ao Principe de Asturias D. Fernando, assim como manda a Santa Madre Igreja Romana"

Ao acederem ao altar-mor, D. Maria Bárbara e o representante de Fernando de Espanha, Marques de Los Balbases, prostraram-se de joelhos diante do patriarca que:
"Logo (…) fes o interrogatorio da forma seguinte "Vossa Magestade vem como procurador do Serenissimo Principe de Asturias D. Fernando contrahir matrimonio com a Serenissima Infanta de Portugal D. Maria ?" a que Sua Magestade respondeu "venho" E a Sua Alteza preguntou "Vossa Alteza vem por sua livre vontade contrahir este matrimonio com o Serenissimo Principe das Asturias D. Fernando ?" a que Sua Alteza respondeu "venho ." (Corte-Real, 1728: 265)

Finalmente, num dos últimos momentos gloriosos da cerimónia, após se declararem as obrigações matrimoniais, D. Maria Bárbara recebe "o anel sendo de hum só diamante [e] tinha pela parte de dentro gravadas as palaras em breve Princ. Ferdinandus." (Corte-Real, 1728: 267).

Fig 17 Fotografia. Sede Gestatória. [s.d.]. Autor desconhecido.



Bibliografia

Fontes inéditas (Biblioteca Nacional de Portugal)

B.N.P, AT, cod. 179, *Correspondência trocada entre o conde de Tarouca e os secretários de estado com notícias das nogociações na Inglatera, Haia, e Viena de Austria. (1709-1725*), 15 de Maio de 1725.

B.N.P., Reservados, Cód. 9562.

Fontes publicadas

Gazeta de Lisboa – N.º 28 de 12 de Julho de 1725.

Gazeta de Lisboa – N.º 42 de 18 de Fevereiro de 1826.

Estudos

ANTUNES, Manuel, "Capela-mor e assentos fixos - Terceiros Franciscanos no Porto Setecentista. Os bancos de espaldar da "Mesa" na Igreja da Ordem Terceira", *Os Franciscanos no Mundo Português II As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco.* CEPESE - Centro de Estudos da População,Economia e Sociedade, 2012.

ARAÚJO, Cristina, "Ritualidade e poder na corte de D. João V: a génese simbólica do regalismo político", *Revista de História das Ideias*, Vol.22, 2001, pp. 175 - 208.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e latin,* Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, Volume I, II, III e IV, 1720.

BORGES, Sónia, *Duas cortes, um modelo: o cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*, Universidade de Lisboa, [s.n], 2017. Dissertação de Mestrado em História, na especialidade de História das Relações.

CHAVES, Castelo Branco (trad.), *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

FIGUEIREDO, Fidelino, "Cartas de Alexandre Herculano", *Revista de História*, vol. 10, n.º 39, Lisboa, Clássica Editora, 1921.

GANDRA, Manuel J., *O Monumento de Mafra de A a Z*, Câmara Municipal de Mafra, Rolo & Filhos II, S.A. Mafra, 2006.

LINGNER, "Richard, Procession of Pope Sylvester I". *Eye of the Beholder*, Boston, ISGM and Beacon Press, 2003.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse, PRÉAUD, Maxime, *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, Roi de Portugal / par Pierre-Jean Mariette*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação da Casa de Bragança, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Bibliothèque Nationale de France, Vol. I,II e III, 1996-2003.

MACHADO, Ignácio, *Fastos politicos, e militares da antigua, e nova Lusitania, em que se descrevem as acoens memoraveis, que na paz, e na guerra obraraõ os Portuguezes nas quatro partes do mundo ... Com huma disserta¸aõ critica ao Anno Historico, e Diario Portuguez do Padre Francisco de Santa Maria, e hum appendix à disserta¸aõ precedente contra o Padre Doutor Louren*, Lisboa, Na Officina de Ignácio Rodrigues, 1745, Vol. 1.

MACHADO, Inácio Barbosa , *Historia critico-chronologica da instituiçam da festa, procissam, e officio do Corpo Santissimo de Christo no veneravel sacramento da Eucharistia... / pelo Doutor Ignacio Barbosa Machado.,* Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

MENEZES, Ignacio de Souza, *Memórias históricas do Serenissimo Senhor Don Antonio Principe da Beira. Segunda parte, em a qual se referem as acçõens de graças a Deos N. Senhor, pelo felicissimo nascimento de Sua Alteza, e as festas publicas, com que este foi aplaudido pelo Intendente Geral da Policia da Corte, e Reyno de Portugal; e pelos Fidalgos da primeira Nobreza em seu lugar mencionados*, Lisboa: Na Offic. De Jozé de Aquino Bulhoens, 1793.

PIMENTEL, António, "D. João V e a festa devota: Do espetáculo da política à política do espetáculo", *Arte Efémera em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000-2001.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitetura e Poder, O Real Edifício de Mafra*, Lisboa: Livros Horizonte, 2ª Edição, 2002.

PIMENTEL, António Filipe, "Os pintores de D. João V e a invenção do retrato de corte", *Revista de História da Arte*, Nº 5, 2008, pp. 133 - 151.

PIMENTEL, António, "O Núcleo do Museu Nacional de Arte Antiga: da Patriarcal à Capela Real de São João Batista. "*A encomenda prodigiosa. Da Patriarcal à Capela Real de São João Batista*. Museu Nacional de Arte Antiga, Museu de São Roque – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2013.

PRADO, Fr. João de São Joseph, *Monumento sacro da fabrica, e solemnissima sagraçaõ da Santa Basilica do Real Convento, que junto á Villa de Mafra dedicou a N. Senhora, e Santo Antonio a Magestade Augusta do Maximo Rey D. Joaõ V*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1751.

REAL, Mário Guedes, *O Paço dos Arcebispos*, Lisboa, Oficina Gráf. de Ramos, Afonso & Moita, 1962.

ROCCA, Sandra Vasco, & GUEDES, Natália Correia (coord.), *Thesaurus, Vocabulário de Objectos do Culto Católico*, Vila Viçosa, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, Universidade Católica Portuguesa, 2004.

SARAIVA, Anísio, *Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego, sécs. XII a X.* Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2013.

SMITH, Robert C., "O antigo recheio do Paço dos Bispos do Porto", *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, Vol.XXXI, Setembro a Dezembro de 1969.

VALE, Teresa Leonor M., "Entre castiçais, vasos, bustos de santos e estátuas de apóstolos: cerimonial e aparato barroco do altar da Patriarcal joanina", *Cadernos do Arquivo Municipal vol.2 no.1,* Lisboa , 2014, pp. 195- 221.

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de., *Compêndio de Liturgia Romana*, Coimbra, França Amado, 1900.

O Lugar como *Arquitetura* e o Território como *Paisagem*. Uma leitura arqueológica das memórias da zona ribeirinha oriental de Lisboa

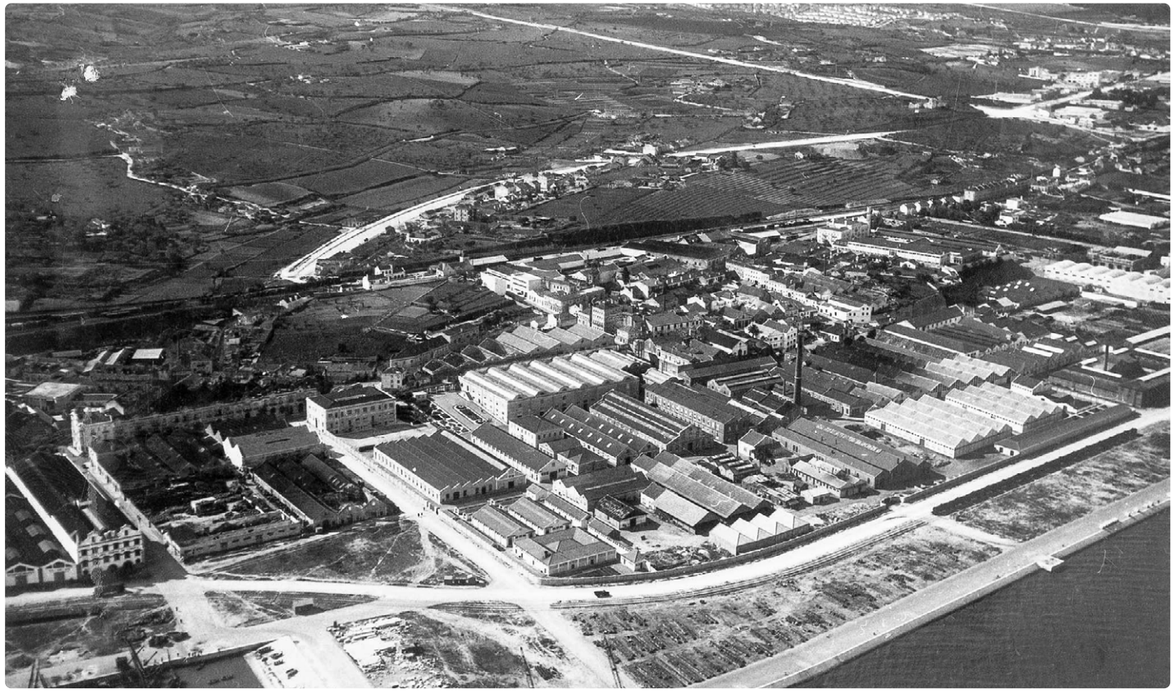
Ana Nevado
Paula André

Introdução

O presente artigo propõe a apresentação de uma leitura crítico-arqueológica da zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL). Esse território pós-industrial, vasto, complexo e não-central - repleto de ruínas, paisagens históricas, memória(s) e identidade(s) -, constitui uma paisagem cenográfica e imagética (Goula, 2006, p. 223). As estruturas matriciais (fundiária e cadastral) mantêm-se, sobretudo nas azinhagas rurais e inclusivamente nos antigos lotes industriais de grande escala. O "passado recente" requer uma leitura arqueológica que permita, por um lado, dissecar as camadas do território, e, por outro lado, considerar também as memórias urbanas - vivas e coletivas -, ainda que "invisíveis" ou subtis. Propõe-se a interpretação e a reelaboração da história da cidade (A. Rossi) mediante a manutenção da paisagem e da memória coletiva (Gomes, 2013, p. 25).

Não recusando projetos contemporâneos de regeneração urbana - antes apelando às memórias urbanas e geográficas e através da arquitetura enquanto *Ars memorativa* -, demonstra-se a ZROL como lugar arqueológico recente com uma narrativa aberta, *suburbana* (Marot, 2006, p. 19-28; Marot, 2012, p. 7; Vieyra, 2012, pp. 220-221). A sobreposição de temporalidades e de interações - entre cidadão, território e paisagem – permite estabelecer dinâmicas, aprendizagens e reciprocidades, numa perspetiva humanista do património (Kraus, 2012, p. 15). Seguidamente, analisamos o caso específico da zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL), enquanto "testemunho vivo" das transformações urbanas, elaborando uma leitura crítico-arqueológica do lugar.

Fig 1 Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa. 1950. Arquivo Municipal de Lisboa.



1
Caso de estudo
Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa (ZROL)

A cidade de Lisboa, implantada à beira do rio Tejo - um "mar marítimo", de acordo com Matias Ferreira (1997, p. 27) -, é repleta de história e de transformações ao longo dos séculos, sendo notória pela sua capacidade de resiliência e de adaptação, incorporando também fatores naturais no seu território.

Especificamente, a ZROL localiza-se na área nascente da cidade e desenvolveu-se graças ao desenvolvimento industrial e à cidade pombalina, sobretudo a partir de meados do século XVIII, uma área marginal até então (Matos e Paulo, 1999, p. 4; Nevado, 2018, p. 11).

Inicialmente terá surgido como lugar de conventos e quintas de recreio/cultivo, pequenas indústrias manufatureiras que se foram implantando ao longo do rio, aproveitando os recursos naturais. Rapidamente a zona do Beato, de Xabregas e de Braço de Prata se transformou num centro industrial relevante na cidade, em contraponto com a área ocidental (Alcântara).

Numa fase posterior, a transferência de diversas indústrias da zona ocidental (e.g.: Fábrica de Gás da Boavista) para a oriental (e.g.: Fábrica de Gás da Matinha/Petroquímica) proporcionou um equilíbrio funcional e urbano, balizando a cidade com esses arrabaldes produtivos, embora poluentes (ver Figura 1).

E terá sido precisamente essa celeridade e implantação forçadas que alteraram substancialmente as malhas urbanas, criando grandes unidades e lotes industriais, num território anteriormente caracterizado por azinhagas rurais (à microescala, cujos vestígios ainda hoje se mantêm), e praias fluviais que acompanhavam a geografia costeira (ver Figuras 2-4).

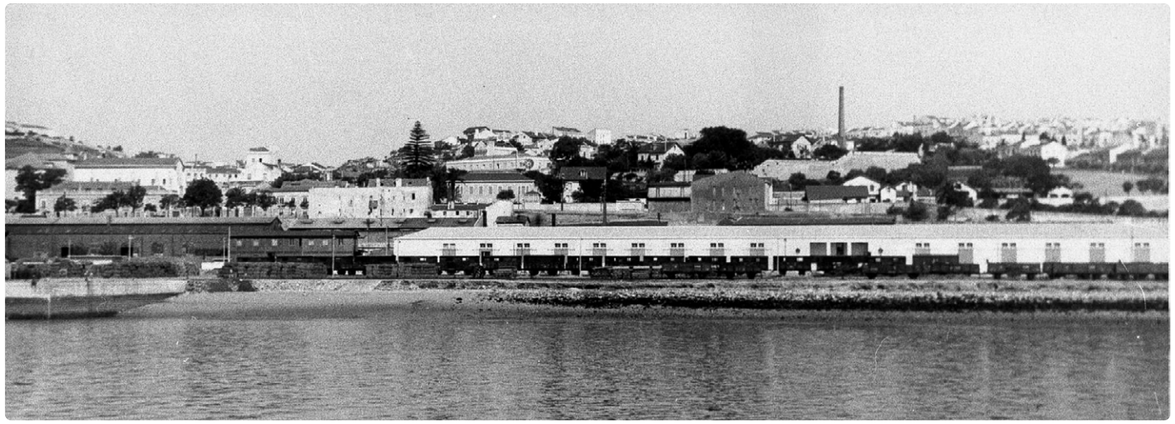
Fig 2 Azinhaga no Beato. Ana Nevado. 2017.



Fig 3 (página seguinte) Vista do núcleo antigo de Marvila. [s.d.]. Arquivo Municipal de Lisboa.

Fig 4 (página seguinte, em baixo) Vista da ZROL, na zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa, a partir do Rio Tejo. [s.d.]. Arquivo Municipal de Lisboa.





Mas o passado não remonta somente ao *antigo*, abrangendo também elementos recentes, tais como: as infraestruturas viárias e ferroviárias, os vestígios de complexos industriais (e.g.: Armazéns Abel Pereira da Fonseca – ver Figura 5; José Domingos Barreiro; Fábrica Braço de Prata; a Tabaqueira; A Nacional; etc.); e também habitacionais, ou seja, arquitetura banal/"sem autoria", comummente encontrada na paisagem urbana da ZROL (ver Figura 6). Essa paisagem é enriquecida pela sua diversidade e pela demonstração inequívoca da sobreposição e da coexistência de temporalidades e "arqueologias urbanas" no mesmo território, que constituem "obras de arte" (Álvarez Álvarez, s.d., p. 50) mas exigem "manutenção".

Fig 6 Vista de uma habitação desqualificada após benfeitorias, em Xabregas. Ana Nevado. 2017.



Fig 5 Vista do antigo complexo fabril Sociedade Abel Pereira da Fonseca, no Largo David Leandro da Silva, em Marvila/Poço do Bispo. Ana Nevado. 2017.



Neste contexto, por "manutenção da paisagem" compreende-se a intervenção corrente no parque edificado existente, através de obras de alteração e de benfeitorias, com vista, por um lado, ao incremento das condições de habitabilidade, e, por outro lado, à adaptação da envolvente às mudanças impostas. Não obstante, a par dos vestígios do passado (e.g.: Gasómetros, na Matinha), a ZROL contém diversos exemplos de transformação profunda atual, com obra nova/de raiz, de autor (e.g.: empreendimento habitacional "Jardins Braço de Prata" – ver Figura 7).
Questionamos então como preservar a "memória coletiva"?
A "memória coletiva" reporta-se à cidade enquanto bem comum e como testemunho passado entre gerações, onde a preservação, a conservação e a valorização são imperativas.
Assim, a arquitetura adquire uma *Ars memorativa*, sendo um testemunho vivo da passagem do tempo (ver Figuras 8-9).
Embora o desenvolvimento da ZROL tenha sido eminentemente peri e suburbano, as ligações – visuais, físicas e mentais – no território, quer com a cidade, quer com o rio Tejo, constituem elos de ligação e redes urbanas.
A história da cidade nem sempre é linear e óbvia.
Os signos urbanos residem nos mais diversos elementos, desde os edifícios à envolvente em que se inserem, transmitindo uma "sinceridade patrimonial" e construindo "identidade[s] da paisagem" (André, 2013).

Fig 7 Vista da construção do empreendimento habitacional "Jardins Braço de Prata" (2ª Fase), em Braço de Prata. Ana Nevado. 2016.



A questão da regeneração urbana nesta reflexão é decisiva, na medida em que se preconiza a "não-regeneração" como modo de intervir, ou seja, privilegiando a intervenção de carácter espontâneo, não planeado, embora não refutando os projetos e programas de iniciativa pública e/ou municipal já implementados no território (e.g.: *Hub* Criativo do Beato; etc.). O *lugar* é genuíno, tem capacidade de adaptação e de resiliência aos contextos da mudança, e, por isso, o próprio território deverá ser considerado também como *património* (Nevado, 2018, p. 255). Esse património é, no entanto, mutável e passível de adaptação, incorporando valências performativas; vejamos os casos concretos de Marvila e de Santa Apolónia, os quais, aquando do mega-evento da EXPO '98, e consequente processo de regeneração urbana, se transformaram e acolheram diversas iniciativas de reabilitação e de revitalização urbana. Deste modo, a participação pública, com cariz cívico (P. Geddes) é fulcral no processo transformativo, já que as relações estabelecidas entre indivíduo, território, tempo e memória(s) fundamentam a transformação, gerando compromisso e um sentido ético para com o território (André, 2013).
É precisamente através de abordagens "anti-monumento" e do "não-lugar" (M. Augé), de modo antropológico e histórico (não necessariamente historicista), que o território da ZROL se poderá, metodologicamente e radiograficamente, ler e dissecar. A arquitetura banal e não-erudita (dita "corrente") revela a essência daquele território, através da sua integração na paisagem urbana e construindo cenografias mutáveis.
A título demonstrativo destacam-se alguns exemplos de arquitetura "banal", não-erudita, de camadas populacionais com escassos recursos e reduzida capacidade económico-financeira, mas que se adapta e regenera de forma autónoma, espontânea e resiliente, inserindo-se uma malha urbana não planeada e com diferentes topografias (ver Figuras 2, 3 e 6).
A passagem do tempo e as sobreposições de estilos/não-estilos são notórias, evidenciando vestígios desde o século XV (ver Figura 2), passando pela era industrial (ver Figura 10) e pós-industrial (ver Figura 9), até ao presente, criando uma paisagem urbana diversificada, imagética e cenográfica.

Fig 8 Vista do viaduto e da Rua Gualdim Pais, em Xabregas. Arquivo Municipal de Lisboa.

Fig 9 Vista do viaduto e da Rua Gualdim Pais, em Xabregas. Ana Nevado. 2014.





Fig 10 Vista de um antigo complexo fabril em ruínas, em Xabregas. Francisco Bugalhão de Campos. 2014. FA-UL.



Destacamos a Rua do Açúcar / Beato / Grilo (ver Figura 11) – um eixo urbano planeado e de génese industrial, pontuado por antigos complexos fabris e demais arquitetura "sem autoria" -, marcante na área urbana em estudo, em contraponto com a Rua de Marvila (ver Figura 3), localizada a uma cota mais alta, com um caráter eminentemente habitacional, vernacular e de escala reduzida. Embora sejam pontuadas por edifícios de arquitetura "banal"/ não-eruditos[1], ambas são cruciais na estruturação do território e na perduração de memórias da cidade até ao presente. Mas a autenticidade do território é também visível na natureza que ainda impera, tais como nos vazios urbanos não tratados artificialmente (ver Figura 12), nos acidentes topográficos e nas hortas urbanas (ver Figura 13) e até nas ruínas invadidas pela natureza (ver Figura 10). Essas membranas biológicas, permeáveis e porosas permitem, por um lado, adaptar-se e aceitar a transformação, e, por outro lado, ressignificar os lugares, construindo assim um conjunto único e mutável mediante a passagem do tempo.

1 À exceção do complexo fabril "A Nacional", na Rua do Açúcar; da Manutenção Militar, na Rua do Beato; do Convento do Grilo, na Rua do Grilo; e do Palácio Marquês de Abrantes, na Rua de Marvila.

Os "vazios urbanos" com coberto vegetal natural são também importantes e dignos de valorização, considerando a permeabilidade que permitem nas parcelas de terrenos urbanos. As recentes operações de regeneração, reabilitação, revitalização e requalificação urbana no território subdividem-se em duas principais tipologias: construção nova/ de raiz (e.g.: empreendimento habitacional *Prata Riverside Village* / "Jardins Braço de Prata", da autoria do Arq.º Renzo Piano, localizado à beira-rio; *Prateato*, um conjunto de novos *lofts* de habitação, no *core* de Marvila) e adaptação das pré-existências (e.g.: *Hub* Criativo do Beato, nas antigas instalações da Manutenção Militar; melhoria de habitações de particulares, de forma espontânea; refuncionalização de espaços, tais como inclusão de restauração em antigos armazéns e edifícios fabris; etc.). A relação entre *tempo* e *memória* é notória em ambas as abordagens pelo modo como se integram e interagem no lugar, gerando sentimentos de pertença, significância e identidade nas populações locais. A paisagem é, assim, democratizada e *histórica*, embora se afastando de um cunho *historicista* e do conceito de "palimpsesto" (Corboz, 2004, p. 21).

Fig 11 Vista de um exemplo de arquitetura "banal", em avançado estado de degradação/ruína, e do complexo fabril "A Nacional", na Rua do Açúcar/Beato. Ana Nevado. 2016.



Fig 12 Vista de um "vazio urbano", invadido por coberto vegetal natural, contíguo à Rua do Açúcar. Ana Nevado. 2016.



Não obstante a inevitabilidade de fenómenos segregativos (i.e.: *gentrificatio*n ou de "nobilitação urbana"), os seus efeitos nefastos poderão ser minimizados através da integração urbana e de uma abordagem despretensiosa ("antimonumento"). A diversidade e coexistência de usos também contribuem para essa integração e para a manutenção do lugar, garantindo uma vivência dos espaços ao longo do dia. As dinâmicas urbanas ultrapassam a microescala, estabelecendo relações com a cidade e com a área metropolitana, construindo também um "mapa mental" à macroescala. Assim, cria-se uma "coesão social" pelo elo de ligação formado ao longo de uma dada paisagem, tendo como denominador comum a questão do *património* (Sá Fernandes 2019, p. 8). Esse património é abrangente e identitário, não sendo necessariamente erudito (ver Figura 14), tornando-o singular, *autêntico* e a preservar.

Fig 13 Vista de uma "horta urbana" e do núcleo de Marvila/ Beato/Poço do Bispo, a partir de Xabregas. Ana Nevado. 2014.



Fig 14 Vista de uma habitação desqualificada após benfeitorias, em Xabregas. Ana Nevado. 2017.

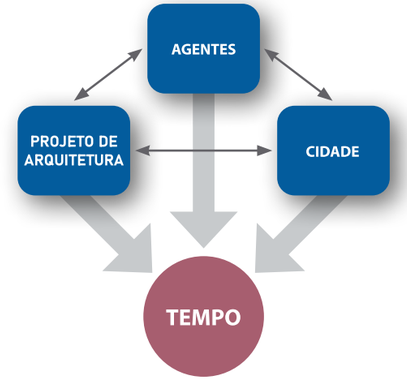


2
Proposta conceptual

Metodologicamente, propõe-se uma leitura do contexto com vista a estabelecer um diálogo com o existente e com os agentes implícitos no ato transformativo (e.g.: populações locais) e que se relacionam diretamente com o mesmo (Frías, 2013, p. 161). O projeto de arquitetura deverá integrar-se naturalmente no tecido urbano, criando obras "autênticas" e de "síntese espácio-temporal", tal como D. Pikionis defendia (Álvarez Álvarez, s.d., p. 49). Consequentemente, essa abordagem sensível ao território e ao contexto requer a consideração quer dos elementos naturais, quer os artificiais, buscando um equilíbrio na cidade contemporânea.
Mas essa relação afetiva com o território apenas será possível através da criação de elos identitários numa tríade (i.e.: "projeto de arquitetura" – "agentes" – "cidade"), em conjunto com o fator "tempo", conforme o diagrama *infra*.
Sob uma perspetiva *arqueológica*, considerando as memórias do lugar e a evolução dos seus usos e dinâmicas urbanas, a intervenção arquitetónica e urbana é, *per se*, um modo de dar a conhecer o contexto em que se insere.
Para o efeito, definem-se cinco pontos fundamentais a considerar em abordagens crítico-sensíveis do *lugar*:

- O conceito de *genius loci* (Norberg-Schulz, 1997, p. 6), focando o lugar não somente como suporte, como também agente ativo e modelador de espaços, temporalidades e memórias coletivas;
- A reflexão crítica sobre a dialética passado-presente, relacionando *tempo* e *memória*, os "sistemas permeáveis" e a "porosidade" dos territórios (Dematteis, 1995, p. 57; Sennett, 2013; Blümer, 2017, pp. 59-70);
- A cidade contemporânea como "antimonumento" e "não-lugar" (Augé, 2004, p. 75-76), permitindo uma maior abrangência e integrando os casos urbanos e de arquitetura aparentemente "sem valor";
- A participação cívica, preconizada por P. Geddes, decisiva para a (re)construção de territórios urbanos, elogiando relações afetivas e sensoriais entre população e território (Meller, 1990, p. 44; André, 2013).

Fig 15 Diagrama conceptual. Ana Nevado/Paula André. 2021.



No âmbito dos conceitos de "integração urbana", de "resiliência" e da "cidade porosa" (defendida por B. Secchi e de P. Viganò (Valva, 2011, p. 151; Valva, 2016, pp. 56, 60), salientamos a *biopolis* (Welter, 2002, p. 187-191) como possível caminho evolutivo da cidade contemporânea (ver Figura 10). Por outro lado, a questão da permeabilidade poderá ser analisada sob duas vertentes, relativamente:

a) ao "contágio" urbano, através da introdução de novos usos e da refuncionalização de espaços (e.g.: mediante operações de revitalização urbana), desde que os IGT e demais parâmetros urbanísticos aplicáveis/ em vigor assim o permitam (particularmente, o Plano Diretor Municipal de Lisboa – PDML 2012);

b) à própria superfície vegetal ponderada de cada parcela, devendo o solo da mesma ser totalmente coberta com solo vegetal, sendo, por isso, permeável e permitir a infiltração de águas pluviais, enquadrando-se também na Estrutura Ecológica Fundamental (PDML 2012).

Deste modo, os "vazios urbanos" – espaços vagos naturais ou artificiais, decorrentes de operações urbanísticas de demolição, deixando o solo vegetal a descoberto -, são também muito relevantes na articulação dos sistemas biofísicos da cidade. Assim, através da "não-regeneração" da cidade contemporânea, busca-se a preservação de uma sinceridade patrimonial que contribua para a sua valorização.
Finalmente, seguem-se algumas considerações finais.

Considerações Finais

Através da manutenção da paisagem urbana, acolhendo a transformação mas integrando-a nas pré-existências, a história da cidade vai sendo (re)construída, resultando numa "sinceridade patrimonial" e de *Ars memorativa*. Tal como demonstrado, a ZROL não é exceção e constitui um testemunho vivo da sobreposição de memórias, temporalidades e dinâmicas na cidade contemporânea que merece experienciar. Enquanto lugar arqueológico-urbano, o seu passado é maioritariamente recente e pós-industrial. O seu território é, também, *património*, sendo a arquitetura "banal" (i.e.: o *bem comum*) a protagonista. Assim, deverá ser valorizado através da refuncionalização e da adaptação à mudança, e as suas camadas dissecadas e interpretadas em prol do presente, sem existirem necessariamente processos de regeneração urbana. Valoriza-se, por esta via, a intervenção espontânea, criando uma diversidade e regeneração "natural" do território. Embora não se pretenda ditar regras ou receitas de análise, a leitura metodológica proposta da ZROL recai sobre a "arqueologia da(s) memória(s)" (i.e.: geográficas, urbanas, etc.) da cidade contemporânea, através da relação - integrada e integradora – entre a arquitetura e a paisagem urbana. Mas a paisagem é também um fator e motor de coesão social (Sá Fernandes, 2019, p. 7), onde a intervenção dos agentes do processo transformativo (de onde se destacam as populações locais) é determinante para a *identidade* do conjunto. Conclui-se que a ressignificação dos lugares abrange, implícita e reciprocamente, uma estreita relação simbiótica entre paisagem urbana, arquitetura, território, cidadão e a passagem do tempo (Kraus, 2012, p. 15), passando "do património ao bem comum" (Sgard, 2010, p. 2).

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ ÁLVAREZ, Darío, "El paisaje como obra de arte total. Dimitris Pikionis y el entorno de la Acrópolis", *RA*, s.l., s.n., s.d., pp. 37-50.

ANDRÉ, Paula, "Por uma pedagogia do território: resgatar o conceito «civics» de Patrick Geddes", *PARA UMA ÉTICA DO TERRITÓRIO, 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL "ARQUITECTURAS DO MAR". ATAS*, Lisboa, Faculdade de Arquitetura-Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL)/CIAUD, 2013.

AUGÉ, Marc, *Los no lugares: espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad*, Barcelona, Ed. Gedisa, 2004.

BLÜMER, Mariana Piovan, *Porosidade urbana: continuidade, descontinuidade e ação na cidade contemporânea*, São Paulo, Pontificia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias (Tese de Doutoramento), 2017.

CORBOZ, André, "EL TERRITORIO COMO PALIMPSESTO", RAMOS, Angel Martín. *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Universitat Politècnica de Catalunya. 2004, pp. 1-22.

DEMATTEIS, Giuseppe, *Proggeto Implicito. Il contributo de la geografia umana alle scienze del território*, Milão, Franco Angeli, 1995.

FRÍAS, Laura Gallardo, "Lugar y arquitectura. Reflexión de la esencia de la arquitectura a través de la noción de lugar", *arquiteturaRevista*. Vol. 9, nº 2, 2013, DOI: 10.4013/arq.2013.92.09, pp. 161-169.

FRÍAS, Laura Gallardo, *Metodología de análisis del contexto. Aproximación interdisciplinar*, Artigo, s.d., pp. 1-18.

GOULA, Maria, *LOS OTROS PAISAJES; lecturas de la imagen variable*, Departamento de Urbanismo/Ordenamento do Território da Universidade Politécnica da Catalunha, (Tese de Doutoramento), 2006.

GOMES, João Carlos Miranda e Silva Pereira, *As Cidades e as Políticas da Memória*. Lisboa, Instituto Superior Técnico (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura), 2013.

KRAUS, Sabine, "Les principes geddesiens pour repenser la régio. VIVENDO DISCIMUS EN VIVANT NOUS APPRENONS. Célébration d'un monument et des hommes qui l'ont rendu possible : Un lieu de vie d'où la nature est expérimentée comme source de sens et comme objet de science", *Journées d'études au Collège des Écossais*, 2012, pp. 1-26.

MAROT, Sébastien, "El suburbanism y el arte de la memoria", *Land&ScapeSeries*, Editorial Gustavo Gili, 2006, pp. 19-28.

MAROT, Sébastien, "From the Art of Memory to the Art of Hope: A Little Odyssey", *Curso de "Construction and History of Cities and Landscapes: Transformation, Permanence, Memory". School of Doctoral Programmes – Politecnico di Milano*, Milão, 2012, p. 7.

MATIAS FERREIRA, Vítor, *Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997.

MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira, *Caminho do Oriente: Guia Histórico I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

MELLER, Helen, *PATRICK GEDDES. Social Evolutionist and City Planner*, s.l., Routledge, 1990, p. 44.

NEVADO, Ana, *Da expansão à recentralização – do território ao património. A regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa (1964-1994)*, Lisboa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Tese de Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos), 2018.

NORBERG-SCHULZ, Christian, *L'Arte du lieu: architecture et paysage, permanence et mutations*, Paris, Le Moniteur, 1997.

Plano Diretor Municipal de Lisboa (2012), aprovado em 24 de julho de 2012 pela Deliberação n.º 47/AML/2012, publicado pelo Aviso nº 11622/2012 no Diário da República, 2.ª Série – n.º 168 de 30 de agosto de 2012, alterado por adaptação pela Deliberação n.º 347/CM/2020 de 2 de julho de 2020 e republicado através da Declaração nº 70/2020, publicada no Diário da República, 2.ª série, nº 173, de 4 de setembro de 2020, retificado através da Declaração de Retificação n.º 703/2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série – n.º 202 de 16 de outubro de 2020.

SÁ FERNANDES, José, "Paisagem e Coesão Social em Lisboa", *Museu da Paisagem, Narrativas e Experiência do Lugar*, Lisboa, IPL, 2019, pp. 7-10.

SENNETT, Richard, *The Open City*, 2013. https://www.richardsennett.com/site/senn/UploadedResources/The%20Open%20City.pdf

SGARD, Anne, "Le paysage dans l'action publique : du patrimoine au bien commun", *Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie*, Paysage et développement durable, Vol. 1, nº 2, 2010. DOI: 10.4000/developpementdurable.8565, pp. 1-18.

VALVA, Milena D'Ayala, As ideias-guias de Bernardo Secchi, *Pós*, Vol. 23, nº 40, pp. 48-64. outubro 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v23i40p48-64, pp. 48-64.

VALVA, Milena D'Ayala, *DA RENOVATIO URBIS À CIDADE POROSA. Um laboratório para a cidade contemporânea*, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração em Projeto, Espaço e Cultura), 2011.

VIEYRA, Leticia Sánchez, "Suburbanismo y el arte de la memoria. Sébastien Marot", 2012, DOI: http://dx.doi.org/10.22201/iie.18703062e.2010.97.2324, pp. 219-224.

WELTER, Volker M., *biopolis. Patrick Geddes and the City of Life*, Cambridge, Massachussets/London, England, The MIT Press, 2002, pp. 187-191.



A voz do Fado que ecoa desde a vala comum

Riccardo Cocchi

Introdução

No ano de 2020 celebrou-se o centenário de nascimento da celebérrima cantora portuguesa Amália Rodrigues, cuja figura é incontornável tanto dentro do contexto do Fado quanto a nível do panorama mundial da música. Como se pode comprovar, dentro do site criado para celebrar este acontecimento, várias são as iniciativas que figuram dentro da programação geral dessa homenagem. No entanto, há uma outra figura que não foi relembrada, apesar de ser também uma personalidade que integra de forma nevrálgica o imenso imaginário cultural do Fado, e que celebrava, por coincidência, nesse mesmo ano de 2020, o ducentenário do seu nascimento. A personagem em questão, conhecida como a "Severa", sendo seu nome completo Maria Severa Onofriana (1820-1846), ganhou, de facto, o estatuto de ícone do Fado, por ter sido – entre lendas e história – a sólida base onde se assentou a génese do inteiro universo mítico desse género musical.

Uma visão sumária sobre aquilo que já se escreveu sobre a Severa

De acordo com José Machado Pais (2018), é impossível compreendermos, a partir de uma perspetiva que se diga antropológica, os fenómenos ligados ao mundo do Fado sem considerarmos como válidas as manifestações – incluindo aquelas derivantes das crenças que se foram ajuntando e que acabaram por criar uma dimensão mítica à parte ao longo da história desse género musical – que constituem, de facto, os alicerces sobre os quais, hoje, vale a pena voltarmos a dedicar os processos de investigação. Noutras palavras, a mitologia do Fado representa uma fonte multifacetada e plural de representações arquetípicas que faz sentido considerarmos nos processos de pesquisa, a partir do momento em que essas manifestações são partes efetivas do imaginário fadista e que, através de uma abordagem crítica, em muitos aspetos, podem inclusive contribuir para, antes de trazerem respostas definitivas sobre o assunto, motivar uma reavaliação de temáticas que, evidentemente, merecem uma dose renovada da nossa atenção como estudiosos. Nesse sentido, torna-se necessário trazermos alguma nova luz para o halo obscuro que envolve, junto com uma coroa de louros, a figura da Severa, cuja história de vida representa um caso bastante espinhoso. Com efeito, até hoje sobre a sua vida nos foram legados pouquíssimos dados certos que foram empregados na elaboração da sua biografia; pelo contrário, abundam os relatos anedóticos, ficcionais e vários outros tipos de testemunhos depostos por outros indivíduos, incluindo-se nesse último grupo alguns contemporâneos seus.

Neste artigo, para trazer elucidações sobre essa questão «bicuda», aproveitando-se também esta oportunidade para assim emendar várias imprecisões, vão ser considerados, principalmente, os depoimentos sobre a Severa contidos nas seguintes obras: o romance *A Severa* (1901) de Júlio Dantas, *História do fado* (1903) de Pinto de Carvalho (Tinop), *A triste canção do sul* (1904) de Alberto Pimentel, *Severa* (1936) de Júlio de Sousa e Costa e *A mitologia fadista* (1974) de António Osório. Vale a pena salientar que todos esses volumes foram, no ano de 2016, reimpressos para formarem parte de uma coletânea chamada «Os livros mais afamados do Fado», em edições fac-similadas que reproduzem o conteúdo e o visual das obras originais, publicadas ao longo do séc. XX, sendo todas elas precedidas por prefácios escritos por Rui Vieira Nery, autor de *Para uma história do fado* (2004), que será considerado com particular atenção por ter sido o último investigador, entre os outros mencionados, a dar a sua contribuição para este assunto. Como é expectável, esses não são os únicos autores que escreveram sobre a Severa, mas, por serem seus escritos considerados obras canônicas dentro do circuito da literatura sobre o Fado, é possível retirar, através da leitura dos seus trabalhos, uma série de elementos bastante elucidativos para formar uma ideia sobre a temática em causa. Ora, a partir do verbete dedicado à biografia da fadista, retirado do *site* oficial do Museu do Fado, observa-se que:

> Através do seu registo de baptismo a 12 de Setembro de 1820, na Paróquia dos Anjos, registamos a data de nascimento de Maria Severa Onofriana a 26 de Julho de 1820, o local do seu nascimento terá sido na Rua de Madragoa (actual Rua Vicente Borges nº33), onde sua mãe tinha uma taberna. Filha de Severo Manuel de Sousa, natural da freguesia de S. Nicolau em Santarém, e de Ana Gertrudes, nascida em Portalegre. O casal havia celebrado matrimónio a 27 de Abril de 1815, na Paróquia de Santa Cruz da Prideira [*sic*] de Santarém.

1 Site oficial do centenário de nascimento de Amália Rodrigues (https://centenarioamaliarodrigues.pt/; Consultado em 03 de junho de 2021).
2 Realizada no âmbito de uma parceria entre o Museu do Fado, o jornal Público e a editora A Bela e o Monstro.
3 Para a realização deste trabalho foi, por exemplo, também consultado o capítulo intitulado à Severa no volume *Os Excêntricos do meu Tempo* (1891), de autoria de Luís Augusto Palmeirim.

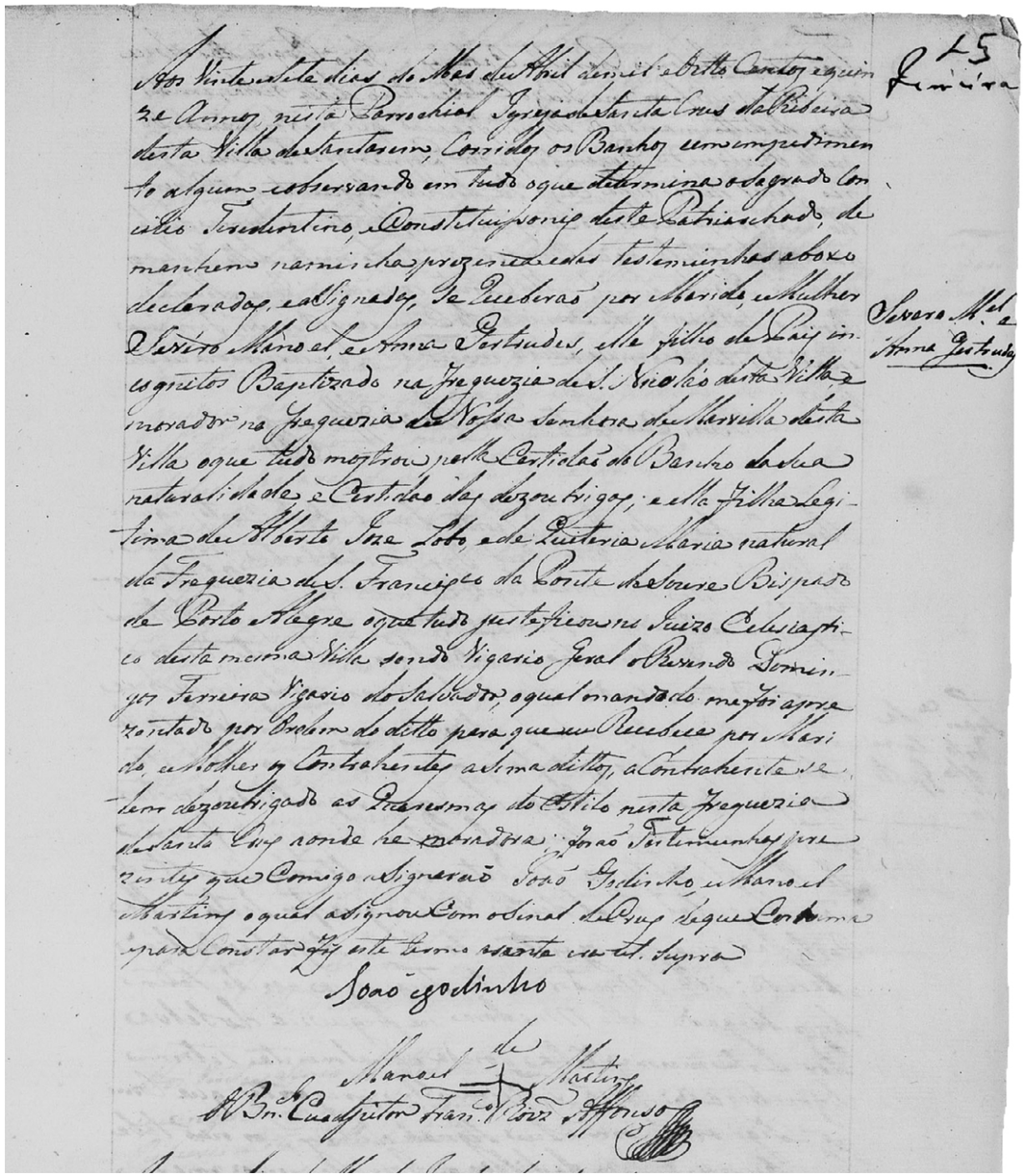


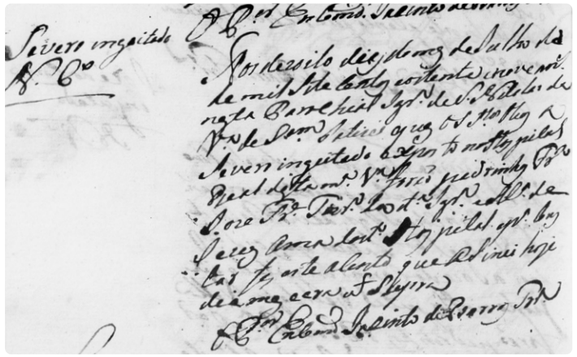
Fig 1 (na página anterior)
Paróquia de Santa Cruz, Livro 1 de registo de casamentos
PT/TT/PRQ/PSTR29/002/00001
"Imagem cedida pelo ANTT"

Antes de mais, é preciso logo emendarmos esse erro – talvez mais ditado por uma desatenção na digitação do que a causa de um descuido na interpretação paleográfica – dado que o casamento foi celebrado sim na Paróquia de Santa Cruz, mas da *Ribeira* de Santarém, tal como se poderá apreciar após uma atenta leitura da palavra final, situada na segunda linha, do documento reproduzido na imagem anterior (fig. 1), que representa a certidão do casamento celebrado entre Severo Manuel de Sousa e Ana Gertrudes, pais de Maria Severa. Ora, tendo em mente o que foi postulado no início desta seção do presente artigo, de acordo com o pensamento de Machado Pais, começaremos por analisar a descrição que o escritor Júlio Dantas fez da Severa, considerando aqui apenas alguns excertos do seu romance publicado em 1901. Esse autor famoso sobretudo por ter sido objeto do *Manifesto Anti-Dantas* de Almada Negreiros, depois de ter descrito os reveses da mãe cigana da Severa, que nessa obra se chama Cesária, diz-nos o seguinte sobre a protagonista que dá o nome ao romance:

> Nasceu-lhe daí a tempos uma filha, que podia ser de tôda a gente, incluindo o chantre e o alveitar. Ela mesma a criou. Deram-lhe o nome de Severa (DANTAS, 2016, p. 60).

A partir desse breve excerto, em que a Severa é retratada como a filha de uma prostituta cigana, pode-se facilmente entender como essas duas caraterísticas próprias da personagem motivariam, desde uma perspetiva de verossimilhança ficcional, o fato de enquadrar a vida dessa mulher dentro de um contexto de marginalidade mais agravada naquela época histórica. Contudo, nesse aspeto, é fundamental também considerarmos as palavras de Rui Vieira Nery. Com efeito, segundo nos informa esse musicólogo ao longo do seu texto «Morra a Severa, Morra! Pim!» (2016) que serve de prefácio à versão reeditada do romance *A Severa*, apesar de não haver nessa obra de Dantas pretensão alguma de tecer um retrato histórico fidedigno, tanto o romance como a peça teatral de sua autoria sobre a mítica figura do Fado contribuíram, de forma decisiva, a incidir sobre a construção – quer em termos figurativos, quer em termos genealógicos – de uma personagem que foi, assim, reivindicando com mais direito o seu lugar dentro do imaginário desse género musical português. Entretanto, a rigor de lógica, é muito mais provável que essa presumida e eventual ligação com a pertença de Maria Severa Onofriana à etnia cigana possa ser reconduzida antes ao lado paterno do que ao materno. Isto porque o pai – que, contrariamente ao que escreveu Júlio Dantas, estava devidamente identificado na pessoa de Manuel Severo de Sousa – é comprovadamente filho de pais incógnitos, como se lê tanto na certidão de casamento anteriormente apresentada como no assento de batismo (fig. 2) que se julga ser do próprio. Ora, parece que não caiba lugar para dúvidas sobre o facto da Severa ter sido, em vida, prostituta. Assim, de resto, está atestado também no seu registo de enterramento – transcrito em apêndice do livro *Severa* de autoria de Júlio de Sousa e Costa e digitalizado no valioso artigo de Francisco Santana intitulado «Maria Severa Onofriana» – no qual figura tanto o seu estado civil de "solteira" como a sua profissão de "meretriz" (COSTA, 2016, p. 177; SANTANA, 1984, p. 28). No entanto, se não houver qualquer tipo de incerteza em relação à sua profissão, é preciso dizer que não se pode aplicar a mesma assertividade no que toca à sua eventual ligação ancestral à etnia cigana.

Fig 2 Paróquia de São Nicolau, Livro 5 de registo de baptismos
PT/TT/PRQ/PSTR20/001/00005
"Imagem cedida pelo ANTT



Sobre essa última possibilidade, posicionaram-se de maneira similar Pinto de Carvalho (Tinop) e Alberto Pimentel, ambos negando categoricamente que a Severa fosse de etnia cigana, chegando até a fazer alusões àqueles autores – talvez referindo-se de forma implícita ao próprio Júlio Dantas – que, segundo a visão desses dois estudiosos, podem ter proporcionado uma transfiguração da realidade histórica. Assim sendo, nas palavras de Tinop, "Maria Severa (...) não era cigana como propalou a lenda, mas nascera na Madragoa" (CARVALHO, 2016, p. 46); por outro lado, embora em um primeiro momento Pimentel declare que "muitas pessoas suppunham, e eu com ellas, que a Severa pertencia, pela sua origem, a essas hordas de ciganos errantes" (PIMENTEL, 2016, p. 141), logo emenda essas afirmações servindo-se do testemunho de Miguel Queriol. Com efeito, o depoimento desse último, que parece invalidar por completo essa hipótese sobre a origem étnica da Severa, é considerado pelo autor d'*A triste canção do sul* como fidedigno pela "auctoridade de contemporaneo" que Miguel Queriol possuía, dado que, agora nas palavras de Rui Vieira Nery, "era nos anos 40 [de 1800] um jovem boémio do círculo íntimo do Conde de Vimioso" (NERY, 2004, p. 46). Inclusive, parece seguir essa mesma corrente de pensamento, a qual excluiria qualquer possibilidade de uma "Severa-cigana", também António Osório, que, para além de servir-se, como Pimentel, das descrições dessa mulher oferecidas por Miguel Queriol e por Luís Augusto Palmeirim, atribui a Tinop o mérito de ser quem recolheu mais informação sobre a biografia dela. Neste ponto é necessário evidenciar um facto bastante significativo, que entra em contraste com a informação que se acaba de referir pouco acima. Com efeito, António Osório, recuperando tanto Tinop como Pimentel, afirma que "do pai da Severa nada se sabe" (OSÓRIO, 2016, p. 29), sendo essa última consideração errata, conforme se podia averiguar através da análise do assento de matrimónio dos pais de Maria Severa ou, noutra eventualidade, a partir da leitura atenta do livro mencionado de Júlio de Sousa e Costa que, tendo sido publicado pela primeira vez em 1936, já trazia consigo, na transcrição da certidão de óbito, a informação sobre o nome do pai, isto é, Severo Manuel de Sousa.

De todos os estudiosos aqui contemplados, Rui Vieira Nery é, como é evidente, aquele que por último, em termos cronológicos, publicou os resultados da sua pesquisa sobre o assunto. Inclusive, no seu livro *Para uma história do Fado*, Nery abre o segundo capítulo com uma seção titulada «A saga mítica de Maria Severa». Ora, sem esquecermos que esse musicólogo cuidou de todos os prefácios das obras pertencentes à coletânea «Os livros mais afamados do Fado», podemos ver como no excerto a seguir é sintetizada, em guisa de visão sumária, a questão das notícias biográficas da Severa:

> Para lá do facto de ter nascido em 1820 não sabemos muito da sua vida, dado que uma boa parte das informações que se lhe referem provêm de uma tradição oral póstuma que lhe foi acrescentando múltiplos episódios de duvidosa veracidade. Apontam-se-lhe vários amantes passageiros (...), mas a sua celebridade advém-lhe, antes de mais, da relação amorosa relativamente estável que já a partir dos vinte anos mantém com o Conde de Vimioso, D. Francisco de Paula Portugal e Castro (NERY, 2004, p. 65).

E, logo na página seguinte, Nery explana de maneira mais pormenorizada aquelas que teriam sido as «regalias» derivantes desse relacionamento entre a Severa e o Conde de Vimioso:

> A sua ligação prolongada à jovem prostituta da Mouraria não poderia (...) deixar de se traduzir para Maria Severa numa aura acrescida de prestígio nesse mesmo meio, para lá de lhe dar oportunidades alargadas de exibição das suas qualidades de fadista perante um público de jovens oriundos da elite social e intelectual portuguesa (NERY, p. 66).

Feita exceção, como é óbvio, para os dados certos que nos dizem que a Severa morreu aos vinte e seis anos, não haveria, conforme nos diz Nery, muita mais margem para acrescentar-se algo de verídico dentro da biografia da mítica prostituta da Mouraria. Como se poderá constatar em breve, também esse tipo de considerações vai merecer – tal como as lacunosas afirmações acerca do pai da Severa – uma reavaliação bastante integral, permitindo dessa maneira que, face às novas evidências, se possa ponderar concretamente a reescritura da biografia de Maria Severa Onofriana. Tudo isto deve ser levado a cabo tendo-se em conta, ainda por cima, as seguintes palavras – quase a colocar um ponto final sobre o assunto – arremessadas por Nery, decerto não por mero acaso, no final da seção dedicada à Severa:

> (...) o mito da Severa continuará (...) a alimentar especulações entusiásticas, algumas delas geradoras de debates apaixonados sobre a autenticidade – quase sempre, de facto, bastante duvidosa – de descrições literárias, iconografia (...) ou objectos pessoais (...) que entretanto foram periodicamente vindo a lume. No caso vertente pouco importa (...) a veracidade histórica dos relatos históricos e dos seus suportes materiais: o crescimento do mito é (...) uma simples dimensão icónica adicional do próprio alargamento da realidade socio-cultural em que entretanto se vai convertendo o Fado e para a qual a figura lendária de Maria Severa funcionará como um poderoso elemento agregador (NERY, p. 71).

Sem querer-se, de jeito algum, retirar ênfase dessa última e tão sugestiva afirmação desse musicólogo, cabe, porém, colocar uma legítima interrogação, com a qual se pretende entrar em contraste direto com a superficialidade da primeira parte desse pronunciamento: será que foram deveras descobertas e analisadas todas as evidências disponíveis para reconstruir, corretamente, a vida de Maria Severa Onofriana para, com as palavras de Pimentel, "se chegar a reatar um tenue fio de verdade histórica"(PIMENTEL, p. 142)? Esta pergunta – evidentemente retórica – vai ter resposta na seguinte parte deste artigo.

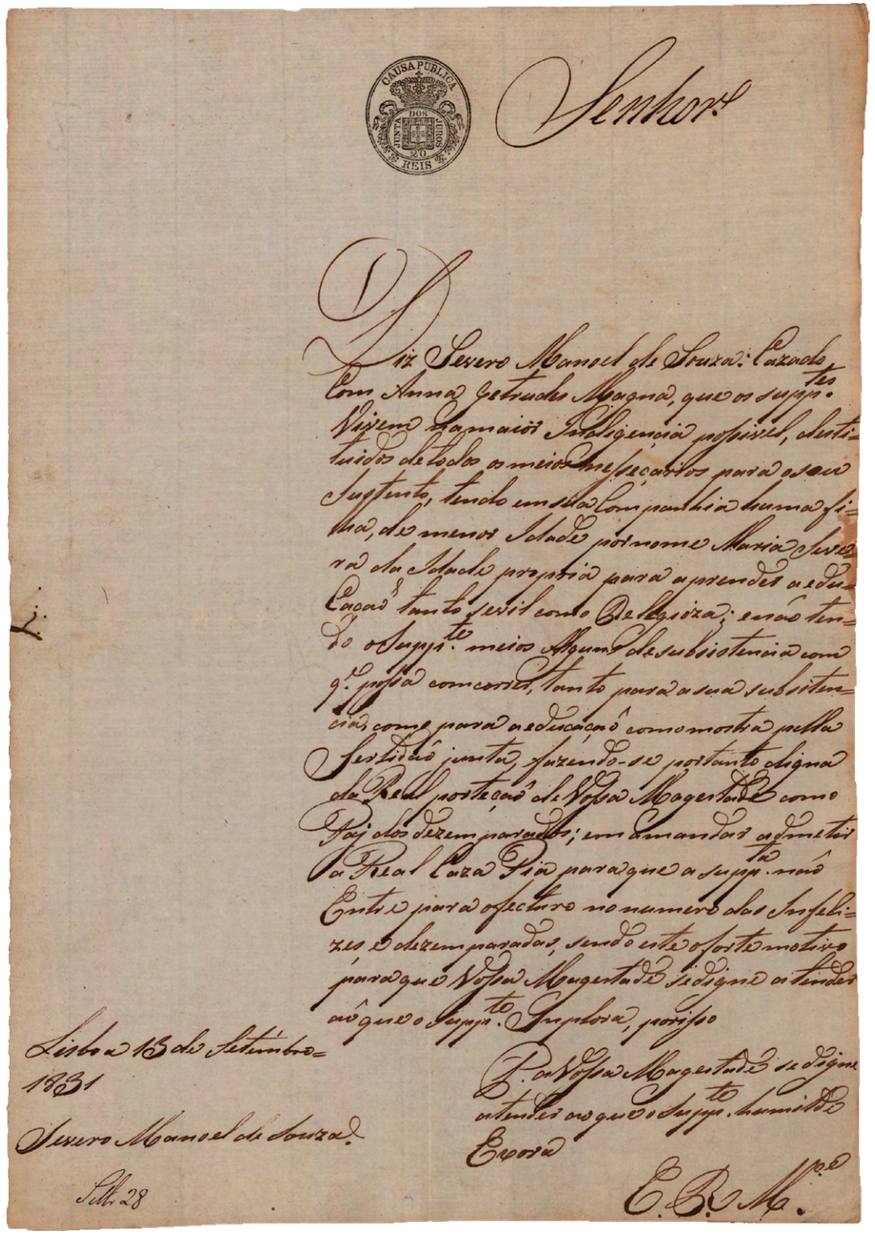
«Novos» documentos sobre a Severa

Passo agora a mudar o registo formal utilizado neste trabalho, não tanto no intuito de sancionar a «posse» sobre uma descoberta de novas evidências que vão reformular, inevitavelmente, o que até agora foi escrito a propósito da biografia da Maria Severa Onofriana; pelo contrário, pretendo reivindicar a importância do papel da intuição dentro do processo investigativo que, no caso desta minha experiência particular, teve que se afastar bastante daquela área de ação mais de apanágio de uma classe de pensamento mais académico-científico para mergulhar dentro de todas as infinitas possibilidades existentes dentro do universo mítico do Fado, em total coerência com o postulado inicial de José Machado Pais. Como foi afirmado inicialmente, há dois elementos – características, aliás, da própria figura mítico-histórica da Severa – que estão ligados ao mundo da marginalidade e da discriminação. Desses dois elementos, aquele que diz respeito à possibilidade de Maria Severa Onofriana ter sido de etnia cigana foi o móvel que me motivou a questionar um depoimento como aquele de Miguel Queriol que, se na visão de diversos estudiosos foi considerado um valioso e fidedigno testemunho, na minha visão podia até conter algumas afirmações que mereceriam, por se tratar apenas de meras suposições, mais fôlego em outro trabalho. Entretanto, foi precisamente essa «questão cigana», de certa maneira deixada em aberto, que motivou uma pesquisa mais aprofundada em torno das raízes genealógicas da Severa. Posto isto, foi apenas necessário juntar algumas pontas soltas para reencaminhar o processo de investigação para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; daí, feita uma rápida pesquisa no arquivo digital, encontrei um documento, ou melhor um requerimento (fig. 3), com o qual Severo Manuel de Sousa, marido de Ana Gertrudes Magna, solicita a admissão da sua filha, Maria Severa, na Real Casa Pia, motivando o seu pedido face ao grave estado de indigência e miséria em que se encontra o seu agregado familiar. Para além disso, o que é de grande importância ao longo desse documento é o constar da justificada preocupação, expressada por parte do requerente, que a sua filha não se junte ao "número das infelizes e desempregadas". Inclusive, acompanha como anexo desse requerimento uma certidão (fig. 4), emitida pelo Prior Encomendado, devidamente identificado no documento como Manuel Ignácio Pereira de Castro, em que não só se reitera o receio acerca da quase inelutável condição de infelicidade em que se encontraria no futuro próximo a jovem Maria Severa, mas também – e sobretudo – em que se alude em concreto à sombra do mundo da prostituição de que, como se lê no mesmo texto, "a pobreza é o primeiro móvel". Aliás, essa declaração nada mais é do que um atestado com o qual, através da autoridade do dito Prior Encomendado, Severo Manuel de Sousa, pai da Severa, pôde avançar esse pedido completo (fig. 5) para que a sua filha pudesse dar efetiva entrada na Real Casa Pia. Portanto, uma vez que for definitivamente corroborado que essa Maria Severa corresponda à própria Maria Severa Onofriana de quem se está a falar neste artigo, é preciso reconhecer que, no mínimo, tudo isto mudaria, como se diz vulgarmente, todas as cartas que estão no jogo.

4 De todos os autores que escreveram sobre a Severa aqui considerados, Rui Vieira Nery é o único que, tal como Júlio de Sousa e Costa, reporta o nome completo do pai dela.

5 O documento é identificado pelo seguinte código de referência: PT/TT/MR/EXP/051/0276/00057.

6 Esse "Magna" acrescentado ao nome de Ana Gertrudes é um elemento que precisa de alguma atenção, pois poderia, em última instância, invalidar a hipótese de ligação com a Ana Gertrudes, mãe de Maria Severa Onofriana. No entanto, é sensato pensarmos que o apelido "Magna" fosse o natural complemento escolhido para o nome de Gertrudes, dado que a Santa homónima tinha como epíteto, justamente, "Magna", isto é, "a Grande".



Senhor

Diz Severo Manoel de Souza: Casado com Anna Gertrudes Magna, que os Supp.tes Vivem na maior Indigencia possivel, destituidos de todo o meio de Subsistencia para o seu Sustento, tendo em sua Companhia huma filha, de menos Idade, por nome Maria Severa do Supp.te proprio para a prender a educação tanto Civil como Religiosa; e não tendo o Supp.te meio Algum de subsistencia como q.r possa concorrer, tanto para a sua subsistencia como para a educação como mostra pella Certidão junta, fazendo-se portanto digna da Real protecção de Vossa Magestade Como Pay dos dezem parecido; em Consideração a tomar o Supp.te para a Real Caza Pia para aque a Supp.te não Cauze prejuizo no numero dos Infelizes dezem parados, sendo este o fim motivo para que Vossa Magestade se digne attender ao que o Supp.te Implora, provido

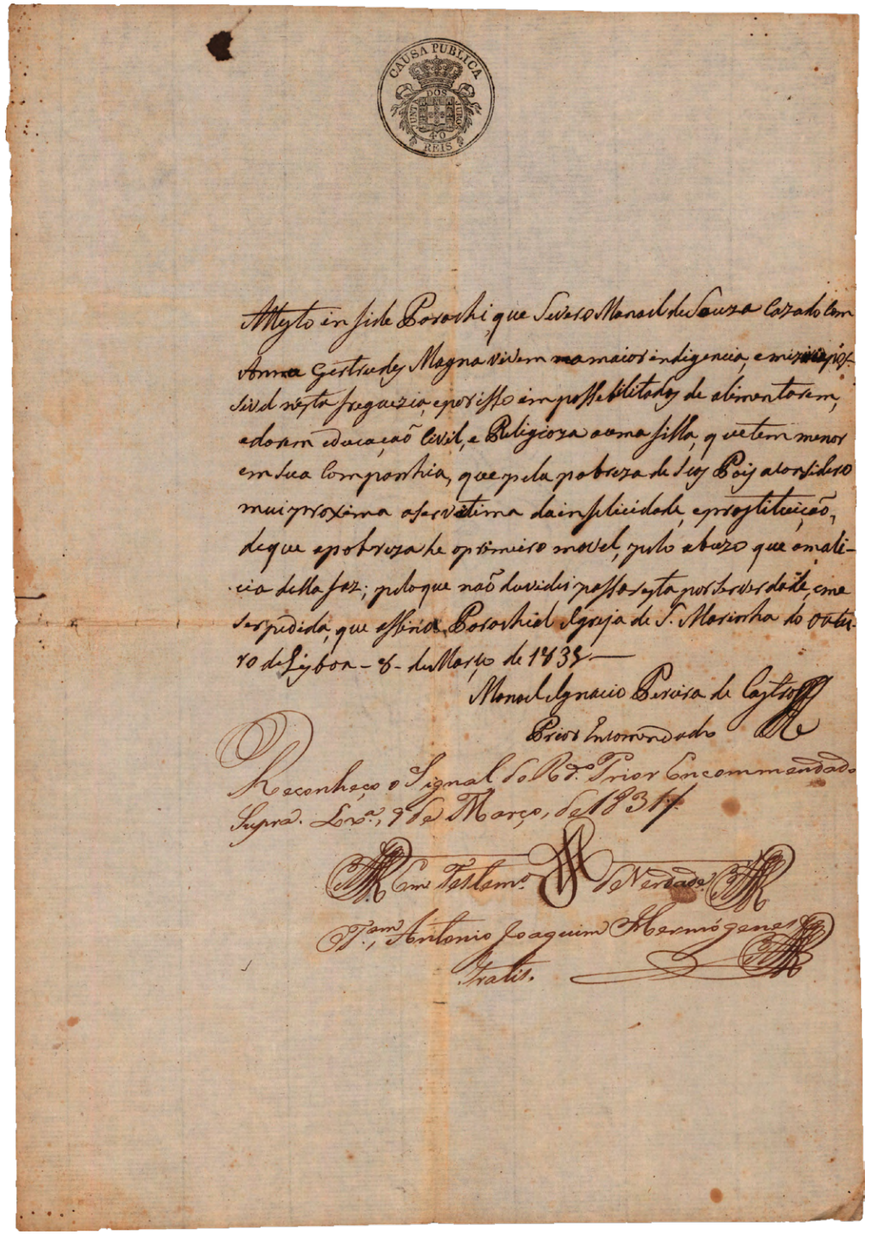
Lisboa 15 de Setembro 1831

Severo Manoel de Souza

Pa Vossa Magestade se dignar attender ao que o Supp.te humildemente Expoem

E.R.M.ce

Sel. 28



Attesto em fide Parochi que Severo Manoel de Souza Casado com Anna Gertrudes Magna vivem na maior indigencia, e miseria por falta de meyos de subsistencia, e por isso impossibilitados de alimentarem, e darem educação Civil, e Religiosa a sua filha, q vem a ter menor em sua companhia, que pela pobreza de seus Pays ahordinario muy proxima a observancia da Imfelicidade, e prostituição, de que a pobreza he o primeiro movel, pello abuzo que ensalcia della faz; pello que não duvido passar esta por ordem do dito, em fe provida, que assina. Parochial Igreja de S. Mariotha do Otteiro de Lisboa - 8 - de Agosto de 1833 —

Manoel Ignacio Barcia de Castro

Prior Encommendado

Reconheço o Signal do R.do Prior Encommendado Supra. Lx.a 9 de Março de 1834

Em Testemunho da Verdade

P.e Antonio Joaquim Marmó ganes

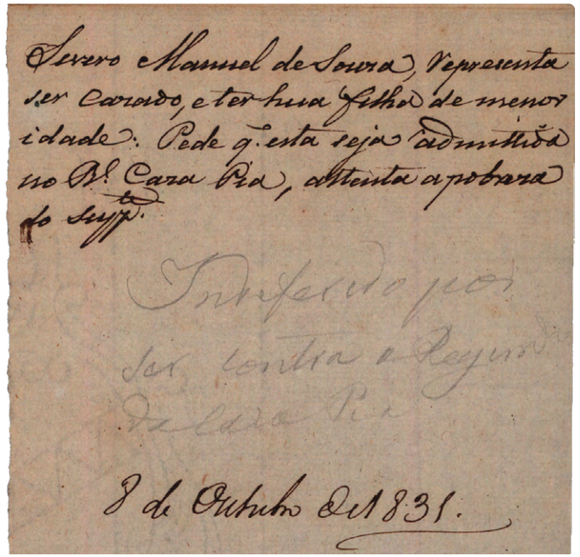
Notario.

Fig 3 e 4 (na página seguinte)
Ministério do Reino,
mç. 919, proc. 57
PT/TT/MR/EXP/051/0276/00057
"Imagem cedida pelo ANTT"

Neste sentido, este conjunto de documentos – e encerro aqui o breve parêntesis de relato formal na primeira pessoa – seria crucial por várias razões. Com efeito, figura nessas poucas linhas a prova de que, de facto, os pais da Severa se encontrariam em uma comprovada e atestada situação de grande vulnerabilidade por falta dos mais mínimos meios de sustento económico. No entanto, se o pedido efetuado – e assinado pelo pai – não afasta totalmente a possibilidade de que na prática a Severa tivesse sido, em um segundo momento, explorada e lançada ao mundo da prostituição pela mãe, conforme sustenta Pimentel, pelo menos abre espaço para multíplices questionamentos e dúvidas acerca de certas dinâmicas que envolvem a própria Ana Gertrudes – que era, nas palavras de Nery, "uma célebre prostituta da Mouraria conhecida pelo sobrenome de «Barbuda»" (NERY, p. 2004) – e a sua filha. Além disso, é interessante notar que foi Tinop quem já mencionara, involuntariamente e de forma indireta, a Real Casa Pia enquanto pretendia traçar na sua obra *História do Fado* o perfil topográfico do bairro da Mouraria aquando dos tempos da Severa (CARVALHO, p. 51). Paradoxalmente, vemos como esse pedido de admissão de Severa para a Casa Pia se ligue mais ao que podemos retirar do campo ficcional criado por Júlio Dantas, ao contrário daquelas que nos são fornecidas como fontes que se atestaram, durante muito tempo, como «mais históricas». Pois, como se lê no romance, "a pequena Severa recolhera oito dias depois da primeira visita da mãe a S. Vicente" (DANTAS, p. 115), sendo isso consequência do facto que a mãe, por ter voltado a encontrar um clérigo "que conhecera de gingeira a cigana [Cesária]" (DANTAS, p. 111), ele, por suspeitar ser o pai da Severa, resolve pagar a "mesada" à criança no colégio até ao momento em que, de repente, após a sua morte, retorna essa incumbência nas mãos da Cesária. Com isto, surgem as seguintes perguntas: o que foi da vida da Severa a partir do momento em que, formalizado o supradito pedido em data de 8 de outubro de 1831, ela teria sido admitida, supostamente, no interior da instituição de assistência social da Real Casa Pia? Qual é o elo entre este último acontecimento e o começo da sua atividade como meretriz e, juntamente, de cantadeira?

7 Sem esquecermos que a mãe de Severa já tinha sido identificada, através dessa alcunha, tanto por Tinop como por Pimentel.

Figuras 5 Ministério do Reino, mç. 919, proc. 57
PT/TT/MR/EXP/051/0276/00057
"Imagem cedida pelo ANTT"



Conclusão ou começo?

Face às evidências recolhidas neste artigo, julga-se que esteja assim comprovado que se torna indispensável reconstruir e reescrever uma parte considerável da biografia de Maria Severa Onofriana. Vários e novos pontos de partida foram assentados ao longo deste texto para se dar começo à empreitada; foram, aliás, fornecidas mais peças para um caso que já era um baralhadíssimo quebra-cabeça dentro do contexto sócio-histórico lisboeta. Entretanto, é por essa mesma razão que faz mais sentido do que nunca aproveitar este ensejo para redobrar os esforços, a nível de investigação e pesquisa, para resgatar antes do que uma verdade perentória, mais elementos que permitam revocar, da forma mais fidedigna possível, a figura da Severa – esse ícone do Fado português. Para esse efeito, torna-se sem dúvida necessário, mais uma vez apelando-nos aos preciosos ensinamentos de José Machado Pais, considerarmos o estudo do Fado quase na ótica de empreender-se uma viagem dentro de um universo atemporal, cujos únicos hipotéticos limites absolutos seriam representados pelo canto e pela língua portuguesa. A Severa, figura mítico-histórica desse dilatado universo temporal, não foge à regra: desde logo, será necessário reformular a linha de pesquisa olhando para os múltiplos reflexos que o titânico prisma dessa mulher foi capaz de projetar até aos dias de hoje. Em guisa de conclusão (ou de começo?), coloca-se aqui um exemplo bastante significativo, que pode, aliás, representar nesse sentido uma pista estimulante para ser seguida. Entre os vários textos analisados, existe, de facto, um traço somático que amiúde é exaltado, sendo muito recorrente nas descrições físicas da Severa: os olhos. Assim, sejam eles "peninsulares" como reportam Tinop e Pimentel – esse último, na verdade, servindo-se em segunda mão da expressão originalmente formulada por Luís Augusto Palmeirim; ou, sejam eles "com uma expressão que jámais vi em pessoa alguma", tendo também um olhar "onde estava o seu encanto", atendendo às palavras dos testemunhos que nos diz ter recolhido Júlio de Sousa e Costa, poderia ser, seguindo uma rocambolesca intuição, motivo de retornar à possibilidade de que a Severa fosse realmente de etnia cigana. Isso não só seguindo uma outra pista misteriosa que nos legou o próprio Sousa e Costa quando reporta a possibilidade que o pai da Severa pudesse ser cigano (COSTA, p. 8-9), mas também recuperando vários pontos de contacto com algumas considerações traçadas por Adolfo Coelho em *Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão* (1892). Diz-nos esse autor, falando sobre o fenótipo cigano, que "os olhos são muito negros, muito vivos; nas ciganas justificam ás vezes o que se diz do tom mysterioso, alternativamente melancholico e alegre dos olhos das mulheres de outros ramos do povo tsigano" (COELHO, 1892, p. 183). Naturalmente, essas últimas considerações, assim colocadas, não passam de meras hipóteses, mas encontram uma correspondência bastante recorrente, em particular no mundo ficcional. No fim das contas, qual é a caraterística física que consagrou a personagem de Capitu criada por Machado de Assis? Se essa última pergunta tem, de facto, uma fácil resposta e, pelo contrário, muitos enigmas faltam por serem desvendados acerca da Severa, há, contudo, algo confortante na perspetiva de embrenhar-se por esse processo de pesquisa: o Fado há de guiar os nossos passos, pois tudo está já estabelecido e, inelutavelmente, mais cedo ou mais tarde, chegaremos lá.

8 Lembrando que, de qualquer das formas, os registos de nascimento e casamento apresentados, que envolvem a pessoa de Severo Manuel de Sousa e que o identificam como filho de pais incógnitos, acabam por deixar, necessáriamente, em aberto uma parte considerável dos costados de sua filha, isto é, Maria Severa Onofriana. Noutras palavras, Severo Manuel de Sousa poderia mesmo ter tido ascendência cigana.

Referências bibliográficas

Arquivo Nacional – Torre do Tombo, Requerimento de Severo Manuel de Sousa, solicitando que a sua filha de menor idade, seja admitida na Real Casa Pia, PT/TT/MR/EXP/051/0276/00057, (https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8067751; Consultado em 02 de junho de 2021).

CARVALHO, Pinto de, *História do Fado*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1903; reed., prefácio de Rui Vieira Nery/[S.l.]: A Bela e o Monstro / Rapsódia Final, 2016.

COSTA, Júlio de Sousa e, *Severa (Maria Severa Onofriana): 1820-1846*, Lisboa, Bertrand, 1936; reed., prefácio de Rui Vieira Nery/[S.l.]: A Bela e o Monstro / Rapsódia Final, 2016.

DANTAS, Júlio, *A Severa*, Porto, Domingos Barreira, 3ª ed., 1942; reed., prefácio de Rui Vieira Nery/[S.l.]: A Bela e o Monstro / Rapsódia Final, 2016.

Museu do Fado, "Severa", Biografia, Museudofado.pt, (https://www.museudofado.pt/index.php/fado/personalidade/severa; Consultado em 02 de junho de 2021).

NERY, Rui Vieira, *Para uma História do Fado*, Lisboa, Público, [2004] ed. revista e aumentada.

OSÓRIO, António, *A Mitologia Fadista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; reed., prefácio de Rui Vieira Nery/[S.l.]: A Bela e o Monstro / Rapsódia Final, 2016.

PAIS, José Machado, "Fados do fado: enredos, cronotopos e trânsitos culturais", *Etnográfica [Online]*, vol. 22 (1), 2018, (http://journals.openedition.org/etnografica/5210; Consultado em 03 de junho de 2021).

PALMEIRIM, Luís Augusto, "A Severa", *Os Excêntricos do meu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 285-292, Archieve.com (https://archive.org/details/osexcentricosdom00palm; Consultado em 03 de junho de 2021).

PIMENTEL, Alberto, *A Triste Canção do Sul: Subsídios para a História do Fado*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1904; reed., prefácio de Rui Vieira Nery/[S.l.]: A Bela e o Monstro / Rapsódia Final, 2016.

Registo de Batismo de Severo "engeitado", Freguesia de S. Nicolau, Concelho de Santarém, 18 de julho de 1789.

Registo de Casamento de Manuel Severo de Sousa e de Ana Gertrudes, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Santarém, 27 de abril de 1815.

SANTANA, Francisco, "Maria Severa Onofriana", *Lisboa: Revista Municipal*, ano XLV, 2.ª série, nº 7, 1.º trim. de 1984, pp. 27-31, Hemerotecadigital.cm-lisboa.pt (http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N7/N7_master/N7.pdf; Consultado em 03 de junho de 2021).



O fazer azulejos na Fábrica de Cerâmica Constância

Sílvia Pereira
Marluci Menezes

A FÁBRICA DE CERÂMICA CONSTÂNCIA

A Fábrica de Cerâmica Constância foi uma importante unidade de produção artística que, entre 1836 e 2001, operou na proximidade do Chafariz das Janelas Verdes, na vizinhança do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. A designação original da fábrica, em 1836, foi "Companhia Fabril de Louça" e era gerida por Ignácio Augusto da Silva Lisboa (Queiroz 1907, 86; Domingues 2009, 304). Ficaria também conhecida por "Fábrica dos Marianos"– por ocupar parte dos terrenos da cerca de Nossa Senhora dos Remédios, Convento dos frades Marianos –, ou "Fábrica das Janelas Verdes", por se situar na proximidade de rua com igual designação (Fig. 1) (Queiroz 1907, 86-87). Desde a sua fundação, a fábrica produziu peças de cerâmica decorativa e utilitária, e, em data incerta, passou a também dedicar-se à elaboração de azulejos. De acordo com Queiroz, em 1842 passou a pertencer a uma outra sociedade, a Companhia Constância que laborou até 1881. Wenceslau Cifka (1811-1884), um conhecido fotógrafo, artista e ceramista de origem austríaca, que veio para Portugal por influência de Rei D. Fernando II, iniciou a sua notável produção cerâmica nesta fábrica. O artista concorreu a grandes exposições internacionais como as das feiras em Londres e Paris (1878), e à exibição portuguesa de 1879, no Rio de Janeiro, tendo recebido vários prémios pelo seu trabalho (Calado 2000).

Entre 1881 e 1884 o empreendimento fabril passou a ser gerido pela firma Sequeira & Freire, sendo-lhe atribuído o nome de "Fábrica Constância" (Calado, 2000). Entre 1885 e 1896, a Constância ficaria na posse do primeiro sócio, Miguel José Sequeira (Queiroz 1907, 86; Calado 2000). Por volta de 1900, José António Jorge Pinto[3] (1875-1945) trabalhou na fábrica como pintor-ceramista criando obras de referência no estilo *Art Nouveau* (Baldin 2014, 27; Calado 2000) – de que é exemplo os azulejos da fachada da Leitaria "A Camponesa" (1913), na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Baldin 2014, 27). Entre 1921 e 1936, Viriato Silva e o artista Leopoldo Battistini constituíram uma nova sociedade para a administração da fábrica. O trabalho realizado durante este período foi apresentado em exposições internacionais, como as de Milão (1927) e Sevilha (1929), tendo Battistini merecido a atribuição de várias medalhas de ouro e um Grand Prix (Saporiti 1992, 221). Após a morte de Battistini, em 1936, a sua discípula e maior acionista, Albertina dos Santos Leitão (mais conhecida por Maria de Portugal – 1884-1971), assumiu a gestão da fábrica, que passaria a designar-se de "Fábrica Battistini de Maria de Portugal" (Lázaro 2002, 147). No decorrer deste período, foram produzidas diversas obras artísticas, de entre as quais se destacam as decorações das estações de caminhos de ferro, de mercados municipais e outras construções do Estado Novo (Calado 2000).

1 Ignácio Augusto da Silva Lisboa possuía já antes de 1836 uma fábrica cerâmica (Domingues 2009, 304).
2 Mapas acedidos em novembro de 2021 na plataforma Google Earth pro: https://www.google.com/intl/pt-PT/earth/
3 José Jorge Pinto foi discípulo do pintor Veloso Salgado (1864-1945), tendo trabalhado como pintor de cerâmica na Fábrica Constância. São também obras de referência do pintor os azulejos da anterior farmácia (1913) na rua Saraiva de Carvalho, em Campo de Ourique, e o dos quiosques dos jardins do Cais do Sodré (1916), de Arroios (1945) e de Silva Porto (1945), todos em Lisboa (Baldin 2014, 27).

Agradecimentos

Somos especialmente agradecidas a Francisco de Almeida por nos ter concedido a entrevista que fundamenta o presente trabalho, nomeadamente agradecemos a sua pronta e simpática disponibilidade.

A Paulo Matos agradecemos o contato de Francisco de Almeida, informações e documentação variada que nos forneceu.

Agradece-se ao Museu Nacional do Azulejo - MNAz, nomeadamente ao Dr. Alexandre Nobre Pais, pela gentileza em nos ter facultado o acesso a documentos do acervo do museu sobre a Fábrica de Cerâmica Constância e pelas importantes trocas de informação.

S. Pereira agradece à FCT pela sua bolsa de pós-doutoramento (SFRH/BPD/116807/2016)

Fig 1 (página seguinte) Mapas de localização da Fábrica de Cerâmica Constância e antigo Convento dos Marianos.
Em cima à esquerda: a fábrica e área de tratamento do barro localizada no canto inferior esquerdo do quarteirão/interior da cerca do Convento dos Marianos. Fonte: Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa de 1856-1858 (Folque, 2000), Plantas nº 48 e n.º 49 [Material Cartográfico, Direção Filipe Folque, Levantamento por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard, 1856].
Em cima à direita: observa-se a extensão da área de operação da fábrica. Fonte: Extrato do Levantamento da Planta de Lisboa (1904-1911), Plantas 8E e 9E [Material Cartográfico, Direção J. A. V. da Silva Pinto, 8E Desenvolvida por Abel Santos em 1910].
Em baixo: Imagens aéreas da área onde se encontrava localizada a fábrica, observando-se à esquerda a situação em 2007 e à direita em 2021, já depois da demolição das instalações fabris que ocorreu em 2018[2]. Fonte: plataforma Google Earth pro: Acesso em novembro de 2021 em https://www.google.com/intl/pt-PT/earth.









Em 1962 foi, então, adquirida, por Francisco de Almeida, voz que representa o testemunho do fazer azulejo aqui relatado. Francisco de Almeida a geriu até 2001, altura em que esta encerrou. Este alterou o nome da estrutura fabril para Fábrica Cerâmica Constância de Lisboa, Lda. (Fig. 2) e, passado pouco tempo da sua aquisição, em 1963, iniciou um processo de restruturação (Saporiti 1992, 221), modernização e simplificação dos seus processos de fabrico. Subjacente às alterações realizadas, pretendia-se satisfazer um mercado para peças feitas "à medida" e adequar os processos de produção à concorrência do mercado.

Desde este período até praticamente ao seu encerramento, a Constância integrou vários projetos de arte pública urbana, de entre os quais se destacam: o Painel da Av. Calouste Gulbenkian, da autoria do artista João Abel Manta (1928-); a decoração das torres da Fundação Cupertino de Miranda em Famalicão, da autoria de Charteres de Almeida (1935-); bem como a decoração de fachadas do Oceanário de Lisboa, cujo autor é Ivan Chermayef (1932-2017).

Para além destes artistas, durante a sua gerência, vários outros passaram pela Constância, tais como Valadas Coriel (1928-2014), Joaquim Rebocho (1912-2003), Francisco Relógio (1926-1997), Nuno de Siqueira (1929-2007), Eduardo Nery (1938-2013), Luís Pinto Coelho (1942-2001), Lima de Freitas (1927-1998), entre outros (Calado 2000; Saporiti 1992, 221).

A conjugação entre experiência e conhecimento acumulados em cerâmica associada à colaboração com vários artistas plásticos de renome, contribuiu para que, ao longo das suas várias fases, a Fábrica de Cerâmica Constância se tornasse numa referência nacional e internacional na arte de produção azulejar.

Observam-se ao longo da história da Fábrica de Cerâmica Constância várias alterações na sua estrutura e modo de funcionamento, tendo nela laborado, em esforço e partilha de saberes, um conjunto diverso de artistas, artesãos, ladrilhadores, operários, vendedores e gestores. Este artigo tem por objetivo revisitar alguns marcos da sua história fabril, nomeadamente a modernização do seu fluxo de trabalho através da introdução dos fornos elétricos, novos materiais e técnicas de fabrico. Atenta-se, sobretudo, à memória mais diretamente associada à produção mais tradicional de azulejo. Por referência, recorre-se ao relato oral conforme recolhido em entrevista realizada com o seu último sócio-gerente, Francisco de Almeida.

O testemunho sobre o qual se baseia este artigo contribui para minimizar a lacuna de conhecimento que ainda persiste sobre o processo de laboração fabril de azulejo, nomeadamente em Portugal. Revelando-nos ainda alguns aspetos da vivência de trabalho na Fábrica de Cerâmica Constância. Em específico, propõe-se dar a conhecer algumas informações relacionadas com os processos, materiais, organização e lógicas de trabalho associadas ao fazer azulejos na Constância.

Como nota metodológica, salienta-se que a entrevista a Francisco de Almeida se realizou em sua casa, em novembro de 2017, quando contava com 83 anos de idade. A entrevista apoiou-se num guião temático de questões e, como tal, foi semi-dirigida, tendo sido gravada e, posteriormente, transcrita e analisada. Nem todos os aspetos abordados na entrevista são aqui referidos, já que somente se privilegia as informações diretamente relacionadas com o fabrico de azulejo.

Fig 2 Logótipo da Fábrica de Cerâmica Constância.

CERÂMICA CONSTÂNCIA

FUNDADA EM 1836

FRANCISCO DE ALMEIDA: O ÚLTIMO GERENTE DA FÁBRICA

Com o nome completo de Francisco Alberto Gorjão Henriques de Almeida e Silva de agora em diante designado por FA, o último gerente da Fábrica de Cerâmica Constância é lisboeta, nascido em 6 de dezembro de 1933 na freguesia de São Sebastião da Pedreira. Primeiramente FA laborou nas fábricas da AEG em Estugarda e Mülheim (Rhur), ambas na Alemanha, tendo aí frequentado o curso de Engenharia Fabril. Ao todo, esteve duas vezes na Alemanha, antes e depois da tropa. Na segunda estadia, trabalhou cerca de 6 meses na fábrica de Edelstein Porzellan Fabrik em Küps, onde aprendeu o processo de produção e adquiriu ensinamentos que mais tarde lhe foram úteis. De acordo com FA:
"(…) entre a porcelana e a faiança, a diferença de produção, não vamos entrar agora em temperaturas e isso, é muito semelhante, para não dizer que é igual".

De volta a Portugal[4], em finais dos anos de 1950, trabalhou na Fábrica da Abrigada na Ota, fundada e pertencente à sua família. Ali permaneceu cinco anos, tendo sido onde aprendeu a parte industrial da produção cerâmica, vindo a montar duas linhas de fabricação de tubos de grês. O facto de falar alemão desde criança e da sua experiência e conhecimento com máquinas, facilitou a sua aprendizagem, já que:
"(…) os equipamentos de produção geralmente vinham da Alemanha e era importante para interagir com os respetivos engenheiros alemães." (FA)

Em 1962 decidiu mudar-se para Lisboa e adquirir a Fábrica de Cerâmica Constância onde trabalhou entre 1962 e 2001.

AQUISIÇÃO E GESTÃO DA FÁBRICA

Em 1962, a fábrica estava ainda na posse de Albertina dos Santos Leitão (1884-1971), conhecida por "Maria Battistini"[4] ou "Maria de Portugal".
De acordo com FA, a empresária/artista era:
"Uma senhora já com bastante idade, devia ter aí 70 e muitos. (…) Forte, muito bem-disposta, divertidíssima. (…) Porém, a senhora foi envelhecendo, a fábrica foi descaindo, descaindo…"

Em 1962, a empresa foi, então, adquirida por FA em sociedade com o irmão[5], tendo FA se tornado o seu sócio-gerente. Nesta época, os terrenos da fábrica ainda eram alugados. FA ponderou mudar a fábrica para fora da zona central de Lisboa, mas:
"(…) era preciso tirar de lá o pessoal todo e não se chegou a concretizar essa mudança".

Porém, somente alguns anos depois é que os terrenos foram adquiridos por ele:
"(…) já em 70 e qualquer coisa (…). Alguns anos mais tarde (…), parece-me que foi depois do 25 de abril, um bocado bom (…)." (FA)

FA passou, depois, a contar com mais dois sócios: o Dr. Vítor Martins, economista, e o Engenheiro Belga Luís Robert. O interlocutor observou que:
"O Dr. Vítor ficou a dirigir a parte de secretaria, tudo quanto era papelada como se costuma dizer (…), e o Robert ficou um bocado, digamos, como diretor da fábrica, a gerir a fábrica. (…) E, por trás, estava eu. Tinha lá o escritoriozinho no meio do jardim e sentávamos-mos todos os dias em contacto. Aquilo era ali a 10 metros mesmo (…). E, a parte técnica propriamente de cerâmica, era eu." (FA)

4 Albertina dos Santos Leitão era discípula de Leopoldo Battistini, assumindo a gestão da fábrica após o seu falecimento.
5 FA refere 1962 como o ano de aquisição da fábrica. Porém, outras fontes também mencionam como tendo sido o ano de 1963 (Saporiti 1992, 220; Calado, 2000)

O ESPAÇO DA FÁBRICA

Situada na zona de Alcântara (Lapa) e possuindo uma área de terreno generosa (Fig. 1) a fábrica tinha uma localização e condições de operação privilegiadas. Segundo FA:
"A fábrica tinha um terreno de 2.700 m² na rua (*de São Domingos*[6]) à Lapa (…). Aquilo era um pátio muito grande, relativamente grande, onde havia para aí umas 6 ou 7 empresas (…) e uma delas era a Constância (…). Era de facto muito apetecível para a construção civil."[7] (FA)

No mapa da implantação das instalações da Fábrica de Cerâmica Constância (Fig. 3) consegue-se observar as distintas partes da sua organização. É de notar que esta tinha a zona de produção de loiça (áreas 11 e 12) e do azulejo (áreas 3 a 5) em sítios separados. Destaca-se também o local dos antigos fornos a lenha (áreas 1 e 2), que foram posteriormente substituídos pelos elétricos (área 5).

6 Os conteúdos entre parêntesis e em itálico referem-se a esclarecimentos fornecidos pelas autoras.
7 Provavelmente FA faz alusão ao facto de que o terreno de implantação da Fábrica ter sido adquirido para ali ser implantado um condomínio habitacional.



Fig 3 Mapa da implantação e designação das instalações da Fábrica Cerâmica Constância. Legenda: 1 e 2 - fornos "velhos" desativados; 3 - zona das máquinas de vidrar e Armazém; 4 - zona de vidrar antiga; 5 - fornos e produção; 6 - estampilha; 7 - serigrafia; 8 - produção/pintura manual (1º piso); 9 - produção/pintura manual (2º piso); 10 - Casa do Elon; 11- modelagem de formas; 12 - olaria; 13 e 14 - laboratório; 15 - oficina; 16 - escritório e atendimento ao público; 17 - escritórios; 18 - escritório (de DFA); 19 - escritório da administração; 20 - arrumo de matérias primas e embalagens (2 pisos); 21 - armazém de sobras; 22 - arrecadação velha; 23 - encomendas acabadas; 24 - cozinha e refeitórios; 25 - vestiário das mulheres; 26 - instalações sanitárias (homens); 27 - instalações sanitárias (mulheres); 28 - jardim; 29 - estacionamento; 30 - portão de correr. Imagem modificada por Sílvia Pereira. Espólio do Museu Nacional do Azulejo.

OS TRABALHADORES E A DIVISÃO DO TRABALHO

Em 1881, a Constância contava com 40 operários (Domingues 2009, 304). Mas segundo FA, em 1962, a fábrica teria apenas cerca de 7 empregados. Saporiti (1992, 221) advoga que, em princípios dos anos de 1990, atuavam cerca de 80 pessoas na fábrica e, de acordo com documentos consultados[8], em finais do século XX, contaria com 74 trabalhadores (Menezes e Pereira 2018, 75). Conforme o relato de antigos colaboradores, em 1998, 50% dos que laboravam na fábrica dedicavam-se aos trabalhos de pintura (estampilha[9], manual[10] ou serigrafia[11]). A atividade da pintura de estampilha era realizada por mulheres, estando também maioritariamente representadas na atividade da pintura manual e artística (Menezes e Pereira 2018, 78). Segundo observou FA:

"Os pintores estavam divididos entre os de estampilha e os pintores propriamente. (…) Não havia desníveis acentuados, quer dizer marcados (…). Agora que havia pintores melhores do que outros havia. Há sempre. E uns que gostavam mais de fazer umas coisas, outros que gostavam mais de fazer outras (…). E quando se começa a ser um artista, o gosto que uma pessoa tem ou não em fazer um trabalho, reflete-se um pouco no produto final. Com menos boa-vontade é mais difícil a coisa sair bem." (FA)

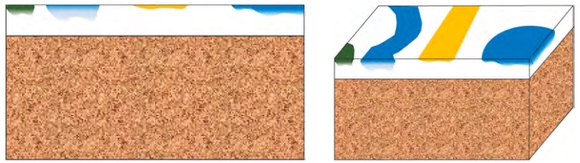
8 Registo de trabalhadores da fábrica no ano de 1998. Espólio do Museu Nacional do Azulejo.
9 Na pintura por estampilhagem, é colocado um papel encerado com o desenho em aberto (estampilha) sobre a superfície vítrea (por cozer), pintando-se de seguida com uma trincha.
10 Pintura manual a pincel sobre a superfície de vidrado (por cozer), marcando-se previamente (ou não) através da utilização de uma "boneca" com carvão moído o desenho picotado em papel vegetal.
11 Na pintura por serigrafia uma seda é utilizada com o desenho em aberto, forçando-se a passagem da tinta através da malha para a superfície vítrea (geralmente já cozida) do azulejo.

O AZULEJO E SEU PROCESSO DE FABRICO: BREVES APONTAMENTOS

O azulejo português tradicional é um material compósito que possui uma base cerâmica, a chacota e uma camada de vidrado (Fig. 4). A chacota[12] é composta por uma pasta argilosa rica em cálcio, sendo cozida por volta dos 1000º C (enchacotada) antes de ser vidrada. O vidro é tradicionalmente constituído por óxido de chumbo (fundente principal), óxido de estanho (o opacificante que lhe dá a cor branca), outros compostos fundentes (sal ou cinzas de plantas ricas em compostos alcalinos) e areia. O chumbo e o estanho na sua forma de metal são, no processo de produção do vidrado, primeiramente oxidados num forno de reverbero[13] e transformados num pó claro. Estes são depois misturados com o sal e a areia, sofrendo seguidamente um processo de cozedura ou de "fritagem"[14]. O vidro resultante desta fritagem é, então, moído até se tornar um pó fino que é suspenso em água para a realização da vidragem. O processo de vidragem era geralmente realizado através de imersão da superfície da chacota nesta suspensão ou por derrame desta sobre a chacota. A pintura é depois executada sobre esta camada de pó de vidrado compactado. O azulejo é, por fim, levado a cozer a uma temperatura de cerca de 950-1000º C. Após a cozedura obtém-se, assim, o azulejo com a camada de vidrado ligada à chacota e com os correspondentes pigmentos da pintura incorporados no vidrado.

12 Corpo cerâmico do azulejo depois da primeira cozedura e antes da segunda (vidragem).
13 O forno de reverbero é geralmente pequeno e utilizado na preparação da "calcina" ou "queima" (mistura de óxidos de chumbo e estanho) através da calcinação do chumbo e estanho, a partir da sua forma de metálica. Nos fornos de reverbero o combustível não entra em contacto direto com o material a ser processado (chumbo e estanho), sendo o calor e produtos de combustão defletidos pelo teto na direção da superfície dos materiais.
14 O processo de "fritagem" envolve a mistura de matérias-primas cerâmicas, seguido pela sua cozedura (formando um vidro) e moagem. Tem o objetivo de ajudar melhorar o processo de vidragem através da insolubilização de alguns dos materiais utilizados, evitar a libertação de gases que podem produzir defeitos durante a cozedura, reduzir a temperatura de fusão e permitir obter vidrados mais homogéneos e de melhor qualidade. Na produção do vidrado à "calcina" ou "queima" (mistura de óxidos de estanho e chumbo) são misturados o sal e a areia. Esta mistura é fundida e moída produzindo, assim, a frita que é aplicada à chacota (no processo de vidragem).

Fig 4 Esquemas das camadas constituintes de um azulejo. À esquerda: corte em perfil observando-se a camada de vidrado com pigmentos da decoração incorporados. À direita: vista do azulejo em perspetiva. Imagem da autoria de Sílvia Pereira.



REORGANIZAÇÃO DA FÁBRICA E ALTERAÇÃO DAS TÉCNICAS E MATERIAIS DE PRODUÇÃO

Logo após a compra da fábrica, FA constatou a necessidade da sua reorganização com vista a simplificar o processo de produção e ajustá-lo à sua execução em meio urbano, tornando-o economicamente viável, considerando ainda que isto iria melhorar as condições gerais de trabalho dos que nela laboravam. Iniciou, assim, durante os primeiros cinco anos, um processo de intensa modernização da fábrica:

"Depois é que se verificou que de facto *(antes da modernização)* estávamos a fazer dentro de Lisboa uma produção industrial pesada no fundo, com fornos, com prensas, com milhares de barro (…), e que mais valia comprar feito (*a chacota*), que acabava por ficar igual. (…) Os azulejos (*chacotas*) começaram (então) a ser prensados, que não tem nada a ver também com os azulejos (*chacotas*) antigos(as)[15] e estragou-se muita coisa pelo caminho. Em toda a parte, não penso que fui só eu." (FA)

FA refletiu principalmente sobre a necessidade de alterar os fornos a lenha, que a nível operacional eram de grande exigência física. Esta mudança originou também a necessidade de adaptação das matérias-primas e dos processos ao modo de operação dos novos fornos. Como referido pelo entrevistado:

"No início era tudo a lenha por isso deve ter sido para aí três anos depois *(que se alterou para os fornos elétricos)*, então, em *(19)*65. Mas, não lhe posso garantir". (FA)

Segundo FA, não demorou muito tempo a substituir os fornos, porque:

"(…) aquilo era insuportável, era desumano". (FA)

"(…) Fornos elétricos uma pessoa vai para casa tem um alarme. Há uns que ligam para o telefone do técnico, quando está a apitar ou qualquer coisa e vai-se lá ver o que é que se passa." (FA)

"Com os fornos elétricos mudou tudo. (…) Não fiz (*o vidro base*) durante muito tempo, cerca de 5 anos e depois foi-se passando para os vidros já feitos. (*Antigamente*[16]) Juntava-se óxido de chumbo, óxido de estanho, sal, que tinha muita importância, eu tenho a impressão que foi por esse lado que tive de fugir depois aos (*vidrados*) que fazíamos lá porque as resistências dos fornos elétricos não aguentam o ácido clorídrico que sai do sal e ia-se desfazer tudo. E eu, ciente disso, disse que tínhamos de mudar para um vidro que venha já composto[17], quer dizer que o que tinha de cloreto a sair, saiu. Tem de alterar tudo[18]. Quando se mexe numa coisa destas vai tudo, muda-se tudo. E depois o resultado é completamente diferente, não é?" (FA)

As alterações efetuadas no processo e nos materiais de fabrico utilizados, inevitavelmente, originaram resultados díspares dos obtidos com métodos mais tradicionais, como também observa FA:

"Diferentes, mas não necessariamente piores, apenas diferentes." (FA)

"E, por esse lado, também fugimos um pouco a pintura de *(painéis de)* azulejos antigos e fomos para pintura de *(painéis de)* paredes, modernas[19]. Porque aí já o choque não era tão grande, não tinha nada a ver com aquele azul bonito e próprio dos azulejos antigos." (FA)

A Fig. 5 exemplifica um outro tipo de pintura manual de painéis com uma estética considerada mais moderna. Ainda na sequência do depoimento de FA, após a troca para forno elétrico e vidrado compatível:

"Fizemos uma encomenda para a América que o Senhor ficou um bocado com as mãos na cabeça:
– Mas porque é que vocês fizeram isto connosco? Indemnizo, mando o dinheiro de volta (…).
– Não, não deixe estar, este é diferente daquilo que tinha escolhido.
– Pois está, mudámos isto tudo.
– Se soubesse tinha feito uma coisa diferente. Olhe deixe estar, (…) se é agora o futuro assim, continua assim (…). Mas, de facto, mudou muito, mas muito mesmo. Os riscos (*do desenho/pintura*) ficaram todos, assim, muito nítidos (…)." (FA)

15 No método tradicional de produção de chacotas as argilas eram misturadas por via húmida e amassadas, formando pastas ou "lastras" que depois seriam moldadas na forma da chacota. O processo de prensagem envolve a mistura dos componentes cerâmicos em pó com pouca humidade (cerca de 6%) e a sua consequente prensagem na forma do azulejo (Costa 2013, 36).
16 FA adquiriu a fábrica em 1962, pelo que se estime que o modo tradicional tenha operado até cerca de 1967.
17 Provavelmente, com a expressão "composto", FA quer dizer vidrado na forma de "frita" (ver nota 14), em que elementos voláteis como o cloro do fundente cloreto de sódio (libertado durante a fritagem), já não se encontram (largamente) presentes no vidrado.
18 Com a mudança para fornos elétricos, respetivamente é necessário mudar a composição do vidrado (não utilizando o sal como fundente), a composição da chacota (de modo a ajustar-se ao vidrado), bem como as condições de cozedura.
19 A fábrica passa, assim, a apostar na pintura de painéis de estética mais moderna.

Sendo, naquela altura, o opacificante estanho o componente mais dispendioso na preparação dos vidrados, este também foi substituído pelo zircónio:
"Mas, era o estanho não era o zircónio[1] que é outra peste. Peste no sentido artístico, por não ter nada a ver percebe? Vê-se à distância, são coisas que são boas do ponto de vista da fabricação, mas menos a nível artístico." (FA)

"Não se pode pedir que fique igual: o vidro é diferente, a mão do pintor é diferente, a atmosfera é diferente, a temperatura é diferente (…). Como é que há de se sair igual? Não pode!" (FA)

Fig 5 Publicidade a painéis de azulejos de paredes de casa de banho conforme produzidos pela Fábrica Constância. Espólio de Paulo Matos (PM)[20].



Nas secções seguintes resume-se a informação resultante da entrevista com FA em que o antigo método de produção do azulejo (usando fornos a lenha e métodos e matérias-primas tradicionais) é abordado, observando-se ainda que este ainda foi utilizado por Francisco de Almeida até cerca de 5 anos após a aquisição (até cerca de 1967) da fábrica.

Barro

FA ainda preparou e o barro antes de comprar a chacota prensada, já cozida. Das suas memórias, este era adquirido em Lisboa e era uma mistura de dois tipos, em que pelo menos um deles (cerca de 10-20%) era rico em cálcio:
"A Albertina Santos, chamada Maria de Portugal, disse-me que (*anteriormente os barros*) eram de Lisboa, grande parte do barro. (…) Eu creio que o barro era aqui da zona de Lisboa, mas depois passou a vir de Leiria, daquelas bandas dali (…). Coimbra (…), havia (e há) lá umas barreiras grandes. Mas eram dois barros, era um barro base 80-90% da quantidade que era preciso e o outro era um barro com cálcio, carbonato de cálcio." (FA)

(*O barro de cálcio vinha*) "Creio que aqui de Lisboa. (…) De facto, o barro de Lisboa, a terra de Lisboa, é muito calcária. (…) O outro parece-me que vinha mais de Leiria e dessas bandas daí. Mas, como digo, não foi durante muito tempo e mandámos vir para aí 4 ou 5 vezes. Uma vez para cada ano. Depois a fábrica mudou para o azulejo (*chacota*) já pré-fabricado e, portanto, não tive muito contacto, passou-me." (FA)

O processo de preparação do barro era demorado, volumoso e muito exigente a nível físico (Fig. 6). O barro era trazido por carroças, misturado, depurado através da sua dissolução em grandes tanques e processos de filtragem, sendo decantado durante a passagem pelo sistema de tanques (cf. Documentário da autoria de: Macedo 1921-1936). Finalmente deixava-se secar a água da suspensão do barro até fazer uma camada parcialmente seca, que começasse a craquelar e a deformar (cf. Macedo 1921-1936).
"Antigamente iam as carroças para lá, os dois barros, no átrio da fábrica, havia uns tanques baixinhos, mas grandes. Misturavam-se os dois (*barros o que tinha e não tinha cálcio*). Aquilo era filtrado. Eu não tenho ideia de haver umas grandes filtragens. Talvez se depositasse no fundo e não se retirasse na altura aquilo do fundo do tanque." (FA)

"E depois se ficava uma pedrinha ou outra no azulejo até era bom, ficava mais bonito, ficava mais estragado. Ficava igual ao antigo (…)." (FA)

"O barro ia para ali. Era deitado para um tanque grande qua havia ao nível superior e aquilo era pisado, pisado, pisado como se fosse vinho do porto (…). E, depois, corria para dentro desses tanques e ficava ali como nas salinas a evaporar a água e, ficava depois, uma data de barro, quando começava a estalar, começava a levantar pontas, pegava-se nessas pontas, levantava-se amassava-se e ia para dentro de casa para um depósito." (FA)

"Esse barro que vinha dessas placas do jardim e era armazenado e depois era indiferentemente usado, o barro para azulejo ou para a loiça." (FA)

Esta pasta de barro era, então, amassada com os pés (Fig. 7) e armazenada. Na altura de preparar as chacotas, era novamente amassada (à mão), sendo moldada numa forma de metal sobre uma superfície com areia de modo a obter o formato quadrado pretendido. Como salientado por FA:
"Punham a areia (*para não agarrar*) com crivo fininho, a moldura em cima, o chapão de barro em cima, calcavam para ocupar o espaço todo, depois com um arame cortavam e ficava o azulejo lá metido dentro. Depois tiravam (?), puxavam aqui para fora, com a mão tiravam por debaixo, e ficavam com o azulejo na mão. Iam para cima de uma placas." (FA)

"(…) (*as chacotas*) ficavam (a secar) à sombra do telheiro, mas com rede, com rede de capoeira para ser arejado e todos os dois ou três dias (...). Já não tenho a certeza, era algo assim: viravam os azulejos ao contrário para eles irem secando senão começavam a encarquilhar. Para não racharem. (…) E, depois, esses azulejos quando estavam (…) em ponto certo, tipo cabedal, iam para uma máquina onde uma pilha deles, era uma prensa mesmo à antiga, uma prensa daquelas típicas do início do século XX, com muito ferro, com muitos nomes das empresas, lá e 'Tchack', cortavam aquilo tudo. E depois ficava 14 (cm) mais ou menos. (…). Também os endireitava, mas depois, dali para a frente, continuavam a secar e cada um ia levantando a ponta do bacalhau, mais ou menos (…), e tudo isso era irregular e tudo isso era bonito." (FA)

"Nós ainda tivemos lá uma prensa e durante muitos anos ainda utilizamos o azulejo prensado lá. Não sei até quando. Até 1970, talvez ou assim uma coisa." (FA)

Fig 6 Processos de preparação do barro. Da esquerda para a direita: Receção do barro, decantação das impurezas e secagem. Pormenores (captura de ecrã) de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica de Cerâmica Constância da autoria de A.C. Macedo (1921-1936).22







20 Paulo Matos (PM) trabalhou na fábrica entre 1990 e 2001, tendo sido por nós entrevistado em 10 maio 2017, então, com 53 anos (Menezes e Pereira, 2018).
21 Os óxidos de estanho e de zircónio têm a função de opacificar o vidrado, funcionando também como responsáveis pela sua cor branca. O estanho é o opacificante tradicional, sendo o principal responsável pelo elevado custo da produção dos vidrados. O zircónio é um substituto mais eficiente e económico, introduzido posteriormente no processo de fabrico. O efeito a nível estético produzido é, de acordo com FA, consideravelmente diferente.

"Era um trabalho que era muito demorado e impossível de fazer, economicamente não dava. Nós deixamos de fabricar o azulejo (*chacota*) e passamos a comprar o azulejo *(prensado)* na fábrica de Pombal." (FA)

Vidro base

Uma outra característica da simplificação e da adaptação da produção do azulejo relaciona-se com a compra do vidro base, pois embora especificamente laborado para a fábrica, a sua execução deixou de ser local (Fig. 8), passando a ser encomendado fora. Segundo FA, antigamente:

"Mesmo os vidros e tudo, era tudo feito lá. E era muito mais bonito, diga-se de passagem. Porquê, porque usava-se um vidro com chumbo e estanho. E o que se faz agora não tem nada a ver com isso." (FA)

"(…) imagine: compravam canos de chumbo das demolições dos prédios em Lisboa, (…) eram umas barrinhas compridas de estanho (…); primeiro fundia-se o chumbo (com o estanho). (…) O estanho tinha que derreter e misturar-se com o chumbo, por isso convinha que os metais ficassem assim juntinhos, (para) oxidarem os dois na mesma altura. (…) A preparação era num forno de reverbero[23]. (…) Tudo a lenha. (…) Andava-se com o rodo para trás e para a frente, quando aquilo estava tudo reduzido a pó, óxido de chumbo, um branco acinzentado, com todas as impurezas que o vidro tinha que era isso que lhe dava aquele 'tecnicamente' mau carácter ao azulejo, mas que era bom sobre o ponto de vista artístico." (FA)

"A mistura dos óxidos de chumbo e estanho, um pó acinzentado, era retirada para fora, era misturado cá fora com areia e sal. Depois uns vasos de barro, feitos lá na fábrica, de faiança, eram revestidos por dentro com cinza dos fornos, cinza de madeira. (…) Isso ia para dentro desses vasos que eram tapados por cima com uma peça de faiança e iam para os fornos de cozer. À saída tinham um vaso que normalmente era inteiro, graças a Deus, e depois virava-se ao contrário, partia-se o vaso e saía uma pedra, digamos que era (…) o vidro em bruto. Esse, depois, era partido à martelada e depois era moído num moinho de pedra, que tinha um motor elétrico já nessa altura." (FA)

"(…) Quando vieram os fornos elétricos, rápidos e o vidro começou a ser outro, e os vidros começaram a ser feitos lá fora (…), comprávamos a uma empresa portuguesa, que era a Ferro, ali na Castanheira, ali a seguir a Vila Franca (…). Tecnicamente, até é melhor (os vidros já feitos). Até pode ser que resista mais tempo, não sei se é ou não, são recentes, não têm centenas de anos em cima para mostrar (…), eles, craquelê[24] fazem sempre, acabam sempre por fazer, ou é mais cedo ou mais tarde, é praticamente impossível. Mas, tecnicamente podem ser muito bons, mas não têm nada a haver com o azulejo antigo." (FA)

"O zircónio[25] (*novo opacificante do vidrado*) é um desastre, pode ser muito bom tecnicamente, não digo que não, é com certeza para azulejos modernos, mas para azulejos antigos é um desastre. Eram os fornos a lenha (...)." (FA)

23 Conforme explicação referida na nota 13.
24 Fissuração do vidrado.
25 Ver nota 21.

Fig 7 Processos de preparação das chacotas. Da esquerda para a direita: amassando o barro com os pés, com as mãos e aplicação do barro em formas metálicas para fazer a forma da chacota. Pormenores (captura de ecrã) de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica de Cerâmica Constância da autoria de A.C. Macedo (1921-1936).



Anteriormente o processo de vidragem era realizado manualmente por derrame da suspensão de vidrado na chacota biscoitada (Fig. 8, em baixo). Este foi também automatizado por FA através da utilização de uma linha de vidragem (Fig. 9, em baixo) na qual as chacotas passavam por uma cortina de vidro[26] (Fig. 9, em cima).

26 O processo de vidragem foi mecanizado através da utilização de uma linha de montagem. Nesta linha, encontram-se as chacotas dos azulejos que passam por um dispensador da suspensão de vidrado (na forma de uma cortina contínua), que vai recobrindo a superfície das chacotas que passam por baixo.
27 Parte 2 de filme sobre a Fábrica Cerâmica Constância em que os processos mais antigos e modernos de trabalho são reproduzidos, segundo edição da responsabilidade de Paulo Matos e por ele disponibilizada *online*. Acedido em outubro de 2021 em https://www.youtube.com/watch?v=feNBUJE25sk.

"(…) Vidrávamos lá. Tínhamos duas máquinas de vidrar, uma grande e uma pequena, por isso vidrávamos lá. Houve uma altura que começámos a comprar (*chacota*) vidrado(a) mas depois desistimos e fazíamos nós lá, porque tínhamos o nosso vidro." (FA)

Fig 8 Moagem do vidrado em moinhos de pedra e vidragem por derrame da suspensão do vidro sobre a chacota. Pormenores (captura de ecrã) de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica Constância da autoria de A.C. Macedo (1921-1936)





Fig 9 Processo automatizado de vidragem por derrame na linha de produção de vidragem. Pormenores (captura de ecrã) de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica Constância[27]. Disponibilizado *online* por PM.



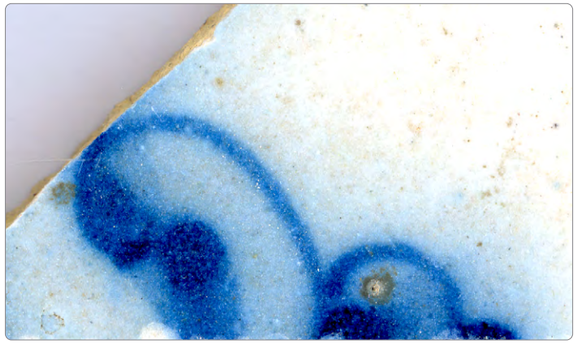


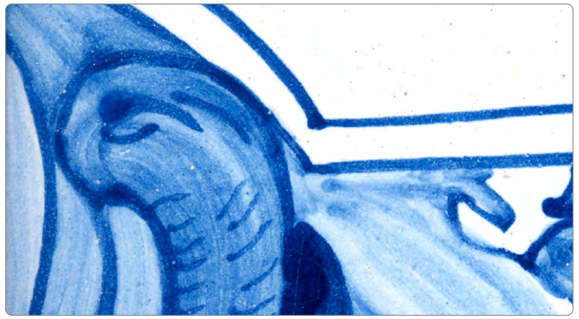
Tintas

De acordo com FA, as tintas utilizadas, anteriormente feitas na fábrica, foram também sujeitas ao mesmo processo de simplificação por compra externa. FA notou, porém, que a tonalidade das cores obtidas já não era semelhante, e especialmente não foi possível replicar o efeito "irradiado" do azul obtido nos azulejos antigos (Fig. 10).

"Antigamente, quando eu fui para lá, as tintas eram todas feitas lá. E o vidro *(cor)* que era azul-escuro, este vidro dos azulejos antigos (…), passaram a ser uns azuis um bocado azulados, violetas, é um horror, não tem graça nenhuma aquilo. Para mim não tem nada a ver com azulejo antigo. (…) não tem nada a ver com os azuis do século XVIII." (FA)

Fig 10 Detalhes do efeito "irradiado" do azul decorrente de processos de cozedura antigos (em cima) e o efeito mais rígido originado por processos mais modernos (em baixo). Imagens da autoria de Sílvia Pereira.





28 O sal (cloreto de sódio) é um fundente utilizado na formulação do vidrado – permite que o vidrado funda a uma temperatura mais baixa. Durante a cozedura, liberta o cloro na forma de ácido clorídrico. O ácido clorídrico danifica os componentes metálicos dos fornos elétricos.

"O (*irradiado azul*) consegue-se, mas é um segredo e eu não sei. (…) Eu creio que era uma questão da composição do vidro antigo. Ele tem muito sal, sal de cozinha[28]. (*Antes*) usava-se sal (na preparação dos vidrados). (…) Estão ali vários fatores (…)." (FA).

Fig 11 Imagem em cima: Pintura manual usando o tento; imagem em baixo: painel existente na Cerâmica Constância com irradiação/espalhamento do azul. Espólio de PM.





Pintura

FA refletiu sobre o quão difícil é reproduzir o efeito de pintura dos azulejos antigos pelos diferentes materiais (vidrados e pigmentos) utilizados, bem como pela dificuldade dos artistas em pintar de acordo com a "escola antiga" (Fig. 11).

"E, naturalmente aquilo que era preciso era uma boa escola de pintura. Os pintores antigos dizem:
– Oh menina! Oh menina! Já fez 10 vezes, faça 20 se for preciso! Que isto não está igual ao antigo!" (FA)

"De facto, não é chegar ali e começar a pintar de qualquer maneira. Há uma tendência, se reparar nos azulejos feitos agora, que é de pegar num pincel fininho e fazer desenho. O azulejo antigo, se vai imitar, não tem que inventar, é copiar o estilo, e o estilo não era nada assim, era traços grossos era pincel grosso, não tem nada a haver com a pintura atual." (FA)

"Naquela época, (...) imitar azulejos antigos ficava uma espécie quase de desenho. Não tem nada a ver, é como água-pé e vinho do Porto." (FA)

Relativamente ao processo de produção de estampilhas (Fig. 12), Paulo Matos[29] (PM), pintor e criador que laborou na fábrica, relembrou o processo antigo utilizado do seguinte modo:

"As estampilhas eram feitas à mão, hoje existem *plotters* de corte. Mas, na altura eram feitas à mão. (…) Eram feitas a partir de documentos antigos que pertenciam à contabilidade. Eles faziam uma reciclagem e aproveitavam esse papel e tornavam-no impermeável da seguinte maneira: juntavam esse papel todo e mergulhavam-no em óleo de linhaça com fezes de ouro[30]. (…) Depois ficavam a secar cerca de 1 ano. Tipo estendal de roupa. Nós tínhamos lá um estendal, onde se penduravam com molas as estampilhas e aquilo dava uma grande volta, e tinham datas para se saber. E, por experiência adquirida, sabia-se que um ano depois estavam preparadas para 'abrir'. Aquilo ficava também semitransparente.
Os papeis ficavam com essa característica por causa do óleo que, ao impregnar o papel, o tornava semitransparente e impermeável. E, depois, era desenhado em cima do papel (…), esse contorno era aberto. (…) E, depois de cortado era, numa segunda fase, revestido com cera líquida. Através de uma barra de cera, o ferro de engomar quente, passava-se o ferro (…). O ferro era passado por cima da barra de cera, ficava líquida e, depois, passava-se novamente na estampa para a impermeabilizar nas zonas de corte. E, para, também, que quando a tinta passasse por cima, que com a trincha passasse por cima da estampa, notava-se mesmo a tinta a retrair. (…) Se ficar um grande depósito junto aos limites é muito natural que comece a passar por debaixo da estampa e depois cria borrões (…).
E tinham as estampas por cor. Um padrão pode ter 3 - 4 cores ou mais. (…) E, cada estampa, tinha o nome 'azul' (…)." (PM)

29 O depoimento deste artista-pintor sobre a técnica da pintura de estampilha é aqui reproduzido por ser muito esclarecedor. Alguns dos conteúdos relacionados com o seu testemunho foram mais aprofundadamente abordados em: Menezes e Pereira, 2018.
30 Provavelmente litargírio que é um óxido de chumbo.

Fig 12 Estampilhas antigas da Fábrica de Cerâmica Constância e sua aplicação. (1) Imagens esquerda e central. Espólio de PM. (2) Imagem à direita: pormenores (captura de ecrã) de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica de Cerâmica Constância da autoria de A.C. Macedo (1921-1936)







Cozedura

José Queiroz (1907, 86) refere a construção de um grande forno na fábrica em 1867, sendo possivelmente um dos fornos representado no mapa da Fig. 3 (área 1 ou 2) e designados por "forno velho" (Fig. 13).

Antes da introdução dos fornos elétricos por FA, as cozeduras eram realizadas em fornos a lenha, tendo como combustível nessa altura as aparas de lenha (Fig. 14), embora haja registos anteriores da utilização de tojo. De acordo com FA:

"A fábrica ao final de um túnel tinha *(antigamente)* um forno grande que á frente tinha um poço. Nesse poço, estava lá o forneiro durante o tempo todo de cozedura a atirar aparas de lenha lá para dentro. Dia e noite, 24 horas, ele e outro alternavam. (…) Julgo que eram 2 ou 3 dias até chegar lá acima, depois estava um dia mais ou menos parado porque (…) aquilo era uma grande massa térmica que aguentava ali um bocado, quase com o gráfico a direito e depois começava a descer lentamente (…)." (FA)

"É uma coisa que não tem nada a ver um com o outro (*fornos a lenha e elétricos*). A temperatura pode ser a mesma, mas o tempo de cozedura não é o mesmo. No elétrico, faz-se uma cozedura em 24 h, enquanto no outro é uma semana. Já não sei se era uma e meia até (…). Quer dizer, estavam-se duas semanas de fornada a fornada. Portanto, está a ver o tempo de cozedura que isto leva ali? Era de facto muito diferente!" (FA)

"E ficava completamente diferente, possivelmente tempo para tudo. É um pouco como se fosse na cozinha a apurar (…). E agora não é possível ter um forno elétrico a trabalhar durante uma semana, que isso é uma fortuna. Antigamente, coitados, estavam ali sempre a meter lenha, a meter lenha (…)." (FA)



Fig 13 Um dos antigos fornos a lenha da Fábrica de Cerâmica Constância (correspondente à área 1 no mapa da Fig. 3). Imagem da autoria de Sílvia Pereira.

Fig 14 Processo de cozedura no forno a lenha. Da esquerda para a direita: alimentação do forno com aparas de lenha; interior do forno após cozedura, forno da Fábrica Cerâmica Constância (2017). Pormenores (captura de ecrã de documentário sobre a produção de azulejo na Fábrica de Cerâmica Constância da autoria de A.C. Macedo (1921-1936).





(*O combustível do forno era*) "(…) aparas de lenha só. Íamos buscar sacos enormes e, quando telefonavam de uma carpintaria, ali ao pé da Assembleia da República, (…) havia uma carpintaria que tinha um buraco no chão e, de vez em quando, eles telefonavam e diziam: – 'O buraco já está cheio!', e iam-se buscar uns sacos enormes (…), tapavam-se e ficava a monte, quando se precisava ia-se lá buscar, tudo com aparas, era mais barato (…), só por isso. Porque, os fornos eram muflas. Portanto, o fogo passava por entre a parede do forno e a parede da mufla. Portanto, um forno dentro do outro. (…) O fogo passava por fora, portanto, não passava (…), graças a Deus, lá dentro, senão queimava tudo e ficava tudo preto. (…) A atmosfera era uma atmosfera muito redutora, porque a lenha tinha queimado já grande parte do oxigénio e isso também ajuda (com) os fornos elétricos (…)". (FA)

"Pirómetros para medir a temperatura não havia, quando chega, quando já está no ponto, havia um (escadote?) grande (…) e um ferro muito comprido. Tirava-se um tijolo da parede que já estava preparado para isso, para sair facilmente, e, depois, com um gancho metia-se e tirava-se uma meia cana, como se fosse um cilindro cortado a meio e fechado por debaixo, com tintas por cima, pintado com as cores todas e depois metia-se e tirava-se de fora, depois ' – ainda não está próximo!', depois, mais meia hora, mais uma hora (…) e ia-se tirando, 3 – 4, até aquilo estar à vista perfeita e, depois, fechava-se e ficava ali a (esperar?) o tempo até arrefecer, até 80-90-100ºC ou coisa parecida (…)." (FA)

"Uma coisa que era de facto medieval. Muito bonito o resultado. De facto, digo-lhe uma coisa, abrir aquele forno, com aquela loiça toda brilhante, tinha acabadinho de ser (…), não tinha uma camadinha de pó (…), era uma beleza!" (FA)

CONCLUSÕES

Vigorava o período do Romantismo quando da criação da Fábrica de Cerâmica Constância, vindo esta a tornar-se uma importante referência da produção azulejar nacional, juntamente com outras fábricas suas congêneres.

Tendo percorrido todo o século XX como uma intensa produção, é no dealbar do século XXI que a sua representativa produção chega ao fim. Interessantemente, a par das novas linguagens artísticas (e mesmo funcionais) que foi integrando na sua produção, é somente em finais dos anos de 1960 que os processos de produção do azulejo são profundamente alterados e modernizados, operando até então com processos industriais mais tradicionais.

No decorrer dos primeiros anos da gerência por parte de Francisco de Almeida, a Constância ainda laborava de acordo com os métodos mais artesanais de produção, através da preparação, na própria fábrica, do barro, dos vidrados, das tintas e da cozedura dos azulejos em forno de lenha.

A profunda alteração por ele protagonizada, deveu-se à necessidade de adequação da fábrica à laboração em contexto urbano, de melhoria das condições de trabalho e da sua viabilidade económica. FA deixa, porém, evidente o seu saudosismo pelo método mais tradicional de produção do azulejo e a consciência da irreprodutibilidade de algumas das suas características antigas. Uma perceção que conduziu FA a apostar, na altura, também em estéticas mais modernas e diferenciadoras, a par de outro tipo de tecnologias de produção, tais como o método serigráfico.

Muito resta por conhecer sobre estes processos tradicionais de produção industrial de azulejo. Colaborar para colmatar um pouco mais esta lacuna de conhecimento, é o desafio que nos colocamos, tendo iniciado o nosso desbravamento de saberes, materiais e tecnologias junto da Fábrica Constância, nomeadamente procurando auscultar quem esteve ligado à esta unidade fabril de execução cerâmica, referência na produção em azulejo.

A entrevista com FA demonstra que é providencial proceder ao registo das memórias sobre os processos tradicionais de fazer azulejo, pois este conhecimento corre o risco, senão registado e salvaguardado, de desaparecer da nossa memória coletiva.

Bibliografia

Baldin, I. (2014) *Gli Azulejos Portoghesi tra arte e decorazione nel XIX e XX secolo*, Univesità Ca'Foscari, Venezia.

Calado, R. S. (2000) *Fábrica Cerâmica Constância de Lisboa*, Panfleto de divulgação da Exposição Cerâmica Constância 164 anos azulejo, Lisboa.

Costa, M. C. S. R. (2013) *Estudo de azulejos do século XIX e desenvolvimento de réplicas*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Domingues, A. M. P. (2009) *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*, Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto.

Folque, Filipe (Dir.) (2000 [1856-1858]) *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa* [Catálogo do Arquivo Municipal], Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Arquivo Municipal de Lisboa, Lisboa.

Lázaro, A. (2002) *Leopoldo Battisti: Influência de Coimbra no Percurso Estético e Artístico do Pintor Italiano Em Portugal (1889-1936)*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

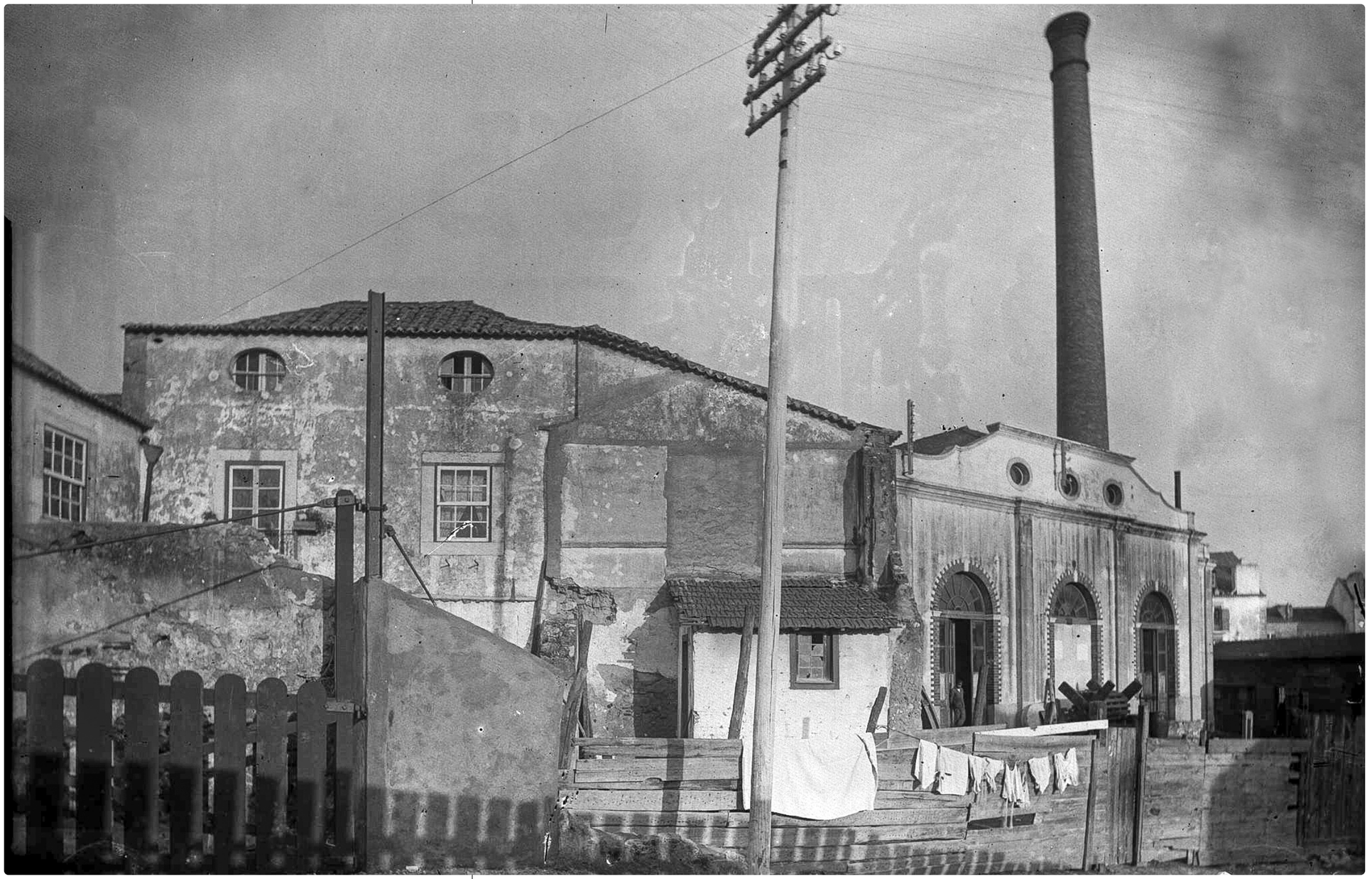
Câmara Municipal de Lisboa. *Levantamento da Planta de Lisboa (1904-1911)*, Direcção Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Municipal de Lisboa.

Macedo, A. C. *A Cerâmica Portugueza: Fábrica Cerâmica Constância, Parte 1*. Companhia Cinematográfica de Portugal, 1921-1936. Disponibilizado *online* por Paulo Matos. Acedido em outubro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5JhxjfBbM4A.

Menezes, M. e Sílvia R. M. P. (2018) *Memories of the Production of Azulejo at the Constância Ceramic Factory*, *ARTis ON* (6), 70–80. Doi: 10.37935/aion.v0i6.179

Queiroz, J. (1907) *Cerâmica portuguesa*, Anuário Comercial, Lisboa.

Saporiti, T. (1992) *Azulejos de Lisboa do século XX,* Editora Afrontamento, Porto.



Rua Domingos Sequeira
Fábrica de Cerâmica Constância.
Machado & Souza. 1836-c. 1989
AF-CML PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/001025



A relevância das viagens ao estrangeiro dos pioneiros da Arquitetura Paisagista na conceção do espaço público de Lisboa

Teresa Bettencourt da Câmara

Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) é considerado o pioneiro da Arquitetura Paisagista em Portugal. Já licenciado em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA), em 1935, foi adquirir esta formação profissional na Alemanha de onde regressou a Lisboa em 1939. Pouco tempo depois, ingressou como docente nesta mesma instituição, onde veio a criar o Curso Livre de Arquitetura Paisagista em 1941 (Andresen, 2001). Formou neste curso vários discípulos dos quais, se salientam nesta investigação aqueles que intervieram no espaço público de Lisboa, ao serviço da sua Câmara. Manuel Sobral de Campos Albuquerque de Azevedo Coutinho (1921-1992), o primeiro arquiteto paisagista formado em Portugal, iniciou a sua atividade na Câmara Municipal de Lisboa (CML) em 1949. Em 1950 será a vez de Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) e em 1953 de Edgar Sampaio Fontes (1922-2000) ingressarem na CML. Manuel Sousa da Câmara (1929-1992) e Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014) ingressaram em 1957, pouco depois da saída de Gonçalo Ribeiro Telles. De salientar ainda o contributo de outros arquitetos paisagistas seus contemporâneos no espaço público de Lisboa, como o próprio Francisco Caldeira Cabral, António Viana Barreto (1924-2012) e Ilídio de Araújo (1925-2015), ainda que não como funcionários camarários. Efetivamente foram eles que, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, tiveram uma importância marcante na conceção do espaço verde moderno na cidade de Lisboa. Nos seus espólios pessoais encontraram-se detalhados de viagens ao estrangeiro efetuadas no âmbito das atividades da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas (IFLA). Estes documentos justificam uma análise individualizada na medida em que estão particularmente bem documentados quer sob o ponto de vista textual quer iconográfico. As fotografias que possui são legendadas e comentadas, estabelecendo, por vezes, comparações com situações que ocorrem no nosso país. Também se teve acesso ao arquivo de fotografias do Curso Livre de Arquitetura Paisagista existente no ISA (Figs. 1 a 3). Por vezes, estes relatórios, além de integrarem as comunicações proferidas pelos vários congressistas, são acompanhados pelos respetivos programas, folhetos informativos e mapas, testemunhos dos locais visitados.

Fig 1 Calle Generalíssimo. Barcelona. Espanha. Fotografia e comentário sobre a concretização das então modernas normas de defesa do peão face à velocidade e volume de tráfego automóvel e vantagens vegetativas da plantação das árvores de arruamento em faixas ajardinadas, ao invés do tradicional sistema de caldeiras. In Relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem urbana, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d. António Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



ESPANHA

Barcelona - Calle Generalíssimo

As modernas normas de defesa do peão contra a velocidade e volume do tráfego automóvel nos grandes centros urbanos, empregam-se já por toda a parte, muito embora isso custe deveras um tão cantado saudosismo lisboeta.

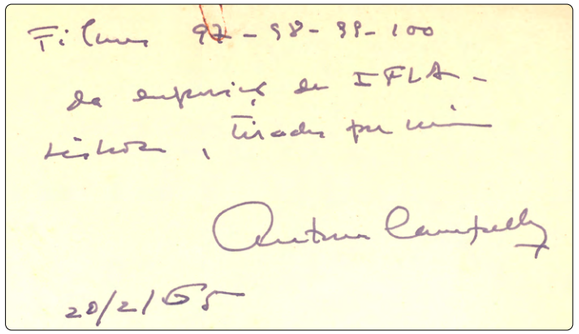
A plantação em faixa das árvores e dos arbustos permite que estas se desenvolvam livremente devido a um mais fácil arejamento, a uma maior capacidade de absorção radicular a um mais amplo cubo de terra que encontram à disposição e assim possam também com mais vigor resistir às trepidações a que estão constantemente sugeitas e lutar contra a influência dos fumos e gases queimados dos veículos e gazolina ou a gasoil, que, depositando-se sobre as folhas e troncos formam uma película que dificulta ou mesmo impede as livres trocas gasosas sem as quais as árvores não vivem. E porque é esse mesmo poder de captação de poeiras e gases um dos factores mais importantes que determinam a plantação de arvoredo nos modernos centros populacionais, a tendência hoje universal da plantação em faixa tem assim a sua mais que comprovada razão de ser, a sua absoluta justificação.

Identificou-se documentação referente aos congressos que ocorreram em Espanha (1950), Suécia (1952), Suíça (1956), Holanda (1960), Israel (1962), Japão (1964) e Portugal (1970). A documentação encontrada apresenta um nível de informação muito diverso, variando de simples listagens de congressistas até descrições detalhadas sobre o que estes viram e ouviram nestes acontecimentos internacionais. Espanha recebeu na cidade de Madrid o II Congresso Internacional de Arquitetura Paisagista em setembro de 1950. Deste evento apenas se obteve um excerto da relação dos congressistas, onde em representação de Portugal vamos encontrar os nomes de Azevedo Coutinho, pela CML, de Caldeira Cabral, pelo ISA e de Ribeiro Telles. O Quadro 1 carateriza os relatórios elaborados pelos discípulos de Caldeira Cabral analisados nesta investigação, sendo de sublinhar que eles retratam a Europa no pós-guerra (Figs. 4 a 7). Caldeira Cabral e seus discípulos estavam conscientes de que os espaços verdes construídos na década de 1930 não eram adequados às novas necessidades do pós-guerra e de um novo estilo de vida. Relativamente ao espaço público, verificou-se a necessidade da passagem de uma abordagem à escala local, para uma outra, esta sim suficientemente abrangente - a escala supramunicipal.

Fig 2 Aspeto da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, Fotografia de António Campelo, 1965. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.



Fig 3 Nota de António Campelo sobre as fotografias da Exposição Internacional da IFLA em Lisboa, 1965. Arquivo do Instituto Superior de Agronomia.



Quadro 1 Caraterização dos relatórios de viagem

Autor	Título	IFLA*	Acompanhantes	Ano
Azevedo Coutinho	Relatório sobre a participação do Engº Agrónomo (Com o curso de Arqt. Paisagista) Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho no IFLA Kongress 1952	3º Congress, Estocolmo (*"An idea and its realisation"*).	Caldeira Cabral Edgar Fontes Fernando V. Pinto	1952
Viana Barreto	Relatório da visita de estudo a França Itália e Suíça. Paisagem urbana	5º Congresso, Zurique (*"Landscape in contemporary life"*). Reunião do Grand Council. Colónia	Caldeira Cabral Ribeiro Telles	1956
Viana Barreto	Relatório da visita de estudo a França Itália e Suíça. Paisagem rural	5º Congresso, Zurique "(*Landscape in contemporary life"*). Reunião do Grand Council. Colónia	Caldeira Cabral Ribeiro Telles	1956
Ilídio de Araújo	Relatório da Visita de Estudo que à Alemanha e Holanda integrado na sua obra "Problemas da paisagem urbana"	7º Congresso, Amsterdam (*"Space for Living"*).	Caldeira Cabral Viana Barreto	1961



Fig 4 Capa do relatório da viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo a fim de participar no 3º congresso na IFLA, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.

Estas viagens ao estrangeiro e o contacto com o que se realizava no resto do mundo, também através dos congressos da IFLA, contribuíram de forma determinante para um enriquecimento na formação destes arquitetos paisagistas e consequentemente no seu contributo como projetistas do espaço verde público de Lisboa. Uma análise destes relatórios possibilitou-nos compreender o quanto o seu desempenho nesta matéria se coadunava com as tendências contemporâneas então influentes no estrangeiro. Hoje podemos afirmar que é excecional a qualidade do trabalho destes discípulos de Caldeira Cabral, contributo determinante na nova imagem moderna de então, dos jardins e parques da Capital. Sob o impulso primeiro de Duarte Pacheco, quer como Presidente da CML quer como Ministro das Obras Públicas e Comunicações e depois do Presidente da CML Álvaro Salvação Barreto, em Lisboa assistiu-se a uma profunda renovação da imagem da cidade em que os espaços verdes tiveram uma importância maior. Caldeira Cabral, homem conhecedor de muitas línguas incluindo latim, para além de pessoa culta foi muito viajado.

Fig 5 Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem urbana, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d. António Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.

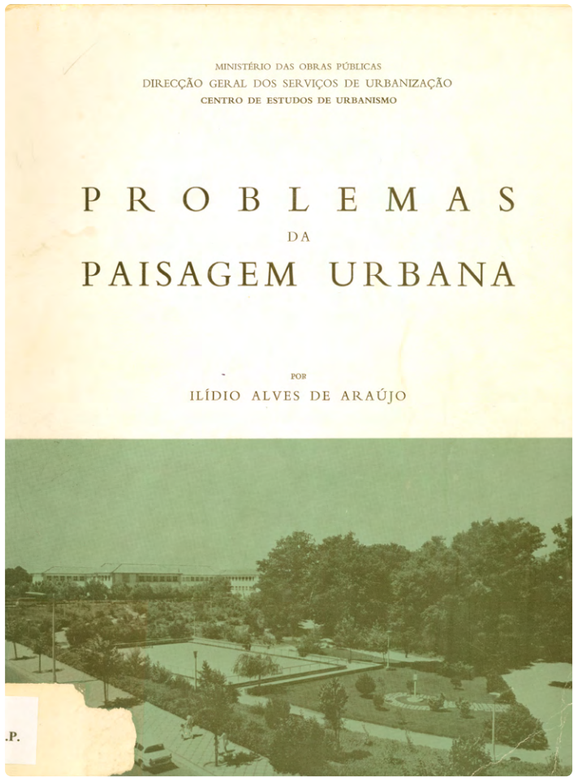


Fig 6 Capa do relatório da visita de Viana Barreto a França, Itália e Suíça, relativo à observação da paisagem rural, aquando da sua participação no 5º congresso na IFLA em Zurique, realizado em 1956, s.d. António Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



Para isso contribuiu em muito o seu envolvimento com a IFLA, em particular quando assumiu a Presidência nos anos sessenta. Caldeira Cabral viajava com os alunos, nomeadamente em Portugal sendo que também participaram em viagens a Angola e Moçambique. Teresa Andresen na monografia dedicada a Caldeira Cabral (2001) dedicou um capítulo às viagens de Caldeira Cabral. Na abertura do capítulo ("Cabral abroad") retrata a dimensão das viagens na vida de Caldeira Cabral pois viajar foi um aspeto fundamental da sua vida profissional.

Fig 7 Monografia que integra o relatório da visita realizada por Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda, onde se deslocou a fim de participar no 7º Congresso da IFLA, em Amesterdão, 1960. Publicado pela DGSU, 1961. Ilídio Alves de Araújo. IHRU/SIPA, Biblioteca.



Nos relatórios que escreveu frequentemente usou a palavra "estudo". Viajou muito frequentemente durante as décadas de 50, 60 e 70. Através destas viagens e em nome da Arquitetura Paisagista manteve atualizado o seu trabalho e uma rede de contactos internacionais. A Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA) tomou grande parte do seu tempo e trouxe-lhe reconhecimento internacional. Também as universidades estrangeiras que ministravam o curso de Arquitetura Paisagista o convidavam para lecionar. Em Portugal, os seus alunos reclamavam a sua presença sabiam que a melhor forma de estar com ele era acompanharem-no nestas viagens. (Andresen, 2001). Na opinião dos vários arquitetos paisagistas portugueses que se deslocavam aos congressos da IFLA, o conhecimento de colegas estrangeiros e a troca de ideias que daí advinham eram uma importante componente destas deslocações. Senão vejamos os seus testemunhos. No relatório de Azevedo Coutinho (1952) lê-se: ("É o que se pode aperceber da citação dos trabalhos presentes ao Congresso, da exibição de filmes e projetos e ainda do convívio durante alguns dias com os arquitetos paisagistas dos diversos países e, se por um lado há divergências flagrantes no critério que preside às diversas realizações é forçoso esclarecer que há, por outro lado, uma unidade vincada nos princípios e finalidades da profissão.") (Coutinho, 1952, p.5). Já Viana Barreto (1956) referiu no seu relatório: ("A nossa presença no congresso permitiu-nos ainda o contacto com colegas suíços, italianos, franceses, alemães e belgas os quais nos proporcionaram algumas visitas de enorme interesse, aquelas especialmente em Zurique e as restantes nos seus países.") (Barreto, 1956a). Ilídio de Araújo (1961) afirmou por seu lado: "Terminado o Congresso, que, além do mais, teve o mérito de permitir e favorecer o estabelecimento de relações pessoais com colegas dos vários países (…)") (Araújo, 1961, p.12). Estes relatórios constituem preciosos auxiliares na procura do entendimento do que seria o intercâmbio de conhecimento entre os vários países membros da IFLA, os assuntos preferencialmente abordados nos congressos, sendo que cada um deles continha um tema de base e visitas de estudo. Normalmente, na parte da manhã, os congressistas assistiam a comunicações que eram acompanhadas de visitas sobre esses mesmos temas da parte da tarde. Realizava-se, então, na parte final do congresso, uma viagem de estudo de 3-4 dias pelo país anfitrião.

O relatório de viagem de Azevedo Coutinho a Estocolmo. 1952

Foi na cidade de Estocolmo que a Suécia recebeu o III Congresso da IFLA. Este acontecimento ocorreu entre os dias 10 e 14 de julho de 1952, a que se seguiu uma viagem de 15 a 19 do mesmo mês, ao longo do país. A parte do congresso ocorrida em Estocolmo teve como ordem dos trabalhos a apresentação de comunicações durante o período da manhã, seguidas à tarde por visitas realizadas de acordo com os temas referidos na manhã desse mesmo dia.
Foram visitados centros urbanos, monumentos e indústrias; parques urbanos; bairros residenciais modernos; áreas industriais; cemitérios; jardins de hospitais e de escolas; jardins particulares; etc. Azevedo Coutinho sobre a motivação de participar neste congresso escreveu: ("Um dos principais assuntos que nos levou a manifestar à Presidência a vantagem na assistência do III Congresso Internacional da Federação dos Arquitetos Paisagistas, foi a necessidade de analisar alguns problemas de ordem administrativa ligados ao estabelecimento de logradouros e zonas verdes, na moderna urbanização.") (Coutinho, 1952, p.12).
O relatório é acompanhado por sete anexos que vão desde o programa passando pela lista de congressistas, um folheto dos caminhos-de-ferro, uma revista e mapas vários.
Envolve não só o congresso propriamente dito como a viagem de ida e volta a Portugal, o que nos leva a crer que este trajeto terá sido percorrido por estrada com várias paragens ao longo do percurso, tendo sido recolhidas, nessas ocasiões, várias imagens incluídas neste documento. Este relatório, cuja capa exibe um curioso desenho do autor, é constituído por trinta e duas páginas, dividido em várias partes. Azevedo Coutinho agradece ao Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto, a possibilidade da execução da viagem e a importância dada à profissão, com as seguintes palavras: ("Aproveitamos o ensejo para agradecer a Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não só todas as facilidades que nos proporcionou com o fim de permitir a nossa deslocação a Estocolmo, mas principalmente o apoio que sempre tem dado às iniciativas que têm por base problemas de Arquitetura Paisagista.

É justamente este último ponto o que nos tem sido mais grato registar e nos tem animado a continuar trabalhando e a vencer resistências que sempre se encontram quando aparece uma nova profissão e quando os problemas a estudar são complexos e exigem uma colaboração intensa com outros sectores profissionais.") (Coutinho, 1952, p. 2).
Tece várias comparações entre o que lhe foi dado assistir durante esta viagem e como são resolvidas, situações semelhantes, na cidade de Lisboa. As fotografias estão numeradas e agrupadas por temáticas: parques infantis, proteção dos cantos dos relvados, urbanizações de Estocolmo, Cemitérios, enquadramento de edifícios públicos e Alamedas e jardins do Luxemburgo. Refere os ensinamentos colhidos sobre assuntos muito diversificados como a rega por aspersão, os parques infantis e espaços de recreio, o aproveitamento máximo da árvore nas urbanizações, a abolição do 'logradouro comum', o transplante de árvores, os cemitérios, o enquadramento de centros industriais. Azevedo Coutinho relata o que viu e ouviu durante os trabalhos do congresso e vai fazendo uma análise comparativa concluindo sobre a divergência entre a Suécia e Portugal face a vários conceitos e atitudes.

Fig 8 Capa do artigo de Holger Blom de 1952 - 'Parks' - sobre o sistema de parques de Estocolmo, anexado ao relatório de viagem de Azevedo Coutinho, 1952. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.

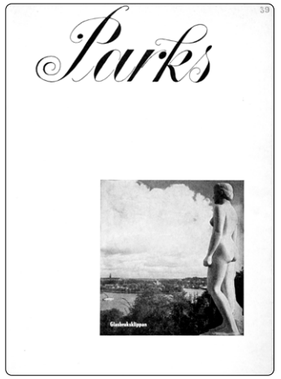
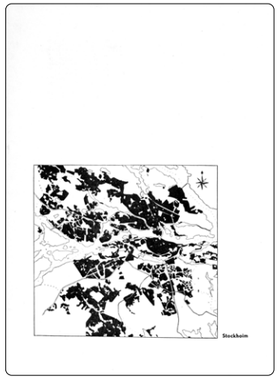


Fig 9 Ilustração do referido texto representando, a negro, o sistema de parques de Estocolmo, 1952. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



Deste relatório, extraem-se, sobretudo, os comentários relativos aos 'bairros' que Azevedo Coutinho refere como 'urbanizações' e ao sistema de parques de Estocolmo que pode ser considerado o primeiro sistema moderno de parques, inspirado nos princípios do arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted (1822-1905) que, em 1857, iniciou o projeto do Central Park de Nova York e nas décadas finais do século XIX projetou o sistema de parques da cidade de Boston conhecido como "Emerald Necklace".
Para contextualizar a importância que se dá aos conteúdos destes relatórios, arquiteto paisagista sueco Thorbjorn Andersson em2002, refere que apesar de Holger Blom (1906-1996) não ser conhecedor da arte de projetar jardins, foi nomeado Diretor da rede de parques de Estocolmo, cargo que desempenhou durante mais de três décadas (1938-1971). Com formação académica em urbanismo, tinha colaborado com Lars Israel Wahlman em Estocolmo, Kruger & Toll em Amesterdão e Le Coubusier em Paris. A sua contribuição baseou-se na concepção de um programa que aliou uma mente estratega e decidida a uma política de criação de uma rede de parques que penetravam em várias frentes o centro desta cidade. Holger Blom é um dos membros fundadores da IFLA participantes na reunião no Jesus College em Cambridge (Anagnostopoulos, 2000) e foi amigo de Caldeira Cabral.

Fig 10 Primeira página do artigo, 1952. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



PARKS

ARTICLE WITH A FEW PICTURES OF STOCKHOLM PARKS

By HOLGER BLOM

Buildings, parks and traffic facilities are the three elements which make up a city. The buildings for the time spent indoors, the parks for the time spent outdoors and the traffic facilities—i.e., streets, squares, tram-lines, and so on—for communications. A city without buildings is no city, of course. I would claim that it is no city if it lacks parks. Streets are required in a city if the people are to be able to move about outdoors, but the inhabitants of a city are to be pitied if they have access only to streets when they seek air, sunshine and open-air recreation. And these every person requires, even if for various reasons of convenience they are crowded together in a city.

The idea with a town is not only that those living there may have cheap access to a large number of conveniences—water supply, drainage, lighting etc.—but also that their places of work should be near at hand, as also such common institutions as shops, schools, libraries, museums, places of entertainment and generally everything required for mental and physical education and recreation. This means that the buildings of a town should be concentrated. But the health of human beings, as I have said, requires that they can spend time out of doors to drink in sunshine and air. To provide these calls for free open spaces inside the town, parks. Unfortunately such open spaces take up much room, unfortunately they divide up the buildings. Thus the fixing of the balance between buildings and parks is one of the greatest problems of the modern art of town planning.

In former times parks occurred very much by chance. In the older parts of a city there are usually to be found small patches of park here and there. Some are former private gardens which came into possession of the city, but mostly it was ground unsuitable for building purposes that provided the space for ornamental extravagances. The style of the lay-out was the main thing and the inhabitants' enjoyment of the park was restricted to a kind of "see but don't touch". No study concerning where and to what extent people required parks had been made, no relation existed between density of population and type of dwellings on the one hand and satisfaction of fresh air requirements on the other.

Now towns are laid out quite differently. In the same way as requirements of buildings for various purposes were analysed in advance, there is now judged the demand for open spaces for those who are to dwell in the community. This applies to the size and shape of park areas, the suitability of the ground, the accessibility of the areas and their relation to each other.

Formerly parks constituted patches in the built up town. Now they form a cohesive whole, strings—that traverse the city built up areas—dividing up the sections of the city and giving them individuality and life. The network of parks is the system of "joins" in the wall formed by the city sections.

The park system has in fact its beginning in the uninhabited parts of the building plots, "the yards". It is not so long ago that these consisted of back yards — sterile wells of light, cut off from the outer world by the surrounding blocks. The buildings had definite fronts facing the street and still more definite backs giving on the narrow, sterile yards. To live "facing the courtyard" was an extremely disparaging circumstance. In the town planning of today all faces of the building are of equal value. The yard is planted with vegetation and merges imperceptibly into the general park ground.

The park system functions in such a way that its inmost links run from the garden sides of the dwellings, join up together and flow into the central of the area for play, games and gatherings. Strings of such parks lead out to rural park excursion centres.

In these continuous parks networks of paths and roads are laid out, chiefly for those going by foot, but also for other means of progression, cycles, skis, horses,—yes, even for motor vehicles. Footpaths and cycle tracks are in this way linked with the streets and can run separately. Thus they are free from mixing with the heavy street traffic. Formerly, the paths and avenues of parks led nowhere in particular. As a rule they were arranged in circles in more or less attractive patterns and were only intended for strolling. There is nothing wrong in strolling, on the contrary, and it can still be done in the parks of today, but the roads and paths now lead to definite places. The paths form short cuts between dwellings and bus and tram stops, shopping centres, schools, games centres etc. These practical purposes in no way prevent the paths and roads being given attractive sections utilizing all the skill of the gardener's art. There is no reason why the promenade to the bus, the shops and the school should not have the advantage of park surroundings.

For ages the great incoming arterial roads have displayed the ugliest aspects of the cities. There clustered slum-like quarters which, in addition to being ugly, hampered the through traffic. Now the approach roads are laid in park sections. The cities are approached through natural corridors, free from habitation and local traffic. Owing to the open space provided for in the town planning

Fig 11 Última página do artigo exibindo o plano e fotografias de um pequeno espaço dentro do Vasaparken, 1952. Holger Blom. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



On the crest of a mound in Vasaparken a space has been laid out to serve as a sheltered and retired place where the elderly people of the district can sit.

Above, a view inside the space after completion (except for a few plants still to come). Below, plan of the space and exterior view.

All photographs in this pamphlet are performed by C. G. Rosenberg except the photographs on page 7, below left, Anton Paulsson and on page 13, below right, Gunnar Lundh. Publisher: The Park Department of Stockholm. Printed by Oskar Eklunds Boktryckeri, Stockholm 1952.

Naturalmente foi dos organizadores do Congresso de Estocolmo sendo da sua autoria a brochura que se reproduz (Figs.8 a Fig.11). Entre outros profissionais, com Holger Blom trabalhou o arquiteto Erik Glemme (1905–1959), autor de vários parques e o arquiteto paisagista Sven Hermelin (1900-1984).
Azevedo Coutinho deixa-nos alguns relatos do que foram as visitas aos parques de Estocolmo: ("(…)
No mesmo dia, pelas 18:30 h foram efetuadas visitas aos parques e jardins públicos de Estocolmo e Sundyberg sendo do máximo interesse a visita ao Vasa Park.
Para nós foi da máxima importância esta visita pela oportunidade de contactar comos arquitetos paisagistas da municipalidade de Estocolmo. Ainda foram visitados alguns parques privativos de diversas fábricas, parques esses com características especiais para satisfazer a um aspeto funcional dominante em tais logradouros. Terminaram-se os trabalhos do dia com a visita ao Hospital Karolinska, cujos parques e jardins são uma das melhores realizações dos arquitetos paisagistas suecos. Adiante apresentam-se algumas fotografias.") (Coutinho, 1952, p.7). (Figs. 12 e 13).

Refere ainda outros locais visitados: ("(…) Após o almoço, organizaram-se excursões para visitas aos bairros habitacionais ao Sul de Estocolmo, de características modernas e aos jardins de Stigberget e Glasbruksklippan e ao parque de festa de Ralambshov. (…) No domingo, dia 13, último dia dos trabalhos do Congresso, organizou-se uma excursão que visitou, entre outros, os seguintes locais: Cemitério principal, Bairros excêntricos Regiões industriais.") (Coutinho, 1952, p. 10).
Azevedo Coutinho deixa-nos a sua ideia geral sobre o projeto de parques urbanos e a inserção das zonas residenciais na passagem: " Duma maneira geral, excetuando os casos típicos e clássicos do jardim formal, hoje em dia abertos ao público mas anteriormente funcionando como jardins particulares – casos semelhantes aos nossos jardins clássicos de Queluz, da Ajuda e outros – os jardins que servem o grande público enquadram-se perfeitamente na paisagem porque dela são como que um prolongamento natural, num tipo de urbanização em que se mantém a diretriz dominante do aproveitamento máximo da árvore, do relvado e de todos os elementos que constituem a paisagem. A implantação dos bairros mais populosos e mais excêntricos molda-se às condições locais e tudo se constrói perfeitamente enquadrado na paisagem.

Fig 12 Jardins do Hospital Karolinska, em Estocolmo, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



Fig 13 Parque comum da zona residencial de Estocolmo, 1952. Manuel Azevedo Coutinho. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.



Não existe a preocupação dominante da linha reta no traçado das linhas primárias de trânsito e ruas de serventia para os prédios. Não existe ainda, por outro lado, o gravíssimo problema dos grandes movimentos de terras para a construção." (Coutinho, 1952, pp. 3-4). Sobre a nova conceção dos logradouros, apresenta a sua admiração pelo modelo preconizado: "Ainda, como pormenor da máxima importância, verificámos não existirem tipos de urbanização com zonas verdes do tipo do nosso 'logradouro comum', encravados na construção, como pátios interiores. Aboliu-se assim a zona de inconvenientes dos espaços fechados que, embora comuns a particulares, resultam em uma soma de encargos de difícil resolução. (...) De tudo o que vimos e conseguimos saber, apurámos que o logradouro comum e a zona verde são um encargo da habitação. À entidade que constrói a habitação, cabe o encargo de uma parte do logradouro ou zona verde.
O Município nada despende e apenas lhe compete determinar as normas em que deve ser executado tal logradouro ou tal zona verde." (Coutinho, 1952, p.3-4) Refere tratar-se de uma possibilidade a estudar para aplicação na cidade de Lisboa: ("Concordamos que o estabelecimento de processos administrativos como o que se apresenta não se pode fazer sem um aturado estudo.
Todavia, julgamos que ele é necessário para as soluções a dar a alguns casos que já se fazem sentir no nosso Município e de que o Bairro de Alvalade é um caso típico.") (Coutinho, 1952, p. 13). E, mais à frente, volta a valorizar a forma como as novas urbanizações são integradas na paisagem e a ela se moldam e a moderna noção de logradouro a elas associado: ("Na urbanização e Estocolmo no que se refere á zona periférica da cidade, a construção amolda-se á paisagem e os problemas tem aspetos de nítida Arquitetura Paisagista. Não existem logradouros interiores nem se alterou a topografia do terreno.") (Coutinho, 1952, p.19). (…) "Urbanização de Estocolmo - (…) Os prédios de rendimentos dispostos em avenidas densamente enquadradas por vegetação, amoldaram-se às condições naturais do terreno. Desaparece o jardim público e apenas ficam zonas verdes na periferia, do tipo do futuro parque entre as Avenidas do Brasil e do Aeroporto, como grande logradouro comum." (Coutinho, 1952, p.21).

O relatório de viagem de Viana Barreto a França, Itália e Suíça. 1956

O relatório de Viana Barreto está organizado em dois volumes. O primeiro dedicado à paisagem urbana e o segundo à paisagem rural.
O Relatório sobre a paisagem urbana está organizado em seis partes: 1) Jardins e parques de interesse histórico; 2) jardins e parques públicos de construção recente; 3) jardins botânicos; 4) parques infantis; 5) praças e largos, enquadramento de edifícios, arruamentos; e 6) panorâmicas.
O Relatório sobre a paisagem rural está organizado também em seis partes: 1) compartimentação da paisagem; 2) paisagem alpina; 3) a estrada na paisagem; 4) na água na paisagem; 5) a casa na paisagem; e 6) outros aspetos.
Não nos deteremos nos jardins históricos visitados em Itália, França, Espanha, Suíça e Alemanha embora seja um testemunho do maior interesse. Olharemos, particularmente, para os espaços construídos ou modificados recentemente. Esta informação é obtida a partir do volume 1 deste relatório que aborda as paisagens urbanas e as citações apresentadas são retiradas deste volume não paginado.
No respeitante aos parques, jardins públicos, praças e parques infantis, o relato é de um modo geral revelador de quão a par estavam do que se fazia na renovação emodernização na Europa de então. É evidente que a presença de Caldeira Cabral era determinante na medida em que ele beneficiava da rede de colegas amigos que, certamente, abriam portas e davam indicações sobre os locais a visitar.
Selecionamos apenas alguns exemplos e comecemos pelo primeiro jardim público referido. O Parque Tête d'Or, em Lyon, é um dos maiores parques urbanos franceses com 105ha, situado numa área de leito de cheia do rio Ródano, tem como elementos notáveis os seus extensos lagos, roseirais, o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico. A ideia do Parque tem origens no princípio do século XIX tendo sido aberto ao público em 1857, de acordo com o projeto dos arquitetos paisagistas suíços Eugene e Denis Bulher.
Viana Barreto diz-nos o seguinte: ("Delineado em 1856, por Buller estende-se através de Lyon por uma área de 105ha.

O seu famoso lago formado a partir de uma derivação das águas do Ródano, ocupa uma superfície total de 16ha.")
Sob o ponto de vista da composição valoriza: ("A largueza e a simplicidade do seu traçado fazem deste recintoum exemplar muito notável do parque paisagista do século XIX. (…) No eixo principal da entrada o lago imenso reflete, em planos sucessivos, as frondosas copas do arvoredo marginante onde a Tília harmoniosamente se combina com o Salgueiro e com o Carvalho. Ao longe, o porte erecto dos Choupos reforça o jogo de volumes e das formas. (…)
Os caminhos sobretudo os principais, continuam a traçar-se quase sempre no interior das sombras, como (sic) um ou outro ponto de sol. Este reserva-se para as clareiras de relvado – aqui um autêntico prado naturalizado. Assim, árvores e relva constituem na verdade os elementos fundamentais de toda a composição. (…) Contrastes de luz e sombra, de textura e estrutura dos arvoredos só se consegue com muito estudo, muita experiência e muita arte."). Sob o ponto de vista dos pormenores de construção sublinha alguns aspetos como: ("O pavimento recentemente impermeabilizado transtorna todavia a serenidade do conjunto, quer pela cor do betuminoso escolhido, o vermelho (…) quer pela rigidez das inestéticas valetas. (…) Observa-se ainda a ondulação tão suave do terreno e a colocação aos pares do arvoredo isolado. O peão no centro da fotografia que se desloca, percorre um caminho que atravessa o prado a cota sensivelmente mais baixa, de forma a não cortar a profundidade do relvado cuja ondulação o aumenta.") (Barreto, 1956b).
Deste relatório entende-se, ainda, destacar o comentário de uma fotografia (Fig. 14): ("Talvez mais notavelmente ainda do que na fotografia anterior documenta-se aqui a perfeição do traçado dos caminhos desta feita marginando um canal. Repare-se na distribuição dos grupos de arvoredo junto ao caminho reforçando a sua profundidade pelos três diferentes planos marcando e conduzindo à curva que, ao longe, o sol assinala. Aqui, e muito bem, os bancos dispõem-se de frente para o canal, ponto de interesse mais importante do sítio." (Barreto, 1956b).
Na Suíça, o Jardim Botânico de Zurique foi um dos locais visitados: "O antigo parque botânico da Universidade após 120 anos transformado em parque público dá–nos o exemplo de quanto pode o aproveitamento e valorização das zonas verdes antigas. Situado nas margens do lago famoso, as enormes superfícies relvadas deste magnífico parque dão ao local uma sensação de calma e sossego permitindo a observação dos volumes por inteiro e dos panoramas distantes sem o movimento de pessoas no primeiro plano. É sobre esta superfície dos relvados que se torna assim notório o jogo dos contrastes da luz e da sombra." (Barreto, 1956b).
E sobre o Parque Municipal de Zurique, observa: ("Esta fotografia demonstra bem todo o calmo ambiente que se pode gozar num parque excelentemente resolvido. Enquanto que um banco se colocou a pleno sol, colocou-se outro num recanto à sombra, lugar ideal para o repouso dos mais velhos e deleite de todos. (…) Observa-se a simplicidade de tratamento dos muretes e dos candeeiros, estes colocados indistintamente em pontos escolhidos independentemente de preocupações simétricas despropositadas." E, sobre o Jardim Botânico de Genebra enaltece as suas qualidades modernas: "Recentemente construído, este é um dos mais belos parques que nos foi dado apreciar. Traçado dentro das mais recentes normas da arte paisagística o jardim botânico de Genebra, tal como o de Lausanne agora em construção, consegue manter a sua unidade embora se trate de facto de um jardim botânico, onde a profusão das espécies dificulta sobremaneira aquele atributo essencial a toda a obra d'arte. Manobrando a pedra, a água e a vegetação com mão de mestre, o arquiteto-paisagista atinge aqui um dos pontos mais altos da sua arte e da sua técnica. E não sabemos que mais apreciar, se a beleza do relvado delimitando as zonas plantadas a diversas profundidades, se o grande lago artificial onde o Nenúfar se esconde acompanhando até ao longe as suas margens, se a arte com que se distribuem os contrastes, e as zonas de passagem da cor e da forma, se o rock garden dos alpinos perto dos cactus do Colorado, se enfim o veio de água que dá origem à plantação das espécies marginantes dos ribeiros.") (Barreto, 1956b).
A composição, a disposição da vegetação (árvores, relvados, prados, maciços de arbustos, etc.), o traçado dos caminhos, a modelação do terreno, a luz e a sombra, as panorâmicas são uma constante nas análises dos sítios feitas por Viana Barreto e registadas fotograficamente. Pela importância que tiveram nos projetos dos discípulos de Caldeira Cabral na cidade de Lisboa registam-se, também, alguns dos seus comentários sobre o comportamento dos utilizadores do espaço em particular no que diz respeito aos espaços de recreio infantil, aliás ao encontro dos comentários de Azevedo Coutinho no seu relatório de 1952. A propósito de um parque anexo às piscinas de Wetzigraben: ("Belíssimo parque destinado a ser utilizado por 4000 pessoas.



Fig 14 Caminho no Parque Englisher, em Munique, 1956. António Viana Barreto. Arquivo pessoal dos herdeiros de António Viana Barreto.

Aqui vemos um dos extensos relvados de enquadramento e repouso dos banhistas, solução para onde devemos caminhar na edificação das piscinas.") (Barreto, 1956b). E, a propósito de um pormenor de um parque infantil num bairro de Zurique: ("A característica essencial de todo o recinto infantil moderno é a existência de elementos destinados ao livre desenvolvimento da personalidade da criança. Aboliram-se os baloiços comandados por um adulto, como toda interferência deste no local destinado à brincadeira. A criança escolhe livremente o seu brinquedo para cuja utilização sempre se obriga pela sua própria natureza, a um certo esforço físico. Sejam os tubos de cimentos, as traves de madeira, os troncos, os degraus, tudo é livre e disposto num amplo espaço aberto, isento de poeiras e acompanhado por núcleos de vegetação.") (Barreto, 1956b). Retém-se ainda uma apreciação relativamente às hortas em espaço urbano que Viana Barreto registou em Zurique: ("Junto aos blocos Y recentemente construídos no interior de um belíssimo parque, destinou-se um local junto à mata, que permanece para o cultivo dos produtos hortícolas. Cada um dos inquilinos possue assim o seu quintal privativo donde extrae os produtos frescos que mais lhe interessa. Uma equipa de técnicos do município aconselha e orienta os inquilinos ao mesmo tempo que mantem o parque envolvente dos blocos. A mata abriga por certo a zona hortícola dos ventos dominantes ao mesmo tempo que lhe regulariza um pouco a temperatura. (...) Repare-se no diferente tratamento do relvado da fotografia de cima e da área de prado, mais distante dos blocos.") (Barreto, 1956b).

O relatório de viagem de Ilídio de Araújo à Alemanha e Holanda. 1960

Este foi o único relatório publicado, o que veio a suceder em 1961. Ilídio de Araújo tinha já transitado para a Direção Geral dos Serviços de Urbanização e com o pretexto de participar no VII Congresso da IFLA, visitou a Holanda e a Alemanha e ainda a Suíça. Neste congresso estiveram cerca de 200 participantes entre os quais oito eram portugueses, de acordo com o próprio Ilídio de Araújo. O autor considera o seu relatório um "estudo crítico": "Esse estudo crítico torna-se indispensável em virtude de as condições sociológicas e mesológicas do nosso país serem por vezes, profundamente diferentes das daqueles países, obrigando-nos sempre a uma transposição melindrosa de preconceitos e soluções." (Araújo, 1961, p.8).

O relatório do Congresso propriamente dito consta nas primeiras 15 páginas da publicação. Dá-nos nota que: "Terminado o Congresso (...) dirigi-me para a Alemanha a fim de visitar as cidades de Hannover, Dusseldorf, Colónia, Franqueforte e Estugarda. Mas já antes na viagem para a Holanda tinha tido ocasião de efectuar curtas demoras em Paris, Bruges e Gand, onde pude visitar algumas das realizações que mais me poderiam interessar. Pude assim, numa visita muito ligeira, observar em Paris o sempre actual jardim do Luxemburgo, dar um passeio pelo desvirtuado 'bosque de Bolonha', percorrer alguns pequenos jardins junto da catedral de Notre Dame e do museu de Cluny, o romântico parqué Monceau, o magestoso enquadramento das Tulherias e o retalhado parque dos Príncipes com suas instalações desportivas." (Araújo, 1961, p.12).
O relatório é acompanhado de um conjunto muito rico de fotografias dos países visitados e de Portugal e é motivado pela paisagem urbana e muito em particular pelo papel da vegetação.
O capítulo "estudo crítico" está organizado em seis partes: 1) A formação a paisagem urbana portuguesa; 2) Deficiências tradicionais da paisagem urbana; 3) As virtudes da vegetação; 4) A vegetação nos centros administrativos e comerciais; a vegetação nas zonas residenciais; 5) A vegetação nas grandes vias de penetração e circulação interior; 6) A vegetação nos grandes espaços recreativos.-A versão publicada do relatório inclui ainda uma extensa bibliografia em diferentes línguas.
Ilídio de Araújo privilegia a vegetação como o elemento condutor do seu estudo crítico: "A vegetação, devido a um conjunto de aptidões e propriedades características, pode, e deve ter, larga aplicação no ordenamento e composição dos espaços urbano, onde é capaz de corrigir e preencher muitas das deficiências." (Araújo, 1961, p.57). Vai, igualmente, discorrendo sobre as várias escalas da paisagem – da paisagem como um todo, ao parque, ao arruamento, à faixa separadora, à planta – o elemento vegetal - (árvore, arbusto, *mixed border* …). Exemplifica-se com as seguintes citações: "Integração do aglomerado urbano no conjunto da paisagem. Nos grandes aglomerados urbanos, a sua integração na paisagem envolvente torna-se difícil ou até impossível sem o concurso do elemento vegetal. Além disso, uma cidade sem vegetação na qual os espaços abertos sejam constituídos apenas por pavimentos e objectos inertes depressa se torna monótona, sentindo-se a necessidade de elementos verdes, que, como elementos adicionais da composição urbana, 'amoleçam' a dureza das construções. … Também ficou assinalada a vantagem do emprego da vegetação na compartimentação dos vários recintos recreativos de um parque com o objectivo de os isolar uns dos outros, e de os subtrair aos efeitos das correntes atmosféricas que se deslocam à superfície do relevo; e bem assim o interesse que há, pelo menos nas regiões com período de intensa insolação, em criar espaço ensombrados para regalo das populações." (Araújo, 1961, p.96).

Considerações finais

A documentação sobre as viagens dos arquitetos paisagistas é expressiva e possui conteúdos e documentação fotográfica relevantes para a compreensão do seu pensamento. A documentação, conforme referido, não se restringe aos três relatórios que se apresentaram com maior detalhe, juntando-se-lhe também um conjunto informações relativas aos locais visitados, nomeadamente desdobráveis, fotografias e correspondência.
Estas viagens estão associadas aos congressos bianuais da IFLA e isso torna-os também muito informativos sobre a teia de relações internacionais que os arquitetos paisagistas iam construindo e sobre as conferências a que assistiam. Muitos dos conferencistas foram grandes referências mundiais do século XX não só da Arquitetura Paisagista, mas também da conservação da natureza ou da história e da sociologia. Já os relatórios das viagens de Caldeira Cabral revelavam a preocupação de registar o que se ia vendo e o desenvolvimento de um olhar e um discurso crítico sobre a paisagem que é referida de forma multiescalar.
As viagens levaram-nos ao encontro do que de mais moderno se fez na Europa de então – desde o impactante sistema de parques de Estocolmo às novas áreas residenciais ou às áreas industriais. Tanto procuravam as paisagens do passado – as visitas incluíram lugares de referência no âmbito dos parques e jardins históricos – como as mais contemporâneas.
Através da leitura destes relatórios podemo-nos inteirar dos problemas de então da cidade de Lisboa e de uma compreensão evidente dos mesmos por parte destes arquitetos paisagistas, relacionando os seus conteúdos com os projetos destes autores, seja a partir das suas peças desenhadas, documentos textuais ou fotografias da época da sua construção.
Nesta investigação foi salientada a importância determinante dos arquitetos paisagistas terem acompanhado o seu mestre, Francisco Caldeira Cabral, culto, poliglota e internacionalmente bem relacionado, nas suas viagens ao estrangeiro. Os relatórios por eles efetuados sobre as mesmas, bem documentados textual e iconograficamente e sua opinião crítica, revelaram-se fundamentais neste estudo possibilitando-nos compreender as tendências apropriadas e identificar potenciais referências para a elaboração dos seus projetos de arquitetura paisagista, inovadores constituintes de uma então nova imagem da cidade de Lisboa, de acordo com as melhores práticas da modernidade internacional.

Bibliografia

AGNASTOUPOULOS, George, DORN, Hans, DOWNING, Michael e RODEL, Heiner - IFLA. Past, Present and Future. IFLA, 2000.

ANDERSSON, Thorbjorn - To erase the garden: modernity in the Sweden garden and landscape. In TREIB, Marc - The Architecture of Landscape. 1940-1960.
Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002, p. 2-27

ANDRESEN, Teresa - Francisco Caldeira Cabral. United Kingdom: LDT Monographs Editorial Board.2001.

ARAÚJO, Ilídio Alves - Problemas da Paisagem Urbana. Lisboa: Ministério das Obras Públicas- Direção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1961

BARRETO, António Vianna - Relatório da Visita de Estudo efectuada a Franca, Itália e Suiça: Paisagem rural.
Lisboa: Ministério da Obras Públicas. – D.G.S.U., 1956a.

BARRETO, António Vianna - Relatório da Visita de Estudo efectuada a Franca, Itália e Suiça: Paisagem urbana. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1956b.

BARRETO, António Viana - Relatório do V Congresso Internacional dos Arquitetos Paisagistas. Zurich. 1956: Relatório da visita de estudo efetuada a França, Itália e Suiça. Paisagem Rural. Lisboa: Ministério das Obras Públicas- Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, [s.d.].

CAMARA, Teresa Bettencourt - Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970). [texto policopiado]. Lisboa: [s.n], 2015. Dissertação de Doutoramento. [Em linha]. [Consulta 2 maio 2020]. Disponível em URL: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/85668?mode=full

COUTINHO, Azevedo - Relatório sobre a participação do Engº Agrónomo (Com o curso de ARQ. Paisagista) Manuel Sobral de Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho no IFLA Kongress. Suécia: 1952. Arquivo Herdeiros de António Viana Barreto.



Quais são as zonas de Lisboa com altas densidades de anúncios Airbnb?

Ricardo Mendes Correia[1]
Rosália Guerreiro[1]
Filipe J. S. Brandão[2]

1 Investigador no CRIA-IUL
Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE-IUL
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.
2 Investigadora no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

Financiamento: Ricardo Mendes Correia é bolseiro de investigação FCT - Fundação Ciência e a Tecnologia, IP SFRH/BD/146858/2019. Filipe Brandão é bolseiro de investigação FCT 2020.08659.BD e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) - UIDB/04466/2020 e UIDP/04466/2020.

1
Introdução

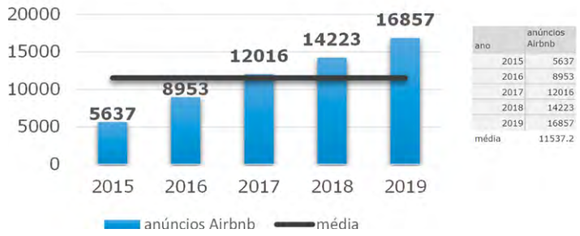
Saber a densidade da oferta de alojamentos Airbnb no edifício ou quarteirão onde mora ou onde trabalha é possível mesmo que não exista nenhum alojamento local nesse edifício ou quarteirão. Podem ser usados os próprios anúncios do Airbnb que têm coordenada como forma de saber a densidade de alojamentos para qualquer parte da cidade de Lisboa, mais central ou remota.
Esta necessidade surge porque, o Airbnb, se tornou em poucos anos, num novo fenómeno urbano de grande importância.
O Airbnb surgiu em 2007 em São Francisco como uma forma de arrendar espaços para dormir em colchões de ar no chão de um apartamento, aproveitando a falta de alojamento criada por uma grande conferência. Começou por chamar-se 'AirBed & Breakfast', e viria a criar um negócio de alojamento peer-to-peer (p2p) baseado num *website* de arrendamento de espaço de uma pessoa comum para outra. O negócio evoluiu com lançamento do domínio Airbnb.com para o arrendamento de apartamentos e até de edifícios completos (Guttentag, 2015). Este modelo empresarial baseado na Internet tem um potencial disruptivo para vários sectores empresariais, tais como a hotelaria e o mercado de arrendamento habitacional tradicional (Guttentag, 2015; Lee, 2016; Bernardi, 2018).

Uma parte significativa dos primeiros trabalhos académicos sobre Airbnb eram da área económica, como o já mencionado Guttentag (2015), Hill (2015) ou Edelman e Luca (2014).
Só mais recentemente, começaram a surgir trabalhos importantes na área do planeamento urbano sobre a expansão do Airbnb, tais como o dos australianos Gurran e Phibb (2017), Alexander (2018) ou o livro Real Estate and GIS: The Application of Mapping Technologies (Reed e Pettit, 2018). Na Europa, existem obras sobre o Airbnb na área dos estudos urbanos relativas a várias cidades como Barcelona (Gutierrez et al., 2016), Maiorca (Yrigoy, 2019), Londres (Ferreri e Sanyal, 2018) ou Budapeste (Dudás et al., 2017). Na Ásia há investigação sobre o Airbnb nos estudos urbanos sobre Taiwan (Chang, 2020) e na América sobre Boston (Horn e Merante, 2017) e Nova Orleães (Valentin, 2020). Na área do nosso atual trabalho de pesquisa de dados de ofertas de alojamento há o trabalho de Jiao e Bai (2020) envolvendo estatísticas para variáveis modelo como sendo a localização, as características dos quartos ou o preço, abrangendo várias cidades americanas.
A maioria dos trabalhos de investigação sobre Airbnb centrou-se nos efeitos sobre a hotelaria e o mercado de arrendamento tradicional. Contudo, é também importante compreender quais são os efeitos da disrupção causada pelo Airbnb sobre a reabilitação urbana. Em trabalhos anteriores, concentrámo-nos no estudo de métodos para caracterizar a intensidade do processo de reabilitação urbana *bottom-up* (Brandão, Correia e Paio, 2018) (Correia, Guerreiro e Brandão, 2020) e em ambos utilizámos as bases de dados de licenças de construção da Câmara Municipal de Lisboa. Uma vez que o alojamento peer-to-peer pode ter um potencial disruptivo nas tendências de reabilitação urbana, é importante encontrar métodos de medição da densidade do fenómeno Airbnb em todo o espaço urbano e correlacioná-la com o fenómeno urbano da reabilitação de edifícios.
Em Lisboa, a reabilitação de edifícios é encorajada através de legislação e via tributação, visando promover a habitação e o repovoamento de áreas despovoadas (Brandão, Correia e Paio, 2018). Legalmente tratam-se de reabilitações de edifícios para fins habitacionais, mas na realidade, muitos desses edifícios são renovados com o objetivo de se tornarem alojamentos locais e mais especificamente de Airbnb. Além disso, é extremamente fácil e rápido começar um novo anúncio para um quarto, um apartamento ou uma moradia no Airbnb ou qualquer outra plataforma semelhante.

Assim, é importante avaliar, em tempo real, a eficácia deste tipo de política urbana através da análise da densidade da Airbnb na cidade para compreender se os objetivos das políticas e do planeamento estão a ser alcançados ou não. Se colocarmos a hipótese que a distribuição dos anúncios de Airbnb não é uniforme em toda a área da cidade ou em cada uma das suas freguesias, concluímos que a distribuição desta dinâmica deve ser estudada através ferramentas de análise espacial e não apenas com instrumentos estatísticos nacionais tradicionais.
A existência de uma maior disponibilidade de dados abertos online e o uso dos métodos ligados aos sistemas de informação geográfica pode dar-nos uma boa descrição visual da densidade dos alojamentos Airbnb em cada zona. Um desses métodos é o ht-index, um método que permite a determinação de uma hierarquia de densidade (Jiang e Yin, 2014; Jiang e Miao, 2015). (Jiang, 2015; Robinson et al., 2017; de Rijke, 2020) permitindo, também, mapear as zonas onde as densidades de Airbnb são mais elevadas.
De acordo com dados deste estudo, o Airbnb pode constituir um indicador económico com impacto no mercado imobiliário, nomeadamente em termos de arrendamento habitacional e da reabilitação de edifícios. Além disso, o próprio Airbnb pode ser um indicador importante de tendências para o próprio sector do turismo porque disponibiliza dados em tempo real, podendo ser uma forma de obter dados sobre a ocupação turística em pouco tempo e mais rapidamente que instituições nacionais dedicadas a coligir dados estatísticos ou até os municípios. O método apresentado foi aplicado, como exemplo, a um período de crescimento do Airbnb com fim em 2019 mas possibilita que os dados do Airbnb sejam introduzidos quase em tempo real, podendo constituir um indicador de um sector económico importante à escala municipal e mesmo regional, útil para o planeamento urbano e mesmo para as políticas fiscais ao nível municipal ou nacional.

2
Estudo da distribuição espacial das densidades de Airbnb em Lisboa com o ht-index

As plataformas de alojamento peer-to-peer, dentre as quais o Airbnb é, possivelmente, a maior, estão a dominar cada vez mais o mercado turístico. Estas plataformas funcionam como intermediários de confiança entre duas partes, o proprietário da casa e o turista, permitindo aos particulares - os anfitriões - expandir os seus rendimentos e aos turistas encontrar uma certa "autenticidade". Enquanto o Airbnb (2015) reivindica impactos positivos do seu modelo empresarial como estadias mais longas, melhor distribuição dos impactos económicos do turismo pela cidade e rendimentos adicionais aos trabalhadores e empresários de rendimento médio e baixo, vários investigadores (Guttentag, 2015; Lee, 2016; Bernardi, 2018) apontaram os impactos perniciosos do modelo para o mercado tradicional de arrendamento para habitação e hotelaria.
O Airbnb (2015) afirma também que quase três quartos das suas ofertas nas grandes cidades estão localizadas fora das áreas hoteleiras tradicionais, mas mesmo isso pode não ser inteiramente verdade no caso de Lisboa, considerando os dados utilizados nesta investigação que serão apresentados seguidamente.
Os impactos anteriormente mencionados levaram várias cidades para além de Lisboa, como Paris, Barcelona, Berlim, Milão e Nova Iorque, a tomar medidas regulamentares para limitar ou proibir alojamentos locais na totalidade de determinadas subdivisões administrativas dentro da área municipal, mesmo que as referidas áreas não sejam uniformemente afetadas pelo fenómeno (Atelier Parisien d'Urbanisme, 2018; Aguilera, Artioli e Colomb, 2019). Estas abordagens de mão pesada acabam por deitar a perder a oportunidade de potenciar os efeitos positivos que os alojamentos locais peer-to-peer podem efetivamente ter.

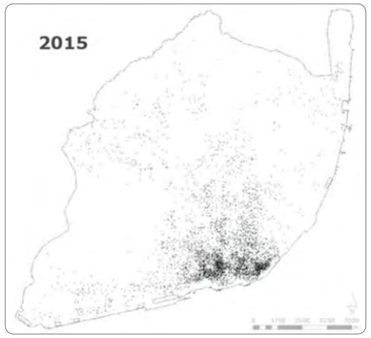


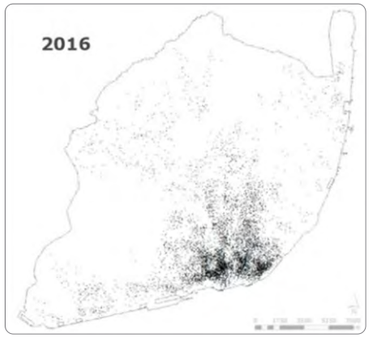
ano	anúncios Airbnb
2015	5637
2016	8953
2017	12016
2018	14223
2019	16857
média	11537.2

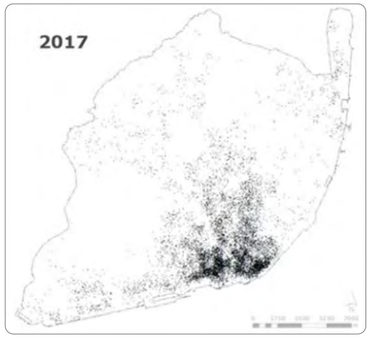
Fig 1 Número de alojamentos Airbnb por ano 2015-2019 na Câmara Municipal de Lisboa. Fonte: Autores, com base em dados insideAirbnb.com e tomslee.net.

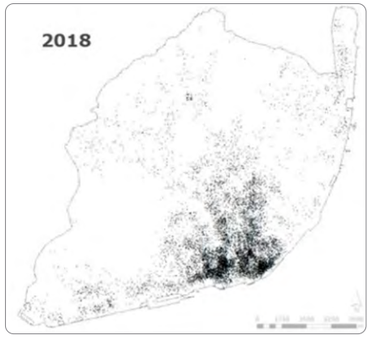
Isto é bastante evidente no caso de Lisboa, que há apenas alguns anos atrás estava a tentar dar início a um processo de reabilitação urbana, promovido pelo sector privado, e impulsionado pela baixa tributação (Valentin, 2020).
O alojamento peer-to-peer poderá ter desempenhado um grande papel na criação de condições para atrair investimento para a reabilitação de muitos dos edifícios antigos e degradados. Assim, o problema é encontrar uma solução intermédia e fazer um planeamento urbano mais eficaz, mais rápido e mais preciso, para que se possa controlar o fenómeno, em vez de simplesmente proibi-lo com mão pesada.
Há um crescimento no alojamento Airbnb no município de Lisboa, e isso é indicado pelos dados recolhidos para este estudo com quase 16900 anúncios Airbnb em 2019, um aumento de 10.000 anúncios em 4 anos desde 2015, como mostra a Figura 1. É possível verificar, através dos dados utilizados neste estudo e com base nos *websites* insideAirbnb.com e tomslee.net que o Airbnb cresceu de 5637 anúncios disponíveis em Março de 2015 para 16857 anúncios em Março 2019, um crescimento de quase 300% num período de quatro anos.
A Figura 2 mostra que o crescimento dos anúncios Airbnb na área do município de Lisboa pode ser considerado como um fenómeno urbano assimétrico, centrado no antigo centro histórico da cidade, nas zonas centro sul da Baixa e Bairro Alto mas, também, nas ruas que podem ser consideradas expansões subsequentes destas com avenidas do final do século XIX e início do XX.

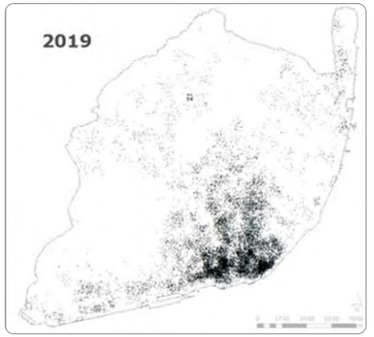
Fig 2 Distribuição espacial dos anúncios de alojamento do Airbnb por ano (2015-2019) na área do Município de Lisboa. Fonte: Autores, com base em dados insideAirbnb.com e tomslee.net.









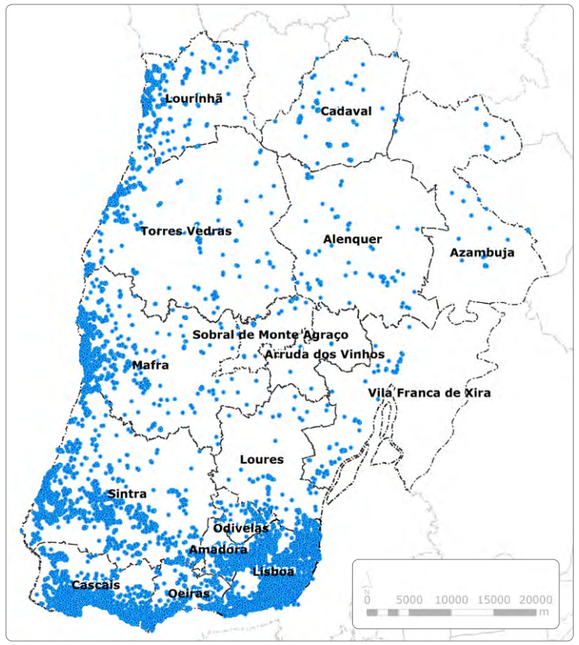


year	Airbnb Listings
2015	2015
2016	2016
2017	2017
2018	2018
2019	2019
average	11537.2

Além de ser assimétrico, este novo fenómeno não constitui um processo de cima para baixo (*top-down*), apesar de existirem benefícios fiscais para as famílias através da redução de impostos e taxas imobiliárias. Como resultado da tributação favorável, surgem uma série de intervenções de pequena escala na cidade, ao nível do edificado por indivíduos ou empresas que possuem um pequeno conjunto de edifícios, os reabilitam e disponibilizam para alojamento local. Assim, este processo está longe de ser um processo *top-down*, uma vez que não resulta de um plano municipal.
O carácter assimétrico dos alojamentos peer-to-peer do Airbnb em Lisboa é também percetível à escala regional. Quase 80% de todas os anúncios no distrito de Lisboa, estão dentro do município de Lisboa.
O segundo município com mais anúncios é Cascais com 7%.

Ainda mais importante, é de notar que 98% dos anúncios estão localizados em zonas costeiras e que mesmo o município mais remoto a Noroeste, a Lourinhã, que fica a mais de 50 km de Lisboa, tem quase três vezes mais anúncios do que os municípios sem zona costeira que partilham o limite concelhio com Lisboa, como Amadora ou Odivelas, figura 3.
A existência de uma maior disponibilidade de dados permite-nos gerar cartografia correlacionando bases de dados de alojamento com as áreas urbanas do Município de Lisboa e, portanto, densidades Airbnb com a morfologia urbana. O conjugar destes dados com ferramentas computacionais como o ht-index permite o estudo da distribuição espacial das densidades do Airbnb com base em mais de 30000 registos georreferenciados de quatro anos entre Março de 2015 e Março de 2019.

Fig 3 Distribuição espacial dos anúncios de alojamento do Airbnb entre 2015 e 2019 numa Escala Regional - Distrito de Lisboa.
Fonte: Autores, com base em dados insideAirbnb.com e tomslee.net.



município	Número de anúncios de alojamento Airbnb 2015-2019	%
Alenquer	70	0.17
Amadora	176	0.44
Arruda dos Vinhos	8	0.02
Azambuja	29	0.07
Cadaval	63	0.16
Cascais	2810	6.96
Lisboa	31950	79.17
Loures	220	0.55
Lourinhã	439	1.09
Mafra	1689	4.19
Odivelas	150	0.37
Oeiras	562	1.39
Sintra	1682	4.17
Sobral De Monte Agraço	21	0.05
Torres Vedras	353	0.87
Vila Franca De Xira	50	0.12
Anúncios com localizações erradas na base de dados Airbnb e que correspondem a Municípios fora do Distrito de Lisboa	11	0.03
Anúncios correspondentes a alojamentos em barcos no rio Tejo	74	0.18
	40357	100.00

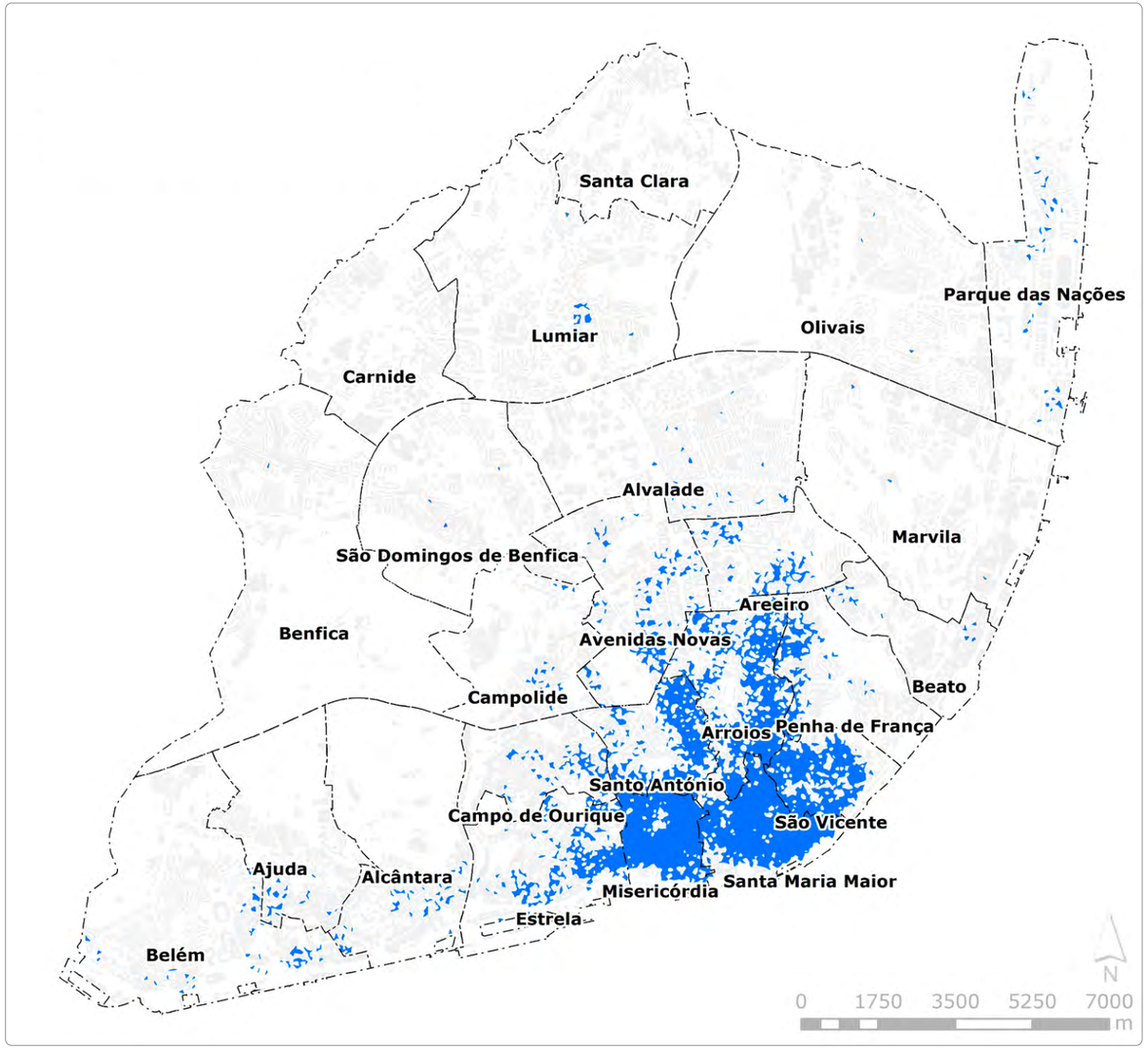
3
Recolha de dados de Airbnb

Nesta investigação, foram utilizados dois tipos de dados com coordenadas, os dados dos anúncios do Airbnb e outro com os limites das freguesias do Município de Lisboa.
A base de dados com coordenadas Airbnb correspondia a tabelas descarregadas dos *websites* insideAirbnb.com e tomslee.net, que anteriormente recolheram e compilavam dados dos anúncios de alojamento apresentadas no *website* Airbnb.com. Estes dados são recolhidos por estes *websites* que ao contrário de outros são independentes não tendo uma relação com a Airbnb, os seus associados ou quaisquer concorrentes dos mesmos.
Em conjunto, as duas fontes de informação forneceram quatro anos de dados de listagens de anúncios de Airbnb, com início em Março de 2015. Os dados correspondem a tabelas alfanuméricas com vários campos comuns, tais como a data inicial de cada anúncio no Airbnb. Para além disso, as tabelas incluíam os campos de latitude e longitude que permitiram a criação de , informação vectorial em formato shapefile de pontos que pode ser visualizada em aplicações quotidianas como o Google Earth ou mesmo o Google Maps
Outra informação alfanumérica importante contida nos campos destas bases de dados, foi uma identificação exclusiva, a identificação única do alojamento, que foi o campo da tabela que nos permitiu, também, identificar a data inicial de cada anúncio no website da Airbnb. A importância deste campo temporal é elevada porque é o que nos permite avaliar a distribuição do fenómeno ao longo do tempo.
Para esta investigação, apenas foram considerados novos anúncios do Airbnb entre Março de 2015 e Março de 2019. Desta forma, foi obtido um conjunto de dados que correspondiam a quatro anos de dados de Airbnb em Lisboa com 31950 anúncios de alojamento.
Apenas foram utilizados anúncios de alojamento que se encontravam geograficamente dentro dos limites do território do município de Lisboa. Foram excluídos os anúncios de Airbnb que se encontravam a bordo de embarcações no rio Tejo ou nos portos. Foram incluídos os anúncios que tinham o campo alfanumérico preenchido como pertencendo a outro município, mas que ainda se encontravam dentro do município de Lisboa.
O ficheiro dos limites das freguesias da cidade utilizado foi um ficheiro de polígonos com a área de cada freguesia, descarregado da base de dados abertos da Câmara Municipal de Lisboa, http://geodados.cm-lisboa.pt/.
As bases cartográficas de edificado e arruamentos, também, foram baseadas em dados da Câmara Municipal de Lisboa.

4
Metodologia para delimitar as altas densidades de Airbnb

A metodologia consiste em identificar as zonas da cidade com maior densidade de anúncios de Airbnb, com um método chamado ht-index, um método de estimativa que pode avaliar a densidade de pontos numa área. Os pontos são necessários como *inputs* representando o locais onde as pessoas podem arrendar um lugar para ficar no *website* Airbnb.com.
Com os pontos é possível criar uma superfície de triângulos de tamanhos irregulares, que se costuma denominar de TIN (que corresponde ao acrónimo inglês *triangulated irregular network* - rede de triângulos irregulares), em que os vértices dos triângulos correspondem aos locais dos anúncios de arrendamento. Posteriormente, os triângulos da TIN são categorizados em pequenos triângulos ou grandes triângulos. Os pequenos são os triângulos cujo perímetro é menor do que a média de todos os perímetros. O ht-index é calculado com base no número de vezes que o processo de separação de triângulos menores e maiores tem de ser repetido até que o número de ambos seja idêntico (Jiang e Miao, 2015; Jiang, 2019). Os triângulos menores correspondem a distâncias mais baixas e a densidades altas e inversamente os triângulos maiores a densidades baixas (Jiang, 2019).
Foi utilizado um conjunto de dados de quatro anos contendo os 31950 registos dos anúncios do Airbnb. O cálculo do ht-index foi efetuado em duas abordagens distintas, para o período total de quatro anos e para períodos anuais. Assim, foram feitos e comparados cinco cálculos de ht-index, um para o período de Março de 2015 a Março de 2019 e quatro para períodos anuais com início em Março de 2015.

Fig 4 Áreas de pequenos triângulos do ht-index para anúncios de alojamento Airbnb no período de Março de 2015 - Março de 2019. Fonte: Autores.



5

As zonas com altas densidades de Airbnb

Os resultados dos cálculos do ht-index são apresentados em duas abordagens distintas, a primeira considerando um período único de quatro anos e a segunda abordagem considerando períodos anuais.

A cartografia com o mapeamento dos triângulos menores do ht-index - para o período de quatro anos, de Março de 2015 a Março de 2019 é apresentada na Figura 4.

Uma primeira análise destes resultados para o período de quatro anos mostra a existência de uma grande intensidade de anúncios de Airbnb concentrados no centro histórico, nas zonas da Baixa e do Bairro Alto mas, também na expansão da área histórica para as avenidas construídas no final do século XIX e na primeira metade do século XX, anteriormente mencionadas, donde se destaca a Avenida da Liberdade. Considerando as vinte e quatro freguesias do Município de Lisboa, podemos facilmente concluir que a maioria dos triângulos mais pequenos estão concentrados em muito poucas freguesias.

Nesse pequeno número de freguesias, é importante mencionar que duas delas, Misericórdia e Santa Maria Maior, têm quase toda a sua área ocupada por pequenos triângulos, correspondendo a densidades elevadas. Depois destas duas freguesias, a freguesia de São Vicente que faz fronteira com o leste de Santa Maria Maior tem mais de metade da sua área ocupada por zonas de altas densidades. As freguesias de Santo António, Arroios e Lapa que são contíguas à Misericórdia e Santa Maria Maior têm ainda áreas significativas com altas densidades. O resto da cidade e especialmente as freguesias mais periféricas do Norte e Leste têm valores muito baixos com pequenas exceções, principalmente em áreas próximas das estações de metro ou estações de comboio.

É justo mencionar que o mapeamento do ht-index parece ser influenciado pela morfologia da cidade com maiores zonas de triângulos em áreas onde a concentração de edifícios é maior e os com menos ocupação por triângulos em áreas onde a concentração de edifícios é mais baixa. Por exemplo, as zonas da Baixa e Bairro Alto têm mais ruas e parcelas de terreno mais pequenas, do que avenidas mais recentes como a Avenida da Liberdade, onde as parcelas estão mais espaçadas.

Na Figura 5 apresentamos o mapeamento anual do ht-index para cada período anual. Cada imagem corresponde a um ano e contém dados de todos os anúncios que passaram a estar disponíveis para esse local, pela primeira vez, durante esse período, de acordo com a metodologia.

O período 2015-2016 tem o valor do ht-index mais baixo com as densidades elevadas mais dispersas geograficamente.

A cartografia mostra que principalmente as freguesias da Misericórdia e Santa Maria Maior têm as áreas com triângulos menores, enquanto a freguesia de São Vicente tem menos área do que na cartografia de quatro anos.

É também importante mencionar que as freguesias de Misericórdia e Santa Maria Maior têm uma área ligeiramente menos ocupada do que no período de quatro anos.

O período 2016-2017 é um dos dois períodos anuais com o maior valor do ht-index e grande concentração de altas densidades numa pequena área.

A cartografia mostra que, principalmente, as freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior têm as áreas de maior densidade enquanto a freguesia de São Vicente tem menos áreas de elevada densidade quando comprada com a cartografia de quatro anos. É também importante mencionar que as freguesias de Misericórdia e Santa Maria Maior têm uma área ligeiramente mais ocupada do que no período anual de 2015-2016, mas as freguesias vizinhas de São Vicente a Este e Lapa a Oeste têm muito mais ocupação com elevadas densidades.

No período de 2017-2018, o ht-index é o mesmo que no período de 2016-2017. Ambos os períodos anuais têm o maior valor ht e grande concentração de áreas de alta densidade.

A cartografia revela que principalmente as freguesias da Misericórdia, São Vicente e Santa Maria Maior têm a maior parte das áreas com triângulos menores.

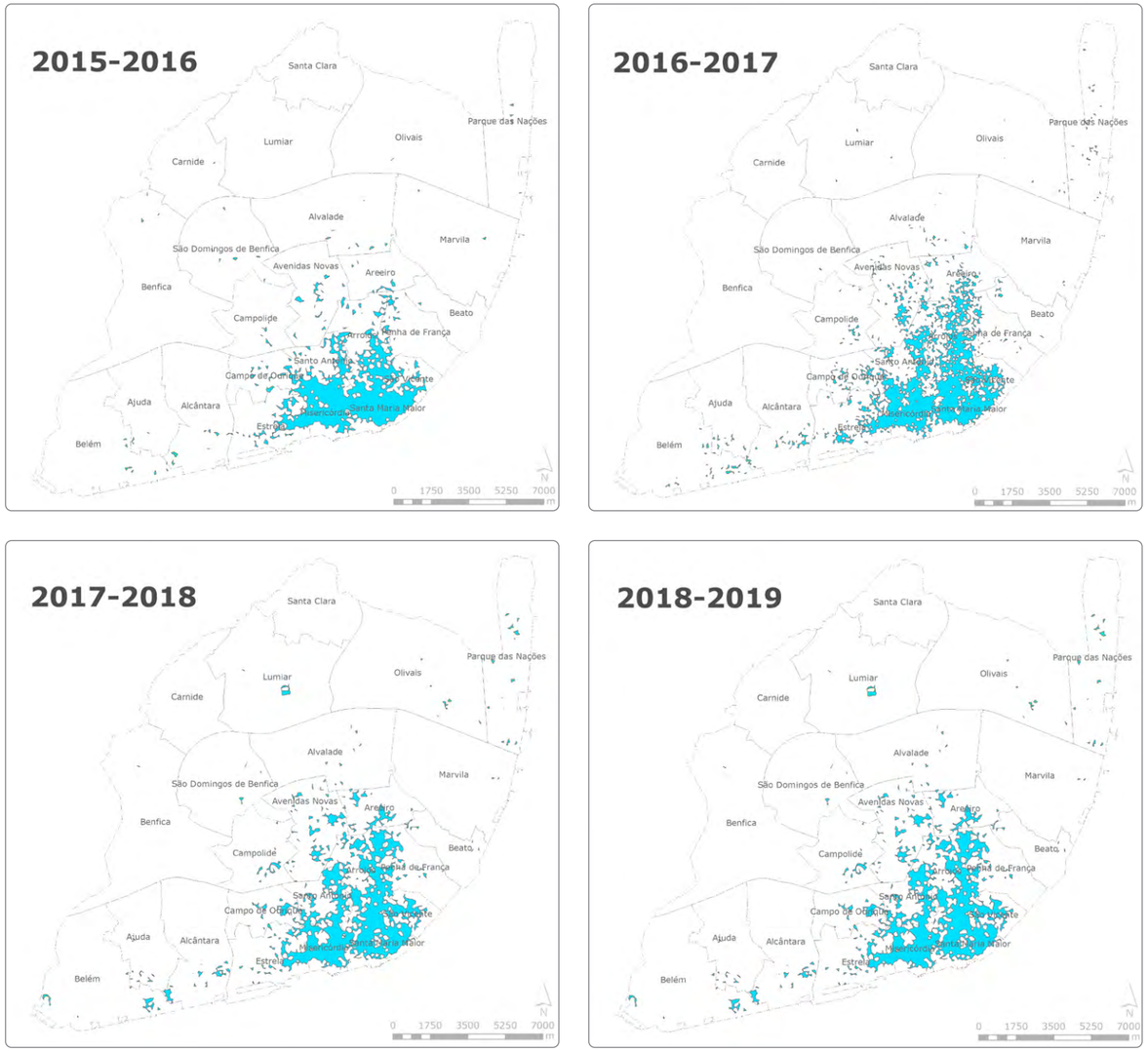
As freguesias mais setentrionais como Avenidas Novas e Areeiro têm um aumento significativo das áreas densas.

As freguesias da Lapa a Oeste têm uma diminuição da área ocupada com elevadas densidades

O período 2018-2019 é um dos dois períodos anuais com o valor do ht-index mais baixo. O índice h é o mesmo que no período de 2015-2016. Ambos os períodos anuais têm as densidades elevadas geograficamente mais dispersas.

Embora mais dispersas, a cartografia mostra que principalmente as freguesias da Misericórdia, São Vicente e Santa Maria Maior e as partes ocidentais de Santo António e Arroios têm a grande maioria das áreas de elevada densidade.

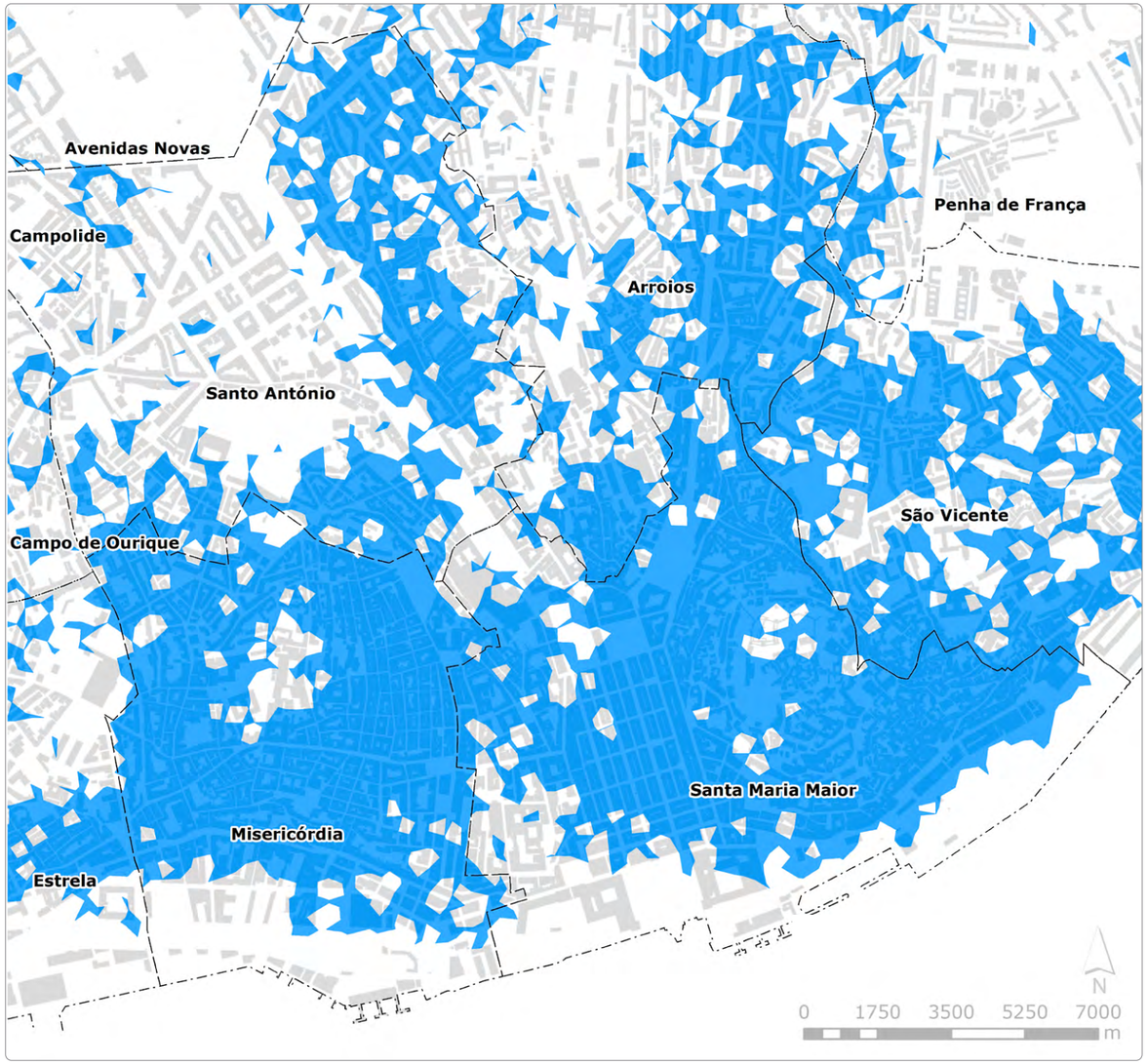
Fig 5 Áreas de pequenos triângulos do ht-index com base em anúncios de alojamento Airbnb para períodos anuais, começando em Março de 2015 e culminando em Março de 2019. Fonte: Autores.



6
Como interpretar o zonamento de altas densidades de Airbnb

O alojamento local feito através do Airbnb tem impactos importantes noutras áreas económicas, tais como no mercado de arrendamento de habitação clássico.
Uma vez que tem impactos no local onde os habitantes da cidade vivem, é um fenómeno urbano importante que merece ser estudado. A disponibilidade de dados digitais com coordenadas tornou possível mapear fenómenos urbanos como o Airbnb que têm rápida evolução.
Embora existam outros fenómenos urbanos que também têm dados disponíveis online, o Airbnb tem a vantagem de disponibilizar uma grande quantidade de dados sobre os anúncios de alojamento online com localização espacial e temporal. Em média, cada ano tem quase oito mil anúncios de Airbnb distribuídos pelas freguesias da cidade.
Deste modo, o Airbnb constitui um fenómeno urbano com uma distribuição geográfica que pode ser identificada no tempo. Como a coordenada do Airbnb é utilizada pelo arrendatário para escolher o local de alojamento, é da conveniência do proprietário dar a melhor localização possível mas podendo esta não ser totalmente exata. Por outro lado, a localização fornecida no anúncio não pode estar muito afastada devendo ser minimamente exata, porque de outra forma pode trazer penalizações ao proprietário quando os hóspedes fizerem as críticas online ao alojamento.
Convém ainda, salientar que o Airbnb permite que nos seus anúncios sejam disponibilizados alojamentos em barcos ou veículos terrestres. No entanto, a localização do alojamento corresponde em grande maioria, a edifícios na área urbanizada e os dados utilizados neste estudo corresponderam apenas a anúncios de alojamento em edifícios.
Embora possamos prever parte do fenómeno urbano do Airbnb simplesmente mapeando os alojamentos, como foi apresentado na Figura 2, grande parte dos fenómenos só pode ser compreendida utilizando métodos estatísticos que mostram a densidade de eventos como o ht-index que fornece uma medida de densidade para áreas sem dados e dá uma visão mais próxima do fenómeno urbano do que o simples mapeamento dos pontos.
O ht-index consegue avaliar a densidade do Airbnb em áreas sem um único anúncio de alojamento e isto é importante porque os anúncios de alojamento estão, de acordo com os resultados, mais localizadas nas áreas históricas centrais a sul e menos nas áreas periféricas a norte.
Os resultados indicam que a maioria dos alojamentos do município de Lisboa estão localizados nas ruas de duas freguesias principais que se situam no centro histórico, Misericórdia e Santa Maria Maior, e dentro destas, as zonas do Bairro Alto e Baixa são as que têm grande parte das altas densidades, de acordo com as Figuras 6 e 8.
Para as freguesias da Misericórdia e de Santa Maria, os resultados obtidos com o ht-index, coincidem em grande parte com a perceção empírica e mesmo com os preços dos agentes imobiliários. No caso da freguesia de Santo António, a zona Avenida da Liberdade, que é uma das áreas mais caras da cidade, corresponde à parte da freguesia com maiores densidades.
A cartografia do ht-index não tem tanta exatidão quando as áreas de alta densidade com lotes mais pequenos estão muito próximas de áreas de baixa densidade, tendo a tendência de aglomerar tudo numa grande região.
Deve também notar-se que a base de dados Airbnb pode exibir múltiplos anúncios de alojamento num único edifício, uma vez que é uma base de dados de anúncios e não uma base de dados de edifícios que têm anúncios.
Fazer esta distinção é importante porque não é difícil fazer corresponder geograficamente os anúncios de alojamento com os edifícios através de procedimentos de análise espacial. Contudo, se como alternativa, for feito um tipo análise diferente, centrada numa base de dados de edifícios, torna-se muito importante utilizar o número de anúncios Airbnb de cada edifício como fator de ponderação.
Assim, a base de dados utilizada nesta investigação considera listagens de anúncios Airbnb que correspondem a arrendamentos edifícios completos, frações completas e de partes de fração que podem, no limite, corresponder a apenas uma cama.

Fig 6 Áreas das freguesias da Misericórdia e de Santa Maria com pequenos triângulos do ht-index para anúncios de alojamento Airbnb no período de Março de 2015 - Março de 2019. Fonte: Autores.



7
Conclusões

Apresentamos um método, o ht-index, que nos dá uma hierarquia da densidade do Airbnb, elaborado a partir de pontos que representam os anúncios disponibilizados neste *website* de alojamento peer-to-peer. Esta hierarquia de densidade baseia-se em interpolações entre esses pontos através da criação de uma rede triangular irregular - TIN - que nos permite visualizar numa representação cartográfica as altas densidades de anúncios.

O ht-index é um método estatístico que não requer um conhecimento extensivo de estatísticas para calcular a densidade dos fenómenos. O cálculo e mapeamento do ht-index também não necessita de computadores muito potentes porque o TIN de quatro anos de dados de alojamento criou 50544 triângulos a partir de 31950 eventos de alojamento, com tempos de computação aceitáveis.

O mapeamento do ht-index e o mapeamento triangular mais pequeno permitiu identificar claramente que havia uma maior concentração de densidades elevadas no centro histórico da cidade, numa área geográfica muito próxima. Esta concentração foi mais evidente no período de quatro anos e também nos anos 2016-2017 e 2017-2018. Nestas áreas, os triângulos da TIN tornaram-se ainda mais pequenos e este facto permitiu-nos reconhecer uma clara tendência para a concentração de anúncios de alojamento no centro histórico, de acordo com as Figuras 7 e 8, uma área hoteleira tradicional.

Pode-se concluir que o ht-index é um método que permite uma boa visualização dos fenómenos urbanos porque dá uma medida de densidade às áreas sem dados, permitindo assim alargar a análise da densidade a toda a área de estudo e não apenas às áreas com valores mais elevados, o que aconteceria com o simples mapeamento dos anúncios de alojamento, apresentado na Figura 2.

Como mencionámos na introdução, a Airbnb afirma que quase três quartos dos seus anúncios estão localizados fora das áreas hoteleiras tradicionais, mas os resultados deste estudo demonstram o contrário.

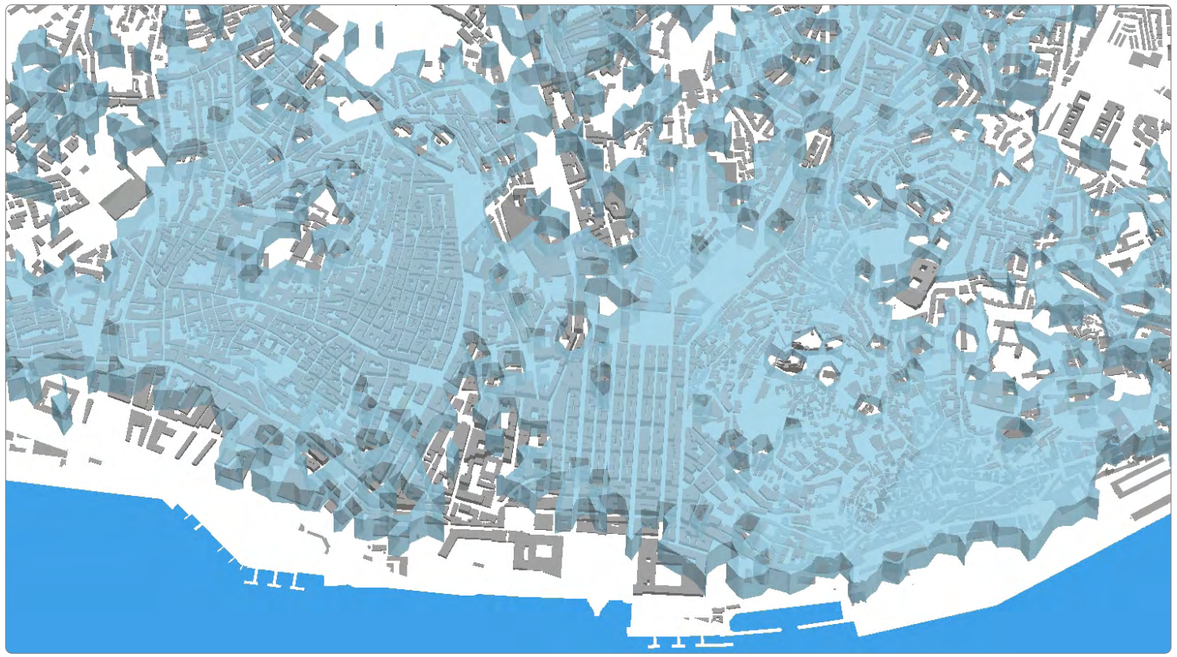
Fig 7 Vista 3D das áreas de pequenos triângulos do ht-index com base em anúncios de alojamento Airbnb para o período de Março de 2015 - Março de 2019. Fonte: Autores.



De facto, é no centro histórico, uma área hoteleira tradicional, onde existe uma maior densidade de anúncios do Airbnb. Mesmo quando a cidade já tinha mais de 14.000 anúncios de Airbnb, ainda existiu um aumento da concentração no centro histórico, nomeadamente em dois dos períodos anuais, 2016-2017 e 2017-2018, de acordo com a Figura 1. A precisão do mapeamento do ht-index tem outras vantagens para as políticas públicas, pois permite, em tempo real, avaliar se o processo produz mais efeitos indiretos ao longo do tempo e se esses efeitos são os desejados. Se o Estado ou os municípios estimularem ou dificultarem o alojamento local através de taxas e impostos, é importante analisar o resultado dessas políticas. Pensamos que este tipo de estudo pode ser útil para o planeamento urbano ou para fins fiscais a nível da câmara municipal ou mesmo a nível nacional.

A câmara municipal pode ter uma localização exata das áreas com grandes densidades de alojamento. Em conjunto com a lista de ruas compreendidas nessa área, o município pode ajustar as taxações para cada rua, fazer políticas mais específicas e até mesmo fazer um zoneamento mais rigoroso dos planos que compreendem essas áreas de alojamento do que considerando freguesias no seu todo. A nível fiscal, uma câmara municipal ou mesmo um governo nacional pode ajustar os impostos para cada rua e até para áreas menores, em vez de o fazer para cada freguesia. Outro elemento importante é o tempo, uma vez que os dados dos anúncios de Airbnb estão disponíveis *online*, o tempo de resposta para tomar decisões a nível político torna-se mais curto porque não há necessidade de estudos muito exaustivos para chegar a uma boa definição espacial das áreas com densidades.

Fig 8 Vista 3D com as áreas de pequenos triângulos do ht-index para o período de Março de 2015 - Março de 2019 nas zonas da Baixa, Bairro Alto e Avenida da Liberdade. Fonte: Autores.



A combinação da utilização de dados de um *website* de alojamento *peer-to-peer* com dados abertos do *website* da câmara municipal, através de um método de estimativa permite-nos melhorar os processos de apoio à tomada de decisão. Em última análise, este tipo de estimativa constitui um sistema de apoio à decisão espacial que pode ser útil para as partes interessadas na cidade. Os interessados ao acederem aos dados resultantes desta metodologia, podem em menos tempo ter uma ideia da saturação do mercado habitacional causada por um fenómeno que está fora do âmbito do tradicional mercado de arrendamento e que parece estar, mais ou menos, concentrado no centro das cidades. Em estudos futuros, a relação entre as áreas com maiores densidades de Airbnb e as áreas com os maiores incentivos fiscais para a reabilitação urbana pode ser analisada para verificar se os proprietários estão de facto a renovar edifícios para alojamento local, ou seja, para arrendamentos de curta duração. Em trabalhos futuros, a relação entre o Airbnb, que é um arrendamento de curta duração, e o clássico mercado de arrendamento habitacional, também pode ser analisada para constatar se o crescimento do primeiro pode estar relacionado com o decréscimo do segundo. A nossa metodologia foi aplicada aos dados da Câmara Municipal de Lisboa, mas pode ser aplicada a qualquer cidade que tenha anúncios de alojamento no *website* do Airbnb. Qualquer planeador urbano em qualquer cidade pode descobrir a densidade de anúncios Airbnb para toda a cidade, bem como as áreas com as maiores quantidades destes que poderão ser os bairros onde é necessário intervir devido a um excesso de oferta de alojamento.

Bibliografia

AGUILERA, Thomas, ARTIOLI, Francesca, COLOMB, Claire, "Explaining the diversity of policy responses to platform-mediated short-term rentals in European cities: A comparison of Barcelona, Paris and Milan", *Environment and Planning A: Economy and Space*, nº 7, 2019, pp. 1689-1712.

AIRBNB, Shared Opportunity: How Airbnb Benefits Communities" Federal Trade Commission, 2015. (https://www.ftc.gov/system/files/documents/public_comments/2015/05/01740-96152.pdf. 28 out. 2020).

ALEXANDER, Jacqui, "Domesticity On-Demand: The Architectural and Urban Implications of Airbnb in Melbourne, Australia", *Urban Science*, v. 2, n. 3, 2018, p. 88.

ATELIER PARISIEN D'URBANISME, Short-Term Rentals: An Analysis of Metropolitan Public Responses. New York and Paris, 2018. (https://www.apur.org/en/our-works/short-term-rentals-analysis-metropolitan-public-responses. 2018)

BERNARDI, Monica, The Impact of Airbnb on Our Cities: Gentrification and 'Disneyfication'2.0, 2018. (https://labgov.city/theurbanmedialab/the-impact-of-airbnb-on-our-cities-gentrification-and-disneyfication-2-0/. 2018)

BRANDÃO, Filipe, CORREIA, Ricardo, PAIO, Alexandra, "Measuring Urban Renewal: A Dual Kernel Density Estimation to Assess the Intensity of Building Renovation—Case Study in Lisbon", *Urban Science*, v. 2, n. 3, 2018. DOI: 10.3390/urbansci2030091. (https://www.mdpi.com/2413-8851/2/3/91. 2018).

CACHINHO, Herculano, "Avenida da Liberdade: from the bourgeoisie promenade to the showcase of international capital", *City Retail and Consumption*, Nápoles, Università Degli Studi di Napoli 'L'Orientale, 2015, pp. 35–47.

CHANG, Hung-Hao, "Does the room sharing business model disrupt housing markets? Empirical evidence of Airbnb in Taiwan", *Journal of Housing Economics*, v. 49, 2020.

CORREIA, Ricardo Mendes, GUERREIRO, Rosália, BRANDÃO, Filipe, "Data Driven Spatial Analysis of Urban Renewal. Network Kernel Density Estimation of Building Renovation", *Formal Methods in Architecture – Proceedings of the 5th International Symposium on Formal Methods in Architecture (5FMA)*, Springer International Publishing, 2020.

DE RIJKE, Chris, An empirical study on measuring the degree of life in cities, University of Gävle, Gävle, Dissertação de Mestrado. 2020. (http://hig.diva-portal.org/smash/record.

jsf?pid=diva2%3A1429477&dswid=-5545. 2020)

DREDGE, Dianne, GYIMÓTHY, Szilvia, BIRKBAK, Andreas, JENSEN, Torben Elgaard, MADSEN, Anders, "The Impact of Regulatory Approaches Targeting Collaborative Economy in the Tourism Accommodation Sector: Barcelona, Berlin, Amsterdam and Paris" European Commission DG GROWTH/Aalborg University, 2016. (https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2853564. 2020)

DUDÁS, Gábor, BOROS, Lajos, KOVALCSIK, Tamás, KOVALCSIK, Balázs, "The visualisation of the spatiality of Airbnb in Budapest using 3-band raster represeantation", *Geographia Technica*, v. 12, n. 1, 2017, pp. 23–30.

EDELMAN, Benjamin, LUCA, Michael, "Digital discrimination: The case of Airbnb.com" Harvard Business School NOM Unit Working Paper, nº 14–054, 2014.

FERRERI, Mara, SANYAL, Romola, "Platform economies and urban planning: Airbnb and regulated deregulation in London" *Urban Studies*, v. 55, n. 15, 2018, pp. 3353–3368.

GURRAN, Nicole, PHIBBS, Peter, "When tourists move in: how should urban planners respond to Airbnb?", *Journal of the American planning association*, v. 83, nº 1, 2017, pp. 80–92.

GUTIERREZ, Javier, GARCIA-PALOMARES, Juan Carlos, ROMANILLOS, Gustavo, SALAS-OLMEDO, Maria Henar, "Airbnb in tourist cities: comparing spatial patterns of hotels and peer-to-peer accommodation", 2016. (https://arxiv.org/abs/1606.07138 2020)

GUTTENTAG, Daniel, "Airbnb: disruptive innovation and the rise of an informal tourism accommodation sector" *Current issues in Tourism*, v. 18, nº 12, 2015, pp. 1192–1217.

HILL, Steven, *Raw Deal: How the" Uber Economy" and Runaway Capitalism Are Screwing American Workers*, St. Martin's Press, 2015.

HORN, Keren, MERANTE, Mark, "Is home sharing driving up rents? Evidence from Airbnb in Boston", *Journal of Housing Economics*, v. 38, 2017, pp. 14–24.

JIANG, Bin. "Head/tail breaks for visualization of city structure and dynamics", *Cities*, v. 43, 2015, pp. 69–77. (https://arxiv.org/abs/1501.03046. 2020)

JIANG, Bin. "Natural cities generated from all building locations in America", 2019. (https://www.researchgate.net/publication/332633140_Natural_Cities_Generated_from_All_Building_Locations_in_America. 2020)

JIANG, Bin, MIAO, Yufan, "The evolution of natural cities from the perspective of location-based social media", *The Professional Geographer*, v. 67, nº 2, 2015, pp. 295–306.

JIANG, Bin, YIN, Junjun, "Ht-index for quantifying the fractal or scaling structure of geographic features", *Annals of the Association of American Geographers*, v. 104, nº 3, 2014, pp. 530–540.

JIAO, Junfeng, BAI, Shunhua, "An empirical analysis of Airbnb listings in forty American cities", *Cities*, v. 99, 2020.

LEE, Dayne, "How Airbnb short-term rentals exacerbate Los Angeles's affordable housing crisis: Analysis and policy recommendations", *Harv. L. & Pol'y Rev.*, v. 10, 2016, p. 229.

MA, Ding, SANDBERG, Mats, JIANG, Bin, "Characterizing the heterogeneity of the OpenStreetMap data and community", *ISPRS International Journal of Geo-Information*, v. 4, nº 2, 2015, pp. 535–550.

REED, Richard, PETTIT, Chris, *Real Estate and GIS: The Application of Mapping Technologies*, Routledge, 2018.

ROBINSON, Anthony, DEMŠAR, Urška, MOORE, Antoni, BUCKLEY, Aileen, JIANG, Bin, FIELD, Kenneth, KRAAK, Menno-Jan, CAMBOIM, Silvana, SLUTER, Claudia, "Geospatial big data and cartography: research challenges and opportunities for making maps that matter", *International Journal of Cartography*, v. 3, sup1, 2017, pp. 32–60.

VALENTIN, Maxence, *Regulating short-term rental housing: Evidence from New Orleans*, Real Estate Economics, 2020.

YRIGOY, Ismael, "Rent gap reloaded: Airbnb and the shift from residential to touristic rental housing in the Palma Old Quarter in Mallorca, Spain", *Urban studies*, v. 56, nº 13, 2019, pp. 2709–2726.



Fig 9 (página seguinte)
Praça do Município e rua do Arsenal
Joshua Benoliel, c. 1910. Hotel Portuense na Praça do Município, junto à Rua do Arsenal.
CM-AF, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001546



rossio
estudos de Lisboa